

**Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

**DAVI DE OLIVEIRA SANTANA**

**PREFIXOS DERIVADOS DE PREPOSIÇÕES EM TEXTOS DE LÍNGUA  
PORTUGUESA DO SÉCULO XVII ATÉ A CONTEMPORANEIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Letras. Prof<sup>a</sup> orientadora: Rosaura Maria Galvão Fagundes Poggio.

**SALVADOR  
2007**

[...] *quem trabalha com a mudança lingüística no tempo real de longa duração sabe que esse processo contínuo do fazer-se das línguas reserva muitas surpresas, muitas travessas e becos, até sem saída, sobretudo por pressões externas, pela criatividade dos falantes, por condicionamentos fora do alcance do analista* (MATTOS E SILVA, 2002, p. 9).

## RESUMO

Esta pesquisa, de cunho funcionalista, intitulada *Prefixos derivados de preposições em textos de Língua Portuguesa do século XVII até a contemporaneidade*, objetiva identificar os processos e os princípios de gramaticalização aplicáveis à mudança **preposição > prefixo**, bem como analisar os aspectos semânticos dessa mudança com base nas teorias do localismo e dos protótipos. A partir de um *corpus* constituído de cartas do século XVII (*Cartas do Maranhão*, de Antônio Vieira) e do século XVIII (*Cartas baianas setecentistas*), comparam-se, inicialmente, esses dois períodos entre si com as informações etimológicas relativas aos itens pesquisados encontradas, principalmente, em Cunha (1991) e Romanelli (1964) e com os dados do século XIV, referentes às preposições, analisados por Poggio (2002). Em seguida, acrescenta-se a análise de dados de sincronias posteriores (século XIX, *Levante da Devassa dos Escravos*; século XX, *Diálogos do Projeto NURC*), chegando até a contemporaneidade, objetivando verificar até que ponto e com que características continua o uso de prefixos formados a partir de preposições. Julgou-se apropriado incluir uma breve exposição e aplicação da nova proposta de estudo multissistêmico da mudança lingüística de Castilho (2003), haja vista que os pressupostos da teoria da gramaticalização relacionados com o princípio da unidirecionalidade, que inclui a premissa do enfraquecimento ou “desbotamento” semântico dos itens que adquirem um maior caráter gramatical, têm sofrido muitas críticas em parte da literatura contemporânea sobre a gramaticalização, e também em razão das dificuldades encontradas em se comprovar a aplicabilidade de tais pressupostos em todos os casos de mudança **preposição > prefixo** analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Prefixos; Preposições; Gramaticalização; Funcionalismo; Semântica; Morfologia

## **ABSTRACT**

This functionalist research is intended not only to identify the processes and principles of grammaticalization that can be applied to the change **preposition > prefix**, but also to analyze the semantic aspects of this change grounded in the theories of localism and prototypes. 17<sup>th</sup> century letters (*Cartas do Maranhão*, by Antônio Vieira) and 18<sup>th</sup> century letters (*Cartas baianas setecentistas*) were initially compared with etymologic information on the items researched, mainly in Cunha (1991) and Romanelli (1964), and with 14<sup>th</sup> century data that referred to the prepositions analyzed by Poggio (2002). Then data of following synchronies were examined (19<sup>th</sup> century: *Levante da Devassa dos Escravos*; 20<sup>th</sup> century: *Diálogos do Projeto NURC*), including items of current Portuguese. The goal was to check to what extent and with what characteristics the use of prefixes derived from prepositions continues in Portuguese. A brief overview and application of Castilho's (2003) new proposal of multi-systemic study on the linguistic change was included, once the fundamentals of the grammaticalization theory related to the principle of the uni-directionality, that includes the notion of weakening or "fading" of semantic items that acquire grammatical function have been severely criticized by the contemporary literature because of the difficulty to prove the applicability of such fundamentals in all changes **preposition > prefix** analyzed.

**KEY WORDS:** Prefixes; Prepositions; Grammaticalization; Functionalism; Semantics; Morphology

## SIGLAS E ABREVIATURAS

|                |   |
|----------------|---|
| <b>CS</b>      | <b>Cartas Setecentistas</b>   |
| <b>CV</b>      | <b>Cartas de Vieira</b>   |
| <b>DSG</b>     | <b>Diálogos de São Gregório</b>   |
| <b>ed.</b>     | <b>Edição</b>   |
| <b>et. al.</b> | <b>E outros</b>   |
| <b>nº</b>      | <b>Número</b>   |
| <b>ELP</b>     | <b>Escola Lingüística de Praga</b>  |
| <b>l.</b>      | <b>Linha</b>  |
| <b>PFS</b>     | <b>Perspectiva funcional da sentença</b>  |
| <b>p.</b>      | <b>Página</b>   |
| <b>séc.</b>    | <b>Século</b>   |
| <b>trad.</b>   | <b>Tradução</b>   |
| <b>[...]</b>   | <b>Indicador de supressões</b>  |
| <b>‘ ’</b>     | <b>Indicador de significado</b>   |
| <b>-x</b>      | <b>Indicativo de elemento prefixal</b>  |
| <b>*</b>       | <b>Forma hipotética</b>   |
| <b>LDE</b>     | <b>Anais do Arquivo do Estado da Bahia, volume 38 – devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835</b> |
| <b>DPN1</b>    | <b>Diálogos do Projeto NURC (Norma Urbana Culta) realizados em Salvador entre 1974 e 1978</b>                       |
| <b>DPN2</b>    | <b>Diálogos do Projeto NURC realizados em Salvador entre 1998 e 2000</b>  |

## LISTA DE QUADROS

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| Quadro 1 -  | Formalismo X funcionalismo  | 47  |
| Quadro 2 -  | As metafunções de Halliday  | 55  |
| Quadro 3 -  | Capacidades de um usuário de uma língua natural, segundo Dik (1989)                             | 57  |
| Quadro 4 -  | Exemplo de construção de uma predicação   | 58  |
| Quadro 5 -  | Tópico X sujeito  | 65  |
| Quadro 6 -  | Fases da gramaticalização   | 78  |
| Quadro 7 -  | Estágios de gramaticalização, conforme Castilho (1997)  | 80  |
| Quadro 8 -  | Campos de atuação do processo de recategorização  | 81  |
| Quadro 9 -  | Parâmetros de avaliação do grau de gramaticalização   | 84  |
| Quadro 10 - | Gramaticalização forte X gramaticalização fraca   | 85  |
| Quadro 11 - | Possibilidades de estruturação da noção temporal  | 95  |
| Quadro 12 - | <i>Continuum</i> de fusão das unidades lingüísticas espaciais                                   | 97  |
| Quadro 13 - | <i>Continuum</i> de evolução morfossintática de morfemas espaciais a partir de material lexical | 98  |
| Quadro 14 - | Comparação da preposição A (séc. XIV) com o prefixo A- (séc. XVII e XVIII)                      | 120 |
| Quadro 15 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo A- nos séculos XVII e XVIII                             | 124 |
| Quadro 16 - | Acepções do prefixo A- encontradas nos séculos XIX e XX   | 126 |
| Quadro 17 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo A- nos séculos XIX e XX                                 | 126 |
| Quadro 18 - | Comparação da preposição ANTE (séc. XIV) com o prefixo ANTE- (séc. XVII e XVIII)                | 131 |
| Quadro 19 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo ANTE- nos séculos XVII e XVIII                          | 132 |
| Quadro 20 - | Acepções do prefixo ANTE- encontradas nos séculos XIX e XX                                      | 133 |

|                    |   |            |
|--------------------|---|------------|
| <b>Quadro 21 -</b> | <b>Quantitativo das ocorrências do prefixo ANTE- nos séculos XIX e XX</b>                   | <b>133</b> |
| <b>Quadro 22 -</b> | <b>Comparação da preposição COM (séc. XIV) com o prefixo COM- (séc. XVII e XVIII)</b>       | <b>135</b> |
| <b>Quadro 23 -</b> | <b>Quantitativo das ocorrências do prefixo COM- nos séculos XVII e XVIII</b>                | <b>135</b> |
| <b>Quadro 24 -</b> | <b>Acepções do prefixo COM- encontradas nos séculos XIX e XX</b>                            | <b>137</b> |
| <b>Quadro 25 -</b> | <b>Quantitativo das ocorrências do prefixo COM- nos séculos XIX e XX</b>                    | <b>137</b> |
| <b>Quadro 26 -</b> | <b>Comparação da preposição CONTRA (séc. XIV) com o prefixo CONTRA- (séc. XVII e XVIII)</b> | <b>140</b> |
| <b>Quadro 27 -</b> | <b>Quantitativo das ocorrências do prefixo CONTRA- nos séculos XVII e XVIII</b>             | <b>140</b> |
| <b>Quadro 28 -</b> | <b>Acepções do prefixo CONTRA- encontradas nos séculos XIX e XX</b>                         | <b>141</b> |
| <b>Quadro 29 -</b> | <b>Quantitativo das ocorrências do prefixo CONTRA- nos séculos XIX e XX</b>                 | <b>141</b> |
| <b>Quadro 30 -</b> | <b>Comparação da preposição DE (séc. XIV) com o prefixo DE- (séc. XVII e XVIII)</b>         | <b>144</b> |
| <b>Quadro 31 -</b> | <b>Quantitativo das ocorrências do prefixo DE- nos séculos XVII e XVIII</b>                 | <b>144</b> |
| <b>Quadro 32 -</b> | <b>Acepções do prefixo DE- encontradas nos séculos XVII e XVIII</b>                         | <b>145</b> |
| <b>Quadro 33 -</b> | <b>Quantitativo das ocorrências do prefixo DE- nos séculos XIX e XX</b>                     | <b>145</b> |
| <b>Quadro 34 -</b> | <b>Comparação da preposição EM (séc. XIV) com o prefixo EM- (séc. XVII e XVIII)</b>         | <b>148</b> |
| <b>Quadro 35 -</b> | <b>Quantitativo das ocorrências do prefixo EM- nos séculos XVII e XVIII</b>                 | <b>151</b> |
| <b>Quadro 36</b>   | <b>Acepções do prefixo COM- encontradas nos séculos XIX e XX</b>                            | <b>152</b> |

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| Quadro 37 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo EM- nos séculos XIX e XX                                       | 153 |
| Quadro 38 - | Comparação da preposição ENTRE (séc. XIV) com o prefixo INTER- (séc. XVII e XVIII)                     | 157 |
| Quadro 39 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo INTER- nos séculos XVII e XVIII                                | 157 |
| Quadro 40 - | Acepções do prefixo INTER- encontradas nos séculos XIX e XX  | 158 |
| Quadro 41 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo INTER- nos séculos XIX e XX                                    | 158 |
| Quadro 42 - | Comparação da preposição APÓS/DEPOIS (séc. XIV) com o prefixo POS- (séc. XIX e XX)                     | 163 |
| Quadro 43 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo POS- nos séculos XIX e XX                                      | 163 |
| Quadro 44 - | Comparação da preposição SOBRE (séc. XIV) com o prefixo SOBRE- (séc. XVII e XVIII)                     | 166 |
| Quadro 45 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo SOBRE- nos séculos XVII e XVIII                                | 168 |
| Quadro 46 - | Acepções do prefixo SOBRE- encontradas nos séculos XIX e XX  | 169 |
| Quadro 47 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo SOBRE- nos séculos XIX e XX                                    | 169 |
| Quadro 48 - | Comparação da preposição SOB (séc. XIV) com o prefixo SUB- (séc. XIX e XX)                             | 173 |
| Quadro 49 - | Quantitativo das ocorrências do prefixo SUB- nos séculos XIX e XX                                      | 173 |
| Quadro 50 - | Número total das ocorrências dos prefixos nos <i>corpora</i> dos séculos XVII e XVIII                  | 179 |
| Quadro 51 - | Gráfico comparativo dos prefixos quanto ao grau de gramaticalização referente aos séculos XVII e XVIII | 179 |
| Quadro 52 - | Número total das ocorrências dos prefixos nos <i>corpora</i> dos séculos XIX e XX                      | 180 |
| Quadro 53 - | Gráfico comparativo dos prefixos quanto ao grau de gramaticalização referente aos séculos XIX e XX     | 181 |



## SUMÁRIO

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**SIGLAS E ABREVIATURAS**

**LISTA DE QUADROS**

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 12 |
| <b>1 ESTUDOS SOBRE AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS</b> .....                       | 17 |
| 1.1 AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS EM GRAMÁTICAS<br>NORMATIVAS E HISTÓRICAS.....  | 17 |
| 1.1.1 <b>As preposições</b> .....   | 17 |
| 1.1.2 <b>Os prefixos</b> .....  | 24 |
| 1.2 AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS<br>CONTEMPORÂNEOS..... | 29 |
| 1.2.1 <b>As preposições</b> .....   | 29 |
| 1.2.2 <b>Os prefixos</b> .....  | 33 |
| <b>2 O FUNCIONALISMO</b> .....  | 45 |
| 2.1 FORMALISMO X FUNCIONALISMO.....   | 46 |
| 2.2 O CONCEITO DE FUNÇÃO.....   | 49 |
| 2.3 A GRAMÁTICA FUNCIONAL.....  | 50 |
| 2.4 MODELOS FUNCIONALISTAS DE ANÁLISE.....                                      | 52 |
| 2.4.1 <b>O funcionalismo de Michael A. K. Halliday</b> .....                    | 53 |
| 2.4.2 <b>O funcionalismo de Simon Dik</b> .....                                 | 56 |
| 2.4.3 <b>O modelo de T. Givón (modelo norte-americano)</b> .....                | 61 |
| 2.5 OUTROS TEMAS DISCUTIDOS NOS ESTUDOS FUNCIONALISTAS.....                     | 63 |
| 2.5.1 <b>A perspectiva funcional da sentença</b> .....                          | 63 |
| 2.5.2 <b>O estatuto informacional: noções de dado e novo</b> .....              | 64 |

|  |            |
|--|------------|
|  | 10         |
| 2.5.3 O conceito de tópico .....   | 65         |
| 2.5.4 Transitividade e relevância discursiva.....                                      | 66         |
| <b>3 A TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO.....</b>   | <b>68</b>  |
| 3.1 CONCEITOS DE GRAMATICALIZAÇÃO – PROPOSTAS.....                                     | 69         |
| 3.2 PRINCÍPIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO.....  | 73         |
| 3.3 ESTÁGIOS (OU PROCESSOS) DE GRAMATICALIZAÇÃO.....                                   | 78         |
| 3.4 GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO.....   | 83         |
| 3.5 A PROPOSTA DE CASTILHO DE UM ESTUDO MULTISSISTÊMICO<br>DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA..... | 86         |
| <b>4 AS TEORIAS SEMÂNTICAS DO LOCALISMO E DOS PROTÓTIPOS.....</b>                      | <b>90</b>  |
| 4.1 A TEORIA DO LOCALISMO.....   | 90         |
| 4.2 A TEORIA DOS PROTÓTIPOS.....   | 99         |
| <b>5 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>                                       | <b>105</b> |
| 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS <i>CORPORA</i> .....  | 105        |
| 5.1.1 <i>Cartas do Maranhão, de Antônio Vieira</i> .....                               | 105        |
| 5.1.2 <i>Cartas baianas setecentistas</i> .....  | 107        |
| 5.1.4 <b>Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835</b> .....         | 108        |
| 5.1.5 <b>Diálogos do projeto NURC</b> .....  | 109        |
| 5.1.3 <b>Comentários sobre os <i>corpora</i></b> .....                                 | 111        |
| 5.2 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ETAPAS<br>DA ANÁLISE DOS DADOS.....             | 113        |
| <b>6 ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DE TEORIAS FUNCIONALISTAS.....</b>                        | <b>117</b> |
| 6.1 ANÁLISE SEGUNDO AS TEORIAS LOCALISTA E DOS PROTÓTIPOS.....                         | 117        |
| 6.1.1 <b>A- do latim <i>ad</i></b> .....   | 117        |
| 6.1.2 <b>Ante- do latim <i>ante</i></b> .....  | 130        |

|  |     |
|--|-----|
|  | 11  |
| 6.1.3 <i>Com-</i> do latim <i>cum</i> .....  | 134 |
| 6.1.4 <i>Contra-</i> do latim <i>contra</i> .....  | 139 |
| 6.1.5 <i>De-</i> do latim <i>de</i> .....  | 142 |
| 6.1.6 <i>Em-</i> do latim <i>in</i> .....  | 147 |
| 6.1.7 <i>Inter-/entre-</i> do latim <i>inter</i> .....   | 155 |
| 6.1.8 <i>Per-/por-</i> do latim <i>per/pro</i> .....   | 160 |
| 6.1.9 <i>Pos-</i> do latim <i>post</i> .....   | 162 |
| 6.1.10 <i>Sem-</i> do latim <i>sine</i> .....  | 164 |
| 6.1.11 <i>Sobre-</i> do latim <i>super</i> .....   | 165 |
| 6.1.12 <i>Sub-</i> do latim <i>sub</i> .....   | 171 |
| 6.2 PROCESSOS, PRINCÍPIOS E GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO<br>RELACIONADOS COM A MUDANÇA <b>PREPOSIÇÃO &gt; PREFIXO</b> ..... | 174 |
| 6.2.1 <b>Processos de gramaticalização</b> .....   | 175 |
| 6.2.2 <b>Graus de gramaticalização</b> .....   | 177 |
| 6.2.3 <b>Princípios de gramaticalização</b> .....  | 182 |
| 6.2.4 <b>O princípio da unidirecionalidade</b> .....   | 184 |
| 6.3 ESBOÇO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTUDO MULTISSIS-<br>TÊMICO AOS PREFIXOS DERIVADOS DE PREPOSIÇÕES.....            | 186 |
| 6.3.1 <b>Prefixos e lexicalização</b> .....  | 186 |
| 6.3.2 <b>Prefixos e semanticização</b> .....   | 187 |
| 6.3.3 <b>Prefixos e gramaticalização</b> .....   | 188 |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 189 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 193 |
| <b>ANEXO – OS CORPORA</b> .....  | 201 |

## INTRODUÇÃO

Embora o termo pós-modernidade sugira, graças ao prefixo “pós” (lt.: *post*), um momento cronológico posterior ao que se denomina modernidade, inúmeras são as definições que invadem a literatura na área das ciências humanas, inúmeros são seus defensores e seus acusadores, ora a aproximando, ora a opondo à modernidade, criticando-a e mostrando suas incoerências e os problemas que acarreta, na defesa da perspectiva centrada na objetividade e na imparcialidade (CORACINI, 2003. p. 98).

A citação acima ilustra o potencial dos prefixos de atribuir a palavras derivadas novas significações, novos usos. A partir das alterações semânticas provocadas pelo prefixo *pós-* no substantivo *modernidade*, Coracini inicia suas considerações sobre a Linguística Aplicada e a questão da identidade. Como explica esse autor, o prefixo *pós-* acrescenta ao vocábulo modernidade uma noção de ‘posterioridade’. Essa propriedade dos prefixos de operar modificações semânticas nas bases às quais se afixam não é nova. No latim, existiam os prefixos latinos e muitos deles tiveram seus usos ampliados nas línguas neolatinas. Nesta pesquisa, busca-se verificar os processos de gramaticalização que ocorrem com a mudança **preposições > prefixos**, bem como os princípios aplicáveis a essa mudança, comparando textos em língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII entre si, com dados etimológicos e com informações do século XIV, coletadas por Poggio (2002), relativas às preposições que os originaram. Pretende-se mostrar até que ponto os prefixos formados a partir de preposições participaram na formação de derivados nos séculos citados. O aspecto semântico receberá atenção especial, à medida que serão analisados os valores significativos atribuídos pelos prefixos originários de preposições a palavras derivadas, semelhantes à “pós-modernidade”, encontradas nos séculos XVII e XVIII, tendo como ferramenta as teorias semânticas do localismo e dos protótipos. Acrescenta-se ainda a análise de textos dos séculos XIX e XX, objetivando verificar se há continuidade, ou não, das tendências apontadas na dissertação intitulada *Prefixos derivados de preposições em textos de língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII*.

Os prefixos encontrados na contemporaneidade da língua portuguesa são frutos de processos de mudanças constantes ao longo da história, ou seja, daquilo que Mattos e Silva (2002, p. 9) chama, na citação colocada como epígrafe desta pesquisa, de “contínuo fazer-se das línguas”. Acompanhar as alterações formais e semânticas dos prefixos ao longo da história da língua portuguesa é um meio de se verificar o impacto de aspectos de interação social e de constituição cognitiva dos seres humanos no uso lingüístico. Este estudo também

contribui para a análise de determinados fenômenos lingüísticos cujo entendimento fica muito prejudicado, quando se adota exclusivamente uma abordagem sincrônica de análise.

Constata-se que as línguas variam em virtude da pretensão dos falantes de verbalizar da maneira mais adequada as suas intenções. A razão para a mudança lingüística seria, portanto, a busca pela expressividade. Nessa busca, o sistema lingüístico reajusta-se sem cessar (COSERIU, 1979). E, para entender a mudança, é necessário, como destacou Pezatti (2004), diferenciar inovação de aceitação. Pode-se falar em mudança lingüística apenas a partir do momento em que a inovação lingüística foi aceita por mais que um falante. Assim, o processo de mudança lingüística é mais uma questão de aceitação do que de inovação, sendo que, nesse processo, estão envolvidos diferentes níveis lingüísticos (fonológico, morfológico, sintático etc.). A criação de prefixos ilustra bem as considerações acima. Por exemplo, talvez para satisfazer a necessidade de uma expressão mais sintética, e até mais simples cognitivamente, em virtude de um novo contexto cultural, passou-se a usar a palavra *pós-modernidade*, em vez da expressão *tempo posterior ao da modernidade*.

Um dos aspectos que diferenciam os estudos lingüísticos das ciências naturais é que, conforme mostrou Saussure (1975), é o ponto de vista que cria o objeto. Por exemplo, Saussure (1975) aponta como objeto dos estudos lingüísticos a língua considerada em si mesma e por si mesma. Já os funcionalistas acreditam que a língua não pode ser estudada fora do seu contexto de uso, ou seja, na análise da estrutura gramatical, toda a situação comunicativa deve ser considerada. É natural, assim, que várias tendências teóricas procurem explicar o complexo fenômeno da linguagem, incluindo a questão da mudança lingüística.

Como ressalta Maia (2002, p. 231), “depois de algumas décadas de predomínio e valorização do descritivismo sincrônico, o estudo da mudança lingüística volta a situar-se actualmente no centro da investigação lingüística”. Discute-se amplamente essa questão, por exemplo, dentro dos estudos funcionalistas.

Há, nas pesquisas funcionalistas recentes, um crescente interesse pela investigação histórica dos fatos lingüísticos. Tais pesquisas têm sido revigoradas principalmente pela teoria da gramaticalização. O funcionalismo propõe explicações funcionais, comunicativas e/ou cognitivas para se interpretar a mudança. Na ótica funcionalista, o estudo da mudança está vinculado ao pressuposto de que deve existir uma interação e interdependência entre estudos sincrônicos e diacrônicos. Para uma melhor compreensão da mudança, é importante, conforme Poggio (2002), o exame da origem das formas gramaticais, das trajetórias das mudanças dessas formas, além do exame das mesmas como um fenômeno discursivo-pragmático.

Portanto, a pesquisa de prefixos derivados de preposições justifica-se por apoiar a concepção da linguagem como um instrumento dinâmico, variável e, sobretudo, mutável. A verificação dos casos nos quais se constata a mudança **preposição>prefixo**, além dos dados e análises referentes aos processos envolvidos na mudança e às variações semânticas, que porventura tenham ocorrido em relação ao sentido etimológico, poderão se somar a outros estudos que mostram o valor de se considerar a língua, não como um objeto autônomo e abstrato, mas como um instrumento dependente de situações comunicativas reais e que está, conseqüentemente, sujeito a alterações. Esse reconhecimento é um importante passo rumo ao entendimento de determinados fenômenos lingüísticos não explicáveis, quando se adota uma concepção estática da linguagem. Trata-se de uma abordagem pancrônica de estudo da língua, onde se combinam a informação sincrônica e diacrônica, tendo como meta uma análise mais consistente dos processos de mudança, envolvendo as preposições e seus derivados prefixais<sup>1</sup>.

Algumas hipóteses iniciais nortearam esta pesquisa. Por exemplo, processos de gramaticalização podem ser identificados na mudança **preposição > prefixo**. A esses processos aplicam-se determinados princípios de gramaticalização, conforme postulados por autores, tais como Hopper (1991), Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e Castilho (1997). A transformação de preposição em prefixo provoca enfraquecimento semântico do item lingüístico considerado. O *cline* localista **PESSOA >OBJETO>ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE** pode ser verificado nos elementos prepositivos, observando-se que esses elementos gramaticais tendem a uma abstratização crescente.

Esta tese adota a concepção tradicional de prefixo como um elemento morfológico preposto a uma forma verbal ou nominal<sup>2</sup> e focaliza, principalmente, as palavras com prefixos derivados de preposições formadas no português, bem como aquelas transmitidas pelo latim, mas cuja prefixação é identificável na atual sincronia do português. Dividiu-se a pesquisa em sete capítulos, conforme descritos a seguir.

No primeiro capítulo, procede-se a uma revisão da literatura sobre as preposições e os prefixos, com base em gramáticas normativas e em estudos lingüísticos recentes, tendo como objetivo mostrar ao leitor o estado atual das discussões sobre o tema desta pesquisa.

---

<sup>1</sup> Como Faraco (1991) ressalta, as mudanças lingüísticas podem ser de seis tipos: mudanças fonético-fonológicas, mudanças morfológicas, mudanças sintáticas, mudanças semânticas, mudanças pragmáticas e mudanças lexicais. Nesta pesquisa, o foco são as mudanças morfológicas, pois se analisam casos de preposições que se tornaram morfemas derivacionais, e as mudanças semânticas, já que se analisam também as alterações semânticas resultantes da mudança preposição > prefixo.

<sup>2</sup> A prefixação é uma das questões polêmicas nos estudos lingüísticos. Não está bem definida, por exemplo, a fronteira entre a derivação prefixal e a composição e há incertezas quanto à correta identificação dos itens que compõem a categoria dos prefixos. Alguns pontos de vista, encontrados tanto em gramáticas normativas e históricas, como em estudos lingüísticos contemporâneos, serão confrontados no capítulo primeiro desta tese.

No segundo capítulo, discutem-se, especificamente, o funcionalismo e algumas de suas áreas de investigação, tendo em vista que se escolheu a abordagem funcional como suporte teórico para este trabalho de pesquisa. Pretende-se mostrar o foco central da abordagem funcional, suas principais vertentes e exemplos de como a pesquisa funcionalista tem contribuído para o progresso das ciências da linguagem.

Dedicou-se o terceiro capítulo à teoria da gramaticalização, “considerada um subparadigma teórico no entorno da teoria funcionalista” (PEZATTI, 2004, p. 177). Esse capítulo descreve como a gramaticalização tem sido objeto de várias pesquisas nos últimos anos e as diversas propostas de conceito, processos, princípios e de critérios para avaliação do grau de gramaticalização dos elementos lingüísticos.

O quarto capítulo concentra-se na apresentação das propostas semânticas do localismo e dos protótipos. Essas teorias darão suporte teórico para a análise de aspectos semânticos da mudança **preposição > prefixo** em uma parte da história da língua portuguesa.

Reservou-se o quinto capítulo para algumas considerações metodológicas, incluindo-se uma breve descrição dos *corpora* e das etapas e critérios analíticos adotados.

O sexto capítulo é o momento de aplicação do referencial teórico aos dados selecionados. Faz-se uma apresentação de alguns aspectos etimológicos dos elementos prefixais e a análise desses elementos a partir das teorias do localismo e dos protótipos. Identificam-se, em seguida, os processos e os princípios de gramaticalização que se aplicam à formação de prefixos a partir de preposições. Procura-se, também, avaliar o grau de gramaticalização dos prefixos, usando como ferramenta teórica os parâmetros postulados por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e comparando os prefixos entre si e com as preposições analisadas por Poggio (2002).

Ainda no sexto capítulo, realiza-se um esboço de aplicação da proposta de estudo multissistêmico da mudança lingüística, de Castilho (2003), às mudanças envolvendo as preposições e os prefixos encontrados nos *corpora*, em razão das dificuldades encontradas quando se tentou relacionar os dados coletados com o referencial teórico referente ao princípio da unidirecionalidade.

Finalmente, no sétimo capítulo, procura-se resumir os resultados obtidos nesta pesquisa, considerando suas limitações e questões que permanecerão em aberto, aguardando futuras pesquisas. Nesse momento, comenta-se até que ponto as hipóteses citadas antes foram confirmadas pelos dados.

Apresenta-se ainda nesta tese uma segunda parte, englobando os anexos, onde foram reunidas todas as ocorrências de prefixos derivados de preposições retiradas dos

*corpora* com suas respectivas análises.

Assim, acredita-se que esta tese contribuirá para os estudos lingüísticos atuais, pois mostrará a necessidade da convivência harmoniosa de diferentes abordagens teóricas, quando o objetivo é a análise do complexo fenômeno da mudança lingüística, bem como a importância de se conceber a língua como um instrumento dinâmico, sujeito a alterações ao longo do tempo.



## 1 ESTUDOS SOBRE AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS

O objetivo deste capítulo é mostrar o que se tem discutido na literatura contemporânea sobre as preposições e os prefixos. As preposições desempenham um papel fundamental em todas as línguas e estão entre as palavras com o maior número de acepções. Essa diversificação de uso provoca, muitas vezes, o surgimento de prefixos que, na maioria dos casos, contém vestígios semânticos e formais do elemento prepositivo que lhes deu origem. Apesar da evidente carga semântica das preposições e dos prefixos, muitos estudiosos desconsideraram esse fato. Contudo, várias pesquisas vêm colocando em cheque a premissa de que itens relacionais ou afixais são sempre desprovidos de valor semântico quando fora de um contexto.

As considerações a seguir, portanto, apresentarão a base para o estudo dos prefixos derivados de preposições em textos mais antigos. Como, em geral, boa parte dos sentidos expressos pelas preposições se mantém nos seus derivados prefixais, inclui-se, neste capítulo, uma exposição sobre as preposições.

Referente aos prefixos, notar-se-á que há muita polêmica quanto à maneira de se classificar a prefixação. Alguns acham se tratar de um caso de composição, outros de derivação. Apresentam-se nos próximos itens diversos pontos de vista e, em seguida, esclarece-se o ponto de vista adotado nesta pesquisa.

Para uma melhor sistematização dessa revisão da literatura, preferiu-se dividir o capítulo em dois subitens, intitulados “As preposições e os prefixos em gramáticas normativas e históricas” e “As preposições e os prefixos em estudos lingüísticos contemporâneos”.

### 1.1 AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS EM GRAMÁTICAS NORMATIVAS E HISTÓRICAS

#### 1.1.1 As preposições

João de Barros, no século XVI, na sua *Gramática da língua portuguesa* (1957), definiu preposição como uma parte da gramática que se põe entre as outras por ajuntamento ou preposição. Além das preposições propriamente ditas, Barros considerou como

preposições as que são usadas como prefixos na formação de palavras. Esse autor também identificou o papel das preposições na marcação dos casos.

A maioria dos gramáticos contemporâneos, por sua vez, define as preposições como elementos que ligam dois termos, estabelecendo uma relação entre eles. O primeiro termo, denominado *antecedente*, tem o seu sentido explicado ou completado pelo segundo termo, o *conseqüente*. Entre esses gramáticos, há aqueles que consideram que as preposições, isoladamente, são vazias de sentido, tendo apenas um sentido de relação, enquanto outros admitem que algumas preposições têm uma significação intrínseca.

Por exemplo, para Guimarães e Guimarães (1997), “as preposições são conectivos que ligam palavras, estabelecendo entre elas diferentes relações de sentido”. São elementos que não possuem função sintática, mas que transmitem um valor expressivo nas relações mediadas por eles. Esses autores concluem, portanto, que não se pode considerar as preposições vazias de sentido. Guimarães e Guimarães (1997) apresentam exemplos do valor expressivo das preposições:

1) **a** – transmite a idéia de movimento e de tempo.

- Exemplo: *Adriana chegou à praia*

*O avião chegou às dez.*

2) **de** – apresenta várias acepções. Eis algumas delas:

- Movimento: *Paulo viajou de Roma para Milão*

- Origem: *Os favelados procedem de regiões pobres do Brasil*

- Lugar: *De longe, eu observei você chegando*

- Tempo: *Iremos à praia de manhã*

- Causa: *O rapaz quase morreu de tristeza*

3) **com** – companhia e modo

- *O rapaz foi ao cinema com a sua namorada*

- *O rapaz saiu do cinema com os olhos cheios de lágrima*

4) **em** – movimento (no sentido espacial e temporal) e modo

- *O vendedor andou em volta do estádio de futebol*

- *Chegaremos em vinte minutos em São Paulo*

- *Somos parecidos em tudo*

5) **Para** – acepções de movimento, tempo e finalidade

- *Eu estou indo para Brasília*

- *Para* amanhã, está previsto tempo ruim
- *Eu quero encontrá-lo para* acertarmos nossas contas.

Cunha e Cintra (1985) classificam as preposições quanto ao conteúdo semântico, baseando-se no tipo de relação sintática estabelecida por elas. Divide as preposições em três grupos, de acordo com o tipo de relação que elas determinam:

- Nas relações fixas, a função relacional e o conteúdo se esvaziam. Ex:
  - *Necessariamente* **hão de** vencer
- Nas relações necessárias, a função relacional se intensifica e a significação se enfraquece. Ex:
  - *Foi vontade* **de** Deus
- Nas relações livres, há uma significação plena do elemento prepositivo. Ex:
  - *Procurar* **por** alguém.

Bechara (2002), como expresso por ele mesmo no prefácio do seu livro, procura conciliar a modernidade dos estudos da linguagem à necessidade de que têm os alunos de um compêndio que os prepare para atender as exigências de cultura dos tempos atuais. E, de fato, na sua análise sobre as preposições e os prefixos, Bechara não se limita a apresentar as concepções tradicionais sobre essas categorias de palavras. Ele expõe parte da complexidade desses temas, ao contrário da abordagem excessivamente simplista da maioria das gramáticas tradicionais. Para ele, “esconder as possíveis dificuldades do tema para agradar ao leitor é fazer-lhe um desserviço, com graves conseqüências” (BECHARA, 2002). Moderadamente, esse autor procura também introduzir uma terminologia mais relacionada com estudos lingüísticos recentes.

Ao comentar sobre as preposições, Bechara (2002) observa que tudo na língua é semântico, e essa carga semântica varia, conforme o papel lexical ou puramente gramatical que as unidades lingüísticas desempenham nos grupos nominais unitários e nas orações. As preposições não fazem exceção a essa realidade, conforme exemplificado nas frases abaixo:

- *Eu estou* **com** ele
- *Eu estou* **sem** ele

Nas frases acima, é evidente a existência de conteúdos semânticos opostos expressos pelas preposições *com* e *sem*.

Segundo Bechara (2002, p. 560-561), “cada preposição tem o seu significado

unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais...”. Essa posição está em harmonia com os estudos lingüísticos recentes, especialmente, com a teoria dos protótipos e a localista, consideradas no capítulo quarto desta pesquisa. Em outras palavras, cada preposição possui uma acepção primária e outros significados particulares emergem da experiência de mundo e do saber da língua e das coisas que são desfrutadas pelo homem. É citada a preposição *com*. Na língua portuguesa, atribui-se à preposição *com* a noção de copresença. Usando a terminologia também adotada por Dik<sup>3</sup>, Bechara explica que, aquilo que, na língua, mediante o seu sistema semântico, se procura expressar com essa preposição é que, na fórmula **com** + **x**, **x** está sempre presente no “estado de coisas” designado. Os significados ou sentidos contextuais analisados pela experiência de mundo do falante e o saber sobre as coisas (inclusive as coisas da língua que constituem a competência lingüística) permitem ao homem dar um passo a mais na interpretação e depreender uma acepção secundária. Por exemplo, na frase, “Maria cortou o pão *com* a faca”, está presente na preposição *com* não apenas a noção de copresença, mas também a noção de instrumento. Essas explicações de Bechara também estão relacionadas com as teorias do localismo e dos protótipos. Há outros exemplos citados por Bechara:

- *dancei com Marlit* - depois da noção de “copresença”, percebe-se o sentido de companhia.
- *estudei com prazer* - o prazer não só esteve presente, mas representou o “modo” de como a ação foi levada a termo.

Tanto C. Cunha e L. Cintra (1985) como E. Bechara (2002), registram as noções de movimento ou não movimento, considerados a partir da aproximação ou do afastamento em relação a um limite, expressos nas relações preposicionais, consideradas com referência ao espaço, ao tempo e à noção, como se observa no caso da preposição **de**:

- Espacial:
  - *Todos saíram de casa*
- Temporal:
  - *Trabalha de 8 às 12 horas todos os dias*
- Nocional:

---

<sup>3</sup> Ver o item 2.4.2 desta pesquisa.

- *Chorava de dor*

Infante (1995), no seu *Curso de gramática aplicada aos textos*, destaca o relevante papel das preposições na construção do discurso. Ele constata que as preposições não apenas conectam termos de oração, mas também indicam noções fundamentais à compreensão da frase, como é evidente nos exemplos abaixo:

- *com* *pressa* – *sem* *pressa*
- *sob* *a mesa* – *sobre* *a mesa*
- *com* *vocês* – *contra* *vocês*

Infante (1995, p. 321) mostra, assim, com vários exemplos comprobatórios, que:

As relações que as preposições estabelecem entre as partes do discurso são tão diversificadas quanto imprescindíveis, seja em textos narrativos, dissertativos ou descritivos. Noções como tempo, lugar, causa, assunto, finalidade e outras costumam surgir como peças estruturadoras básicas.

Por outro lado, há autores que não admitem que as preposições tenham um valor semântico inerente. Uma posição bem explícita contra o valor semântico intrínseco das preposições é a de Nicola e Infante (1997, p. 224): “a preposição tomada isoladamente nada significa. Ela só tem valor gramatical dentro de um dado contexto. Não exerce propriamente uma função sintática, sendo considerada mero conectivo”. Posição semelhante é a de Almeida:

Quem afirmou que as preposições têm sentido fixo em português? Quem, ciente do que faz, um dia se aventurou a dar os significados das preposições vernáculas, sem o cuidado de exemplificar o emprego? Jamais dirá o professor consciencioso que “de” indica posse, “sobre” significa “em cima de”, “com” denota ‘companhia’. As preposições nossas não têm significação intrínseca, própria, senão relativa, dependente do verbo com que são empregadas, variável de expressão para expressão. Como de nosso organismo as veias só com sangue têm função, as preposições de nosso idioma só com outras palavras têm significado. (ALMEIDA, 1988, p. 337).

Domingos Paschoal Cegalla (1980) também afirma que, isoladamente, as preposições são vazias de sentido, mas admite que algumas delas contêm uma vaga noção de lugar. Cegalla (1980) identifica várias relações que as preposições podem exprimir na frase, como: 'assunto', 'causa', 'companhia', 'especialidade', 'direção', 'fim', 'falta', 'instrumento', 'lugar', 'meio', 'modo', 'conformidade', 'exposição', 'posse', 'matéria', 'origem', 'tempo'.

Faraco e Moura (1996) não fazem referência à carga semântica das preposições.

Apenas dizem que a preposição é um elemento invariável que liga dois termos, sendo que um termo (termo regido) explica ou completa o sentido do outro (termo regente). Muitos gramáticos dividem as preposições em:

ESSENCIAIS – Sempre foram preposições e só funcionam como tal: *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para (pra), perante, por, sem, sob, sobre, trás.*

ACIDENTAIS – Palavras que, embora pertençam a outras classes, podem ter o papel de preposição. Exemplos – *como, conforme, exceto, menos, segundo, visto.*

As locuções prepositivas são grupos de duas ou mais palavras com valor de preposição – *acima de, a fim de, apesar de, sob pena de* etc.

Reconhecendo a dificuldade de se determinar com clareza o tipo de relação que a preposição ou a locução prepositiva estabelecem entre o termo regente e o termo regido, Faraco e Moura (1996) alistam 18 relações que podem ser estabelecidas pelas preposições:

a. ausência:

*Um noivado **sem** beijos, **sem** carícias sutis, **sem** palavras de romance...(J.*

Amado)

b. assunto:

*Mostraram-se hesitantes **acerca da** dieta (Senhor)*

c. causa ou motivo

*Leio no jornal a notícia de que um homem morreu **de** fome (F. Sabino)*

d. companhia

*O senhor bebia café **com** eles. Era o doutor José Lourenço (G. Rosa)*

e. concessão

***Com** apenas três anos, já sabia ler*

f. conformidade ou modo:

*Era capaz de viver **conforme** seus desejos*

g. direção

*Marcharam **em direção ao** palácio*

h. especialidade

*Ele é perito **em** zootecnia*

i. estado ou qualidade

*Ela estava **aos** prantos*

j. finalidade

*Cantava **para** a criança*

l. instrumento

*Destruuiu tudo **a** martelo*

m. lugar

*Viajei **por** capitais européias*

n. matéria

*Vintém **de** cobre*

o. meio

*Assistimos ao jogo **pela** televisão*

p. oposição

*Protestaram **contra** a instalação de uma usina nuclear*

q. origem

*Todo poder emana **do** povo (constituição brasileira)*

r. posse

*O filho **de** Pedro passou no vestibular*

s. tempo

*A crise no casamento, **em** 1980, resultou na separação.*

Assim, Faraco e Moura (1996) exemplificam várias relações possíveis com o uso de preposições. As gramáticas de Guimarães e Guimarães (1997), Bechara (2002), dentre outras, também citam tanto sentidos mais concretos, como o espacial e o temporal, como sentidos abstratos e complexos, como o de concessão e oposição. Percebe-se, portanto, o elevado caráter polissêmico das preposições, fato reconhecido até mesmo pelas gramáticas normativas.

Seguindo a mesma linha de Cegalla (1980), Faraco e Moura (1996) Nicola e Infante (1997) e Almeida (1988), outros autores ou afirmam categoricamente que as preposições, isoladas de um contexto, são vazias de sentido ou se omitem na questão do valor semântico das preposições. Ernani Terra (2002), Sacconi (1994), Cadore (1996), Paschoalin (1989) fazem parte desse grupo.

Observa-se, a partir do que foi exposto, que as gramáticas normativas apresentam variados pontos de vista sobre as preposições. Muitas desprezam a carga semântica desses elementos, enfatizando apenas o seu caráter relacional. Outras afirmam possuir a preposição valor semântico inerente. O ponto em comum na argumentação analisada é o reconhecimento de que as preposições auxiliam na construção de vários tipos de relações que podem se estabelecer entre dois termos de uma oração. Encontra-se, na maioria das gramáticas, uma abordagem excessivamente simplista sobre as preposições, mas, em algumas

delas, dentre as anteriormente citadas, observam-se análises que, em muitos aspectos, se aliam com estudos lingüísticos contemporâneos, como as de Bechara (2002), Infante (1995) e a de Guimarães e Guimarães (1997). Essas gramáticas reconhecem que as preposições, assim como outros signos lingüísticos, possuem valor semântico inerente, em graus diferenciados. Os sentidos expressos pelas preposições, conforme se verá mais adiante, estão intimamente relacionados com os sentidos de seus derivados prefixais.

### 1.1.2 Os prefixos

A prefixação é um tema polêmico. Os pesquisadores não têm um posicionamento harmônico nem quanto à classificação, nem quanto aos critérios de identificação dos prefixos. Até as gramáticas normativas, que em geral omitem a complexidade de vários temas, não são unânimes no tratamento do assunto, e algumas delas inclusive reconhecem que a questão da prefixação admite interpretações diferentes. Nota-se, no entanto, que a tendência mais comum nas gramáticas normativas recentes é a inclusão da prefixação entre os processos de derivação.

Faraco e Moura (1996) afirmam que os processos mais utilizados na renovação lexical em português são a derivação e a composição, os quais operam de um modo regular e sistemático na criação de novas palavras. Para esses autores, derivação é o processo pelo qual se forma uma palavra a partir de outra já existente na língua. A palavra que pode dar origem a outra e que não provém de nenhuma outra é denominada *palavra primitiva*, enquanto que *palavra derivada* é aquela que se origina de outra da própria língua. Exemplo:

*amor* – palavra primitiva.

*desamor, amoroso* – palavras derivadas.

A derivação pode ser prefixal, sufixal, parassintética, regressiva e imprópria. Faraco e Moura (1996), portanto, incluem a prefixação como uma situação normal de derivação. Adotam esse ponto de vista Cadore (1996), Nicola e Infante (1997), Paschoalin (1989), Sacconi (1994), Terra (2002), dentre outros.

A composição, por sua vez, conforme a maioria das gramáticas normativas, é o processo através do qual se criam palavras novas pela junção de palavras ou radicais,



identificáveis pelo falante numa unidade nova de significado único e constante. Exemplos:

*amor-perfeito*

*vaivém*

*aguardente*

As definições de derivação e composição parecem simples. Mas quais, precisamente, são os critérios que definem um item como “palavra” ou “radical” ou como um simples elemento formativo que se antepõe ou se pospõe a radicais? Os prefixos estão no centro desse debate, pois são considerados casos fronteira entre palavras e morfemas.

Bechara (2002) explica que uma palavra se constitui de dois tipos de morfemas: o que expressa o significado das noções do mundo, chamado *significado lexical* ou externo (o radical); e outro que expressa o *significado gramatical* ou interno (os afixos, representados pelos morfemas de flexão e os morfemas de derivação). Note-se que Bechara (2002) confere um estatuto semelhante aos morfemas de flexão e aos morfemas de derivação. Vale citar Perini (1996), que reconhece a falta de clareza na distinção entre morfemas flexivos e morfemas derivativos.

Guimarães e Guimarães (1997), por outro lado, chamam de “afixos” somente os morfemas derivacionais (prefixos e sufixos). Os morfemas flexionais são tratados por eles simplesmente como desinências.

Do mesmo modo, Infante (1995) traça uma clara diferença entre afixos e morfemas flexionais (desinências). Esse autor ressalta que as desinências indicam flexões de uma mesma palavra e os afixos são usados para formar uma nova palavra. O uso de afixos não se deve a uma obrigatoriedade, como no caso das flexões que estabelecem concordância, mas sim a uma opção, ou seja, não há mecanismo lingüístico que torne obrigatório o uso de afixos<sup>4</sup>.

Bechara (2002), dentre outros autores, estabelece distinções entre a sufixação e a prefixação. A sufixação forma uma nova palavra, emprestando à base uma idéia acessória, marcando-lhe a categoria (substantivo, adjetivo, verbo ou advérbio) a que pertence e, geralmente, alterando a categoria gramatical do radical de que sai o derivado.

Os prefixos, por sua vez, emprestam ao radical uma nova significação e se

---

<sup>4</sup> É interessante que Varrão (116 – 27 a.C.) , primeiro gramático latino importante de que se tem notícia , estabeleceu a diferença entre formação derivacional e flexional, conforme Robins (1979). Um dos traços marcantes da flexão é a sua grande generalidade, ou seja, os paradigmas flexionais quase não apresentam omissões e são, de modo geral, os mesmos para todos os falantes do mesmo dialeto ou do uso lingüístico reconhecido como padrão. Essa parte da morfologia Varrão chamou “variação natural” (*declinatio naturalis*). Por oposição, a parte da morfologia de natureza facultativa e menos ordenada da qual fazem parte o que hoje se conhece como formação derivacional, Varrão nomeou como “variação voluntária” (*declinatio voluntaria*).

relaciona m semanticamente com as preposições, apesar de nem sempre existir em português a preposição que corresponde ao prefixo empregado. Esses itens, em geral, se agregam a verbos ou a adjetivos. Mas, ao contrário dos sufixos, que assumem valor morfológico, os prefixos têm mais força significativa, podem aparecer como formas livres e não servem, como os sufixos, para determinar uma nova categoria gramatical. Contudo, Infante (1995) chama atenção para exemplos, tais como:

*bairro – interbairros: transportes interbairros* – Por causa do prefixo *inter*, a palavra *bairro* passou a adjetivo.

Bechara (2002) se posiciona a favor da colocação da prefixação entre os casos de derivação, mas reconhece a legitimidade de também poder considerar a prefixação como um processo de composição, tendo em vista “que os prefixos assumem valor semântico que empresta ao radical novo significado, patenteando, assim, a sua natureza de elemento mórfico de significação externa subsidiária” (BECHARA, 2002, p. 340).

De modo similar, Rocha Lima (1958) argumenta que, como os prefixos originam-se, na maior parte, de vocábulos de vida própria e independente, há dificuldades de se demarcar claramente a fronteira entre a composição e a derivação prefixal. Esse autor, porém, assim como Bechara (2002), prefere incluir a prefixação entre os processos normais de derivação.

Outros gramáticos que apontam para a existência de vários pontos de vista sobre os prefixos são Guimarães e Guimarães (1997). Eles alertam que o processo de formação das palavras é um assunto complexo e abrangente, pois implica conhecimento da etimologia dos radicais e afixos gregos e latinos. Dada a amplitude da matéria, o mais eficiente, para Guimarães e Guimarães (1997, p. 52) é “a pesquisa das palavras em sua origem”. Esses autores colocam a prefixação como processo de derivação, mas salientam a dificuldade de se lidar com alguns casos de prefixação. Para eles, já que alguns prefixos têm um valor independente do radical a que se ligam, é lícito considerar o vocábulo derivado como palavra composta, por exemplo, nas palavras *auto-retrato*, *neo-republicano*, *pseudo-herói*.

Rocha Lima (1958) observa, adicionalmente, que os prefixos correspondem, em regra, a preposições ou a advérbios (extintos ou vivos) e têm um sentido mais ou menos preciso com o qual modificam o sentido da palavra primitiva, como nos exemplos: *por – transpor*; *feliz – infeliz*; *leal – desleal*. Esse autor mostra que tal norma se verifica na maioria dos casos, mas isto não quer dizer que ocorra universal e obrigatoriamente. Em *exceder*, *preceder*, *proceder*, por exemplo, não entra nitidamente a idéia de *ceder*. Inclusive, nem

sempre palavras derivadas se relacionam com palavras primitivas que tenham existência autônoma em português; muitas vezes, a um elemento vocabular herdado do latim ou grego, se apõe uma série de prefixos com os quais se formam numerosos derivados: *aduzir*, *produzir*, *induzir* (do radical de *ducere*). Observa-se que, nesses casos, o falante intuitivamente não percebe claramente a prefixação. A forma latina *cum* figura em raras palavras portuguesas (*cúmplice*, *cumprir*), em que, também, já se perdeu o sentido de derivação.

Infante (1995) ressalta que o dinamismo da língua se reflete no campo dos prefixos, que passam por modificações de forma e sentido. Os prefixos têm capacidade de operar modificações nas palavras às quais se adicionam. Além disso, a língua tende a criar novos prefixos, utilizando muitas vezes preposições e advérbios. A prefixação, portanto, é um dos mecanismos que a língua portuguesa dispõe para, combinando e recombinao morfemas, criar, ininterruptamente, palavras novas como *sem-amor/não-violência*, atuando, dessa maneira, como um instrumento para o incremento de um novo desempenho comunicativo.

A prefixação, dessa maneira, contribui para fazer da língua uma forma de expressão a um só tempo econômica e eficiente. Por exemplo, é mais econômico e talvez mais eficiente o uso do item *sem terra* do que a frase *pessoa que não tem terra*. Esse exemplo mostra ainda que a prefixação muitas vezes adequa a língua a uma nova situação comunicativa. Como a questão das pessoas que não possuem terra tornou-se muito discutida na contemporaneidade, foi cunhada uma nova forma de expressão, mais prática, aludindo a pessoas nessa situação. O uso freqüente da preposição “sem” antes do substantivo “terra” fez com que aquela forma se gramaticalizasse como um prefixo. Fenômeno semelhante ocorreu com os itens prefixais encontrados no *corpus* desta pesquisa, exemplificados no capítulo seis. Assim, justifica-se a tese funcionalista<sup>5</sup> de que a língua é um instrumento de interação social e que não se deve menosprezar o contexto discursivo como fonte de explicações para os fatos lingüísticos.

Quanto à origem, os gramáticos, em geral, classificam os prefixos em latinos e gregos.

Para Napoleão Mendes de Almeida (1988), os prefixos de origem latina podem ser subdivididos em:

- 1) **Prefixos latinos** – os que permaneceram na língua portuguesa em sua forma primitiva.

---

<sup>5</sup> A tese funcionalista é explanada no capítulo dois desta tese.

2) **Prefixos vernáculos** – os prefixos latinos que foram modificados ou aportuguesados

Almeida (1988) distingue-se da maioria dos gramáticos na sua concepção sobre derivação e composição. Para ele, na derivação, o sentido da palavra fundamental é modificado, mediante troca ou acréscimo de sílaba ou sílabas finais (derivação própria, feita por sufixação: *mel+oso=meloso*) ou por um dos processos semânticos (derivação imprópria). E, na composição, o sentido da palavra fundamental é modificado mediante palavras, preposições ou partículas que a ela se antepõem; processa-se por justaposição (duas ou mais palavras se juntam sem que se alterem: *porta-aviões*), ou por aglutinação (quando elas se fundem mediante alguma alteração: *pernalta*, de *perna* + *alta*), ou por prefixação. Assim, Almeida (1997) confere aos prefixos um estatuto de elemento vocabular dotado de significação própria.

A gramática histórica de Coutinho (1958) argumenta que há três fontes de formação do léxico português:

- derivação latina
- criação ou formação vernácula
- importação estrangeira

Coutinho (1958), como Almeida (1988), considera a prefixação como um caso de composição, não de derivação, definindo composição como um processo de formação de palavras pela união de dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, que se combinam para representar uma idéia nova e única, como nas palavras *sobrenadar*, *amor-perfeito*, *fidalgo*.

Para Coutinho (1958), a maioria dos prefixos tem a função de acrescentar à palavra uma idéia acessória. Esses são nomeados por Coutinho como prefixos **inexpletivos**. Já os **expletivos** são aqueles que não acrescentam à palavra nenhuma idéia nova. Outro critério de classificação dos prefixos apresentados por Coutinho é quanto ao uso. De acordo com esse critério, o prefixo pode ser **separável** (que pode ser usado fora do composto como palavra independente: *entre-casca*, *sobre-nadar*) e **inseparável** (o que já perdeu a sua independência, não podendo ser usado como palavra autônoma: *in-grato*, *re-integrar*)<sup>6</sup>

Em sua *Gramática histórica da língua portuguesa*, Said Ali (1965) explica a

---

<sup>6</sup> O foco desta pesquisa são os prefixos “separáveis”, derivados de preposições, usando a terminologia de Coutinho (1958).

derivação como um acréscimo de um sufixo a um vocábulo, formando uma nova palavra. Em relação à prefixação, ressalta que não está bem demarcada a fronteira entre derivação prefixal e composição, haja vista que os prefixos são, geralmente, oriundos de preposições e advérbios, palavras de existência independente.

Percebe-se, portanto, que as preposições e a prefixação não recebem um tratamento uniforme nas gramáticas normativas e históricas, apesar dessas publicações, em geral, preferirem não expor as controvérsias existentes nos estudos lingüísticos.

## 1.2 AS PREPOSIÇÕES E OS PREFIXOS EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS CONTEMPORÂNEOS

### 4.2.1 As preposições

Este item baseia-se, principalmente, no livro *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*, no qual Poggio (2002), a partir de uma consistente fundamentação teórica de cunho funcionalista, empreende um estudo histórico sobre as preposições. Nesse estudo, Poggio observou que, tanto em latim como em português, semanticamente, as preposições se desenvolvem de um sentido espacial para acepções mais abstratas. Essa primeira acepção servirá de base, portanto, para os sentidos metafóricos.

F. de Saussure (1975), em seu *Curso de lingüística geral*, assinala que, provavelmente, o indo-europeu, fonte do latim, não tinha preposições, sendo as relações entre os vocábulos expressas exclusivamente através dos casos, sendo esses muito numerosos e dotados de grande força significativa na língua. Observa Poggio (2002) que, no latim, entretanto, os elementos prepositivos já eram utilizados, mas secundariamente, em virtude da presença ainda marcante das flexões casuais.

É consenso entre os estudiosos que as preposições, inicialmente, eram formas adverbiais, que vieram a ser usadas, especialmente, em conexão com certos casos do nome ou em composição com o verbo. Como explica Poggio (2002), num estágio mais antigo das línguas indo-européias, os casos eram suficientes para indicar as significações, mas, em virtude do enfraquecimento das formas casuais, ou para fins de clareza, esses sufixos foram

fortalecidos com a adição de um advérbio. As preposições foram justamente formadas a partir daqueles advérbios mais frequentemente associados com casos de nomes ou usados em composições com verbos.

Na época do latim clássico, as preposições começaram a se disseminar. A função relacional das preposições, entretanto, era minimizada pela presença ainda forte das flexões casuais. O uso da preposição era necessário apenas para fins de clareza e ênfase.

Contudo, desde o indo-europeu até as línguas românicas, há uma tendência “à desflexionalização, à substituição de uma morfologia integrada por uma morfologia externa, por uma sintaxe que faz apelo a morfemas separados” (POGGIO, 2002, p. 80). Fatores tais como as mudanças fonéticas contribuíram para que as desinências casuais perdessem muito de sua aplicabilidade como elemento indicador de relações. Por causa disso, aos poucos, foi-se generalizando o emprego das preposições já existentes no sistema da língua latina. Diversificou-se e ampliou-se o emprego desses elementos no latim, processo que se acentuou nas línguas românicas para, conforme Coseriu (1967), compensar a perda que o sistema sofreu com o desuso das flexões de caso. Tornou-se, portanto, a preposição, “o morfema relacional por excelência” (CÂMARA JR, 1976), fato que provocou no português e em outras línguas românicas a generalização de uma estrutura frasal em que as preposições estabelecem relações de subordinação, passando a haver também menos flexibilidade na ordem das palavras. Na passagem do latim para o português, o sistema latino de casos e preposições foi substituído por um sistema puro de preposições. Nota-se que, assim como as flexões de caso, as preposições marcam tais relações de subordinação, mas, enquanto os casos ocupavam uma posição sufixal, as preposições ocupam uma posição anterior em relação ao elemento subordinado, o que os torna fortes candidatos a se gramaticalizarem como prefixos, situação que é o cerne desta pesquisa.

Em resumo, o que no latim era expresso por uma forma de flexão, nas línguas românicas é expresso através da construção sintática. As preposições, assim, foram adquirindo uma importância cada vez maior, tendendo a se tornar a marca de quase todas as relações que a flexão nominal exprimia desde o indo-europeu.

Como se observou no item 1.1.1, muitos gramáticos, como Almeida (1988), Rocha Lima (1958), dentre outros, consideram as preposições vazias de sentido. Esses posicionamentos, conforme Poggio (2002), existem em virtude da sutileza de sentidos observados nos itens prepositivos e da conseqüente dificuldade de percepção de seus valores semânticos. Mas, a maioria dos lingüistas atuais adota a concepção de que a presença de um signo necessariamente pressupõe a presença de um significado. Nos dados desta pesquisa,

percebe-se claramente a presença de carga semântica nas preposições, em graus diferenciados, e a transferência de, pelo menos, parte desse conteúdo semântico para seus derivados em forma de prefixo.

Contudo, assim como entre as gramáticas normativas, ainda há divergências nos estudos lingüísticos quanto à natureza semântica dos elementos prepositivos. Para L. Tesnière (1976 *apud* POGGIO, 2002), as preposições são palavras vazias, isto é, palavras que não são carregadas de função semântica. O objetivo delas é simplesmente indicar, precisar ou transformar a categoria de palavras plenas e reger as relações entre elas. Conforme Poggio (2002), os gerativistas também falam de “morfemas vazios” ao tratarem das preposições. Para eles, algumas preposições são vazias de conteúdo, sendo introduzidas em uma expressão através de inserção lexical, como por exemplo, em “gostar **de**”.

Já B. Pottier (1962) vê as preposições, assim como outros signos, como palavras plenas de sentido.

L. Rubio (1983), numa posição mais moderada, assinala que as preposições, em contraste com as desinências casuais, realçam-se por sua semântica mais próxima às palavras autônomas do que aos puros morfemas gramaticais.

Segundo F. Borba (1971), como a preposição é um elemento integrante do sistema da língua, seu conjunto de valores semânticos realiza-se de acordo com o contexto em que ela está inserida. Muitas vezes, as preposições são responsáveis pela diversidade semântica do texto, como no exemplo:

*Hoje eu queria andar lá **em cima**, **nas nuvens**, **com** as nuvens, **pelas** nuvens, **para** as nuvens* (BORBA, 1971).

Poggio (2002) cita ainda a classificação das preposições postulada por Galichet (1970), baseada na natureza das relações estabelecidas por essas partículas:

- 1) **Preposição forte**: preposição independente e necessária para o estabelecimento da relação. Na sentença *Ele não vive **sem** você*, a preposição tem valor pleno e sem a sua presença a frase ficaria obscura.
- 2) **Preposição aglutinada**: preposição que está sob a influência de um dos termos, podendo, inclusive, ser omitida. Nessa situação, a preposição pode ser também atraída por um dos termos, constituindo uma unidade com ele. Exemplo: *Marcos achou por bem concordar **com** ele nessa questão*.
- 3) **Preposição fraca**: preposição que é usada apenas como um reforço ou marca formal, nas situações em que a aproximação dos termos é suficiente para exprimir a relação, como, por exemplo, na frase *Tenho **de** partir*.

Conforme se verá mais adiante, essas três situações de usos de elementos prepositivos podem dar origem a elementos prefixais.

Para o estudo das preposições em latim e em português, muitos autores baseiam-se na teoria localista<sup>7</sup>. B. Pottier (1962), por exemplo, assinala que esses elementos possuem uma base espacial, a partir da qual se desenvolvem noções de tempo, bem como outras noções abstratas. Nessa visão, esses três valores, o espacial, o temporal e o nocional, originam-se um do outro, nessa ordem, sendo, portanto, o espacial o sentido primitivo de uma preposição. Ou seja, “o espaço é a noção mais básica, sobre a qual as demais noções circunstantes serão decalcadas, através de processos metafóricos” (COSTA, 2003, p. 51). Pottier (1962) acredita que as preposições se encontram distribuídas no universo dimensional e no universo nocional, podendo o universo dimensional ser considerado através do espaço e do tempo. As preposições, portanto, conforme esse ponto de vista, devem ser estudadas nos três aspectos: espaço, tempo e noção.

Assim, observou-se nessa breve consideração que a polêmica encontrada nas gramáticas normativas referente às preposições também existe entre os lingüistas. Dentre eles, alguns consideram as preposições vazias de sentido, já outros, como qualquer outro signo dotado de plena significação. Parece que uma posição intermediária é a mais apropriada. Por um lado, deve-se admitir que as preposições não possuem o mesmo peso semântico de um substantivo ou de um verbo, por exemplo, pois não se percebe nas preposições uma representação da realidade objetiva, ou seja, uma nítida ligação com a realidade extralingüística. Por outro lado, não se pode deixar de notar as claras noções transmitidas pelos elementos prepositivos, como os valores 'espaço' e 'tempo' e noções ainda mais abstratas. Acontece que algumas preposições tendem a ser usadas com muita freqüência e em contextos generalizados, o que, por vezes, dificulta a sua análise semântica. Mas isso não deve levar à conclusão de que as preposições são vazias de sentido. Cabe ao lingüista, como ressalta V. Brondal (1970 *apud* POGGIO, 2002), pesquisar que unidade básica se encontra por trás da variedade de realizações na fala, tendo em vista que a preposição possui uma significação central, e é exatamente isso o que, dentre outros procedimentos, procura-se fazer nesta pesquisa, no caso dos elementos prefixais derivados de preposições.

---

<sup>7</sup> A Teoria Localista é explanada no capítulo quarto desta pesquisa.



### 1.2.2 Os prefixos

Na análise das gramáticas normativas, percebem-se vários desacordos quando o assunto é a prefixação. Esses desacordos vão desde os critérios para se reconhecer a prefixação até a forma de classificar esse processo de formação de palavras. Mas, a maioria das gramáticas reconhece a importância da prefixação no português e a elevada capacidade dos prefixos de operar modificações de sentido no interior dos derivados. Os estudos lingüísticos sobre o tema geralmente analisam os aspectos mais polêmicos sobre a prefixação e consideram o valor semântico dos elementos prefixais. Neste item, faz-se uma breve resenha de diferentes abordagens. No capítulo seis, alguns desses estudos são novamente considerados. Pela literatura pesquisada, a falta de acordo quanto ao tratamento que deve ser dispensado aos prefixos não se restringe ao âmbito das gramáticas normativas.

O trabalho de Romanelli (1964, p. 5) tem como principal objetivo realizar um “estudo metódico e exauriente dos prefixos latinos e de seu papel na composição das palavras.” Note-se que Romanelli considera, portanto, a prefixação, como um processo de composição, não de derivação. Esse autor esclarece que usa o termo *prefixo* tomado em sua acepção clássica de elemento morfológico preposto a uma forma verbal ou nominal. Romanelli chama atenção, contudo, para a tendência de substituir a denominação de prefixo pela de *prevérbio*. Contudo, *prevérbio*, como explica Romanelli, é um tipo particular de prefixo, ou seja, aquele que é preposto a uma forma verbal.

Romanelli (1964) divide os prefixos em dois tipos: um que se prepõe ao verbo, o *prevérbio*, e outro que se prepõe ao nome que, por analogia, Romanelli chama de *prenome*.

Apesar de Romanelli (1964) se concentrar exclusivamente nos prefixos latinos, julgou-se seu trabalho relevante para esta pesquisa, uma vez que todos os prefixos derivados de preposições analisados já tinham vida própria no latim. Inclui-se na pesquisa desse autor o prefixo seguido de todas as suas variantes, isto é, de todas as formas de que ele se reveste para atender às acomodações fonéticas impostas pelo elemento inicial da palavra prefixada. Além de simplesmente relacionar as variantes, ele aponta a situação em que ocorre cada uma delas, analisando, à luz da fonética histórica, as alterações que lhes deram origem. Esse autor faz também a distribuição dos compostos verbais e nominais em grande número de agrupamentos semânticos, numa tentativa de representar todas as diferentes acepções que podia assumir o mesmo prefixo dentro da língua. O total de 43 prefixos latinos é analisado por esse estudioso. No capítulo seis, onde se aplica o referencial teórico ao *corpus* selecionado, faz-se uso de

alguns dados de Romanelli (1964) para fins comparativos.

Geralmente há, nos prefixos latinos, como mostra Romanelli (1964), uma acepção mais antiga e a partir dela se desenvolvem todas as outras. Essa observação relaciona-se de perto com a hipótese localista, considerada no capítulo quarto desta pesquisa, de que os signos possuem um sentido primitivo, o espacial, a partir do qual se derivam outros sentidos.

Esse autor explica que o indo-europeu não admitia qualquer forma de prefixação ao elemento radical, salvo o redobro verbal, de caráter gramatical, ou o redobro nominal, de caráter expressivo. A palavra indo-européia constituía-se, fundamentalmente, de três elementos: a raiz, o sufixo e a desinência. O processo normal, portanto, de formação das palavras era a derivação, jamais a composição<sup>8</sup>. Só muito mais tarde surgiria o prefixo, como uma inovação no quadro geral das línguas indo-européias. A consideração de línguas de aspecto mais arcaico (como as que serviram de veículo à literatura religiosa dos Vedas e do Avesta) leva à conclusão, conforme Romanelli (1964), de que os prefixos, em suas mais remotas origens, parecem ter sido antigas formas casuais, sobretudo de valor locativo e instrumental, que, destacadas do sistema de flexão nominal, acabaram por se fixar no indo-europeu como advérbios de sentido concreto. Esses antigos elementos adverbiais não vieram a se antepor apenas aos nomes, mas também aos verbos, precisando-lhes o sentido, mediante uma noção de caráter sobretudo local ou instrumental. Note-se que o processo de gramaticalização envolvendo advérbios e preposições ocorria, dessa maneira, desde o indo-europeu.

Os advérbios foram, pouco a pouco, especializando-se como preposições, com regimes próprios e definidos. Pode-se acrescentar a essas conclusões de Romanelli (1964) que a continuidade dos processos de gramaticalização<sup>9</sup> redundou no aparecimento dos prefixos.

Em seu livro *Estudos de lexicologia do português*<sup>10</sup>, Mário Vilela (1994) faz levantamento exaustivo de tipos e modelos formativos da língua portuguesa em uma perspectiva sincrônica e nas suas diferentes modalidades. O referido autor vê o léxico de uma língua como o dicionário ideal dessa língua. Nas palavras de Vilela (1994, p. 10), léxico “é o saber interiorizado, por parte dos falantes de uma comunidade lingüística, acerca das propriedades lexicais das palavras (propriedades fonético-fonológicas e gráficas, propriedades

---

8 Como visto anteriormente, o autor considera a prefixação como caso de composição.

<sup>9</sup> Como será visto no capítulo três, a continuidade e o gradualismo é um dos princípios de gramaticalização identificados por Castilho (1997).

<sup>10</sup> A lexicologia procura estudar todos os aspectos das palavras de uma língua, priorizando, sobretudo, a análise da estrutura interna do léxico, nas suas relações e inter-relações.

sintáticas e semânticas)”.<sup>11</sup>

A formação de palavras é um processo importante na constituição do léxico das línguas particulares. Nos processos derivativos, como explica Vilela, estão envolvidos aspectos:

- 1) **Lexicológicos**, pois é no léxico, como repositório de entidades lexicais (bases, afixos, palavras), que o processo formativo vai buscar os seus elementos.
- 2) **Morfológicos**, já que a combinação de elementos constitutivos mexe com a estrutura interna das palavras.
- 3) **Sintáticos**, pois, muitas vezes, processos de formação de palavras envolvem recategorizações.
- 4) **Pragmáticos**, pois processos formativos alteram as condições de uso das palavras.
- 5) E, sobretudo, aspectos **semânticos**, pois os processos derivativos resultam em alterações semânticas nas palavras.

Antes de proceder à sua análise, Vilela (1994) apresenta outros pormenores teóricos fundamentais. Para ele, a formação de palavras é o domínio da Linguística que identifica, descreve e analisa as combinações de morfemas correspondentes ao conceito de *palavra*.<sup>11</sup> As unidades abrangidas nesse domínio comportam pelo menos dois morfemas. O objetivo de Vilela é apresentar alguns dos princípios e dos processos que, de fato, se verificam na formação de novas palavras, analisando as regularidades observadas na combinação de morfemas. O estudo concentra-se nas classes em que se verifica maior mobilidade formativa, as chamadas *classes abertas* (verbos, substantivos, adjetivos e advérbios), tendo como ponto de partida o conteúdo.

A criação de novas realidades resultantes de alterações sociais diversas provoca uma crescente flexibilização da língua. A formação de palavras é, entre os processos de renovação lexical, o que responde a todas essas solicitações do mundo extralingüístico, pois é o mais econômico e sistemático, apresentando um menor grau de arbitrariedade.

---

<sup>11</sup> Os critérios que geralmente são usados para delimitar uma “palavra”, conforme esclarecido por Vilela (1994), são:

- 1) A autonomia oracional
- 2) A permutabilidade externa
- 3) A existência de capacidade para desempenhar uma função sintática

Na formação de palavras, vários tipos de morfemas atuam, como por exemplo:

- **Morfemas básicos:** o elemento recorrente numa família de palavras e que transporta o significado lexical, constituindo-se, assim, na forma de partida na formação. Por exemplo, em *compar-ar*, *compar-ação*, *in-compar-ável*, o elemento *compar-* é o morfema central, semanticamente o mais importante, o portador de significado da palavra.
- **Morfemas derivativos:** morfemas que podem atuar como marcadores sintáticos, acrescentar algum significado ao morfema básico ou ter um valor relacional. Incluem-se entre os morfemas derivativos os prefixos e os sufixos.
- **Morfemas flexivos:** morfemas que não modificam o significado da base e constituem diferentes formas de uma palavra.

Para identificar um prefixo derivativo, Vilela (1994) argumenta que se pode recorrer ao critério da produtividade. Assim, um elemento pode ser interpretado pelo falante como prefixo derivativo se a sua produtividade for efetiva, ou seja, se corresponder a um modelo disponível e memorizado. Outro critério é o semântico, que distingue os morfemas derivativos dos flexivos. Os morfemas derivativos modificam o significado da base, o que não acontece com os morfemas flexivos. Esses critérios, para Duarte (2005a), como se verá mais adiante, não são suficientes para a correta identificação dos prefixos.

Algumas incoerências podem ser percebidas em Vilela (1994), quando o assunto é prefixo. Ele, em geral, trata os prefixos como elementos de derivação, mas muitas vezes reconhece esses elementos como possuindo características de morfema básico, ou seja, um elemento de composição. Por exemplo, esse autor classifica os morfemas em livres e presos, referindo-se à possibilidade desses elementos ocorrerem ou não como palavra isolada. Em geral, os morfemas básicos, que é o ponto de partida da formação de palavras, são livres. Mas muitos prefixos (*sobre*, *contra*, *antes*, por exemplo) ocorrem isoladamente nas sentenças. E, como o próprio Vilela (1994) admite, “composição é o processo formativo que resulta da combinação de pelo menos dois morfemas, que ocorrem como morfemas livres”. Segundo esse critério, a prefixação não seria, portanto, em várias situações, um caso de composição? Notam-se, assim, em Vilela (1994), oscilações ao tratar desse assunto.

Vilela (1994) ressalta que os prefixos, na unidade lexical, possuem apenas o papel de indicadores de relação, relação que é comparada com a que é estabelecida pelas preposições e muitas vezes também pelos advérbios. Mas, conforme se verá depois, Mattoso

Câmara Jr. (1976), por exemplo, eleva à condição de vocábulo elementos como as preposições. Por isso, esse autor acredita que a prefixação é melhor classificada como um caso de composição, ou seja, a reunião de dois ou mais elementos lexicais.

Os prefixos contêm marcas das formas adverbiais e prepositivas que lhes deram origem, categorias cujos valores marcantes são o espaço e o tempo, o que é reconhecido por Vilela (1994)<sup>12</sup>. Por isso, os sentidos de 'espaço' e 'tempo' são os mais recorrentes dos prefixos do português, aparecendo também conteúdos mais abstratos como 'oposição' e 'intensidade'. O citado autor apresenta um leque dos prefixos mais marcantes e produtivos, usando o critério semântico como critério de classificação. Eis alguns deles:

1) Prefixos que exprimem espacialidade. Vilela (1994) reconhece que as designações de espaço são fundamentais nos prefixos. Várias dimensões espaciais podem ser expressas através da prefixação.

- 'abaixo de': SUB, HIPO, INFRA (*subtítulo, infra-estrutura*)
- 'acima de': SOBRE, SUPRA (*sobreposição, supra-citado*)
- 'fora de': EXO, ECTO, EXTRA (*extra-território*)
- 'dentro de': ENDO, INTRA (*intra-comunidade*)
- 'entre': ENTRE, INTER (*inter-estados*)
- 'antes': ANTE, PRÉ (*antecâmara, prefixo*)
- 'através de' ou 'além de': DIA, TRANS (*transalpino*)

2) Prefixos que exprimem temporalidade. As seguintes nuances semânticas são distinguidas no campo temporal:

- 'antes do tempo': ANTE, PRÉ (*anteontem, pré-história*)
- 'num tempo anterior e que já não é': EX (*ex-deputado*)
- 'depois de': PÓS, POST (*pós-venda, pós-guerra*)
- 'há pouco tempo': RECÉM (*recém-nascido*)

3) Prefixos que exprimem 'oposição', 'atitude hostil'

- ANTI (*anti-comunismo*), CONTRA (*contra-informação*)

4) Prefixos que exprimem 'atitude favorável'

---

<sup>12</sup> Isso atesta o princípio da persistência de Hopper (1991), que será considerado no capítulo três.

- PRÓ (*pró-europa*)

5) Prefixos que exprimem negação

- A (*assexualidade*), SEM (*sem-terra*), DES (*desfavor*), IN (*indisciplina*), NÃO (*não-profissional*)

6) Prefixos que exprimem intensidade

- EXTRA (*extra-suave*), SUPER (*super-homem*), SOBRE (*sobrevalorização*)

7) Prefixos que exprimem 'no lugar'

- PRO (*pronome*), VICE (*vice-presidente*)

Esse autor aponta também elementos lingüísticos que atuam tanto no processo de derivação como no de composição (AUTO, TELE etc.), o que demonstra a dificuldade taxionômica, quando a questão é a prefixação.

É importante observar que um mesmo prefixo pode assumir valores espaciais, temporais e outros mais abstratos. E é justamente essa relação entre diversos campos semânticos, conforme ilustrado pelos prefixos, que a teoria localista procura explicar, como será visto no capítulo quatro.

Paulo M. T. Duarte (2005a) possui vários estudos sobre os prefixos, inclusive sua tese de doutorado versou sobre o tema. Na revista *DELTA*, Duarte (2005a) apresentou criticamente diferentes abordagens sobre os prefixos, citando diversos autores, numa tentativa de sistematizar alguns dos critérios mais importantes para a identificação dessa entidade lingüística.

### **O critério transformacional**

Esse critério já se delineia em Chomsky e Halle (1968 *apud* DUARTE, 2005a) e está vinculado ao modelo gerativo-transformacional, que separa a estrutura profunda da estrutura superficial. Basicamente, esses autores postulam que um determinado item lexical pode se converter em prefixo na estrutura da superfície. Parece que Chomsky e Halle adotam a concepção tradicional de que prefixos são afixos que antecedem a raiz. Acontece, como alerta Duarte (2005a), que tal concepção não é um instrumento eficaz na distinção entre os modelos prefixo-radicais e radico-radicais. Por exemplo, conforme a teoria de Chomsky e

Halle, o elemento **porta** na formação **porta-bandeira** e **amor** em **amor-perfeito** poderiam também ser considerados, segundo esse critério, formas prefixais. Mas nenhuma gramática tradicional e nem mesmo a intuição do falante reconhecem nessas situações um prefixo.

Duarte (2005a) cita ainda Gualbert (1975), que, na linha da semântica gerativa, apresenta considerações interessantes sobre os processos derivacionais. Para ele, uma das claras diferenças entre os prefixos e os sufixos é a de que os prefixos tendem a uma autonomia que os sufixos não ostentam. O morfema prefixal possui, por exemplo, um maior grau de separabilidade<sup>13</sup>. Mas isso não parece justificar a atribuição de um caráter nominal a esses morfemas, como mostra o trabalho de Chomsky (1970 *apud* DUARTE, 2005a).

### **Propostas baseadas no critério da produtividade**

Autores como Martinet (1973) e Pottier (1962) usam a estatística como ferramenta na investigação do processo de criação lexical e postulam um critério baseado na oposição inventário limitado/inventário ilimitado. Como visto antes, Vilela (1994) também considera importante o critério da produtividade na identificação dos prefixos.

Para Martinet, lexicais são os monemas<sup>14</sup> que pertencem a inventários ilimitados; gramaticais são os que, nas posições consideradas, alternam-se com um número relativamente restrito de outros monemas. Esse autor considera os afixos lexemas, não sendo, porém, categórico nessa questão, pois ele reconhece que os prefixos ora podem ser inseridos no léxico, ora na gramática. Daí a razão de a prefixação ser considerada por uns como caso de derivação, e, por outros, como caso de composição.

Pottier também lançou mão de dados estatísticos, mas chegou a uma conclusão diferente da de Martinet (1973). Pottier (1962) distingue a classe dos lexemas e a classe dos formantes, incluindo os prefixos entre os formantes, sendo mais categórico do que Martinet em suas considerações. Eis a afirmação de Pottier (1962, p. 95):

Baseando-se nas possibilidades combinatórias no interior de uma mesma classe de morfemas, distinguimos os lexemas, que pertencem a uma categoria com um grande número de variáveis (p.ex.: a partir de cinco mil em francês) e os formantes ou morfemas que pertencem a uma categoria com pequeno número de variáveis facilmente determináveis.

<sup>13</sup> Conforme exemplificado por Duarte (1998), palavras como pré-operatório e pós-operatório provam que o elemento prefixal, em um contexto apropriado, pode ser separado do adjetivo, como na frase *O médico fará exames pré e pós-operatórios*.

<sup>14</sup> Conforme Martinet (1973), monemas são unidades de primeira articulação e podem ser divididos em gramaticais (ou morfemas) e lexicais (ou lexemas).

Mas não parece muito sensato ser categórico, quando o assunto em pauta é a prefixação, pois os prefixos constituem um conjunto de elementos lingüísticos que admite olhares diferentes. Por um lado, em relação às formas lexicais, os prefixos possuem um inventário ou número de elementos reduzido, pertencendo, conforme esse critério, ao domínio gramatical. Mas, por outro lado, pode-se dizer que a classe dos prefixos tende a aumentar em número, o que não acontece, por exemplo, com os artigos. Nesse ponto de vista, os prefixos poderiam ser colocados entre os itens lexicais e, conforme a própria tipologia que Pottier (1962) postula, descrita abaixo, os prefixos formam uma classe heterogênea de elementos.

Nos seus estudos, Pottier (1962) chegou à seguinte tipologia prefixal:

- 1) **Zona 1:** morfemas gramaticais semi-autônomos, de natureza quantitativa: *multimilionário, super-homem, bidimensional*.
- 2) **Zona 2:** morfemas gramaticais quantitativos integrados: *indescritível, refazer*.
- 3) **Zona 3:** morfemas gramaticais autônomos, que correspondem aos relatores: *sobrecarregar, encaixar*.

Em resumo, tanto Pottier (1962) como Martinet (1973) baseiam-se no critério da produtividade, de caráter evidentemente funcionalista, para identificar as unidades prefixais, critério que, isoladamente, é insuficiente para atender a esse objetivo. O elemento *guarda*, por exemplo, em *guarda-roupa*, aparece em vários compostos do mesmo tipo, mas não é, em geral, considerado como um prefixo.

Há outras versões do critério da produtividade, como o critério da formação em série. Galery (1969 *apud* DUARTE, 2005a), afirma que prefixos são todos os elementos que entram num número razoável de palavras, como elemento formador. É o que acontece com itens, como *entre-*, *contra-*, *in-*, *re-*.

Sandmann (1996) vê tanto os prefixos como os sufixos como formas presas, através das quais se podem formar palavras em série, mas admite que os prefixos têm uma função primordialmente semântica, enquanto que os sufixos, uma função principalmente sintática. Sandmann (1996) chega a reconhecer adicionalmente a classe dos prefixóides, que se caracterizam por assumir identidade formal com preposições e advérbios, constituindo semiderivações.



### O critério semântico-gramatical de Câmara Jr.

Vendryès (1950 *apud* DUARTE, 2005a) influenciou fortemente a concepção de Câmara Jr. Vendryès criou os termos *semantemas* (elementos lingüísticos que exprimem idéias e representações) e *morfemas* (elementos que expressam relações entre idéias). Os afixos e as desinências, por exemplo, são incluídos entre os morfemas. Essa distinção, centrada na significação, inspirou Câmara Jr. a construir uma concepção semântica de palavra. A seguinte citação expressa claramente o critério semântico adotado por Câmara Jr. (1992):

Na língua portuguesa, o prefixo, que é a variante presa das formas dependentes chamadas preposições, cria uma nova significação externa para a palavra a que se adjunge, e por isso se deve considerar o processo da prefixação como uma modalidade da composição vocabular.

Portanto, para Câmara Jr., a prefixação é um processo de formação de palavras que deve ser considerado como composição porque, em geral, os prefixos ostentam o valor significativo das preposições.

Basílio (2005) explica que a proposta de Câmara Júnior, que considera fundamentalmente o critério semântico para a determinação das palavras compostas, diferencia-se nitidamente da dos estudiosos tradicionais ou estruturalistas, que estabelecem como critério fundamental a combinação de palavras ou radicais. Para Câmara Jr. (1992), os prefixos possuem significado, enquanto que os sufixos não. Os prefixos, em geral, correspondentes às preposições<sup>15</sup>, alteram fundamentalmente a significação do semantema, constituindo-se, dessa maneira, não em morfemas, mas em semantemas subsidiários, ou seja, em elementos que também possuem certa significação externa. Por isso, esse autor considera a prefixação um caso de composição, reconhecendo, entretanto, que “muitos gramáticos preferem incluir sufixos e prefixos na derivação, que passa a ser sufixal e prefixal (..)” (CÂMARA JR., 1992). Basílio (2005), defendendo as posições de Câmara Jr., acha que se deve fazer jus “à intuição do mestre”, que considera a maior pertinência semântica verificada nos prefixos em relação aos sufixos e às formas flexionais.<sup>16</sup>

---

15 Em nota de pé-de-página, Câmara Jr. chama atenção, no entanto, para o fato de que, em alguns casos, falta o correspondente prepositivo para o prefixo.

16 Basílio (2005) explica adicionalmente que, ainda que gramáticos antigos, como Varrão, gramático latino do século I a.C., tenham intuído a distinção entre derivação e flexão, ou que termos como radical e afixos já sejam utilizados por séculos, apenas no século XIX, com o advento da Lingüística Histórica, passa a haver uma preocupação geral com a estrutura interna da palavra. É nesta época que o termo morfologia passa a

Lakoff e Johnson (2002) acreditam que, de fato, motivações semânticas estão por trás do uso de formas prefixais, citando exemplos de frases, tais como:

1) *Eu não estou feliz*

2) *Eu estou **infeliz***

Note-se que o prefixo negativo *in-* está mais próximo do adjetivo feliz do que a partícula *não*. A negativa tem efeito mais forte na segunda frase do que na primeira. **Infeliz** significa ‘triste’, e **não feliz**, ‘nem feliz nem triste’, podendo-se, nesse caso, atribuir-se uma interpretação neutra para o adjetivo. Tudo, portanto, parte da metáfora convencional de que quanto maior é a proximidade, maior é o efeito, ou seja, é a metáfora dando sentido à forma. Não seria, então, a motivação semântica um aspecto importante para a formação de vocábulos derivados estudados nesta pesquisa?

Determinados aspectos das postulações de Câmara Jr. são questionáveis. Por exemplo, diversos autores, como Sandmann (1996), afirmam que os sufixos não são assemânticos. Alguns sufixos exibem nítidos valores semantemáticos. As afirmações de Câmara Jr. são também de difícil aplicação em prefixos que ostentam comportamento gramatical. Outro aspecto é que a correspondência que se verifica algumas vezes entre as preposições e os prefixos quanto à forma e ao sentido não se verifica quanto à função. Os prefixos, diferentemente das preposições, não possuem um caráter relacional. E, como o próprio Câmara Jr. reconhece, nem todos os prefixos correspondem a preposições. Os dados desta pesquisa, apresentados mais adiante, mostram, adicionalmente, que não há correspondência semântica plena entre as preposições e seus derivados prefixais.

### **Propostas baseadas na operacionalidade do conceito de raiz**

Para Basílio (1974) são raízes:

- 1) Os elementos mórficos passíveis de ocorrência isolada.
- 2) Os elementos que servem de base para a formação de derivados.

O primeiro critério leva à conclusão de que elementos, tais como *contra-*, são raízes, já que ocorrem também como preposição. Mas, conforme já discutido, não há uma identidade funcional entre a forma afixal e a prepositiva. Trata-se do mesmo significante, com nuances semânticas semelhantes, mas com funções distintas. Monteiro (1991), aplicando o segundo critério de Basílio, considera o termo *super-* raiz, porque deste resultam palavras

como *superar*. Mas, como ressalta Duarte (2005a), intuitivamente, o falante não vê em *superar* um derivado de *super*. Esse conhecimento só é acessível aos conhecedores da diacronia do português. Por esses motivos, Sandmann (1996) e outros autores preferem encarar essas formas como prefixóides, ou seja, enquadrá-las no fenômeno da semiderivação.

É. Bessa (1986 *apud* DUARTE, 2005a), concordando com os critérios propostos por Basílio, acrescenta um terceiro: a mobilidade distribucional. Conforme exemplificado por Duarte, *filo* é radical por poder ocupar posições diferenciadas no vocábulo (*filocomunista*, *francófilo*). O mesmo acontece com *fono* (*fonógrafo*, *hipnofono*).

Adotando alguns pontos de vista de Basílio e E. Bessa, Duarte (2005a) acredita que o prefixo típico pode ser caracterizado como elemento mórfico de posição estritamente inicial, conseqüentemente, sem mobilidade distribucional, sem correspondência formal com nenhum item lexical e sem possibilidade de constituir base de derivação. Assim, parece que, para Duarte (2005a), a prefixação é melhor explicada como um caso de derivação, apesar de admitir formas fronteiriças, como *contra* (*contra-atacar*), *não* (*não ocorrência*) e *mal*.

Vale acrescentar as observações de Schwindt (2005), que classifica os prefixos do português brasileiro quanto ao *status* prosódico. De acordo com esse critério, os prefixos estão divididos em dois grupos:

- 1) **Prefixos composicionais** – configuram-se como palavras fonológicas independentes. Ex.: *contra-*, *pós-*, *ante-*.
- 2) **Prefixos legítimos** – estruturam-se como sílabas átonas afixadas à esquerda de uma base. Ex.: *a-*, *con-*, *en-*, *sub-*.

Tanto Duarte (1998) como Schwindt (2005), usando diferentes critérios, procuram apontar os elementos que apresentam um grau maior de integração à categoria dos prefixos. Assim, é possível a identificação dos elementos que podem ser considerados prefixos prototípicos.

Portanto, os estudiosos admitem diversas alternativas de análise para os prefixos, o que mostra a posição intermediária entre unidades lexicais e gramaticais ocupada por esses elementos. O fato é que os elementos tradicionalmente tidos como prefixos não constituem uma classe uniforme. Em uns observa-se um acentuado caráter semântico, em outros, o caráter gramatical ou formativo é que se sobressai. Por isso, autores como Ferreira (1990), Li Ching (1973) e Carvalho (1974), como mostra Duarte (2005a), citam diversos critérios para a distinção entre prefixos e pseudoprefixos (ou 'falsos prefixos'), como o braquissêmico, que consiste no emprego de parte do lexema por todo ele (por exemplo, lexema: *automóvel* / forma reduzida: *auto*).

Em resumo, tanto nas gramáticas normativas e históricas como nos estudos lingüísticos contemporâneos, percebe-se que a prefixação é um tema polêmico. Há muitas divergências quanto aos critérios que distinguem os elementos derivativos dos elementos composicionais. Mas, observou-se que há uma forte tendência, principalmente nas gramáticas normativas, de se enquadrar a prefixação como um fenômeno de derivação. Um levantamento realizado por Monteiro (1991) também mostrou essa tendência. Dos autores consultados por ele, 60% optaram pela derivação como melhor classificação para a prefixação.

Nesta pesquisa, prefere-se encarar os prefixos derivados de preposição como elementos de derivação, embora se reconheça que a divisão entre derivação e composição nem sempre seja nítida. Como visto antes, Duarte (2005a) e outros autores observam a falta de correspondência funcional entre os prefixos e as preposições, pois os prefixos não têm a função de relacionar termos na sentença. A essa falta de correspondência funcional, os dados do *corpus* adotado neste trabalho parecem indicar também uma falta de correspondência formal e semântica, pois, em alguns casos, as preposições sofrem um processo de fonologização ao serem usadas como prefixos, e os valores semânticos observados nas preposições não são idênticos aos observados em seus correspondentes prefixais. Vale lembrar que os que optam pela inclusão da prefixação no campo da composição se baseiam no fato de que os prefixos correspondem a formas livres: advérbios e preposições. Contudo, existem prefixos que já não são mais usados como palavras isoladas, como *dis-*, *re-* e *in-* negativo. Além disso, parece que, didaticamente, situar a prefixação dentro da derivação é a melhor maneira de classificar, associando sufixação e prefixação, pois não parece lógico “atirar para campos opostos os sufixos e os prefixos, duas idéias que necessariamente se associam no espírito infantil” (MOTA, *apud* LUFT et al., 2005, p. 44). Outro argumento é a combinação de derivação prefixal com a derivação sufixal na chamada *parassíntese*, que é a ampliação de palavra já existente pelo acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo. Por esses motivos, parece melhor considerar os prefixos estudados aqui como elementos que formam derivados, não compostos, o que não significa dizer que esses elementos não tenham, em determinados casos, um acentuado peso semântico.

## 2 O FUNCIONALISMO

É árdua a tarefa de proceder a um estudo geral do funcionalismo, haja vista suas diversas abordagens, quase tão numerosas quanto o número de funcionalistas! Conforme esclarece Poggio (2002), há funcionalistas voltados principalmente para o estudo de um modelo abstrato de uso da língua. Outros preferem estudar a língua tal como ela se manifesta em seu uso efetivo. E há aqueles que estudam a variação translingüística ou a variação intralingüística. Principalmente os trabalhos de funcionalistas das últimas três décadas oferecem aos lingüistas um vasto campo de metodologias e debates. Weedwood (2002) explica que, no último quartel do século XX, lingüistas e filósofos da linguagem se dedicaram intensamente à abordagem funcionalista e aos aspectos pragmáticos do uso da língua.

Portanto, deve-se admitir a dificuldade de se apresentar um estudo que abarque todas as correntes funcionalistas. Na verdade, o que se chama de “funcionalismo” está diluído nos trabalhos de diversos pesquisadores, que muitas vezes discordam em pontos fundamentais. Parece que um dos grandes desafios hoje em dia nos estudos lingüísticos reside em harmonizar esses diferentes pontos de vista encontrados nos estudos funcionalistas.

Ainda assim, comparando-se diversas propostas, é possível apontar aspectos comuns. A partir desse denominador comum, pode-se depreender a teoria funcionalista da linguagem. Por exemplo, como assinalam Cunha, Costa e Cezário (2003), o funcionalismo vê a língua principalmente como um instrumento de interação social. Conforme Barreto (2005), funcionalismo é a corrente lingüística que encara a língua de acordo com a sua função precípua: a comunicação. Para Pezatti (2004), a política geral do funcionalismo é definir a linguagem como um instrumento de interação social, empregado por seres humanos com o objetivo primário de transmitir informação entre interlocutores reais. Neves (1997) comenta adicionalmente que qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, ou seja, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente.

Portanto, o funcionalismo reúne vários estudiosos que questionam a premissa de que a lingüística deva ter como objeto de estudos o sistema, o código abstrato, que não sofre as contingências do uso em cada situação comunicativa.

Nos subitens a seguir, procura-se, além de contrapor as duas correntes lingüísticas atuais, considerar o funcionalismo e suas vertentes principais.

## 2.1 FORMALISMO X FUNCIONALISMO

Conforme Castilho (2001), formalismo e funcionalismo diferenciam-se quanto à maneira de abordagem do fenômeno lingüístico e quanto à função dada à semântica, à gramática e ao discurso. Para o formalismo<sup>17</sup>, língua é um conjunto de orações, cujo correlato psicológico é a competência lingüística. O funcionalismo, por outro lado, trabalha a língua como um instrumento de interação social, priorizando a competência comunicativa<sup>18</sup>. Conforme Poggio (2002), essa última constitui uma teoria que tem como meta definir as funções desempenhadas pela língua. As duas correntes teóricas, primeiro o formalismo e depois o funcionalismo, fixaram-se fortemente na lingüística brasileira.

Para Neves (1997), formalismo e funcionalismo constituem dois pólos em oposição. O pólo formalista privilegia a análise da forma lingüística. É vista a língua como um objeto autônomo e, por isso, as investigações lingüísticas no pólo formalista desconsideram o uso lingüístico. O termo “formalismo” veio a designar o estudo da forma lingüística nos níveis fonético, fonológico, morfológico e sintático. Como observa Dillinger (1991), os estudos formalistas deram continuidade à gramática tradicional, pelo menos no que se refere aos fenômenos estudados. De acordo com Hjelmslev (1975 *apud* MARTELOTTA, 2003b), o formalismo vê a língua como uma unidade encerrada em si mesma, como uma estrutura *sui generis*.

O pólo funcionalista parte do princípio de que a língua não é uma entidade suficiente em si. Prioriza o estudo da função lingüística. O estudo da língua, portanto, não deve estar dissociado do seu uso efetivo em situações reais de comunicação. Poggio (2002) observa ainda que a abordagem ou pólo funcionalista é caracterizada por ser funcional e dinâmica. Funcional porque integra o sistema e seus elementos com as funções que tem de preencher. E dinâmica, pois vê na variabilidade da relação entre estrutura e função a força dinâmica subjacente ao constante desenvolvimento da linguagem. Conforme salientou Dik (1989), num paradigma funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de

---

<sup>17</sup> O estruturalismo e o gerativismo são geralmente vistos como exemplos de tendências formalistas, tendo em vista que ambas as abordagens vêem a língua como um objeto autônomo, desconsiderando a influência do contexto social e outros fatores extralingüísticos na estruturação da língua. Contudo, o gerativismo se tornou uma vertente teórica tão influente que o termo “gerativismo” é encarado por muitos autores como um sinônimo de “formalismo”, como explicou Barreto (2005). A lingüística gerativa tem como objeto duplo a faculdade da linguagem e a gramática subjacente a cada uma das variadas línguas particulares (LOBATO, 1986).

<sup>18</sup> O conceito de competência comunicativa foi muito explorado pelo sociolingüista Dell Hymes em seu conhecido texto *On Communicative competence*, de 1971.

estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Camacho (1994 *apud* NEVES, 1997) acrescenta que o paradigma funcional é uma das alternativas relevantes para superar o problema metodológico resultante da desconsideração do papel do contexto social na interação lingüística. Dillinger (1991) contrasta o formalismo e o funcionalismo, afirmando que o funcionalismo concentra-se nas modalidades da interação social, frisando o contexto na compreensão da natureza das línguas, enquanto que o formalismo estuda a língua como um objeto descontextualizado. Ou seja, o formalista estuda uma língua em termos de suas partes e os princípios de sua organização, sem considerar suas relações com o meio ou contexto em que se situa.

Dik (1989) refere-se ao funcionalismo e ao formalismo como dois paradigmas diferentes, sendo o termo **paradigma** usado na acepção de um conjunto de crenças e hipóteses em interação. Neves (1997, p. 46-47) apresenta um quadro explicativo sobre os fatores que, na opinião de Dik (1989), diferenciam esses dois paradigmas:

|   | <b>PARADIGMA FORMAL</b>   | <b>PARADIGMA FUNCIONAL</b>   |
|---|---|--|
| <b>Como definir a língua</b>                                | Conjunto de orações   | Instrumento de interação social  |
| <b>Principal função da língua</b>                           | Expressão dos pensamentos   | Comunicação  |
| <b>Correlato psicológico</b>                                | Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações   | Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua   |
| <b>O sistema e seu uso</b>                                  | O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação   | O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso  |
| <b>Língua e contexto/situação</b>                           | As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação  | A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto                             |
| <b>Aquisição da linguagem</b>                               | Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não-estruturado de dados                                      | Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural                               |
| <b>Universais lingüísticos</b>                              | Propriedades inatas do organismo humano   | Explicados em função de restrições: comunicativas, biológicas ou psicológicas e contextuais  |
| <b>Relações entre a sintaxe, a semântica e a pragmática</b> | A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via | A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe via |

|  | <i>PARADIGMA FORMAL</i> | <i>PARADIGMA FUNCIONAL</i> |
|--|-------------------------|----------------------------|
|  | semântica               | semântica                  |

Quadro 1 - Formalismo X funcionalismo (NEVES 1997, p. 46-47)

O quadro acima demonstra que ambos os paradigmas apresentam postulados diferentes em relação a diversos aspectos do complexo fenômeno da linguagem. Qual dentre esses dois paradigmas seria o melhor? Depende do ponto de vista adotado. E deve-se aceitar a convivência de diferentes pontos de vista, especialmente, quando o objeto de estudo é a linguagem humana. Por exemplo, qual a principal função da língua, a expressão do pensamento ou a comunicação? Não parece haver motivos claros para se questionar nenhuma dessas opções. É insensato tanto negar que a linguagem é um fenômeno psicológico como negar que ela é um fenômeno social. Naturalmente, escolhas de referencial teórico e de métodos de análise devem ser feitas, quando se estuda determinado fenômeno lingüístico. Mas, dada a complexidade da linguagem humana, não é sensato argumentar que um único modelo teórico, dentre os atualmente existentes, seja suficientemente abrangente para dar conta de todas as questões que envolvem a linguagem. Cada modelo, de uma forma ou de outra, contribui para uma melhor compreensão dos fatos lingüísticos.

A polêmica entre Votre e Naro (1989) e Nascimento (1990), seguida das observações de Dillinger (1991), deram maior visibilidade no Brasil ao embate formalismo x funcionalismo.

Votre e Naro (1989) consideram as abordagens formal e funcional como alternativas diferentes e excludentes e atribuem ao funcionalismo uma maior relevância.

Já Nascimento (1990), que possui uma formação gerativista, acredita que os dois enfoques definem diferentes objetos de estudo, cada um abordando diferentes aspectos da linguagem. O gerativismo, conforme esse autor, tem como objeto o conhecimento da língua. O funcionalismo, por sua vez, elege o processamento lingüístico como seu objeto de estudo.

Dillinger (1991), por outro lado, acredita que as duas vertentes de estudos lingüísticos estudam diferentes fenômenos de um mesmo objeto, a língua. Por isso, esse autor considera as discussões sobre qual enfoque é o mais importante como não tendo relevância. As diferentes perspectivas são complementares e igualmente necessárias. Também com uma postura conciliatória, Mary Kato (1998) chama atenção para a existência de um funcionalismo mais abstrato que estuda a competência sintática do falante, a Língua I (funcionalismo europeu), e um funcionalismo mais concreto que estuda a língua em uso, a língua E (funcionalismo americano). Essa autora chega até a postular que poderia haver um “casamento” entre os dois modelos no domínio da semântica.



Pezatti (2004) observa que uma ‘posição moderada parece predominar hoje na lingüística brasileira’. Mas a polêmica formalismo x funcionalismo no Brasil evidenciou a necessidade de coexistência de diferentes perspectivas teóricas. Castilho (2001) também reconhece que formalismo e funcionalismo passaram por muitas transformações e que se verifica uma diminuição das distâncias entre esses modelos.

Como se argumentou antes, não parece sensato defender a superioridade de um pólo (formalista ou funcionalista) em relação ao outro. Nesse aspecto, vale referir-se novamente a Dillinger (1991), para o qual tanto o formalismo e funcionalismo padecem de males sérios para serem adotados como abordagens únicas. Schimitz (1997) admite que o gerativismo deu uma forte contribuição para o conhecimento sobre a linguagem, mas não se deve ignorar outros modelos, como o funcionalista, a contribuição de Greimas, na França, bem como a contribuição da Sociolingüística (Labov), a da Lingüística Textual e dos vários tipos de Análise do Discurso. Mesmo a contribuição da “gramática tradicional”, que inclui o trabalho dos hindus, gregos, romanos, gramáticos e filósofos da Idade Média e dos gramáticos do século XVII da Escola de Port-Royal, não deve ser menosprezada.

Borges Neto (2004) lembra que, em virtude da extrema complexidade da linguagem, todas as possibilidades de abordagem desse objeto serão sempre parciais, não sendo possível, portanto, abordar a linguagem humana em todas as suas perspectivas, simultaneamente. Por isso, geralmente as pesquisas de cunho lingüístico privilegiam um enfoque, ao passo que desconsideram ou ignoram todos os outros. Assim, nesta pesquisa, privilegia-se, como já explicado, o modelo funcionalista de análise, mas não se deixa de reconhecer as muitas contribuições que as abordagens formalistas dão aos estudos lingüísticos.

## 2.2 O CONCEITO DE FUNÇÃO

O funcionalismo, em linhas gerais, segundo considerado antes, pode ser visto como uma tendência teórica que define a língua como um instrumento de interação social, empregado pelas pessoas em situações reais de comunicação. Contudo, podem ser distinguidas diversas nuances semânticas do termo “função” no âmbito do funcionalismo, o que causa dificuldades de interpretação. Por exemplo, Poggio (2002) observa que a maioria dos lingüistas filiados à Escola Lingüística de Praga usam “função” no sentido de ‘tarefas desempenhadas pela linguagem ou seus componentes’ ou ‘propósito ao qual eles servem’. Benveniste (1995) baseou sua noção de função na idéia de que as expressões lingüísticas

assumem funções nos contextos estruturais. Labov (1987 *apud* PEZATTI 2004) esclarece que existem várias abordagens funcionalistas e diferentes conceitos de função, que variam de acordo com o contexto lingüístico que é levado em consideração.

Um dos conceitos de função identificados por Labov é o de Martinet (1962 *apud* PEZATTI, 2004). Martinet postula que a carga funcional de um determinado elemento depende do número de outras unidades que se opõe a esse elemento. Ou seja, a “função”, para Martinet, varia conforme as mudanças no sistema de oposições lingüísticas. Kiparsky (1971 *apud* PEZATTI, 2004), por outro lado, vincula o conceito de função a uma relação entre uma dada forma e seu significado referencial. E, para Halliday (1985), o conceito de função refere-se à motivação discursiva da estrutura sentencial.

Pezatti (2004) relaciona essas três diferentes tendências com os conceitos de função postulados por Garvin (1978 *apud* PEZATTI, 2004), a saber: a) função interna (entre uma forma e outra); b) função semântica (entre uma forma e seu significado); c) função externa (entre o sistema de formas e seu contexto). As abordagens funcionalistas contemporâneas estão mais relacionadas com as funções semântica e externa, que têm a ver, respectivamente, com os conceitos de função de Kiparsky e Halliday, considerados acima.

Há ainda autores que concebem função como finalidade dos atos lingüísticos procurando, dessa maneira, estabelecer as funções da linguagem. Por exemplo, K. Bühler, em 1934, descreveu três funções da linguagem: representação, exteriorização psíquica e apelativa. Jakobson, tido como funcionalista pioneiro, por sua vez, ampliou, em 1960, as funções de Bühler para seis, cada uma ligada a um dos fatores que interferem no ato de comunicação, a saber: referencial, ligada ao contexto; emotiva, ao remetente; conativa, ao destinatário; fática, ao contato; metalingüística, ao código; e poética, à mensagem.

Um dos objetivos desta pesquisa é mostrar como variações e ampliações das funções de determinados elementos prepositivos, especialmente no que se refere à função semântica, provocadas por pressões cognitivas e de uso, desencadearam processos de gramaticalização que resultaram ou no aparecimento ou na ampliação de uso dos prefixos.

### 2.3 A GRAMÁTICA FUNCIONAL

A gramática funcional é uma teoria de organização da gramática das línguas naturais que postula principalmente a existência de uma relação não-arbitrária entre o aspecto funcional e o gramatical da língua. Como já se observou, essa teoria preocupa-se com o uso

das expressões lingüísticas em situações de comunicação, o que faz com que o componente pragmático, nos estudos funcionalistas, tenha maior relevância em relação ao sintático e ao semântico. Conforme argumenta Poggio (2002, p. 31), “a gramática é vista como uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, tendo desenvolvimento satisfatório apenas numa teoria pragmática, isto é, da interação verbal”. Assim, na visão funcionalista, as relações entre as unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, sendo a gramática vulnerável às pressões de uso. A competência comunicativa, ou seja, a capacidade que o falante possui de usar expressões lingüísticas de um modo interacionalmente satisfatório, é levada em conta, não apenas a capacidade de avaliar a gramaticalidade dessas expressões.

A gramática funcional procura ainda investigar como as expressões lingüísticas se codificam gramaticalmente. Como a gramática é sensível às pressões de uso, freqüentemente formas discursivas mais produtivas cristalizam-se através do processo de gramaticalização. Nota-se que justamente aqueles elementos prepositivos com alta produtividade nas sentenças são os que mais são empregados como elemento prefixal e que os prefixos mais empregados no interior dos derivados são os que possuem maior número de nuances semânticas. Mais adiante, esses aspectos serão comprovados nesta pesquisa.

Os principais desenvolvimentos da visão funcionalista da gramática são geralmente associados à Escola Lingüística de Praga (doravante ELP). A ELP formou-se por um grupo de estudiosos que começou a atuar antes de 1930 e que viam a língua como um meio de o homem relacionar-se com a realidade extralingüística, como explica Neves (1997). Para a ELP, vale as frases efetivamente realizadas e, para interpretá-las, é fundamental levar-se em conta o contexto verbal e não-verbal.

Assim, para a ELP, a linguagem não é um fenômeno isolado, serve a uma variedade de propósitos e é influenciada por diversos elementos. As frases, por exemplo, são unidades comunicativas que veiculam informações e, ao mesmo tempo, estabelecem ligação com a situação de fala e com o próprio contexto lingüístico. Os adeptos dessa concepção rejeitam a dicotomia competência x atuação, que é a base dos postulados de Chomsky. Verifica-se essa rejeição no modelo de Praga, bem como nos de Halliday e Dik. Tanto Halliday como Dik, seguindo a ELP, entendem, como assinala Neves (1997), que os itens estruturadores dos enunciados são multifuncionais e que, portanto, uma consideração que exclusivamente se dedica ao estudo das funções gramaticais não é satisfatória.

Neves (1997) argumenta que a abordagem da ELP pode ser caracterizada como um estruturalismo funcional, tendo em vista o postulado dessa escola de que a língua é um sistema, no qual aparecem, lado a lado, o estrutural (sistêmico) e o funcional. Essa estudiosa

acrescenta ainda que:

Embora o conceito de funcionalismo em lingüística esteja indubitavelmente ligado à Escola Lingüística de Praga, várias outras abordagens “funcionais” surgiram no Ocidente e no Oriente, e o funcionalismo tomou, depois, vida própria e independente (NEVES, 1997, p. 18).

Os adeptos da teoria da gramática funcional, em resumo, apresentam como postulado comum a importância de se levar em consideração a competência comunicativa dos falantes, que inclui a capacidade de usar e interpretar expressões de um modo interacionalmente satisfatório. A base epistemológica da lingüística funcional seria, então, considerar a língua como um instrumento de interação social, sendo as expressões lingüísticas consideradas em circunstâncias efetivas de interação verbal.

É possível distinguir diversos modelos e abordagens de cunho funcional. Considerando as dificuldades de se realizar um estudo minucioso sobre o funcionalismo, preferiu-se, a seguir, expor brevemente três das principais propostas de análise funcionalista: o modelo de Halliday, o modelo de Dik e o modelo de T. Givón (modelo norte-americano), por serem modelos teóricos razoavelmente mais completos e abrangentes. Logo após, apresentar-se-ão alguns temas relevantes discutidos no seio do funcionalismo. Acredita-se que, dessa maneira, será possível situar os estudos da mudança lingüística, que é o foco desta pesquisa, no contexto dos estudos funcionalistas.

## 2.4 MODELOS FUNCIONALISTAS DE ANÁLISE

Até 1970, existia um predomínio maciço do modelo de gramática gerativa proposto por Chomsky. Conforme Pezatti (2004), parecia não ser possível estudar a linguagem fora dos parâmetros da Gramática Transformacional. Contudo, a excessiva desconsideração dos fatores discursivos, ou seja, um enfoque excessivamente formalista, contribuiu para o surgimento, a partir de 1970, de diversas correntes teóricas que pretendiam preencher essa lacuna. A sociolingüística, a lingüística textual, a análise do discurso e a análise da conversação foram algumas das novas propostas. Nesse contexto, a teoria funcionalista ganhou um novo fôlego. Pezatti (2004) esclarece que o funcionalismo não surgiu naquele momento. O paradigma funcional tem uma tradição tão extensa quanto à do paradigma formal. O que houve foi uma reatualização dos seus princípios. Conforme

argumenta De Lancey (2001 *apud* PEZATTI, 2004), o funcionalismo moderno é um retorno à concepção de lingüistas anteriores a Saussure.

Essa reatualização dos princípios do funcionalismo colaborou para o surgimento de várias escolas e tendências funcionalistas. Elisabete Bates (1987 *apud* NEVES, 1997) afirma que o funcionalismo pode ser comparado ao protestantismo: várias seitas divergentes que convergem apenas quando a questão é a rejeição à autoridade papal, que, nos estudos lingüísticos, seria Chomsky. Segundo Nichols (1984 *apud* NEVES, 1997), há três tipos de propostas funcionalistas:

- 1) **Conservadora** – aponta a inadequação do formalismo, mas não propõe uma análise da estrutura como opção teórica.
- 2) **Moderada** – aponta a inadequação e propõe uma análise funcionalista como opção teórica.
- 3) **Extremada** – segundo esse tipo de proposta, as regras da língua baseiam-se exclusivamente na função desempenhada pelos elementos lingüísticos. Restrições sintáticas não existem.

Apresentam-se, a seguir, três dos modelos funcionalistas classificados como “moderados” por Van Valin (1990 *apud* NEVES, 1997), com o objetivo de exemplificar de que forma diversas questões são discutidas no âmbito do funcionalismo. Os próximos itens objetivam, também, continuar mostrando como se apresenta o cenário dentro do qual se discute a mudança lingüística, que é o foco desta pesquisa, especialmente, no que se refere às preposições e aos prefixos.

#### 2.4.1 O funcionalismo de Michael A. K. Halliday

Conforme Neves (1997), a teoria à qual se liga a gramática funcional de Halliday se baseia na teoria de John Rupert Firth.

Para Halliday (1963 *apud* NEVES, 1997), uma interpretação funcionalista deve se configurar a partir de uma descrição sistêmica, na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada uma representando as escolhas associadas a um dado tipo de constituinte. Como explica Neves (1997), a lingüística funcional sistêmica de Halliday

opõe-se à lingüística formal sistêmica de, por exemplo, Saussure e Chomsky. Segundo Halliday (1963 *apud* NEVES, 1997), a teoria lingüística se organiza com duas possibilidades alternativas, que são a “cadeia” (o sintagma) e a “escolha” (o paradigma).

O objetivo da gramática seria, portanto, organizar as opções disponíveis aos falantes em alguns conjuntos, de modo a possibilitar que o falante realize seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua. Torna-se, então, a gramática como um mecanismo lingüístico que relaciona essas seleções significativas dando, dessa maneira, a tais seleções, um tratamento estrutural unificado.

Para Halliday (1985), a gramática deve tomar como ponto de partida os sentidos, os significados e as significações das expressões lingüísticas, para depois indagar como elas se codificam gramaticalmente, pois, para esse autor, a língua existe não porque disponha de uma estrutura, mas sua estrutura existe em vista da necessidade de cumprir certas funções.

O objetivo das estruturas, ou redes sistêmicas, é, assim, configurar diferentes espécies de significado, ligando-se às diferentes funções da linguagem:

- **Sistema de transitividade:** codifica a experiência do mundo, especificando os papéis dos elementos da oração como “ator”, “meta” etc., ligando-se à função ideacional.
  
- **Sistema de modo** (modalidade): diz respeito aos papéis da fala. Especifica sujeito, complemento etc. Codifica a troca, ou a interação, entre os falantes. Diz respeito aos papéis da fala, e liga-se, pois, à função interpessoal.
  
- **Sistemas de tema e de informação:** especifica relações dentro do próprio enunciado, ou entre o enunciado e a situação. Dizem respeito à função lingüisticamente intrínseca. Liga-se à função textual. Codifica a mensagem.

No interior de cada sistema as escolhas são feitas em relação a um determinado nível gramatical (frase, texto etc.), sendo que cada sistema maior implica em subsistemas, nos quais o modo de operação se repete, levando a escolhas cada vez mais específicas.

Em 1985, Halliday concentrou sua atenção no aspecto funcional da gramática, deixando de lado o sistêmico. Esse autor destacou que são os usos da língua, através das gerações, que têm dado forma ao sistema. E pode-se acrescentar que é o uso freqüente de determinadas formas que favorece o processo de gramaticalização, conforme será observado

no caso das preposições que adquirem um maior carácter gramatical.

Para Halliday (1985), os significados da língua estruturam-se em torno dos componentes funcionais. Halliday (1985) apresenta, então, a ideia de metafunções. O referido lingüista acredita que os propósitos mais gerais dos usos da linguagem são entender o ambiente (**função ideacional**) e influir sobre os outros (**função interpessoal**). Essas funções são mediadas pela **função textual**, que confere às outras duas relevância.

Em outras palavras, a função ideacional corresponde ao que se costuma chamar de função cognitiva ou referencial da linguagem. A função interpessoal está relacionada à posição que o locutor assume perante o ouvinte, no processo da enunciação. Diz respeito, por exemplo, às diferenças entre asserções, perguntas, ordens etc. Finalmente, a função textual permite a estruturação de textos de modo pertinente ao contexto, já que toda língua possui elementos capazes de justificar e explicar essa adequação. Pode-se acrescentar as postulações de Halliday e Hasan (1973, *apud* FÁVERO; KOCH, 1994) que definem o texto como uma “realização verbal entendida como uma organização de sentido, que tem o valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado”.

Nas postulações de Halliday (1985), observam-se, então, dois pontos básicos:

- 1) A unidade maior de funcionamento é o texto. Assim, cada parte (orações, expressões) é interpretada como funcional em relação ao todo.
- 2) Os itens são multifuncionais. Esse aspecto, conforme Halliday (1985), constitui a chave para uma interpretação funcional da linguagem.

Neves (1997) explica que a investigação do funcionamento dos itens pode ocorrer segundo diferentes limites de unidade, desde o texto até os sintagmas menores que a frase, e mostra uma visão dos subsistemas de organização do texto, que pode ser resumida da seguinte maneira:

| <i>Função</i> | <i>Organização</i> | <i>Sistema</i>                               |
|---------------|--------------------|--|
| Ideacional    | Dos significados   | Coesão                                       |
| Interpessoal  | Da interação       | Relações humanas                             |
| Textual       | Da informação      | Estruturação da informação (dado/novo; foco) |

Quadro 2 - As metafunções de Halliday

Como conclui Neves, é digna de nota a maneira como Halliday estabelece uma

relação sistemática entre a análise lingüística e o contexto de ocorrência dos enunciados. A língua é apresentada como um sistema semântico, não apenas no que se refere ao significado das palavras, mas a todo o sistema de significado da língua. O significado é codificado no enunciado como um todo integrado. Não é possível a identificação do significado de cada elemento isoladamente. Para Halliday (1985), sem uma gramática, isto é, sem uma teoria que dê conta de como as palavras codificam os significados, não há como explicitar uma interpretação do sentido de um texto. Algumas observações de Halliday, principalmente as que ressaltam a importância do contexto na compreensão do significado dos signos lingüísticos, são confirmadas no estudo dos prefixos derivados de preposições, conforme mostra o capítulo seis.

#### 2.4.2 O funcionalismo de Simon Dik

Dik (1989), assim como os adeptos da Escola de Praga, adota a concepção de que a língua possui um caráter teleológico. Para Dik, a principal questão que se coloca nos estudos da linguagem é “como os falantes e os destinatários são bem sucedidos comunicando-se uns com os outros por meio de expressões lingüísticas” (DIK, 1989, p. 1). Esse autor concebe um modelo que parte do “estado de coisas” (algo que pode ocorrer no mundo real ou mental) para as predicções, que devem descrever o estado de coisas corretamente. No uso comunicativo da língua (ou seja, nas operações dos usuários de uma língua) estão envolvidas funções humanas mais elevadas do que a simples função lingüística. A relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário, para Dik, é *mediada*, mas não *estabelecida*, pela expressão lingüística. No que se refere ao uso da língua, portanto, deve-se levar em consideração não apenas a capacidade lingüística, mas, conforme Dik, outros dons exclusivos da espécie humana, alistados no quadro abaixo:



| <b>CAPACIDADE</b>             | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
|-------------------------------|--|
| <b>Capacidade lingüística</b> | Capacidade de produzir e interpretar expressões lingüísticas complexas em várias situações comunicativas             |
| <b>Capacidade epistêmica</b>  | Capacidade de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado                                       |
| <b>Capacidade lógica</b>      | O usuário de uma língua natural é capaz de derivar conhecimentos adicionais por meio de regras de raciocínio         |
| <b>Capacidade perceptual</b>  | Capacidade de perceber o ambiente e usar esse conhecimento na produção e na interpretação de expressões lingüísticas |
| <b>Capacidade social</b>      | Capacidade de saber o que e como dizer a um determinado interlocutor em uma situação comunicativa particular         |

Quadro 3 - Capacidades de um usuário de uma língua natural, segundo Dik (1989)

Essas observações parecem aproximar o modelo funcionalista de Dik ao modelo formalista de Chomsky (1997). Uma das premissas fundamentais de Chomsky (1997) é postular a existência de um mecanismo enraizado na mente, geneticamente determinado, que predispõe o homem a adquirir a linguagem. A afirmação de Dik (1989) de que há “funções humanas mais elevadas do que a simples função lingüística”, que, na verdade, possibilitam a existência dessa última, talvez seja uma indicação de que é possível superar algumas barreiras entre o formalismo e o funcionalismo.

Para Dik (1989), a teoria funcionalista deve distinguir o sistema lingüístico do uso da língua, mas ele, ao contrário dos formalistas, não tenta estudar cada um fazendo abstração do outro. Segundo esse autor, dois sistemas de regras devem ser levados em consideração:

- 1) Regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas (as que governam a constituição das expressões lingüísticas).
- 2) Regras pragmáticas (governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões são usadas).

As regras que determinam a constituição das expressões lingüísticas seriam instrumentais às regras pragmáticas.

O modelo de Dik descreve ainda os princípios de adequação explanatória aos quais a gramática funcional deve se conformar:

- **Adequação pragmática:** a gramática funcional deve revelar as propriedades das expressões lingüísticas, em relação à descrição das regras que regem a interação verbal. Pezatti (2004) argumenta que, como a Gramática Funcional de Dik tem como objeto de análise fundamental a interação verbal, a adequação pragmática é a de maior relevância nesse modelo de análise.
- **Adequação psicológica:** define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas, vinculadas ao modo como os falantes constroem e interpretam expressões lingüísticas. Conforme Neves (1997), a gramática funcional deve refletir uma dicotomia entre produção e compreensão.
- **Adequação tipológica:** a teoria funcional deve ser capaz de, tanto descrever gramaticalmente línguas tipologicamente diferentes, como também explicar as diferenças e similaridades entre sistemas lingüísticos distintos.

Explica-se, a seguir, de um modo resumido, como ocorre a descrição de uma expressão lingüística conforme o modelo de Dik.

Na concepção de Dik (1989), para formar expressões lingüísticas, o falante constrói predicções, utilizando um conjunto de predicados e termos. O predicado designa propriedades ou relações. Os termos, por sua vez, representam as expressões lingüísticas que podem se referir a entidades do mundo real ou imaginário. Quando um predicado é aplicado a certo número de termos, forma-se a predicção, que, conforme Neves (1997, p. 84), “designa um *estado-de-coisas*, ou seja, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação”. Uma predicção, por sua vez, pode ser construída dentro de uma estrutura de ordem mais alta, a *proposição*, que designa um fato possível. A proposição, por sua vez, revestida de força ilocucionária, constitui a *cláusula* (a frase). Inclui-se abaixo um esclarecedor exemplo de Neves (1997):

|                         | <i>Termo</i> | <i>Predicado</i> | <i>Termo</i> | <i>Termo</i> |
|-------------------------|--------------|------------------|--------------|--------------|
| <b>Predicção</b>        | Pedro        | Entregar         | O livro      | À menina     |
| <b>Estado-de-coisas</b> | Entidade 1   | Relação          | Entidade 2   | Entidade 3   |

Quadro 4 - Exemplo de construção de uma predicção

Com essa predicção, estabelece-se uma relação entre três entidades que desempenham, cada uma, um papel semântico: *Pedro* – agente / *livro* – objeto/ *menina* – receptor. Como a predicção designa um estado-de-coisas, está sujeita a determinadas

operações, como poder ser localizado no tempo e no espaço, ter certa duração e ser visto, ouvido, ou, de algum modo, percebido.

Pode haver três níveis de predicação:

- **Nuclear** – predicado e seus argumentos.
- **Central** – predicação nuclear estendida pelos operadores de predicado mais satélites de nível 1.
- **Predicação estendida** - predicação central estendida pelos operadores de predicação mais satélite de nível 2.

Os argumentos são os constituintes que são exigidos pela semântica do predicado. No caso do exemplo mostrado no quadro 4, os argumentos são: *Pedro, o livro e à menina*.

Os satélites são os elementos que trazem apenas informação complementar. Os satélites de nível 1, por exemplo, podem indicar modo, velocidade ou instrumento.

Na estrutura de uma frase ou cláusula, podem operar, portanto, diversos elementos, em diferentes níveis, formando vários tipos de dependências.

Dik (1989) postula ainda determinadas funções pragmáticas que são funções que especificam o estatuto informacional dos constituintes, em relação à situação comunicativa em que eles são usados. Ou seja, para que o falante consiga efetuar mudanças na informação pragmática do destinatário, atribui a determinados constituintes da oração funções especiais. A partir dessa constatação, Dik considera vários tópicos como os constituintes extra-oracionais, tópico, foco, definitude, estrutura de oração em camadas, ordenação de constituintes, tema e antitema. Alguns deles são brevemente explanados a seguir:

- 1) **Constituintes extra-oracionais.** A frase *A minha família, portanto se alimenta bem, agora, o baiano, em geral, é subnutrido, não tem o básico para ter uma boa alimentação* ilustra o papel desses constituintes. Note-se que nessas expressões lingüísticas, o constituinte “agora” marca o início de um episódio discursivo, não pertencendo à estrutura da oração e assinalando a mudança de tópico de *minha família* para *o baiano*. Tais constituintes podem aparecer sozinhos, nunca são essenciais à estrutura interna da oração e não são sensíveis a regras gramaticais que operam no interior da oração.

- 2) **Foco.** É a informação relativamente mais importante num dado contexto comunicativo. Por exemplo, na frase *Meus alunos gostam das aulas, principalmente os mais novos*, note-se que a expressão *os mais novos* é antecedida pelo termo *principalmente*, aqui usado como um meio de tornar saliente uma parte do texto.
- 3) **Definitude.** Constitui-se na prática de introduzir determinados termos da oração, como o sujeito, através de termos definidos como os artigos e os pronomes possessivos e os demonstrativos.
- 4) **Estrutura de oração em camadas.** Remete ao fato de que toda oração possui uma estrutura subjacente, que consiste numa estrutura abstrata complexa em que se devem distinguir níveis ou camadas da organização formal, semântica e pragmática. Nessa estrutura distinguem-se, por exemplo, o predicado, os termos e os satélites, já explanados neste capítulo.
- 5) **Ordenação de constituintes:** Dik considera a ordem dos constituintes, ou seja, as suas regras de colocação, como tendo uma funcionalidade, sendo capazes, portanto, de expressar funções e relações subjacentes no nível formal.
- 6) **Tema.** Constituinte extra-oracional utilizado como recurso para especificar a entidade em relação à qual a oração seguinte apresenta alguma informação importante.
- 7) **Antitema.** Diferentemente do tema, posiciona-se no final da oração, adicionando informações para que o receptor interprete corretamente o sentido da oração.

Assim, o modelo de Dik oferece instrumentais para a descrição lingüística em termos dos aspectos pragmáticos envolvidos na interação verbal. Como afirma Siewierska (1991 *apud* NEVES, 1997), a gramática de Dik distingue-se de outros modelos funcionalistas por ter como objetivo dar conta da estrutura da sentença, desde a representação semântica

subjacente até a forma fonética de superfície. Dik fornece um eficiente quadro teórico no qual muitas análises lingüísticas podem ser feitas. Algumas postulações e terminologias adotadas por Dik são utilizadas inclusive por gramáticas normativas, como a de Bechara (2002).

#### 2.4.3 O modelo de T. Givón (modelo norte-americano)

O funcionalismo norte-americano tem T. Givón como um dos seus principais representantes. Esse autor, mesmo procedendo a investigações de base funcionalista, como, por exemplo, o exame dos aspectos icônicos da gramática, acentua a natureza abstrata e formal da estrutura sintática (GIVÓN, 1995).

O referido autor mostra a importância do conceito de *marcação* (*markedness*) para a análise das tendências de mudança e estabilização da língua em uso. A marcação do discurso pode ser definida como o grau em que o discurso constitui uma surpresa, uma quebra da norma comunicativa. Esse conceito é dependente do contexto, podendo uma construção manifestar-se como marcada em um contexto e não-marcada em outro. O conceito de marcação deve, portanto, ser explicado com base em fatores comunicativos, socioculturais, cognitivos ou biológicos. Givón (1995) cita como exemplo que o hábito de se colocar o agente da ação verbal como sujeito e tópico da oração transitiva (o caso não-marcado), provavelmente, reflete uma norma cultural de falar egocentricamente mais acerca de seres humanos volitivos do que sobre objetos inanimados.

O princípio de *marcação* estabelece três critérios principais para a distinção entre categorias marcadas e não-marcadas:

- **Complexidade estrutural:** a estrutura marcada tem a tendência de ser maior do que a estrutura não-marcada correspondente.
  
- **Distribuição de freqüência:** a estrutura marcada, em geral, é menos freqüente do que a estrutura não-marcada correspondente.
  
- **Complexidade cognitiva:** levando-se em conta fatores como esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento, a estrutura marcada é, na maioria dos casos, cognitivamente mais complexa do que a estrutura não-

marcada correspondente.

Como ressaltam Cunha, Costa e Cezário (2003), há uma tendência geral nas línguas para que esses três critérios de marcação coincidam. Acredita-se que a correlação entre marcação estrutural, marcação cognitiva e a frequência de ocorrência é o reflexo mais geral da iconicidade da gramática.

A título de exemplo, pode-se citar a oposição **negação** vs. **afirmação** (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003). Afirmar algo é cognitivamente mais simples e esperado, sendo mais freqüente nos processos comunicativos e exigindo uma estrutura lingüística menos complexa. Por outro lado, a negação, por ser mais complexa em termos cognitivos e menos esperada, é também menos freqüente e estruturalmente maior (tem, no mínimo, um morfema a mais do que a afirmação), sendo, portanto, o caso marcado em relação à afirmação.

Givón (1995) estende o conceito de marcação à distinção entre o discurso formal e a conversação espontânea. O discurso formal, por tratar de assuntos mais abstratos e complexos, é mais marcado do que a conversação informal entre amigos, por exemplo, que é cognitivamente processada com mais rapidez e facilidade, em razão de o seu conteúdo consistir, basicamente, de assuntos comuns, do cotidiano social dos falantes.

Esse estudioso defende, como já mencionado, o princípio da iconicidade, indo de encontro a Saussure (1975), que enfatizou o caráter arbitrário da língua. Ou seja, de acordo com Saussure, não existe relação natural entre a “imagem acústica” do signo lingüístico (o significante) e aquilo que ele evoca conceptualmente (o significado). Já Givón (1995) acredita que uma palavra ou uma estrutura assume uma forma ou uma ordenação específica por um *motivo* determinado, havendo, portanto, uma correlação entre forma e função, entre o código lingüístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo), como exemplifica o princípio de marcação, considerado acima.

Martellota e Areas (2003b) assim resumem a visão funcionalista da linguagem, apresentada por Givón:

- A linguagem é uma atividade sociocultural.
- A estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas.
- A estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica.
- Mudança e variação estão sempre presentes, como atestam os processos de gramaticalização.
- O sentido é contextualmente dependente e não atômico.
- As categorias não são discretas.

- A estrutura é maleável e não rígida.
- As gramáticas são emergentes.
- As regras de gramática permitem algumas exceções.

O ponto essencial da proposta de Givón (1995) está em demonstrar que as relações gramaticais não formam categorias discretas, mas, antes, são caracterizadas por indeterminação e por gradação. Daí a ênfase dada pelo funcionalismo norte-americano aos fenômenos de gramaticalização, que serão considerados com mais profundidade a partir do próximo capítulo desta pesquisa.

Vale ressaltar que a lingüística funcional americana é, essencialmente, pancrônica, uma vez que os princípios que a dirigem podem ser aplicados tanto aos padrões de uso da língua, em uma etapa sincrônica, como aos processos de mudança depreendidos na trajetória sincrônica.

## 2.5 OUTROS TEMAS DISCUTIDOS NOS ESTUDOS FUNCIONALISTAS

Como já destacado, o funcionalismo apresenta pontos de vista bem diversificados. Contudo, é possível perceber que virtualmente todas as vertentes funcionais atribuem ao componente discursivo um destacado papel na constituição da gramática de uma língua. Ou seja, os funcionalistas buscam no contexto discursivo explicação para os fatos da língua. O interesse, portanto, dos funcionalistas, não está limitado à estrutura gramatical. Partindo dessa base comum, exploram-se vários temas nos estudos funcionais. Apresentam-se neste item os enfoques que, segundo Pezatti (2004), são os mais representativos. Notar-se-á que, de fato, existe um fio condutor que une esses enfoques, apesar dos seus propósitos distintos.

### 2.5.1 A perspectiva funcional da sentença

O trabalho pioneiro no campo da perspectiva funcional da sentença cabe a Henri Weil (1844 *apud* PEZATTI, 2004), que vê a sentença como contendo o ponto de partida (a

noção inicial) e o objetivo do discurso. A noção inicial são aqueles pontos da informação disponíveis tanto ao falante como ao ouvinte. O objetivo do discurso, por sua vez, é a informação que o falante pretende compartilhar com o ouvinte. O movimento da noção inicial ao objetivo do discurso associa-se ao movimento da mente. Relaciona-se, portanto, o movimento das idéias ao movimento sintático. Além do trabalho de Henri Weil, a Escola Lingüística de Praga também enfatizou a Perspectiva funcional da sentença (PFS) em suas análises.

Por exemplo, Mathesius (1882-1945 *apud* PEZATTI, 2004) apoiou as idéias de Weil e considerou a maneira como a PFS determina a ordem de palavras. Esse autor chamou atenção, então, para as noções de tema (tópico) e rema (comentário), constituintes nos quais se divide a sentença, de acordo com as exigências do contexto. A seqüência *tema-transição-rema* indica ordem não-emotiva, não-marcada e a seqüência *rema-transição-tema* indica a ordem emotiva, a marcada.

Halliday (1974 *apud* PEZATTI, 2004) enquadra a PFS no sistema de descrição lingüística. Para ele, a PFS é o componente de criação do texto, que, por sua vez, conforme já considerado, é uma das metafunções da linguagem postulada por Halliday.

### **2.5.2 O estatuto informacional: noções de dado e novo**

Esse tópico retoma os conceitos de tema e rema da Escola de Praga e refere-se ao estatuto de informação velha e nova.

Para Chafe (1976 *apud* PEZATTI, 2004), o conhecimento da língua baseia-se naquilo que o falante considera estar na mente da pessoa com quem está falando. A partir dessa percepção, o falante “empacota” a mensagem, ou seja, ajusta o seu texto aos estados mentais do destinatário. Associado ao fenômeno do “empacotamento” da mensagem estão as noções de dado (a informação velha, que está disponível ao falante e ao ouvinte) e novo (a informação que o falante deseja introduzir na consciência do ouvinte).

No que se refere à maneira de classificar a informação, Prince (1981 *apud* PEZATTI, 2004) propôs uma nova taxonomia, com base no que denomina “familiaridade presumida”.



### 2.5.3 O conceito de tópico

O conceito de tópico tem recebido muita atenção nas diversas vertentes funcionalistas. Chafe (1976 *apud* PEZATTI, 2004) classifica o tópico em três tipos: o do inglês, o do caddo (língua indígena americana) e o do chinês. Para Chafe, contudo, o verdadeiro tópico é o do chinês. O tópico que Chafe chama de chinês tem a função de manter a predicação principal, de modo a limitar-lhe a aplicabilidade a certo domínio restrito. Pezatti (2004) apresenta como exemplo a frase *Filme, eu gosto mais de comédia*. Observa-se que o tópico *filme*, de fato, restringe o âmbito da predicação principal.

Como os conceitos de tópico e sujeito muitas vezes se entrelaçam, Li e Thompson (1976 *apud* PEZATTI, 2004) propõem alguns aspectos que diferenciam essas noções:

| <b>ASPECTO OBSERVADO</b>        | <b>TÓPICO</b>   | <b>SUJEITO</b>   |
|---------------------------------|---|--|
| <b>Definitude</b>               | Tópico sempre é definido  | Não é obrigatoriamente definido                                  |
| <b>Relação com o verbo</b>      | Não necessita ser um argumento do verbo   | Tem sempre algum tipo de restrição seletional vinculada ao verbo |
| <b>Determinação</b>             | Tópico não é determinado pelo verbo   | Sujeito é determinado pelo verbo                                 |
| <b>Papel na sentença</b>        | Tópico tem sempre um papel funcional, que é ser o centro de atenção e anunciar o tema do discurso | Pode não ter qualquer papel semântico na sentença como um todo   |
| <b>Concordância com o verbo</b> | Rara  | Obrigatória em muitas línguas                                    |
| <b>Posição</b>                  | Sempre no início da sentença  | Nem sempre aparece no início da sentença                         |

Quadro 5 - Tópico X sujeito

Assim, nota-se que, enquanto o tópico é uma noção discursiva, o sujeito é uma noção interna à estrutura da sentença. Como os funcionalistas enfatizam os componentes discursivos da linguagem, não é de estranhar a noção de tópico ser o foco de muitos estudos funcionalistas.

### 2.5.4 Transitividade e relevância discursiva

Hopper e Thompson (1980 *apud* PEZATTI, 2004) apontam a alta correlação entre o relevo discursivo e o grau de transitividade da sentença. A partir dos seus objetivos comunicativos e de sua percepção das necessidades do ouvinte, o falante distingue no seu texto o que é central e o que é periférico, ou seja, o que é figura e o que é fundo. *Figura* remete à parte do texto que traz o conteúdo discursivamente relevante. Diz respeito, portanto, à comunicação central, à seqüência temporal de eventos concluídos. *Fundo* é a descrição de eventos simultâneos à cadeia da figura. Por exemplo, pode se referir à descrição de estados, localização dos participantes da narrativa e comentários avaliativos. A parte do texto denominada *figura*, portanto, compreende o esqueleto do texto e o faz progredir, enquanto o *fundo* tem a função de cobrir essa estrutura básica, sem, portanto, contribuir para a progressão discursiva.

Como destaca Pezatti (2004), as línguas possuem certos recursos morfológicos e sintáticos, que orientam o destinatário na distinção entre figura e fundo.

A transitividade, por sua vez, refere-se, tradicionalmente, a uma propriedade global da oração inteira, de tal modo que se carrega ou se transfere uma atividade de um agente para um paciente. Em geral, orações com alta transitividade são justamente as porções do texto correspondentes à figura; e orações com baixa transitividade correspondem ao fundo do texto. Existe, portanto, como indicaram Hopper e Thompson, uma correlação forte entre a marcação gramatical dos parâmetros da transitividade e a distinção entre figura e fundo.

Pezatti (2004) aponta ainda o *ponto de vista e fluxo de atenção*, a *estrutura argumental preferida e fluxo de informação* e o *processo de gramaticalização* (tema ao qual se dedica um dos capítulos desta pesquisa), como temas relevantes discutidos no âmbito do funcionalismo.

Cumprе lembrar que não se fez neste capítulo uma exposição de todas as vertentes de estudos funcionalistas, e nem tampouco uma consideração exaustiva das principais correntes de estudos. Pôde-se, contudo, constatar a variedade de propostas existentes no funcionalismo contemporâneo. A depender da proposta considerada, a brecha entre os estudos formalistas e os estudos funcionalistas ora aumenta, ora diminui. No entanto, a importância atribuída à situação comunicativa é uma característica claramente observada nas vertentes funcionalistas, por mais diferenciadas que sejam. Segundo Cunha, Costa e Cezário (2003), a “necessidade de investigar a sintaxe nos termos da semântica e da

pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais”. A estrutura é, portanto, uma variável dependente dos usos que se faz da língua ao longo do tempo.

É nesse cenário bastante heterogêneo que a mudança lingüística tem sido tratada pelos funcionalistas. As teorias da gramaticalização, do localismo e dos protótipos, temas funcionalistas relevantes, fornecem um bom embasamento teórico para o estudo dos processos de mudança, envolvendo as preposições e os prefixos, e a essas teorias serão dedicados os dois próximos capítulos.

### 3 A TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO

A teoria da gramaticalização, bastante desenvolvida nas últimas duas décadas<sup>19</sup>, e que se tornou um dos temas mais discutidos na investigação funcionalista atual, propõe-se a rastrear o percurso das palavras gramaticais. O estudo desse tema revigorou os estudos da mudança lingüística no âmbito do funcionalismo. Vários pesquisadores no exterior e no Brasil têm elaborado trabalhos minuciosos sobre o tema.

Schlieben-Lange (1994) aponta para o fato de as pesquisas sobre gramaticalização serem capazes de efetuar generalizações relativamente abrangentes por disporem de uma grande quantidade de dados das mais diversas línguas. E essas pesquisas sobre os processos de gramaticalização comprovam o caráter não-estático da língua. As línguas estão em constante mudança. Conforme observou Cunha, Costa e Cezário (2003, p. 50), há uma “incessante criação de novas expressões e de novos arranjos na ordenação vocabular”.

A gramaticalização compreende a trajetória de regularização de elementos lingüísticos, provocada por pressões de uso. O uso e a repetição freqüente fazem com que o emprego de determinados elementos se converta em norma. Assim, o que era casuístico se regulariza, entrando na gramática. Pode acontecer também que elementos já gramaticais se tornem ainda mais gramaticais. Barreto (2004) observou, no seu estudo sobre as conjunções, que formas mais gramaticais parecem ter maior facilidade em se tornar ainda mais gramaticalizadas, enquanto formas menos gramaticais parecem ser mais resistentes à gramaticalização. Isso explica o fato de a maioria das preposições essenciais, usando a terminologia das gramáticas normativas, ser também usada como prefixo na língua portuguesa, como o *corpus* desta pesquisa demonstrará. Os dois casos, tanto o de um elemento lexical se tornar gramatical, como o de um elemento gramatical se tornar ainda mais gramatical, podem ser exemplificados em situações de mudança envolvendo as preposições. Alguns elementos, por exemplo, pertenciam à classe dos substantivos. Eram usados, portanto, de uma forma mais casuística, podendo ser empregados de várias maneiras e em diferentes posições na sentença. Contudo, a repetição freqüente fez com que esses elementos adquirissem um caráter mais regular, relacional e, portanto, gramatical, levando-os, por fim, a se transformarem em preposições. Posteriormente, essas preposições passaram a ser

---

19 Mas, como esclarece Costa (2004), desde o século X, os chineses já se indagavam sobre as diferenças entre palavras lexicais e gramaticais.

empregadas em crescente número de situações comunicativas e, novamente, a repetição freqüente atuou no sentido de atribuir a algumas preposições um caráter ainda mais gramatical. Daí, originaram-se os prefixos derivados de preposições.

Costa (2004) explica, adicionalmente, que a gramaticalização se refere a um crescendo funcional e abstratizante, a partir de processos fônicos (justaposições, fusões, reduções, reforços) e de processos semânticos (generalizações metafóricas, contaminações metonímicas). As palavras gramaticais, como as preposições e os prefixos, seriam, portanto, etapas de processos diacrônicos, resultantes de mudanças que afetaram palavras lexicais, nos níveis semântico, sintático, mórfico e fônico.

De acordo com Schlieben-Lange (1994), observa-se freqüentemente a aplicação de princípios cognitivos na pesquisa sobre a gramaticalização. Heine e Reh (1984 *apud* CASTILHO, 1997) pressupõem, por exemplo, que os tipos de gramaticalização por eles verificados são cognitivamente interpretáveis. Na verdade, a teoria da gramaticalização apresenta uma forte tendência à integração, por exemplo, pela incorporação de reflexões cognitivas e por sua abertura para propostas pragmáticas.

Assim, a atenção dada ao processo de gramaticalização pelos funcionalistas justifica a afirmação de Pezatti (2004, p. 177) de que a “gramaticalização representa um subparadigma teórico no entorno da teoria funcionalista”. Baseando-se, principalmente, em alguns dos artigos de Castilho, examinar-se-á, nos próximos itens, parte da literatura sobre o assunto.

### 3.1 CONCEITOS DE GRAMATICALIZAÇÃO – PROPOSTAS

Há muitos pontos de vista sobre a gramaticalização. Como observa Poggio (2004), os teóricos não se entendem nem quanto à maneira de nomear o processo: *gramaticização*, *gramatização*, *gramaticalização*, *apagamento semântico*, *condensação*, *enfraquecimento semântico*, *esvaimento semântico*, *morfologização*, *reanálise*, *redução*, *sintaticização* são alguns dos rótulos dados ao fenômeno que leva itens lingüísticos a terem um uso mais previsível, regular. Em virtude dessa “confusão” terminológica, que é um reflexo da multiplicidade de conceitos sobre a gramaticalização, Costa (2003), antes de aplicar essa teoria aos adverbiais espaciais e temporais quinhentistas do português, considerou mais produtivo, ao invés de simplesmente reproduzir as diversas propostas, apresentar a sua

compreensão sobre o processo de gramaticalização, distribuindo as características desse processo em cinco categorias: PROPRIEDADES, MOTIVAÇÕES (OU GATILHOS), MECANISMOS, ESTÁGIOS e PARÂMETROS.

O primeiro a empregar o termo *gramaticalização* foi Antoine Meillet (1948) em 1912, definindo esse termo como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma. Castilho (1997) contrasta as palavras *gramaticalização* e *gramaticização*. Segundo ele, *gramaticização* refere-se, especificamente, ao processo de mudança observado na sincronia. A *gramaticalização*, por sua vez, observa, diacronicamente, o produto final resultante da *gramaticização*. Mas, como o termo *gramaticalização* se tornou mais difundido, Castilho e outros autores o empregam sistematicamente, tanto nos estudos sincrônicos como nos diacrônicos, e é esse procedimento que também se adota nesta pesquisa.

Poggio (2002) destaca três grupos de conceitos de gramaticalização, pertencentes a épocas e com perspectivas diferentes.

O primeiro grupo, que predominou até 1970, opera com o léxico e a gramática. Heine e Reh (1984 *apud* CASTILHO, 1997), por exemplo, entendem a gramaticalização como uma “evolução em que unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e substância fonética.”. Muito próximo a esse conceito está o dado por Kurylowicz (1965 *apud* POGGIO, 2002). Kurylowicz associa a gramaticalização ao processo de ampliação dos limites de um morfema, quando esse avança do léxico para a gramática. Nesse processo, o item lexical sofre perdas semânticas e fonológicas.

G. Sankoff (*apud* POGGIO, 2002) observa que um item se gramaticaliza quando sai de uma classe aberta para uma fechada, tornando-se palavras funcionais. Roberts (1993 *apud* CASTILHO, 1997), semelhantemente, vê a gramaticalização como “a mudança de uma categoria léxica para uma funcional, associada à perda do conteúdo lexical. No caso dos verbos, como exemplifica Roberts, ocorre o seguinte *cline*<sup>20</sup>: **verbo pleno>construção predicativa>forma perifrástica>aglutinação**. Pode-se incluir nesse grupo o conceito de Meillet (1948), que, como visto antes, vê a gramaticalização como um processo de atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma, ou lexical.

Em relação ao primeiro grupo, Cunha, Costa e Cezário (2003) acrescentam que o estudo da gramaticalização pode se ocupar das formas que migram do léxico para a gramática (gramaticalização *stricto sensu*) ou das formas que mudam no interior da própria gramática (gramaticalização *lato sensu*).

---

20 Conforme Hopper e Traugott (1993), os *clines* podem ser entendidos como as fases de transição no processo de mudança lingüística.

O segundo grupo, com atuação intensa a partir dos meados da década de 70, opera com o discurso e a gramática. Essa nova perspectiva de conceitualização de gramaticalização considera não apenas as mudanças envolvendo o léxico e a gramática, mas também inclui a reanálise dos moldes do discurso para os moldes gramaticais. T. Givón (1971 *apud* CASTILHO, 1997) propôs o seguinte ciclo de mudança: **discurso>sintaxe>morfologia>morfofonêmica>zero**. Assim, conforme Givón, o processo de mudança teria como marco inicial estratégias discursivas<sup>21</sup>. J. Dubois (1965 *apud* CASTILHO, 1997) aponta a recursividade de determinadas estratégias discursivas como um importante fator para o surgimento de novos padrões gramaticais. Hopper (1988 *apud* CASTILHO, 1997), numa postura extremada, propôs o conceito de **gramática emergente**. Segundo esse conceito, como observa Castilho (1997, p. 31), não existe gramática, e sim gramaticalização, “que é a cristalização das formas discursivas mais produtivas”, pois as necessidades comunicativas do discurso fazem com que as regularidades sejam provisórias, continuamente sujeitas à negociação, à renovação e ao abandono.

Por fim, o terceiro grupo de conceitos de gramaticalização envolve os cognitivistas. Trata-se de uma nova linha de pesquisa, que vê a gramaticalização como um fenômeno externo à estrutura da língua e pertencente ao domínio cognitivo. Assim, além da interface com a lingüística funcional, a teoria da gramaticalização apresenta uma interface com a Lingüística Cognitiva. S. Svorou (1993), por exemplo, salienta que a investigação da história das formas gramaticais reflete aspectos mais profundos da interação social e aspectos da construção cognitiva dos seres humanos. Adeptos da teoria do localismo e da teoria dos protótipos levam em consideração conceitos metafóricos no estudo dos processos de gramaticalização, conforme será observado no capítulo quatro.

Um dos mais completos conceitos de gramaticalização talvez seja o apresentado por Castilho (1997, p. 31). Na sua proposta, Castilho, de uma forma abrangente, leva em consideração aspectos morfossintáticos, funcionais e semânticos, além das etapas geralmente seguidas no processo de gramaticalização:

---

<sup>21</sup> Castilho, no entanto, considera inadequado estabelecer relações de precedência entre módulos lingüísticos tais como o Discurso e a Gramática. Na sua nova proposta de estudo multissistêmico, Castilho (2003) postula que uma mesma expressão lingüística exibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas, por razões pragmáticas. Essa proposta de Castilho será explanada no item 3.5.

Gramaticalização é o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer como consequência de uma cristalização extrema.

Castilho (1997) aponta ainda as três direções tomadas pelos debates sobre o processo de gramaticalização:

- 1 - **Tipologia lingüística**, que inclui a chamada teoria da aglutinação, de W. Von Humboldt, postulada em 1822.
- 2 - **Sintaxe conversacional**: segundo os estudiosos da sintaxe conversacional, grande parte da organização gramatical vai emergir das falas.
- 3 - **Mudança lingüística**.

Referente à terceira direção apontada por Castilho (mudança lingüística), Poggio (2002) cita o filósofo francês Condillac que, em 1746, assinalou que formas gramaticais provêm de lexemas e os afixos de formas livres. Citou ainda Horne Took (1786 e 1805), cujos trabalhos apresentaram a seguinte divisão: Nome e verbo (palavras necessárias, essenciais do discurso) e outras classes de palavras (conjunções, advérbios e preposições) decorrentes de mutilações das palavras necessárias. Os neogramáticos, no século XIX, acreditavam que a gramaticalização servia como um parâmetro para a explicação da lingüística diacrônica. Poggio (2002) chama atenção também para Franz Bopp (1816), que, no contexto dos estudos comparativos, apresentou exemplos de como itens lexicais desenvolveram-se em auxiliares, afixos e/ou flexões.

Meillet (1948) considerou a analogia e a gramaticalização como os dois principais processos de mudança gramatical. Diferentemente dos processos analógicos, a gramaticalização introduz formas e categorias novas, dotando-as de expressão lingüística, o que causa a transformação do conjunto do sistema. Esse autor propôs a existência de três classes de palavras: palavras principais, palavras acessórias e palavras gramaticais. Para Meillet, no processo de mudança, ocorre uma transição gradual entre essas três classes. Como explica Castilho (1997), essa transição envolve esvaimento tanto do sentido quanto da forma da palavra. As postulações de Meillet insinuam, assim, que “a gramaticalização é um processo inacabado, sem fim” (CASTILHO, 1997). Castilho inclui ainda os trabalhos de Robert (1993 *apud* CASTILHO, 1997) e Kurylowicz (1965 *apud* CASTILHO, 1997) na direção da mudança lingüística.



Percebe-se, então, a diversidade dos estudos sobre a gramaticalização. Os teóricos, como se observou, divergem quanto à melhor maneira de nomear o processo e, até mesmo, no que se refere ao próprio conceito de gramaticalização. Isso é digno de nota, especialmente, quando se sabe que os estudos de gramaticalização não são recentes, apenas receberam novo enfoque no contexto do funcionalismo, cujos estudos avançaram a partir de 1970. É evidente, portanto, a complexidade dos fenômenos de gramaticalização e a necessidade de estudos que, voltados para diferentes aspectos, exemplifiquem e esclareçam, na medida do possível, os fatores que influenciam esse processo, como procura fazer a presente pesquisa através da consideração de prefixos derivados de preposições.

As divergências não se esgotam aqui. À medida que se aprofunda no estudo do tema, são observadas discussões ainda mais acirradas sobre a gramaticalização. Mas é ponto pacífico a premissa de que a gramaticalização é uma das evidências do aspecto não-estático da gramática de uma língua. Continuamente, itens lingüísticos perdem a eventualidade criativa do discurso, passando a ser regido por restrições gramaticais. Como ressalta Lopes (2003, p. 2):

É como se os elementos lexicais fossem perdendo suas potencialidades referenciais de representar ações, qualidades e seres do mundo biossocial e fossem ganhando a função de estruturar o léxico na gramática, assumindo, por exemplo, funções anafóricas e expressando noções gramaticais como tempo-modo, aspecto etc.

### 3.2 PRINCÍPIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Não há acordo entre os lingüistas quanto a uma teoria, se não unificada, pelo menos razoavelmente articulada, para dar conta dos fenômenos ditos de gramaticalização. Nem poderia ser diferente, dada a complexidade da matéria e as naturais divergências sobre o que se pode entender por língua e por gramática (CASTILHO, 1997, p. 49).

Algumas conclusões podem ser tiradas das palavras de Castilho acima. Por exemplo, há necessidade de se buscar generalizações, ou princípios, que abarquem os diversos processos de gramaticalização observados. Várias propostas têm esse intuito, mas não é fácil harmonizá-las entre si. Uma “teoria articulada”, como deseja Castilho, não parece estar no horizonte, pois, na base da variedade dos princípios propostos para a gramaticalização, estão questões fundamentais ainda não unanimemente resolvidas quanto ao entendimento de língua

e gramática.

Apresentam-se duas das mais conhecidas propostas de princípios de gramaticalização: a de Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e a de Hopper (1991). Em seguida, apresenta-se a argumentação de Castilho (1997), que, por um lado, tentou “articular” diferentes pontos de vista e que, por outro, apresentou uma nova proposta, aumentando, assim, o leque de opções teóricas, e, conseqüentemente, a polêmica em torno da gramaticalização, no que se refere aos seus princípios.

Os seguintes princípios foram identificados por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997):

- 1) **Paradigmatização**: diz respeito à tendência de integração das formas gramaticalizadas em novos paradigmas progressivamente menores e homogêneos.
- 2) **Obrigatoriedade** : princípio que se refere à existência, dentro de um paradigma, de regras gramaticais que determinam a escolha dos seus membros.
- 3) **Condensação**: princípio que especifica a diminuição da complexidade das formas gramaticalizadas e dos constituintes com os quais elas se combinam.
- 4) **Coalescência**: que ressalta o desaparecimento conjunto de formas adjacentes.
- 5) **Fixação**: esse princípio se estabelece a partir da perda da variabilidade sintagmática. O signo gramaticalizado tende a ocupar uma posição fixa inicialmente na sintaxe e depois na morfologia, tornando-se um preenchedor de espaços gramaticais (*slots*).

Hopper (1991) considerou a proposta de Lehmann deficiente, pois, segundo ele, esses princípios aplicam-se somente aos estágios bem avançados de gramaticalização. Hopper, então, apresentou a sua proposta de princípios de gramaticalização:

- 1) **Estratificação** – Dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas. Esse princípio é a constatação de que uma das conseqüências da gramaticalização é a convivência de soluções gramaticais distintas, num mesmo corte sincrônico. A

gramaticalização origina a variação, que é considerada o gatilho da mudança diacrônica.

- 2) **Divergência** – Esse princípio remete ao fato de a instauração do processo de gramaticalização licenciar a convivência da forma em vias de gramaticalização com a forma original que impulsionou o processo de mudança categorial. A *divergência* evidencia que as formas possuem uma mesma origem etimológica, apesar de poderem ser funcionalmente diferentes.
- 3) **Especialização** – dentro de um domínio funcional, é possível haver em determinado estágio uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes; quando a gramaticalização ocorre, estreita-se essa variedade de escolhas formais, ou seja, dá-se a especialização, e um número menor de formas selecionadas assume significados semânticos mais gerais. Como observa Rumeu (2004), o princípio da especialização poderia também corresponder ao princípio da *obligatoriedade*, de Lehmann. Poggio (2004) dá o seguinte exemplo: quando a palavra *amor* passa a compor a locução prepositiva *por amor de*, há um estreitamento no significado desse nome ao figurar em um novo contexto.
- 4) **Persistência**: quando uma forma se gramaticaliza, passando de uma função lexical para uma função gramatical, tanto quanto isto seja gramaticalmente viável, alguns traços do seu significado lexical original tendem a aderir à nova forma gramatical. Em virtude da gramaticalização, pode ocorrer a coexistência entre valores novos e valores antigos em um mesmo item lingüístico e a permanência de propriedades lexicais nas formas gramaticalizadas. O princípio da persistência refere-se, portanto, à conservação, por parte da forma que sofreu gramaticalização, de alguns traços semânticos da forma fonte. O que está implícito nessa caracterização, conforme Naro e Braga (2000), é que, em numerosos casos, uma mesma forma pode abrigar valores/usos/instâncias com variados graus de gramaticalização.
- 5) **Descategorização**: formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas das categorias plenas Nome e Verbo, e a assumir atributos característicos das categorias secundárias, tais como o Adjetivo, o Particípio, a Preposição etc.

Os princípios três e quatro de Hopper (1991) captam alterações semânticas observadas no processo de gramaticalização. Nota-se ainda que os princípios de Hopper não se aplicam a todos os casos ou a todas as etapas da gramaticalização. Por exemplo, não se pode afirmar que a estratificação vale para todos os casos. Às vezes, algumas soluções gramaticais são descartadas no decorrer do processo de gramaticalização. Pode-se dizer o mesmo da persistência. Nem sempre “vestígios” do significado original permanecem nas formas gramaticalizadas. Os princípios de Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997), contudo, parecem ter uma aplicação mais ampla.

Castilho (1997), por sua vez, aponta princípios que, para ele, de fato, captam generalizações:

1) **Analogia** - é a extensão de regras a itens não atingidos, uniformizando as formas da língua. Pereira (2004) explica que o mecanismo da analogia é o responsável pela manutenção da regularidade, quando há discordância entre a tradição e o sistema. Opera, assim, no eixo paradigmático. Segundo Castilho (1997), analogia é uma sorte de aproximação psicológica entre categorias em ausência, ou seja, situadas no eixo paradigmático. Um dos exemplos mais citados de ocorrência de um processo analógico é a formação de futuro com o verbo *ir*. *Ir* mais verbo de movimento no infinitivo passou a assinalar futuridade. Por analogia, verbos não de movimento também passaram a apresentar o verbo *ir* como auxiliar, consumando a noção de futuridade associada ao verbo *ir*.

2) **Reanálise** – mudança de percepção de como os constituintes estão ordenados no eixo sintagmático, decorrente de um tipo de raciocínio denominado *abdução*. Costa (2003) explica que a abdução envolve a observação de um fenômeno, a atribuição de uma regra baseada nessa observação e, por fim, uma aplicação da mesma regra a estruturas superficialmente semelhantes. “Um dos tipos mais freqüentes de reanálise é a fusão de duas ou mais formas fronteiriças na cadeia da língua” (COSTA, 2003, p. 73). Ocorre, portanto, através da reanálise, o desenvolvimento de novas estruturas a partir de estruturas antigas.

3) **Continuidade e gradualismo** – a gramaticalização tende continuamente à inovação da estrutura das línguas em um processo contínuo. Ou seja, a gramaticalização não é um processo que possa se extinguir, sendo muito difícil identificar claramente suas fases. Ela é recorrente e interminável. Esse postulado goza de grande aceitação entre os lingüistas. A constatação desse princípio favorece, segundo Castilho (1997), o conceito de gramática emergente formulado por Hopper (1988 *apud* CASTILHO, 1997), que acredita numa contínua re-estruturação da gramática de uma língua. Conforme Lopes (2003), autores como Lichtenberk (1991) também defendem ser o gradualismo inerente aos fenômenos de

gramaticalização. Pode-se depreender que, por ser um fenômeno contínuo, a gramaticalização não é um processo que possa se extinguir.

4) **Unidirecionalidade** – talvez seja um dos princípios mais questionados na literatura contemporânea sobre gramaticalização. Segundo esse princípio, a gramaticalização é um processo irreversível, que se desenvolve ao longo do tempo, sempre da esquerda para a direita, conforme expresso, por exemplo, pelo *cline* proposto por Givón (1971 *apud* CASTILHO, 1997) **discurso>sinaxe>morfologia>morfofonêmica>zero**. De acordo com essa trajetória unidirecional de gramaticalização,

Alguns itens lexicais passam a ser utilizados em contextos nos quais desempenham certa função gramatical, ainda não fixada. Progressivamente, via repetição, seu uso torna-se mais previsível e regular, resultando numa nova construção sintática com características morfológicas especiais, podendo, posteriormente, desenvolver-se para uma forma ainda mais dependente, como um clítico ou afixo, com eventuais adaptações fonológicas (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p. 54).

Martelotta (2003a) explica que a proposta de gramaticalização, por volta do início da década de 90, é a de que a mudança é unidirecional e sucessiva, caracterizando-se por uma evolução linear ao longo do tempo, sendo que um valor novo implica sempre na existência de um valor anterior.

Castilho (1997) cita autores que apóiam o princípio da unidirecionalidade. Hopper e Traugott (1993, p. 95) explicam que, a um estágio A, deve seguir-se um estágio B, e não o contrário. Para Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), estruturas menos gramaticais podem tornar-se mais gramaticais, mas o processo contrário não acontece de um modo significativo. Conforme esclarece Castilho (1997), o processo que alguns autores chamam de desgramaticalização é, na verdade, ganho de propriedades discursivas. Afirma-se também que a metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente. Ou seja, um item lingüístico, usado inicialmente em um sentido concreto, pode, através de processos metafóricos unidirecionais, ser usado para expressar sentidos mais abstratos<sup>22</sup>.

Trabalhos recentes, contudo, questionam a ênfase que vem sendo dada ao princípio da unidirecionalidade. Por exemplo, para Mattos e Silva (2002), esse princípio é uma herança neogramática. A predizibilidade de categorias maiores para menores soou para a autora como um contraponto às leis fonéticas. O próprio Castilho (2003) argumenta que a unidirecionalidade só pode ser comprovada no tratamento das palavras no interior de cada um

---

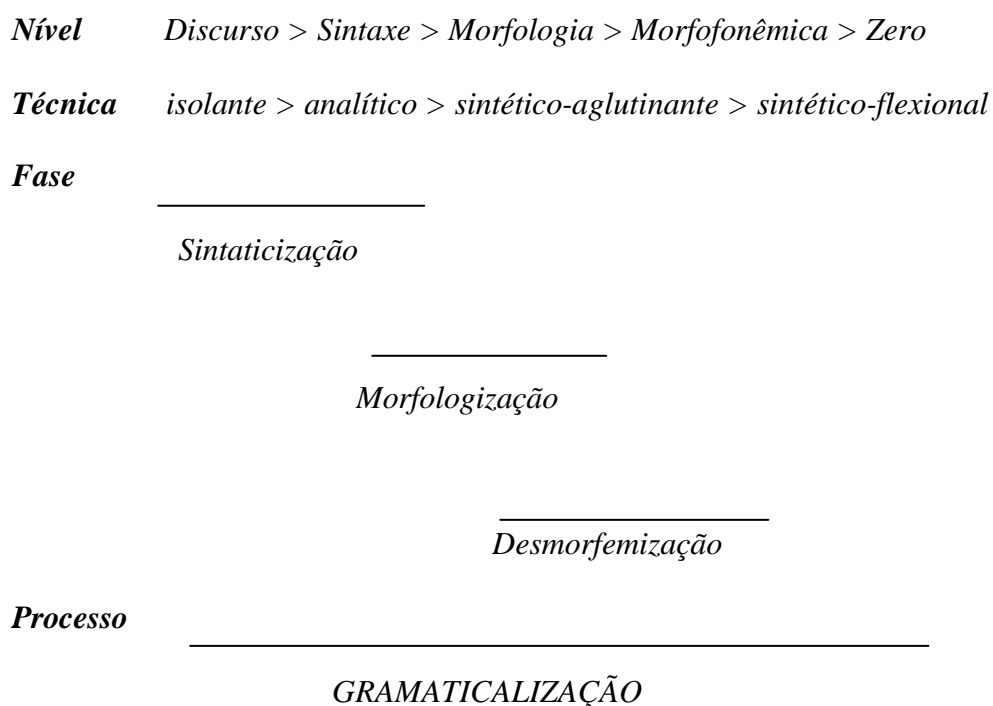
<sup>22</sup> Os processos metafóricos são considerados mais pormenorizadamente no capítulo quatro desta pesquisa.

dos subprocessos de gramaticalização: a fonologização, a morfologização e a sintaticização. Schlieben-Lange (1994) também questiona se os processos de gramaticalização se dão sempre na mesma direção (unidirecionalidade) ou se poderia haver reversões.

Essas dificuldades relacionadas com o princípio da unidirecionalidade contribuíram para Castilho propor um estudo multissistêmico da mudança lingüística, considerado no item 3.5.

### 3.3 ESTÁGIOS (OU PROCESSOS) DE GRAMATICALIZAÇÃO

Este item baseia-se, principalmente, no texto de Castilho (1997). Nesse texto, Castilho teve como meta inicial apresentar, como ele mesmo explicou, um re-arranjo da teoria existente sobre a gramaticalização, separando os estágios dos princípios mais gerais que os regem. Ao explicitar os estágios de gramaticalização, Castilho toma como ponto de partida um quadro organizado por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997), abaixo transcrito:



Quadro 6 - Fases da gramaticalização

O quadro de Lehmann aponta claramente as etapas sucessivas de perda de

complexidade e autonomia de um signo lingüístico durante o processo de gramaticalização. Partindo do discurso, no qual os itens lingüísticos desfrutam do mais alto grau de autonomia e complexidade, as palavras podem, gradativamente, perder essas características, especialmente, em virtude do processo de rotinização, podendo chegar, inclusive, ao estágio zero, momento final do processo de gramaticalização.

Excluindo a consideração do discurso, Castilho (1997) detalha os processos apontados por Lehmann, conforme mostrado no quadro abaixo:

| PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO  |   |   |
|--|---|---|
| <i>ALTERAÇÕES GRAMATICAIS</i>  |   |   |
| <i>ESTÁGIO</i>   | <i>DEFINIÇÃO</i>  | <i>SUBDIVISÃO</i>   |
| <b>Sintaticização</b>  | A sintaticização de um item lexical é a sua recategorização, sua categorização funcional e suas relações intersentenciais     | <b>Recategorização:</b> classe de palavra X passa à classe de palavra Y   |
|  |   | <b>Categorização funcional:</b> atribuição de propriedades funcionais a aspectos da sintaxe   |
|  |   | <b>Relações intersentenciais:</b> a gramaticalização das relações intersentenciais dispõe as coordenadas e subordinadas num <i>continuum</i> que parte da coordenação perfeita à subordinação por excelência. |
| <b>Morfologização</b>  | Criação de formas presas, sejam afixos flexionais, sejam afixos derivacionais   |   |
| <b>Redução fonológica</b>  | Fusão de formas livres com outras formas livres e a sua transformação em formas presas  |   |
| <b>Estágio zero</b>  | Momento máximo de exaustão da estrutura e anúncio da retomada do processo contínuo que é a gramaticalização                   |   |
| <i>ALTERAÇÕES SEMÂNTICAS</i>   |   |   |
| <i>(perda do sentido original e o desenvolvimento de novos sentidos)</i> |   |   |
| <i>ESTÁGIO</i>   | <i>DEFINIÇÃO</i>  |   |
| <b>Metáfora</b>  | Transferência de um sentido A para um sentido B, por haver alguma similaridade entre eles. Trata-se de um processo cognitivo. |   |
| <b>Metonímia</b>   | Mudança de sentido desencadeada por itens associados sintaticamente   |   |

Quadro 7 - Estágios de gramaticalização, conforme explicação de Castilho (1997)

Na recategorização sintática, observa-se o *continuum*:

**Categoria Maior** (*nome, verbo, pronome*) > **Categoria Mediana** (*adjetivo, advérbio*) > **Categoria Menor** (*preposição, conjunção, pronome*)



Esse processo pode ser exemplificado da seguinte forma:

| <b>CAMPO DE ATUAÇÃO</b>  | <b>EXEMPLOS (do português)</b>   |
|--|--|
| Grupo verbal. Os casos mais relevantes para o fenômeno da gramaticalização seguem o <i>continuum</i> :<br><b>verbo pleno&gt;verbo funcional&gt; verbo auxiliar&gt;clítico&gt;afixo</b> | - Verbo <i>ser</i> e <i>estar</i> , inicialmente locativos, usados como existenciais e possessivos, e que passam a verbos funcionais e a verbos auxiliares.  |
| Grupo nominal  | - Verbos dão origem a nomes substantivos: <i>comer é bom</i> .   |
| Grupo pronominal   | - Generalização do pronome <i>se</i> para todas as pessoas: port. pop. <i>Eu se alembro/ você se alembra/ele se alembra</i>  |
| Grupo adverbial  | Nome>advérbio, ou seja, nomes que passam a advérbios, como na expressão <i>passo a passo</i> .   |
| Grupo dos nexos  | Um nome pode passar pelo seguinte <i>continuum</i> :<br><b>N&gt;N relacional&gt;Preposição Secundária&gt;Prep. Primária&gt;clítico&gt;afixo</b> . Partes do corpo humano freqüentemente são reanalisadas como preposições secundárias – <i>Nas costas de/em face de</i> .<br>- Verbos dão origem a preposições: <i>salvo, durante, exceto</i> .<br>- Numeral ordinal>preposição: <i>segundo</i><br>- Conjunções, que procedem de recategorização de várias outras classes: <i>logo, de modo que</i> etc. |

Quadro 8 - Campos de atuação do processo de recategorização

A categorização funcional inclui, por exemplo, questões sobre topicalização e ordem dos constituintes funcionais.

São exemplos de relações intersentenciais as tênues relações entre as conjunções coordenativas explicativas e as subordinativas causais e entre as coordenativas adversativas e as subordinativas concessivas.

Como exemplo de morfologização, Castilho (1997) cita a criação de morfemas de tempo, a partir de verbos auxiliares (criação de afixo flexional) e a morfologização do nome latino *mente*, que, passando por um processo de redução fonológica, tornou-se átono, cliticizando-se a adjetivos (criação de afixos derivacionais). A morfologização é um processo bastante recorrente nos processos de gramaticalização que criaram os prefixos derivados de preposições, como se notará no capítulo seis.

O processo de fonologização ou redução fonológica faz com que determinados itens mais frequentemente usados sejam geralmente mais curtos. Portanto, itens gramaticais são mais curtos que itens lexicais. Braga (1994 *apud* COSTA, 2003) vê, nesses casos, a atuação de um princípio icônico, ou seja, o princípio de que, ao conceito familiar, se atribui uma expressão reduzida. Costa (2003, p. 81) explica ainda que, muitas vezes, a fonologização “é acompanhada ou até mesmo explicitada pela perda da independência de acento e produz maior dependência do material circundante, produzindo aglutinações, fusões, cliticizações e afixações”.

O estágio zero é decorrente de um longo processo de gramaticalização que produz categorias fixas, rígidas, inalteráveis, e, portanto, antifuncionais. Mas, como categorias assim contrariam o aspecto dinâmico, re-elaborador, presente em todas as línguas, o que ocorre é a retomada do processo de gramaticalização a partir de um estágio anterior. Um exemplo é a formação de futuro na língua portuguesa. A desinência *ei*, proveniente da forma trissilábica latina *habeo* e que forma o futuro sintético (*cantarei, falarei*) está sofrendo forte concorrência da forma perifrástica de futuro (*vou cantar, vou falar...*) semelhante ao que existia no latim.

Quanto às alterações semânticas, ou seja, a perda do sentido original e o desenvolvimento de novos sentidos, Castilho (1997) considera a metáfora e a metonímia como processos cognitivos que são forças propulsoras da gramaticalização na língua portuguesa. Castilho (2003) afirma que esse aspecto da gramaticalização, de fato, não passa disso, “alterações”, nunca perda ou esvaimento semântico. Em alguns contextos, as alterações semânticas são leves, em outros, mais radicais, pois novos sentidos são desenvolvidos. Essas variações semânticas são facilmente percebidas nos casos de preposições que passaram a ser usadas como prefixos, como mostrará o capítulo seis da presente pesquisa.

Um processo metafórico ocorre, por exemplo, com a preposição *de*, que muitas vezes deixa de apresentar a noção de espaço físico para apresentar a noção de tempo e até acepções mais abstratas. As frases abaixo ilustram esse fenômeno.

- *Carlos viajou de São Paulo para o Rio de Janeiro* (ESPAÇO)
- *Começando de seu nascimento, e durante toda a sua vida, aquele homem sofreu* (TEMPO)
- *João chorou de felicidade por ter vencido a corrida* (CAUSA)

Castilho (1997) observa que há um ritmo unidirecional nos processos de

metáfora, do mais concreto para o mais abstrato, fenômeno freqüentemente observado nas formas preposicionais gramaticalizadas como prefixos.

Costa (2003, p. 62) acrescenta que:

A metáfora é um mecanismo muito importante nos estágios iniciais da gramaticalização, quando traço(s) semântico(s) de um item lexical autoriza(m) seu uso metafórico em função gramatical, ou melhor, quando um processo metafórico autoriza a transposição de traço(s) de um item lexical para um novo item gramatical.

Assim, é a generalização semântica de determinados traços, em maior ou menor grau, que permite o processo de gramaticalização. Como Costa (2003) explica, os elementos que passam pelo processo de generalização são usados mais freqüentemente, cabem em maior número de contextos e, em virtude disso, estão mais sujeitos à gramaticalização por desgaste semântico e/ou fônico, vindo a exibir significados mais abstratos, menos lexicais, mais relacionais.

A formação de conjunções geralmente exemplifica os processos metonímicos. A alteração **advérbio de inclusão *magis* > conjunção adversativa *mas*** derivou-se do uso freqüente de *mas* em contextos negativos, conforme explicado por Castilho (1997).

### 3.4 GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Poggio (2002) argumenta que, quanto mais a forma for gramaticalizada, mais ela será freqüente. Dessa maneira, a freqüência de uso de um determinado item é evidência empírica do seu grau de gramaticalização. Esse critério será usado mais adiante para estabelecer uma comparação dos prefixos entre si, no que se refere ao grau de gramaticalização.

Para Lehmann (1982, *apud* CASTILHO, 1997), a gramaticalização relaciona-se com o grau de autonomia do signo. A perda de autonomia, assim, é um indício de gramaticalização. Por isso, esse autor propõe critérios que permitem medir o grau de autonomia do signo:

- **Peso:** autonomia confere ao signo certo peso, que o distingue dentro do paradigma.

- **Coesão:** signo autônomo não se relaciona com muitos outros signos.
- **Variabilidade:** signo autônomo possui elevado grau de mobilidade na sentença.

Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) postula, portanto, que o decréscimo no peso e na variabilidade e o aumento da coesão são evidentes sinais de gramaticalização e relaciona esses critérios com dois aspectos lingüísticos fundamentais: o aspecto sintagmático (a combinação de signos) e o aspecto paradigmático (a seleção de signos). Ficam estabelecidos, dessa maneira, seis parâmetros para se avaliar o nível de gramaticalização de um item lingüístico:

| <b>PARÂMETRO</b>            | <b>DEFINIÇÃO</b>   |
|-----------------------------|--|
| Peso sintagmático           | Refere-se à complexidade estrutural da construção que a forma gramaticalizada ajuda a construir  |
| Peso paradigmático          | Conjunto de traços que asseguram a identidade de um item   |
| Coesão sintagmática         | Grau de adesão a outros signos   |
| Coesão paradigmática        | Refere-se à maior ou menor inclusão de um item em paradigma bem estruturado, altamente integrado |
| Variabilidade paradigmática | Grau da liberdade disponibilizada ao falante de escolher um item para uma determinada posição    |
| Variabilidade sintagmática  | Grau de facilidade com que o item pode ser mudado de posição                                     |

Quadro 9 - Parâmetros de avaliação do grau de gramaticalização

Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) apresenta um quadro no qual ele resume sua argumentação sobre os parâmetros que definem se uma gramaticalização é forte ou fraca:

| <b>PARÂMETRO</b>                         | <b>GRAMATICALIZAÇÃO FRACA</b>                                       | <b>PROCESSO</b>   | <b>GRAMATICALIZAÇÃO FORTE</b>                                 |
|--|---|-------------------|---|
| Integridade (peso sintagmático)          | Conjunto de propriedades semânticas; possivelmente polissilábico    | Desgaste          | Poucas propriedades semânticas; monosssegmental               |
| Paradigmaticidade (coesão paradigmática) | O item participa escassamente no campo semântico                    | Paradigmaticidade | Fortemente integrado no paradigma                             |
| Variabilidade paradigmática              | Livre escolha dos itens de acordo com as intenções comunicativas    | Obrigatoriedade   | Escolha sistematicamente restrita, uso largamente obrigatório |
| Escopo (peso paradigmático)              | O item se correlaciona com constituintes de complexidade arbitrária | Condensação       | O item modifica palavra ou raiz                               |
| Coesão (coesão sintagmática)             | O item é justaposto independentemente                               | Coalescência      | O item é afixo ou até mesmo suporte de traço fonológico       |
| Variabilidade sintagmática               | O item pode mover-se livremente nas estruturas                      | Fixação           | O item ocupa lugares gramaticais fixos.                       |

Quadro 10 - Gramaticalização forte X gramaticalização fraca

Assim, partindo-se do pressuposto de que a gramaticalização está relacionada com a diminuição do grau de autonomia do signo lingüístico, Lehmann oferece parâmetros para a mensuração do grau dessa autonomia.

A análise do quadro acima ajuda a compreender a observação de Castilho (1997) de que muitos autores não se situam claramente numa perspectiva teórica. Note-se que os mesmos aspectos que Lehmann considera como princípios (fixação, paradigmáticação, obrigatoriedade, condensação e coalescência), no quadro acima, ele trata como processos de gramaticalização. Mas alguns desses critérios propostos por Lehmann serão usados ao se considerar o grau de gramaticalização dos afixos provenientes de preposições.

Outros lingüistas também propuseram maneiras de se avaliar o grau de gramaticalização de um item lingüístico. Para Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), uma forma é mais gramaticalizada do que outra nas seguintes condições, por exemplo:

- se ela é etimologicamente derivada da outra;
- se duas categorias diferem pelo fato de que uma expressa uma relação temporal e a outra, uma “relação lógica”. Dessa maneira, um item que indica 'causa' ou 'condição' (relações lógicas) é mais gramaticalizado do que aqueles que indicam 'tempo';
- se uma forma é mais abrangente do que outra. Por exemplo, os itens que sinalizam 'modo' (acepção que inclui vários conceitos) são mais gramaticalizados que aqueles usados na acepção de 'instrumento'.

Aplicando esses critérios e os de Lehmann, é possível verificar graus diferenciados de gramaticalização de uma categoria para outra e dentro de uma mesma categoria. Os prefixos, por exemplo, são mais gramaticalizados do que as preposições e, entre os prefixos, podem ser identificados graus diferenciados de gramaticalização, como se notará no capítulo seis.

### 3.5 A PROPOSTA DE CASTILHO DE UM ESTUDO MULTISSISTÊMICO DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Até aqui, mostrou-se apenas uma tentativa de Castilho (1997) de melhor organizar a perspectiva teórica sobre a gramaticalização. Mas o seu objetivo primário é, a partir do quadro de uma teoria modular, “propor um plano sistemático de estudo dos processos constitutivos da língua” (CASTILHO, 1997, p. 25). No texto *A gramaticalização*, de 1997, Castilho argumenta, basicamente, que o léxico é o módulo central da língua e nele estão depositados itens já marcados por propriedades gramaticais, discursivas e semânticas. Discurso, gramática e semântica são postulados como módulos e, portanto, a gramaticalização, a semanticização e a discursivização seriam os três grandes processos de constituição das línguas. Esses processos atuam simultaneamente em um mesmo item, através de um dispositivo de natureza cognitiva, que auxilia cada falante na exploração das potencialidades dos itens lexicais.

Qual seria, portanto, o módulo ou o processo a partir do qual se inicia o processo de mudança? Como esclarece Castilho (1997), depende do ponto de vista teórico adotado. Os funcionalistas elegem o discurso, privilegiando a enunciação. Os formalistas, a gramática,

privilegiando o enunciado. Para Castilho, no entanto, itens lexicais inerentemente possuem marcas gramaticais, discursivas e semânticas que serão ativados, desativados ou reativados, conforme a necessidade discursiva. Ou seja, Castilho ressalta que qualquer item lexical, contextualizado nos usos da língua, preserva, ao mesmo tempo, suas propriedades sintáticas, discursivas e semânticas, de modo que não é preciso estabelecer correlações de precedência genética entre elas, como faz Givón (1971 *apud* CASTILHO, 1997), que considera o discurso como ponto de partida da mudança lingüística.

No texto *Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização*, de 2003, Castilho amplia essa proposta de uma teoria modular. Ele mostra a necessidade de se elaborar uma teoria multissistêmica, que dê conta da variedade de fenômenos que têm recebido o rótulo de gramaticalização e que reconheça a existência de outros processos que, além do processo de gramaticalização, são igualmente importantes para o pleno entendimento da criatividade lingüística.

O texto centra-se na visão de que a língua é um multissistema dinâmico, que graficamente pode ser representado numa forma radial, tendo no centro o léxico e à volta a gramática, a semântica e o discurso. O léxico seria governado por um dispositivo sociocognitivo de caráter pré-verbal, através do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem a categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Esse postulado, conforme Castilho (2003), ajuda a evitar o equívoco de se utilizar indiscriminadamente o termo “gramaticalização” como rótulo para vários fenômenos lingüísticos, essencialmente diferentes. Esse dispositivo sociocognitivo age por acumulação de impulsos e, somente assim, pode-se dar conta da extraordinária complexidade da linguagem. Assim, para Castilho (2003), fica difícil concordar com análises que mencionam o “desbotamento” de sentido ou a “erosão” fonética, pois a língua revela um processo contínuo de ganhos e perdas de propriedades semânticas, gramaticais, dentre outras.

Castilho (2003) explica, adicionalmente, que a mente opera simultaneamente sobre o conjunto das categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais. Os produtos lingüísticos resultantes podem ser representados sob a forma de uma constelação.

Cada um dos subsistemas, que operam simultaneamente na língua, o léxico, o discurso, a semântica e a gramática, é explicado por Castilho.

O **léxico** é o conjunto de propriedades cognitivas abstratas, potenciais, prévias à enunciação, com base nas quais se constroem os traços semânticos inerentes. As categorias cognitivas, de acordo com Castilho, seriam VISÃO, COISA, ESPAÇO, TEMPO. Tais categorias podem ser expressas em subcategorias. As subcategorias de visão são fundo e

figura, as de espaço, verticalidade, horizontalidade, transversalidade e assim por diante. Os traços semânticos inerentes são animado e inanimado, télico e não télico etc. Combinando categorias cognitivas e traços semânticos inerentes constituídos a partir dessas categorias, obtêm-se os itens lexicais, que serão realizados no dicionário, seja como um nome, um advérbio, uma conjunção ou uma preposição. Conforme esse ponto de vista, não é sustentável o conceito de que uma categoria tal como a dos prefixos, por exemplo, derive-se das preposições. Cada categoria corresponde, na verdade, a um determinado arranjo de traços.

O **discurso** é uma sorte de contrato social estabelecido lingüisticamente, de que decorrem os usos lingüísticos. Cunha, Costa e Cezário (2003) definem o discurso como um conjunto de estratégias criativas utilizadas pelo falante, com o objetivo de organizar funcionalmente o seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação comunicativa. Martelotta e Alcântara (1996) explicam que a discursivização é um processo de mudança que leva determinados elementos lingüísticos a serem usados para reorganizar o discurso.

A **semântica** é a criação dos significados baseada em estratégias cognitivas. De acordo com Castilho (1997), parece inadequado postular que sentidos abstratos derivem-se de sentidos concretos, o que pareceria apontar para mentes primitivas, capazes, inicialmente de formular conceitos concretos e que, com o tempo, se desenvolveriam, adquirindo a capacidade de lidar com domínios abstratos.

Finalmente, a **gramática** é o conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, ordenadas nos subconjuntos da fonologia, morfologia e sintaxe e governadas por regras de determinação interna.

Assim como no texto de 1997, Castilho, em 2003, argumenta que “uma mesma expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas, por razões pragmáticas”.

Uma das conseqüências da adoção desse ponto de vista é o abandono da afirmação de que existe uma transição gradual entre categorias maiores, intermediárias e menores, num ritmo unidirecional. O que ocorre, conforme Castilho, são movimentos sociocognitivos contínuos e simultâneos de agrupamentos de propriedades em um processo multidirecional. A gramaticalização resume-se a três subprocessos: fonologização, morfologização e sintaticização. A unidirecionalidade “só pode ser comprovada no tratamento das palavras no interior de cada um desses subprocessos”. Priva-se, dessa maneira, a gramaticalização, da centralidade que geralmente lhe é conferida.

Portanto, quando se considera, por exemplo, a transição entre as categorias



nome, preposição e afixo à luz da teoria multissistêmica em forma radial, constata-se que ocorre, não exclusivamente um processo de gramaticalização, mas também processos simultâneos de ativação, reativação e desativação de determinadas propriedades lexicais, semânticas e discursivas de um signo lingüístico.

O próprio Castilho reconhece a necessidade de mais pesquisas para “arredondar” seus argumentos. Mattos e Silva (2002) questiona também se a multidirecionalidade em forma radial, como propõe Castilho, seria aplicável a qualquer caso de gramaticalização. Por esses motivos, preferiu-se, nesta pesquisa, realizar apenas uma aplicação superficial, limitada, da proposta de Castilho (2003) de estudo multissistêmico ao *corpus* selecionado.

De qualquer modo, essa proposta apresenta-se como uma opção teórica, especialmente nos casos em que há dificuldades de se conciliar os dados coletados relativos à mudança lingüística com determinados pressupostos da teoria da gramaticalização, como o princípio da unidirecionalidade, o que ocorre em algumas situações de mudança, envolvendo as preposições e os prefixos, consideradas nesta pesquisa.

## 4 AS TEORIAS SEMÂNTICAS DO LOCALISMO E DOS PROTÓTIPOS

As teorias do localismo e dos protótipos procuram dar conta de determinados aspectos semânticos observados durante o processo de gramaticalização, contribuindo, dessa maneira, para a investigação dos valores semânticos atribuídos aos itens gramaticais ao longo do tempo. A gramática funcional, priorizando a comunicação entre os falantes, tem como marco inicial de estudo as significações das expressões lingüísticas e procura investigar como as mesmas se codificam gramaticalmente. Por isso, a Teoria dos Protótipos e a Teoria Localista aparecem como dois dos mais discutidos tópicos no contexto dos estudos funcionalistas.

### 4.1 A TEORIA DO LOCALISMO

Essencialmente, a Teoria Localista considera, como explica Poggio (2004), que fontes lexicais específicas dão origem a formas gramaticais espaciais, que retêm algumas propriedades de suas fontes. Essa teoria postula a existência da relação do domínio semântico espacial com outros domínios, tais como os de tempo, posse, modo, fim, instrumento e meio. Acredita-se que muito do que se pensa como sendo metafórico no uso da linguagem pode ser explicado pela tese do localismo. Alguns dos principais representantes dessa teoria são L. Hjelmslev, B. Pottier, J. M. Anderson, G. Lakoff e M. Johnson, J. Lyons, C. J. Fillmore e S. Svorou.

Os posicionamentos de vários desses localistas são citados por Poggio (2002). Por exemplo, B. Pottier (1962), aplicando a teoria localista, observa que as preposições devem ser estudadas sob três aspectos: espacial, temporal e nocional. O referido autor assinala que esses elementos se sucedem no nível da representação, de acordo com o seguinte *continuum*:

**Espaço > Tempo > Noção.**

Poggio (2002), confirmando a escala acima, demonstrou que as preposições sempre se desenvolvem do sentido espacial para acepções mais abstratas. Essas diferentes nuances semânticas observadas nas preposições geralmente são transmitidas para os prefixos oriundos de preposições.

Outra versão da hipótese localista foi apresentada por Lyons (1980 *apud* POGGIO, 2002). Esse autor observou que são as expressões locativas que originam as expressões temporais. Por isso, muitas preposições ou partículas locativas também são usadas com um valor temporal. Esse fato é verificado em várias línguas, inclusive no português, ocorrendo também com outras classes, como verbos, advérbios, adjetivos e conjunções. Assim, para Lyons, os elementos gramaticais de uma língua são provenientes da noção espacial e as noções de espaço e de tempo devem ser relacionadas, de acordo com o conceito de “viagem”.

Há, portanto, um paralelismo entre a dêixis espacial e a dêixis temporal. Para os localistas, a localização temporal é menos concreta do que a espacial e mais concreta do que os diversos tipos abstratos de localização. Poggio (2002, p. 40) esclarece que:

Assim como se analisa **aqui** e **ali** para denotar, respectivamente, ‘neste lugar’ e ‘naquele lugar’, pode-se analisar **agora** e **então** como ‘neste momento’ e ‘naquele momento’. Devido à estreita relação entre tempo e distância, há uma correlação direta entre afastamento temporal e afastamento espacial, a partir do ponto zero de **aqui** e **agora**.

Posteriormente, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), apresentando uma visão mais moderna da teoria localista, argumentaram que o homem, em primeiro lugar, faz uso de conceitos relacionados com o seu próprio corpo e, a partir desse uso inicial, deriva outras acepções mais abstratas. Ou seja, os conceitos locativos provêm, segundo eles, de conceitos mais concretos que o espaço. Assim, propuseram o seguinte *continuum* de desenvolvimento metafórico:

**PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE.**

Também partidários da tese localista, Traugott e Heine (1991) propuseram o cline **ESPAÇO>(TEMPO)>TEXTO**. Conforme essa escala, inicialmente um elemento é usado em um sentido mais concreto, o espacial. Posteriormente, adquire uma conotação temporal e, em seguida, uma textual. Ou seja, essa proposta de escala também representa o processo de abstratização gradativa no percurso de gramaticalização dos elementos lingüísticos. Também pode acontecer de um elemento passar de um uso espacial para um textual sem passar pelo uso temporal.

A noção de metáfora, como se observou antes, é essencial para a hipótese localista. Lakoff e Johnson (2002) trataram minuciosamente e de um modo inovador o tema

da metáfora, apresentando uma proposta com um forte poder explicativo. Por isso, apesar dos inúmeros estudos sobre a metáfora já existentes na época de lançamento do livro *Metaphors we live by*, em 1980, sua publicação provocou forte impacto e desencadeou inúmeras pesquisas.

Costuma-se associar a metáfora a um desvio oriundo da imaginação poética, a uma forma lingüística que é usada de um modo não-convencional. Tradicionalmente, a metáfora é considerada como um fenômeno da linguagem, um ornamento lingüístico que não possui valor cognitivo. Há, por isso, a tendência de se considerar a metáfora indesejável no discurso científico. A metáfora, nesse ponto de vista, não deve ser deslocada de seu lugar, que é a poesia ou outro tipo de discurso literário. Pelo próprio título do livro, *Metaphors we live by*, percebe-se, contudo, que é forte a crença desses autores de que a metáfora está difundida na vida diária, inclusive em discursos científicos, não apenas se tratando de linguagem extraordinária. Com base em uma análise de diversas expressões lingüísticas, Lakoff e Johnson (2002) postularam a existência de todo um sistema de conceitos metafóricos subjacente à linguagem e que influencia o pensamento e a ação. A tese central da obra de Lakoff e Johnson é a de que os conceitos abstratos são, em sua maioria, metafóricos: “Nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF ; JOHNSON, 2002, p. 45).

Para Lakoff e Johnson (2002), a metáfora é, principalmente, o meio de conceber uma coisa em termos de outra para fins de compreensão. As metáforas, assim, são experienciadas cotidianamente pelos seres humanos, sem que eles tenham muita consciência disso. Partindo da atitude do homem de experienciar uma discussão como se fosse uma guerra, surgem enunciados, tais como:

- *Suas afirmações são indefensáveis*
- *Suas críticas foram direto ao alvo*
- *Eu nunca o venci numa discussão.*

Esses enunciados não são exclusivamente encontrados em textos tidos como subjetivos. Como demonstram os exemplos citados, a linguagem cotidiana, não apenas a literária, é densamente metafórica. As metáforas, assim, auxiliam na compreensão do mundo, tendo um importante papel cognitivo.

A associação de discussão com guerra é um claro exemplo de como as metáforas interferem nos pensamentos e ações. Como explica Lakoff e Johnson (2002), o fato de se entender discussões em termos de batalha influencia tanto a forma que as discussões tomam,

quanto a maneira como se fala sobre o que se faz quando se discute.

Alguns tipos de metáforas são explicados por Lakoff e Johnson (2002). Por exemplo, as **metáforas estruturais** são aquelas que estruturam um conceito em termos de outro (por exemplo, DISCUSSÃO É GUERRA, TEMPO É DINHEIRO). As **metáforas orientacionais**, fundamentalmente, organizam um sistema de conceitos com relação a um outro sistema de conceitos. São metáforas orientacionais porque a maioria delas está ligada à orientação espacial: EM CIMA/EMBAIXO, DENTRO/FORA, FRENTE/ATRÁS, CENTRAL/PERIFÉRICO. Essas orientações metafóricas possuem uma base na experiência física do homem, não sendo, portanto, arbitrárias. Como afirmam Lakoff e Johnson (2002), a maior parte dos nossos conceitos fundamentais são organizados em termos de uma ou mais metáforas de espacialização. As metáforas de espacialização, por sua vez, estão enraizadas na experiência física e cultural. Não são construídas ao acaso. Em alguns casos, a espacialização é uma parte tão essencial do conceito, que se tem dificuldade em imaginar outra metáfora alternativa que pudesse estruturar esse conceito. O conceito de metáfora orientacional é o que mais se relaciona com a hipótese localista, que argumenta que as acepções espaciais são mais básicas do que os outros tipos de acepções. Há vários exemplos de como as metáforas orientacionais dão a um conceito uma orientação espacial:

- Estou me sentindo **para cima** hoje
- Eu **caí** em depressão.

Note-se que a felicidade é comparada a um sentido espacial de elevação. A tristeza, por sua vez, a um sentido espacial de queda, posição abaixo. Essas metáforas auxiliam na descrição exata e clara das emoções humanas. Como observa Poggio (2002), há, nesses casos, uma tendência de conceitualizar o menos claramente delineado em termos do mais claramente delineado. Ilari (2004) acrescenta que, mesmo no latim clássico, o uso de metáforas físicas para representar operações do pensamento já era comum. Em português, por exemplo, o vocábulo *pensar* e o mais erudito *ponderar* originam-se de verbos que significam ‘pesar’, ‘colocar pesos na balança’.

Um outro tipo de metáfora indicada por Lakoff e Johnson (2002) são as **metáforas ontológicas**, que são formas de conceber eventos, atividades, emoções, idéias etc, como entidades e substâncias.

Nem todos os conceitos podem ser compreendidos baseando-se na orientação. As experiências humanas com objetos físicos, principalmente o próprio corpo, ajudam na

concepção de eventos, atividades, emoções, idéias como entidades e substâncias (ex.: *Precisamos combater a inflação/ A inflação está baixando nosso padrão de vida.* [a inflação como uma entidade] *Estamos trabalhando em direção à paz/A honra de nosso país está em jogo nesta guerra*). Tais formas de concepção são denominadas metáforas ontológicas e elas servem a vários propósitos. Por exemplo, conceber a inflação como uma entidade permite referenciá-la, quantificá-la, identificar um aspecto particular dela, vê-la como uma causa, agir em relação a ela e talvez, até mesmo, fazer o homem acreditar que a compreensão dessas metáforas é necessária para lidar racionalmente com suas experiências.

Assim como as metáforas orientacionais e diferentemente das metáforas estruturais, as metáforas ontológicas geralmente não são percebidas como metáforas, dada a variedade de objetivos a que servem. No contexto das metáforas ontológicas, estão as metáforas de recipientes. Para Lakoff e Johnson (2002), cada pessoa vê a si mesmo como um recipiente com uma superfície limitada e uma orientação interna e externa. O primeiro passo para esse tipo de metáfora é a projeção pelo indivíduo de sua própria orientação interna e externa sobre outros objetos ou situações, que também são vistos como tendo um interior e um exterior. Alguns exemplos citados por Lakoff e Johnson (2002) são:

- O navio está entrando no meu campo de visão
- Você está na corrida no domingo
- Ele está em estado de amor
- Estamos fora de perigo agora

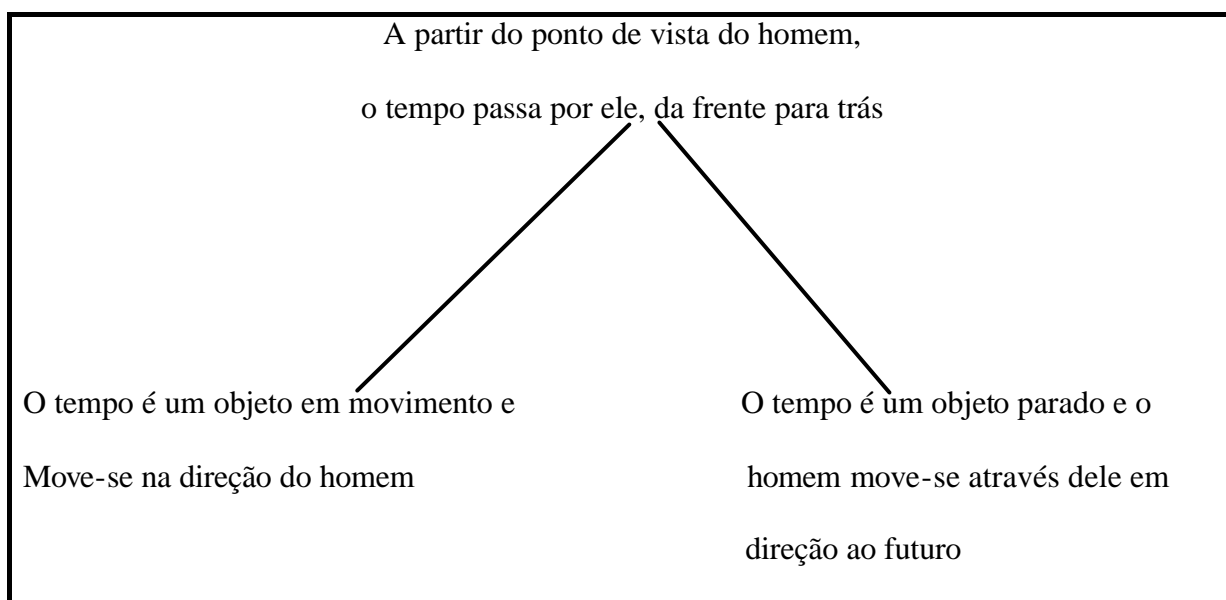
Os localistas sustentam que o sentido temporal deriva-se do sentido espacial. Lakoff e Johnson (2002) também consideram a forma como o inglês organiza as noções temporais. Mas, as considerações desses autores aplicam-se também ao português e a muitas outras línguas. Primeiramente, o tempo é estruturado como um objeto em movimento:

- O tempo virá quando...
- Já havia passado muito tempo quando...
- O tempo voa...

Uma outra maneira de estruturar o tempo é tratá-lo como um objeto imóvel através do qual o homem se movimenta:

- Ao avançarmos através dos anos...
- Estamos nos aproximando do fim do ano.

Lakoff e Johnson (2002, p. 103) resumem as possibilidades de estruturação da noção temporal através de noções espaciais com o seguinte diagrama:



Quadro 11 – Possibilidades de estruturação da noção temporal

Vale ressaltar que essas formas de estruturação fazem parte da linguagem cotidiana sobre o tempo e é tão familiar que normalmente nem é percebida como uma estrutura metafórica.

É de se esperar, portanto, que preposições e seus derivados prefixais, com acepções espaciais, sejam usados para expressar o tempo, uma vez que, metaforicamente, o tempo é conceitualizado em termos de espaço.

Note-se que Lakoff e Johnson (2002) dão grande destaque à noção espacial. As metáforas orientacionais, conforme considerado antes, servem de fonte para diversos outros conceitos.

Outros autores, seguindo uma vertente localista, fazem o mesmo. Por exemplo, S. Svorou (1993) estudou as semelhanças e diferenças entre as línguas, no que se refere à codificação e à expressão de relações espaciais. Sua análise concentra-se no aparecimento e mudança de formas gramaticais, bem como nos aspectos semânticos e morfossintáticos dessas formas.

Basicamente, Svorou (1993) selecionou, como explica Poggio (2002), as formas que seriam usadas para exprimir uma relação espacial, que se restringe entre um *trajector* (entidade a ser localizada) e um *landmark* (objeto limite).

Como resultado da pesquisa de Svorou (1993), foram encontradas semelhanças entre as línguas quanto à maneira como formas gramaticais que denotam espaço surgem e mudam e como o uso de determinados elementos gramaticais é ampliado para expressar relações temporais e outras relações não-espaciais. Atribuíram-se essas semelhanças ao modo como os seres humanos, de modo geral, experimentam o mundo. Por isso, postula-se que princípios universais governam a codificação lingüística das relações espaciais.

Svorou (1993) postula que todo conhecimento que as pessoas possuem sobre entidades pode ser incorporado dentro da noção de região de uma entidade. As pessoas compreendem o espaço geralmente pelas relações que existem entre os objetos nesse espaço. A partir da percepção dessas relações, as pessoas inferem tamanho, grau de mobilidade e os atributos interacionais e funcionais das entidades. Assim, é possível perceber entidades que possuem uma região interior (caixas, tubos etc), região exterior (quadros, montanhas) e entidades que se constituem em regiões (campos, países etc.). A noção de *reference frame* (moldura referencial) integra o comportamento observado na entidade e a indicação da região. Estudar a evolução de termos espaciais é uma maneira de atestar a existência das molduras referenciais.

Com base em Svorou (1993), Poggio (2002) observa que as línguas fazem uso de um pequeno número de elementos para especificar relações espaciais. Por causa do tamanho do grupo e do fato de que novos membros do grupo são produtos, não de processos derivacionais, mas da mudança de um pequeno grupo de elementos (nome e verbo são as duas fontes lexicais específicas identificadas que originam formas gramaticais espaciais), eles são vistos como pertencendo a uma classe fechada e, conseqüentemente, são elementos gramaticais em maior ou menor grau. Como acrescenta Svorou (1993), o conteúdo relacional desses elementos opõe-se ao conteúdo material dos itens lexicais, o que constitui uma razão a mais para considerá-los parte da gramática de uma língua. Assim, preposições, afixos, flexões casuais e advérbios espaciais fazem parte da gramática das línguas naturais na expressão de relações espaciais. Esses elementos constituem os morfemas espaciais. A categoria dos nomes é a que mais origina formas lingüísticas espaciais e, conforme Svorou (1993), esses nomes podem ser distribuídos em quatro classes:

- 1) Classe de parte do corpo (face, cabeça, costas etc).
- 2) Classe de *landmark* ambiental (céu, rio, campo).
- 3) Classe de parte de objetos relacionais (frente, lado, meio, costas).
- 4) Classe de noção espacial abstrata (proximidade, direção, comprimento etc).



Svorou (1993) afirma ainda que um princípio icônico governa a complexidade lingüística dos morfemas espaciais. Quanto maior a complexidade cognitiva das relações espaciais, maior será a forma lingüística espacial para codificar essas relações. Observa-se que esse princípio icônico vale para todas as línguas e, por isso, não há muitas diferenças na forma como as línguas codificam domínios espaciais específicos.

Consideram-se, no estudo de Svorou, as variações morfossintáticas das formas lingüísticas espaciais, que são vistas como uma conseqüência das mudanças semânticas verificadas durante o processo de gramaticalização. O seguinte *continuum*, conforme Svorou, mostra a variação de características morfossintáticas:

|                 |                     |              |
|-----------------|---------------------|--------------|
| Baixa fusão     |                     | alta fusão   |
| <b>Embraced</b> | <b>agglutinated</b> | <b>fused</b> |
| ('enlaçado')    | ('aglutinado')      | ('fundido')  |

Quadro 12 - *Continuum* de fusão das unidades lingüísticas espaciais (Svorou, 1993, p. 38)

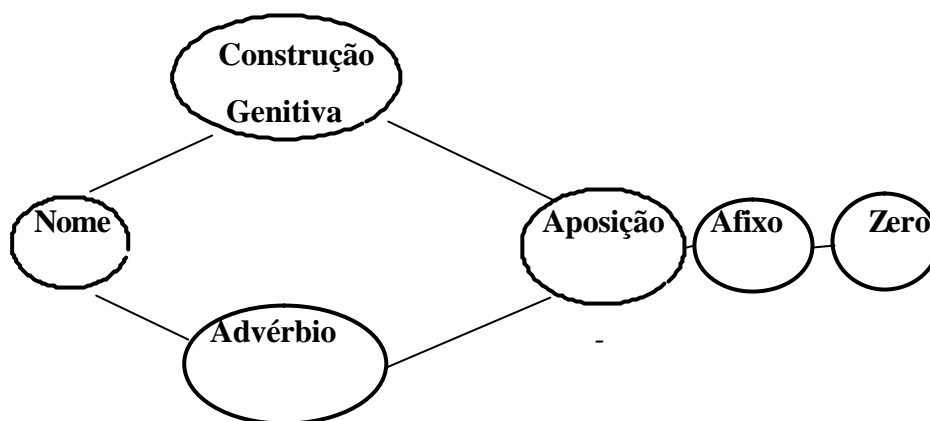
**Embraced** ('enlaçado): aplica-se a construções adverbiais e preposicionais nas quais o morfema lingüístico espacial e o seu complemento são unidades fonológicas independentes, mas, ainda assim, se constituem em uma unidade (por exemplo, “em frente de...”).

**Agglutinated** (aglutinado): refere-se aos morfemas afixados que são identificáveis em contextos fonológicos.

**Fused** (fundido): refere-se a morfemas afixados sujeitos à alteração fonológica ligada à sua raiz. Svorou (1993) usa o termo *host* ('hospedeiro') para referir-se às unidades às quais os morfemas espaciais podem se prender. A aplicação desse termo é para expressões aglutinadas ou fundidas. Mais adiante, procurar-se-á aplicar o *continuum* proposto por Svorou às situações de mudança **preposição > prefixo**.

Svorou (1993) procura ainda aplicar a teoria da gramaticalização à evolução dos morfemas lingüísticos espaciais. A teoria da gramaticalização pressupõe que expressões espaciais originam-se de fontes lexicais e vão, progressivamente, adquirindo propriedades gramaticais.

O seguinte *continuum* de evolução morfossintática de morfemas espaciais a partir de material lexical é proposto por Svorou (1993):



Quadro 13 - *Continuum* de evolução morfossintática de morfemas espaciais a partir de material lexical.

Conforme descrito no quadro acima, um nome pode passar a ser usado frequentemente em uma construção genitiva, codificando a parte de um todo, ou passar para um estágio adverbial. Em seguida, assume funções aposicionais, constituindo-se, ainda, numa forma independente. Mas, no decorrer do processo de gramaticalização, a forma afixa-se a um outro elemento lingüístico, havendo, assim, uma considerável perda do seu grau de autonomia. Por fim, a estrutura pode atingir um momento máximo de exaustão, que anuncia a retomada do processo, alcançando, dessa maneira, o estágio zero.

Pode-se perceber que os nomes que adquirem funções espaciais também pertencem a uma classe fechada. As mudanças verificadas em um nome, que adquire funções gramaticais, são acentuadas. Por exemplo, o elemento perde autonomia, perde a capacidade de ser modificado por outros elementos, dentre outras mudanças. Não seria razoável esperar que essas mudanças ocorressem com qualquer nome. Como observa Poggio (2002), somente certos elementos possuem um baixo grau de “nominalidade”, aspecto que os torna bons candidatos à gramaticalização. Esses nomes referem-se a partes do corpo humano e a *landmarks* ambientais.

Para Svorou (1993), o processo de afixação, que é o foco desta pesquisa, constitui um dos pontos cruciais para o pleno entendimento do processo de gramaticalização e diz respeito ao modo como o fenômeno acontece e à maneira como os morfemas lingüísticos espaciais podem ser afixados, fundidos e reduzidos ao mesmo grau.

Assim, como observado na argumentação de Lakoff e Johnson (2002), Lyons (1980 *apud* POGGIO, 2002) e Svorou (1993), os localistas consideram as acepções espaciais fundamentais no desenvolvimento das significações das línguas. A organização espacial, cognitiva, dos seres humanos, conforme esses autores, serve de molde estrutural para expressões mais abstratas presentes na linguagem humana. Como afirmam Lakoff e Johnson (2002), “a maioria dos conceitos fundamentais do homem são organizados em termos de uma ou mais metáforas de espacialização”. A hipótese localista será aplicada e discutida no capítulo seis.

#### 4.2 A TEORIA DOS PROTÓTIPOS

Existem duas formas de categorização lingüística: a categorização clássica, elaborada por Aristóteles e retomada pela semântica de Frege e pela Gramática Gerativa, e a categorização natural, elaborada por Wittgenstein em 1953, sendo retomada nos anos 80 pela Psicologia, Antropologia e Lingüística Cognitiva (CASTILHO, 2001).

De acordo com a categorização clássica, as categorias espelham a realidade física. Por isso, as classes gramaticais são discretas e dotadas de propriedades inerentes. Algumas propriedades dessas categorias são: 1) a predizibilidade absoluta sobre as entidades que integram a mesma categoria; 2) as categorias são claramente limitadas; e 3) todos os membros de uma categoria possuem estatuto semelhante. Como explicam Lakoff e Johnson (2002), na visão objetivista clássica, pode-se compreender e definir um objeto em termos de um conjunto das suas propriedades inerentes. Dessa maneira, a definição de uma categoria é em termos de uma teoria dos conjuntos. Tudo no universo está dentro ou fora da categoria. Os objetos que estão em uma categoria são aqueles que têm todas as propriedades inerentes requeridas. Qualquer objeto que não tenha uma ou mais das propriedades inerentes fica fora da categoria (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

Castilho (2001) chama atenção para alguns problemas encontrados na categorização clássica. Por exemplo, nem todos os membros de uma categoria possuem atributos categoriais idênticos, e a própria escolha de critérios que distinguem as categorias são de difícil descrição e operacionalização. Lakoff e Johnson (2002) também alertam que o conceito de teoria dos conjuntos de uma categoria não está de acordo com o modo pelo qual

as pessoas categorizam as coisas e a experiência. De acordo com a categorização clássica, pode-se compreender um objeto totalmente em termos de um conjunto de suas propriedades inerentes, conforme já mencionado. Porém, como a exemplificação apresentada por Lakoff e Johnson (2002) mostra, pelo menos algumas das propriedades que caracterizam nosso conceito de um objeto são interacionais, ou seja, os conceitos não são formulados exclusivamente a partir de propriedades inerentes ao objeto em si mesmo. Por exemplo, cita-se a oposição **arma preta x arma falsa**. O conceito ARMA, como as pessoas compreendem, é, no mínimo, parcialmente definido pelas propriedades interacionais que têm a ver com a percepção, a atividade motora, o objetivo, a função etc. O que conta como instância de uma categoria depende de nossa intenção ao usá-la.

As categorias não são fixas, nem uniformes. Elas são definidas por protótipos e semelhanças de família ligadas aos protótipos e são modificáveis, segundo o contexto, de acordo com objetivos diversos. Se uma afirmação é verdadeira ou não, depende de a categoria utilizada ser adequada ou não, e o grau de adequação, por sua vez, varia conforme os objetivos humanos e outros aspectos do contexto. Os seres humanos realizam operações taxionômicas como um meio de compreender o mundo. Para servir a esse propósito, a categorização deve, portanto, ser suficientemente flexível.

Em resumo, para Lakoff e Johnson (2002), a categorização clássica não é satisfatória, principalmente, em virtude de cinco pontos:

- 1) Os homens categorizam seres em termos de protótipos. Por exemplo, as pessoas reconhecem cadeiras prototípicas. Elas têm costas definidas, assento, quatro pernas e, geralmente, dois braços. Mas há cadeiras não-prototípicas: cadeiras giratórias, de barbeiro etc. Tais objetos são considerados como “cadeiras”, em virtude do grau de semelhança com a cadeira prototípica. Assim, toda categorização parte do conceito de protótipo.
- 2) O que determina a integração de um item em uma determinada categoria não é um conjunto fixo de propriedades definidoras, que é compartilhada com um protótipo, mas o fato dele apresentar uma semelhança suficiente de família com o protótipo. Não é o caso, dessa maneira, de haver um centro fixo de propriedades compartilhadas entre o elemento prototípico e os elementos marginais da categoria. O exemplo dado por Lakoff e Johnson (2002) é o de que uma cadeira de balanço pode se parecer com uma cadeira prototípica de uma forma diferente da cadeira de barbeiro.

- 3) As propriedades interacionais são proeminentes entre os tipos de propriedades que entram na determinação de semelhanças de família. Novamente, Lakoff e Johnson (2002) usam a cadeira como exemplo. As cadeiras compartilham com os bancos e objetos similares uma propriedade funcional, ou seja, a possibilidade de serem usados como assento, apesar de os tipos de atividades motoras permitidos por cadeiras serem, muitas vezes, diferentes daqueles permitidos por bancos e outros tipos de assento. As propriedades interacionais relevantes para a compreensão de cadeiras, como explica Lakoff e Johnson (2002), incluem as propriedades perceptuais (como a cadeira se apresenta, por exemplo), as propriedades funcionais, as propriedades motoras e as intencionais (cadeiras servem para repousar, por exemplo).
- 4) A existência de modificadores, chamados *delimitadores* (*hedges*) que servem para selecionar o protótipo de uma categoria e que definem os vários tipos de relações com o protótipo. Alguns delimitadores são:
- a) POR EXCELÊNCIA: designa membros prototípicos de uma categoria. Assim, o pardal é um pássaro por excelência, o que não acontece com um avestruz.
  - b) ESTRITAMENTE FALANDO: esta expressão designa os casos não prototípicos, mas que, em geral, são considerados como pertencentes à categoria. Galinhas e avestruzes, por exemplo, não são pássaros por excelência, mas não deixam de ser pássaros.
  - c) IMPRECISAMENTE FALANDO: esta expressão aplica-se a seres que, em razão de lhe faltar alguma qualidade básica, não pertencem a uma determinada categoria, mas que possuem suficientes qualidades prototípicas, de modo que é possível, em certos casos, considerá-los como membros da categoria. Assim, estritamente falando, a baleia não é um peixe, mas imprecisamente falando é.
  - d) TECNICAMENTE: define uma categoria em função de alguma necessidade técnica. Outros delimitadores citados por Lakoff e Johnson (2002) são: *em um sentido importante, para todas as intenções e propósitos*,

*em certos aspectos*<sup>23</sup>.

- 5) Por fim, a categorização clássica não é satisfatória porque as categorias são abertas. As definições metafóricas frequentemente levam a uma recategorização. Os delimitadores, como visto acima, também revelam a natureza aberta das categorias. Assim, um objeto pode ser visto como pertencendo a uma categoria ou não, a depender dos propósitos da classificação que sejam observados. Lakoff e Johnson (2002) assinalam ainda que, apesar de as categorias serem abertas, a categorização não é arbitrária, pois tanto as metáforas como os delimitadores definem as categorias de uma forma sistemática.

Portanto, como os pontos acima ilustram, a categorização é produzida, não em termos de propriedades inerentes, mas em termos, basicamente, de propriedades interacionais. Os conceitos são definidos por protótipos e por tipos de relações entre eles. E tais conceitos, que surgem da experiência humana, não são rigidamente definidos, como postula a categorização clássica.

A categorização natural, por sua vez, para melhor dar conta da complexidade das línguas e da maneira como o homem categoriza os objetos, postula que as categorias devem ser vistas como uma representação da realidade, não como seu retrato. Conforme essa teorização, o que existe entre as categorias é um *continuum* de limites imprecisos, não limites claros. Algumas entidades compartilham entre si muitas propriedades em comum, constituindo-se em protótipos de sua categoria. Outras possuem apenas algumas dessas propriedades, sendo, assim, elementos marginais ou periféricos. As entidades possuem, portanto, diferentes graus de integração em sua categoria e, por isso, muitas relações podem ser observadas entre os membros de categorias diferentes. Como conclui Castilho (2001), a integração de uma entidade em uma categoria é muitas vezes uma questão de grau. Não é possível a predizibilidade absoluta quanto à pertença das entidades a uma determinada categoria.

A teoria natural permite estabelecer um “*continuum* categorial” (GIVÓN, 1984 *apud* CASTILHO, 2001) e esse procedimento, conforme assinalado por Castilho (2001), é

---

<sup>23</sup> Como mostra Castilho (2001), em português, expressões organizadas pelos itens *tipo, mais ou menos, uma espécie de, entre outros*, ilustram o mesmo fenômeno.

mais apropriado à complexidade observada nas línguas naturais. De acordo com a teoria natural, é o grau de semelhança, não a identidade, que deve ser buscada na postulação de classes. E as semelhanças entre entidades são percebidas intuitivamente pelos falantes. Assim, os traços que definem as classes baseiam-se menos nas propriedades inerentes das entidades e mais nas propriedades interacionais dessas entidades, ou seja, naquelas propriedades que são captadas e valorizadas pelo homem e utilizadas para fins de classificação.

Estudos sobre as designações das cores e a classificação dos animais forneceram subsídios teóricos para a teoria natural. Lakoff e Johnson (2002) citam a teoria de categorização humana de Rosch (1977 *apud* LAKOFF ; JOHNSON, 2002). Rosch observou que as pessoas categorizam objetos em termos de protótipos e de semelhanças de família, não em termos de conjuntos teóricos. Por exemplo, aves que cantam e voam, como os pardais, são aves prototípicas. Mas galinhas e pingüins não seriam membros exemplares ou “prototípicos” da categoria “aves”. Entretanto, esses animais não deixam de ser considerados aves, pois possuem semelhança suficiente com o protótipo. Ou seja, eles possuem suficiente número de propriedades relevantes do protótipo, o que permite que as pessoas os classifiquem como aves.

Givón (1986) confrontou as duas hipóteses (teorias clássica e natural) e propôs uma solução híbrida – a teoria dos protótipos. Essa teoria diz respeito à categorização lingüística. Os itens que apresentam muitos aspectos similares são tidos como prototípicos (ou exemplares) de determinada categoria, enquanto outros, que apresentam apenas poucos traços comuns, são elementos marginais, podendo se transferir para outras categorias. Costa (2003) esclarece que o conceito de protótipo remete aos membros mais característicos, aqueles que são, por exemplo, lembrados primeiro por uma pessoa, quando solicitada a apresentar exemplos de membros daquela categoria.

Citando Ilari et al. (1990), Castilho (2001) argumenta que aplicações da Teoria dos Protótipos à língua portuguesa revelam que há advérbios “mais adverbiais”, como os predicativos, e advérbios “menos adverbiais”, como os não-predicativos. Os advérbios delimitadores, estudados por Moraes de Castilho (1991 *apud* CASTILHO, 2001), funcionam como comprometedores de prototipicidade de sua classe-escopo. Conforme J. Taylor (1992), as preposições, por sua vez, são as palavras mais polissêmicas de todas as línguas. Essa polissemia deriva-se de irradiações de um elemento nuclear ou prototípico, como demonstrado nos estudos de Poggio (2002), em relação às preposições da língua portuguesa.

Taylor (1992) aponta ainda as duas versões da Teoria dos Protótipos: a

**monossêmica** (ou padrão) e a **polissêmica** (ou ampliada).

Na versão monossêmica, há um membro que pode ser considerado como o melhor exemplar de uma categoria, conforme explanado antes. Segundo Taylor (1992), um fator importante para a identificação do protótipo, de acordo com a versão padrão, é a frequência de uso, sendo ela um sintoma de prototipicidade, podendo esse critério ser utilizado também como um auxílio na identificação do sentido prototípico de um determinado item lingüístico. De acordo com essa versão, uma categoria não se define por uma série de traços necessários e suficientes, mas pela ligação desses membros com um elemento central, o prototípico.

A versão polissêmica ou ampliada, por outro lado, postula que não existe uma figura central prototípica, mas um conjunto de referentes, tais como A, B, C, D, E, que estão unidos por relações do tipo associativo: AB, BC, CD, DE, estando a categorização justificada por laços de associação entre os diferentes exemplos e não por uma relação entre todos esses diferentes exemplos e um mesmo protótipo. Para que haja *semelhança de família*, basta que cada membro da categoria divida pelo menos uma propriedade com um outro membro da categoria. Isso vai diferir da *semelhança de família* da versão padrão, na qual há a necessidade de que sejam identificados entre cada um dos membros de uma categoria e o elemento prototípico pelo menos um traço em comum.

A versão ampliada da Teoria dos Protótipos é usada como um instrumento de organização semântica dos lexemas polissêmicos, ou seja, é aplicada aos fenômenos de sentido múltiplo, cujas acepções apresentam um laço ou laços entre elas. De acordo com essa versão, o sentido prototípico é a noção básica transmitida por um elemento específico e que se mantém, mesmo em usos mais abstratos desse elemento.

A Teoria dos Protótipos fornece um bom suporte para a análise de alguns fenômenos de mudança. Ela procura explicar porque, por exemplo, alguns elementos lingüísticos estão mais propensos a migrar para outras categorias e outros não. Assim, essa teoria, que se baseia principalmente na proposta de categorização natural de Wittgenstein, apresenta-se como uma alternativa que leva mais eficientemente em consideração a complexidade das línguas e a forma como os seres humanos categorizam as coisas em sua volta.



## 5 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Um dos objetivos desta pesquisa é verificar de que modo e através de quais processos os prefixos provenientes de preposições participaram da formação de palavras derivadas a partir do século XVII até a contemporaneidade. Dentre os critérios adotados, está a análise principalmente de palavras derivadas por prefixação formadas no português, bem como aquelas formadas no latim, mas cuja prefixação é identificável na atual sincronia do português. Nos próximos subitens, explicam-se mais detalhadamente esses e outros critérios seguidos, bem como a caracterização dos *corpora* da pesquisa.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS *CORPORA*

Os *corpora* básicos analisados são constituídos de textos representativos dos séculos XVII e XVIII. Para o século XVII, escolheu-se o texto *Cartas do Maranhão*, de Antônio Vieira, editado por Azevedo (1971). Para o século XVIII, as *Cartas baianas setecentistas*, cuja edição foi coordenada por Lobo (2001). Quanto ao século XIX, escolheram-se os *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, volume 38, que trata da devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835. Finalmente, para o século XX, consideraram-se os *Diálogos do Projeto NURC* de dois períodos: 1974-1978, organizados por Mota e Rollemberg (1994) e 1998-2000, organizados por Cardoso (2007).

#### 5.1.1 *Cartas do Maranhão*, de Antônio Vieira

“Um dos homens mais notáveis de Portugal, um dos mestres da nossa língua, um dos primeiros pregadores do seu tempo, um homem cuja inteligência vastíssima abrangia todos os assuntos e resplandecia em todos os campos”. Dessa maneira, Manoel Amaral (2005) qualifica o padre Antônio Vieira. De fato, Antônio Vieira destacou-se pela sua vasta erudição, profunda religiosidade e envolvimento com a política de seu tempo.

Antônio Vieira nasceu em 6 de fevereiro de 1608 e, em 1623, fugiu de casa e foi

para o colégio dos jesuítas, assumindo uma vocação religiosa que desde a sua adolescência se manifestara.

Em pouco tempo, já produzia trabalhos em latim, lecionava retórica e filosofia dialética. Aos trinta anos foi nomeado mestre em Teologia. Tornou-se também um renomado orador e uma pessoa muito influente na política.

Principalmente por causa de questões políticas, viu-se obrigado a partir para o Maranhão em 22 de novembro de 1652, lá chegando em 16 de janeiro de 1653, onde se ocupou integralmente com as obrigações de missionário e sacerdote.

As *Cartas* de Vieira descrevem, de um modo bem realístico, os problemas regionais brasileiros. São notáveis as descrições da fauna, do modo de vida dos habitantes da terra, das suas relações com os ditos civilizados.

As *Cartas do Maranhão* descrevem também o trabalho e as privações suportadas, as resistências vencidas e o esforço enorme de transmitir os dogmas do catolicismo aos índios, num território vasto, desconhecido e de difícil acesso.

Representando os jesuítas, Vieira teve de lidar com a difícil questão indígena. Os portugueses residentes no Maranhão queriam manter os índios escravizados, enquanto os jesuítas e o governo português queriam emancipá-los. Muitas das *Cartas do Maranhão* descrevem os tumultos gerados pelos diferentes posicionamentos em relação aos índios.

Em maio de 1661, o povo do Maranhão pede a expulsão dos jesuítas. As cartas XCII e XCIII são escritas quando ele, ao ter notícia da sedição, se refugia no Pará. Não suportando a pressão, Vieira e os demais religiosos da Companhia partem para Portugal, chegando a Lisboa em novembro de 1661.

Nem todas as chamadas *Cartas do Maranhão* foram efetivamente escritas no Maranhão. Algumas foram escritas antes de Vieira partir para a missão no Maranhão, outras, como dito acima, durante o seu refúgio no Pará e ainda outras quando já tinha partido do Maranhão.

A edição consultada para a pesquisa foi a de J. Lúcio de Azevedo, publicada em Lisboa pela Imprensa Nacional, em três tomos. As *Cartas do Maranhão* fazem parte do 1º tomo, publicado em 1970.

As cartas de Vieira analisadas perfazem um total de 41 e suas datas estão compreendidas entre os anos de 1651 e 1661.

### 5.1.2 *Cartas baianas setecentistas*

A edição das *Cartas baianas setecentistas* foi o primeiro resultado do *Projeto de Pesquisa das Fontes para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil*, integrante, desde 1997, do PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), coordenado pela Dr<sup>a</sup> Rosa Virgínia Mattos e Silva. A edição teve como objetivo disponibilizar documentos para linguistas interessados na investigação do processo de constituição histórica da língua portuguesa no Brasil.

Foram editadas 126 cartas oficiais, coletadas no Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Todos os remetentes, conforme explicado na apresentação da edição, são juízes ordinários ou juízes de instâncias superiores – desembargadores, vinculados a comarcas do Recôncavo da Bahia ou à antiga Comarca dos Ilhéus. Procedendo a uma caracterização sociolingüística, Lobo (2001) identificou dois tipos distintos de “informantes” presentes nas cartas: juízes ordinários provavelmente brasileiros e aparentemente não tendo uma formação específica em leis; e desembargadores, provavelmente de nacionalidade portuguesa e evidentemente formados em leis.

No total, editaram-se 127 documentos: uma devassa da região atual de Feira de Santana e 126 cartas com seus anexos. Trinta e três cartas originaram-se da região do Recôncavo Baiano, considerando-se aí treze de Salvador, oito de Santo Amaro, uma de São Francisco do Conde e uma da Vila da Abadia, atual região de Pojuca. As noventa e três restantes foram escritas na região da antiga Comarca dos Ilhéus.

Os documentos são da segunda metade do século XVIII, de 1763 a 1799, sendo da década de sessenta, 8 documentos; da década de setenta, 2 documentos; da década de oitenta, 72 documentos; da década de noventa, 45 documentos. Foram editados dois tipos de documentos oficiais: 1) uma devassa sobre os malfeitos de quatro homens de má reputação na região atual de Feira de Santana; 2) cartas oficiais, que relatam ocorrências diversas da jurisdição do remetente, podendo conter uma única carta ou uma carta inicial e um ou mais anexos (listas, certificados, certidões).

### 5.1.3 Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835

O volume 38 dos Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia consiste em peças processuais, todas datadas do ano de 1835, relacionadas ao chamado *Levante dos Malês*, movimento cuja importância é amplamente reconhecida por diversos historiadores. Os autos da devassa consideram as ações revoltosas implementadas pelos malês, negros sudaneses praticantes da religião islâmica que, de 24 para 25 de janeiro de 1835, tentaram abolir a escravidão e apoderar-se do governo para, logo em seguida, instituir um regime monárquico. No entanto, devido à inferioridade numérica e de armamentos, os revoltosos foram completamente derrotados pelos homens da Guarda Nacional e por cidadãos comuns, que se envolveram no conflito, temendo os resultados de um provável sucesso da revolta africana. Apesar da derrota, o levante dos escravos de certa forma minou a sensação de segurança que havia entre as autoridades e a elite dominante.

No referido volume, constam numerosos interrogatórios, sentenças e condenações envolvendo suspeitos de participar da insurreição. Essa publicação teve como meta oferecer aos estudiosos mais subsídios para analisar a natureza da rebelião, tão duramente reprimida, e seu impacto na história baiana e brasileira.

Nos interrogatórios, os negros, de um modo geral, negavam a participação no levante. Uma resposta típica encontrada nesses interrogatórios é a do negro liberto Ignácio de Santana Anna, registrada na página 137, linhas 6232 a 6248:

“Que quando foi preso estava em sua caza, donde não sabem a muitos mezes em razão da sua idade, e onde nada se achou, por que elle não he de ajuntamentos nem de conversas, e so mente se occupa com mandar ensinar seus filhos, hum a carpina, outro na escola, e a crear, outro, que ainda he muito pequeno e portanto não soube do levante, que os outros fizeram pois seu modo de viver he bem sabido de todos. E mais não disce”.

De fato, muitos dos que foram condenados à morte ou a açoites talvez fossem inocentes, pois as informações apresentadas nos tribunais consistiam em evidências insuficientes, que, por si só, não provavam o envolvimento no levante. Por exemplo, simplesmente, a posse de papéis contendo caracteres árabes, que talvez fossem apenas orações mulçumanas, eram “prova” de culpa:

“Na arca que estava no quarto em que morava o negro Gaspar acharam-se onze patuás, ou bolças de trazer ao pescosso, forradas de couro e outras de pannos, das quaes abrindo-se hum avio-se que *eram cheias com papel escripto com caracteres arábicos*, e mais se achou hum caboré de tinta com que se escrevem os ditos papeis, com quatro pedaços de frexa aparadas para escrever, dous papelinhos *escritos nos mesmos caracteres arábicos* (p. 128, linhas 5537 a 5741, grifos do pesquisador).

Apesar de consistir essencialmente de peças processuais, o volume 38 dos Anais apresenta uma interessante variedade lingüística, pois, além dos termos jurídicos, nos interrogatórios registram-se termos populares usados pelos acusados ao descrever a natureza de sua ocupação profissional e/ou familiar. Os interrogados eram, em regra, escravos urbanos, havendo entre eles domésticos, pedreiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, barbeiros, vendedores ambulantes, carregadores de cadeira, entre outras profissões. Pouquíssimos ocupavam-se com a lavoura. Os escravos urbanos tinham maior liberdade de circulação. Dessa maneira, enquanto aguardavam por trabalho nas ruas, os negros reuniam-se e planejavam o ataque à estrutura escravocrata na Bahia. Conforme Reis (2007), “as informações colhidas através da fala dos interrogados explicitam tradições aprendidas na África e mantidas na Bahia. Esses depoimentos mostram com muita nitidez uma projeção da história africana na histórica brasileira”.

#### 5.1.4 Diálogos do Projeto NURC

O Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta), implantado no Brasil em 1969, tem como objetivo documentar e descrever o uso urbano do português falado no Brasil nos níveis fonético-fonológicos, morfossintáticos e lexicais. O projeto é realizado principalmente em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), que, na década de 1970, atendiam aos critérios de seleção estabelecidos pelo projeto: ter mais de 300 anos de fundação e mais de um milhão de habitantes. Todos os participantes dos diálogos têm nível superior completo e idade a partir de 25 anos.

Esse projeto coletivo foi introduzido no Brasil por Nelson Rossi e vincula-se ao *Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, proposto em 1964 na cidade de Bloomington, Estados Unidos, por Juan Lope Blanch, da Universidade Autônoma do México.

Conforme Mota e Rollemberg (1994), são seis os objetivos do Projeto NURC, estabelecidos na VI Reunião Nacional realizada em Porto Alegre em 1973:

- Reunir material para o estudo da norma culta da língua portuguesa em seus diferentes níveis.
- Auxiliar na adequação do ensino da língua portuguesa à realidade lingüística concreta, tornando-o, conseqüentemente, menos prescritivo.
- Estabelecer a norma culta real que, em muitos aspectos, difere daquilo que é preconizado pelas gramáticas normativas.
- Fornecer dados lingüísticos cientificamente estabelecidos que possam modificar os princípios metodológicos vigentes.
- Avaliar as normas tradicionais vigentes, a fim de não sobrecarregar o ensino com aquelas que não mais são utilizadas pelos usuários da língua.
- Corrigir as distorções do modelo tradicional de educação empregado no Brasil.

Note-se que tanto os objetivos gerais como os específicos foram estabelecidos para o projeto. Alguns sem dúvida foram atingidos. Outros, como as correções dos defeitos do modelo educacional brasileiro, dependem de profundas mudanças estruturais e de valores, o que, até o momento, parecem não estar no horizonte.

Contudo, não se deve deixar de reconhecer os resultados que vêm sendo alcançados pelo projeto NURC. Por exemplo, esse projeto constantemente atesta que existe uma boa distância entre aquilo que os brasileiros escolarizados falam, e mesmo escrevem, e o modelo idealizado presente na norma padrão. Confirma-se, portanto, as postulações de Lucchesi (1994) de que não se pode confundir “norma culta” com “norma padrão”, embora essa confusão seja diariamente veiculada nos meios de comunicação e também em textos de lingüistas não vinculados à pesquisa sociolingüística. A não distinção entre norma culta e norma padrão é nociva, pois boa parte dos professores de língua portuguesa continua classificando como “errados” usos já há muito tempo consagrados na fala e na escrita (inclusive literária), o que só faz acentuar a baixa estima lingüística dos brasileiros.

Para esta pesquisa, consultaram-se duas edições do projeto NURC. A primeira, abrangendo o período de 1974 e 1978, foi organizada por Mota e Rollemberg (1994). A segunda, que contém diálogos compreendidos entre os anos de 1998 e 2001, foi organizada por Cardoso (2007).

Esta pesquisa aproxima-se das metas estabelecidas para o projeto NURC, pois tem como uma das suas propostas mostrar como e com que características se dá o uso dos prefixos derivados de preposições em situações concretas de comunicação, no caso envolvendo textos escritos.

### 5.1.5 Comentários sobre os *corpora*

Tipologicamente, as *Cartas de Vieira* e as *Cartas baianas setecentistas* são semelhantes. Todas são “cartas” que apresentam um forte caráter formal. Além disso, a maioria dessas cartas são textos de natureza narrativa e argumentativa. Vale ressaltar, contudo, as diferenças do ponto de vista biográfico entre os autores dos dois grupos de documentos. Vieira possuía um elevado grau de erudição, enquanto que, nos escritores das *Cartas setecentistas*, encontra-se uma formação sociolingüística diversificada. Alguns eram desembargadores, profundos conhecedores das leis, enquanto outros, os juizes ordinários das diversas comarcas, não possuíam uma formação acadêmica elevada. Outra distinção é o fato de que as *Cartas* de Vieira possuem um único autor, enquanto que, para as *Cartas setecentistas*, há vários autores.

Esses fatores, sem dúvida, acentuaram as diferenças quanto ao conteúdo lexical entre as cartas do século XVII e as do século XVIII. Esse fato merece consideração, mas parece que o impacto dessas diferenças não é tão grande a ponto de inviabilizar a análise comparativa desses documentos, no que se refere aos processos de mudança, envolvendo as preposições e os prefixos, que resultaram na formação de palavras derivadas por prefixação. Talvez as diferenças citadas tivessem uma influência maior numa comparação no nível sintático, por exemplo.

É importante comentar as limitações impostas pelos dados disponíveis aos que se propõem a realizar uma investigação histórica. Como explica William Labov (1994 *apud* MAIA, 2002, p. 234):

Puede (...) concebirse la lingüística histórica como el arte de hacer el mejor uso posible de datos deficientes. El arte está altamente desarrollado, pero hay algunas limitaciones de los datos que no pueden compensarse<sup>24</sup>.

---

24 “É possível entender a lingüística histórica como a arte de fazer o melhor uso possível de dados deficientes. Essa arte está altamente desenvolvida, mas há algumas limitações dos dados que não se podem compensar” (tradução nossa).

Os textos escritos de tempos pretéritos, que sobreviveram até os nossos dias, representam, na maior parte dos casos, uma pequena fração dos textos disponíveis nesses períodos. A essa limitação, soma-se a impossibilidade de uma compreensão plena das características e circunstâncias sociais dos autores de documentos antigos e o fato de que o domínio da escrita e a oportunidade de registro dos escritos era privilégio de um número bem reduzido de pessoas. Esses fatos ajudam a compreender a afirmação de Maia (2002) de que o estudo da história de uma língua equivale apenas a uma **interpretação** da língua escrita. Dessa maneira, não é de se estranhar que dois lingüistas históricos estudando o mesmo período e de posse de *corpora* diferentes, e às vezes até do mesmo *corpus*, possam chegar a conclusões diferentes.

Essas limitações, sem dúvida alguma, desaconselham afirmações categóricas quanto à situação lingüística de sincronias passadas, com base em textos representativos desses períodos. Contudo, a importância dos dados textuais não deve ser minimizada, haja vista que, através do estudo dos mesmos, é possível a reconstituição do processo de mudança da língua escrita e, muitas vezes, a análise de textos escritos possibilita a apreensão de determinadas características da língua falada. Por esses motivos, acredita-se que a análise dos prefixos derivados de preposições com base nas *Cartas de Vieira* e nas *Cartas baianas setecentistas*, apesar das limitações citadas, contribuirá para os estudos históricos atuais, pois revelará um pouco do dinamismo lingüístico das sincronias consideradas.

Partindo para os comentários dos *corpora* das sincronias mais recentes, pode-se considerar o documento escolhido, como representativo do século XIX, o volume 38 dos *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, como também possuindo uma forte característica narrativa e descritiva. Conforme foi assinalado, apesar de se tratar de peças processuais, esse documento apresenta uma boa variedade lexical por descrever o modo de vida, profissões e outras atividades dos negros envolvidos no levante que, por sinal, estavam integrados à vida urbana da época. Acredita-se que, em virtude desses aspectos, é possível uma comparação dos *Anais* com os textos escolhidos para os séculos XVII e XVIII, apesar das distinções tipológicas.

Os diálogos do Projeto NURC diferenciam-se de um modo mais acentuado dos demais textos escolhidos, por se tratar de registros transcritos da oralidade. São transcrições de diálogos gravados, dos quais participaram informantes de nível superior. Deve-se enfatizar, no entanto, que tais transcrições, apesar de serem mais próximas da oralidade, não são textos orais. Conforme admitido pelas organizadoras do volume I dos diálogos entre informantes e documentador:



A representação escrita da fala apresenta-se como uma realidade diferenciada daquela constituída pelo contínuo fônico que se transmite oralmente, apesar das tentativas de aproximá-las de que muitos se vêm ocupando. Em vista disso, entendemos que a edição de textos magnetofonicamente registrados deva ser vista como uma outra versão que não dispense ou substitua a audição dos registros sonoros, mas sirva de guia que possibilite o confronto com verdadeiro documento a ser analisado: o texto oral (MOTA; ROLLEMBERG, 1994, p. 16).

As autoras reconhecem ainda que abriram mão de representar algumas características da oralidade, de modo a tornar o texto acessível a um número maior de estudiosos. Além disso, como já observado a respeito das *Cartas baianas setecentistas*, *Cartas de Vieira* e na *Devassa do levante dos escravos*, os *Diálogos do Projeto NURC* apresentam conteúdo, em grande parte, narrativo e descritivo, versando sobre assuntos de campos semânticos diversificados, como vestuário, comércio, família, dentre outros.

Assim, parece não haver maiores empecilhos em se comparar os *corpora* dos quatro séculos escolhidos, especialmente no que se refere a aspectos morfológicos e lexicais.

Maia (2002) chama atenção para a necessidade da investigação dos fenômenos de mudança em um *corpus* representativo e diversificado, sob o ponto de vista da tipologia textual. Reconhece-se, portanto, que seria proveitoso o complemento desta pesquisa com a investigação em textos mais diversificados tipologicamente, para que o uso dos prefixos derivados de preposições nos séculos XVII e XVIII fosse mais amplamente caracterizado.

## 5.2 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ETAPAS DA ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados relativos aos séculos XVII ao XX teve um caráter essencialmente panorâmico. Os textos escolhidos como representativos do século XVII foram as *Cartas de Vieira*, do século XVIII, as *Cartas baianas setecentistas*, do século XIX, o volume 38 dos *Anais do Arquivo do Estado da Bahia* e do século XX os *Diálogos do Projeto NURC*, conforme já destacado. Como ressaltado na Introdução, foram analisados os elementos prefixados a formas nominais (substantivos e adjetivos) e verbais. Também, salvo raras exceções, analisaram-se somente aquelas palavras que os falantes contemporâneos, intuitivamente, reconhecem como contendo formas prefixais, ou seja, palavras das quais se podem destacar afixos reconhecíveis no funcionamento atual da língua. Como auxílio na identificação desses prefixos, foram consultados o *Dicionário* de Ferreira (1999) e o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (1991).

Analisaram-se apenas os elementos prefixais que ainda não perderam a sua função prepositiva e que foram estudados por POGGIO (2002). Não foram estudados, assim, prefixos como TRANS-, EX-, EXTRA- e A- (do latim AB), derivados de preposições latinas, mas que perderam o valor prepositivo, na passagem do latim para o português.

Os seguintes prefixos foram estudados<sup>25</sup>:

- 1) A- do latim *AD*
- 2) ANTE- do latim *ANTE*
- 3) COM- do latim *CUM*
- 4) CONTRA- do latim *CONTRA*
- 5) DE- do latim *DE*
- 6) EM- do latim *IN*
- 7) INTER- do latim *INTER*
- 8) POS- DO LATIM *AD + POST*
- 9) SEM- do latim *SINE*
- 10) SUB- do latim *SUB*
- 11) SOBRE- do latim *SUPER*

Um total de 1044 palavras com prefixos derivados de preposições foram recolhidas e estudadas.

Inicialmente, analisaram-se os dados com o auxílio das teorias do localismo e dos protótipos. Nessa análise, compararam-se os dados dos séculos XVII e XVIII entre si e com os dados etimológicos apresentados por Romanelli (1964) e Cunha (1991), tendo o objetivo de verificar variações ou manutenção de características semânticas e formais dos prefixos encontrados nos *corpora* selecionados, em relação ao étimo e de um século para o outro. Para a correta identificação do valor semântico dos itens prefixais nos *corpora*, foi fundamental a análise desses elementos no seu contexto, o que comprova a postulação de Halliday (1985) de que a unidade maior de funcionamento da língua é o texto. Foram comparados também os dados dos séculos XVII e XVIII com os dados de Poggio (2002) sobre o uso das preposições no século XIV, com a finalidade de identificar variações

---

<sup>25</sup> Apresenta-se, aqui, a forma mais comum de cada prefixo, conforme verificado nos *corpora*.

semânticas provocadas pela mudança **preposição > prefixo**.

Nesta tese, inclui-se a análise de dados de sincronias posteriores, do século XIX até a contemporaneidade, almejando verificar a continuidade, ou não, das tendências apontadas na dissertação *Prefixos derivados de preposições em textos de língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII*. Em relação especificamente ao século XX, consideraram-se materiais coletados em dois períodos distintos. O primeiro, compreendendo diálogos ocorridos entre 1974 e 1978 (doravante DPN1) e o segundo, diálogos entre 1998 e 2000 (doravante DPN2). Note-se que há, entre esses períodos, um intervalo de em média vinte e cinco anos. Comparando-se os dois conjuntos de diálogos entre si, acredita-se que é possível ter uma idéia do ritmo com o qual vem se processando a mudança *preposição > prefixo* na contemporaneidade.

Em seguida, a meta foi a identificação dos processos e princípios de gramaticalização aplicáveis à mudança **preposição > prefixo**. Como explicado no capítulo três, os processos de gramaticalização que resultam em alterações gramaticais, possíveis em uma mudança lingüística são, conforme explanação de Castilho (1997): sintaticização, morfologização e fonologização. Quanto aos princípios de gramaticalização, adotaram-se como referência os postulados por Hopper (1991): divergência, persistência e descategorização.

Foram aplicados os parâmetros propostos por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997) e discutidos no capítulo três, objetivando comparar os prefixos entre si e com a forma prepositiva da qual se originaram, quanto ao grau de gramaticalização.

Em virtude de algumas dificuldades encontradas em se aplicar os pressupostos teóricos relacionados com o princípio da unidirecionalidade aos dados recolhidos, realizou-se, finalmente, uma breve aplicação da nova proposta de estudo multissistêmico de Castilho (2003) às mudanças envolvendo os prefixos, por se tratar de uma interessante alternativa à abordagem clássica da teoria da gramaticalização. De acordo com o princípio da unidirecionalidade, como já considerado no capítulo três, de uma categoria de palavras surge outra, em um processo irreversível que ocorre sempre da esquerda para a direita, havendo, durante esse processo, enfraquecimento ou “desbotamento” semântico do item que muda. Contudo, todos os elementos pesquisados já eram usados, desde o latim, como preposição e como prefixo. Além disso, alguns dados, considerados mais adiante, parecem mostrar mais a ocorrência de processos simultâneos de perdas e ganhos de determinados traços semânticos, quando um item prepositivo se torna um prefixo, do que propriamente processos de “desbotamento” de sentido. Por esses motivos, considerou-se apropriado adicionar a esta

pesquisa uma breve análise do *corpus*, aplicando a proposta de estudo multissistêmico.

Freqüentemente, foram tecidos comentários gerais sobre os resultados deste estudo, verificando-se até que ponto as diversas premissas teóricas foram comprovadas, no que se refere aos processos de mudança, envolvendo os prefixos. É importante ressaltar, contudo, que, na maioria dos casos, as conclusões são parciais e dizem respeito exclusivamente aos *corpora* em análise.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DE TEORIAS FUNCIONALISTAS

Dentre os prefixos analisados, alguns são bastante produtivos como elementos formadores de vocábulos no português, como os prefixos *a-* e *em-*. Outros se fazem presentes, em sua maioria, apenas em palavras cujo processo de derivação se deu já no próprio latim.

### 6.1 ANÁLISE SEGUNDO AS TEORIAS LOCALISTA E DOS PROTÓTIPOS

#### 6.1.1 A- do latim *ad*

Conforme Cunha (1991), o prefixo *a-* tem, como uma de suas origens, a forma *ad-*, do latim, que, por sua vez, como ressalta Romanelli (1964), provém do indo-europeu \**ad*. Conforme já mencionado, Romanelli (1964) informa que os prefixos, em suas mais remotas origens, devem ter sido antigas formas casuais que possuíam, principalmente, um valor locativo e instrumental e que acabaram se fixando no indo-europeu como advérbios de sentido concreto.

Com o desenvolvimento de diferentes dialetos indo-europeus, aqueles advérbios foram, gradativamente, especializando-se como preposições. Essas preposições, com a continuidade do processo de mudança, vieram a resultar nos prefixos latinos. Assim, no latim, a forma *ad* tinha tanto a função de preposição como de prefixo.

Como preposição, *ad*, conforme Said Ali (1965), apresentava diversas nuances espaciais. Inicialmente, usava-se *ad*, em latim, para expressar o conceito de 'direção', ou 'movimento para algum ponto', de 'aproximação', e 'junção de uma coisa a outra'. A preposição *ad* apresentava ainda algumas noções temporais. Noções mais abstratas dessa preposição, contudo, foram identificadas, como de 'instrumento' e de 'modo', por Poggio (2002), ao analisar os *Dialogi de São Gregório*, documento latino do século VI.

A depender do contexto fonético, o prefixo *ad-* aparecia também nas seguintes formas: *ac-*, *af-*, *ag-*, *al-*, *an-*, *ap-*, *ar-*, *a-*, *as-* e *at-*.

Quanto ao aspecto semântico, Romanelli (1964) alista os seguintes sentidos para o prefixo *ad-*, em suas variadas formas, no latim:

- 1) Aproximação, direção para, como nos exemplos **accedo** ('caminhar para, aproximar-se'), **advenio** ('vir para perto de, chegar, sobrevir').
- 2) Adição, junção, acréscimo: **addo** ('colocar junto de, ajuntar, acrescentar').
- 3) Intensidade: **allaudo** ('exaltar, louvar muito, encher de elogios').
- 4) Elevação, ascensão: **arrigo** ('levantar para, endireitar'), **attollo** ('levantar para, erguer, levantar, elevar').
- 5) Começo de ação: **adamo** ('começar a amar, apaixonar-se'), **addormio** ('começar a dormir, adormecer').
- 6) Retorno da ação sobre o agente: **adduco** ('puxar para si, fazer vir a si, levar consigo, conduzir, levar'), **advoco** ('chamar a si, convocar, convidar').
- 7) Fim, destino, escopo: **adoro** ('dirigir uma súplica a', donde 'adorar, prestar culto a, venerar'), **assigno** ('assinar, atribuir, destinar').
- 8) Hostilidade: **adversor** ('voltar-se contra, ser contrário, hostil, opor-se'). **aggredior** ('ir contra alguém, atacar, agredir'), **assilio** ('saltar, assaltar, atacar').
- 9) Parentesco de quarto grau: **adamita** ('tia no quarto grau').

É interessante notar que muitas palavras, que no latim eram reconhecidas como formas derivativas (ou composicionais, conforme a opinião de Romanelli), não são mais sentidas assim na atual sincronia. Palavras como *advento*, *adoração*, dentre outras, são tidas como palavras primitivas. Nesses casos, pode-se dizer que o prefixo alcançou o terceiro estágio no *continuum* de fusão postulado por Svorou (1993), ou seja, o estágio *fused* (fundido), não sendo identificável no respectivo contexto fonológico, fato que ocorre também com os demais prefixos analisados nesta pesquisa, principalmente em derivados formados no latim e transmitidos para o português.

Romanelli (1964), como já mencionado, indica as várias acepções que o prefixo *a* possuía no latim, ressaltando que esse item foi usado primeiro em um sentido espacial ('aproximação, direção para') e, a partir deste uso concreto, outras acepções mais abstratas derivaram-se ('adição', 'intensidade', 'hostilidade'). Portanto, desde o latim a tese localista, que postula uma escala crescente de abstratização a partir de um uso inicialmente espacial, podia ser atestada.

É apropriado relembrar aqui algumas considerações já feitas nesta pesquisa. Como se sabe, a perda dos casos morfológicos e declinações latinas provocou a diversificação do uso e a ampliação do campo semântico de algumas preposições. De acordo com Poggio (2004), alguns consideram como processos de gramaticalização a ampliação do uso das

preposições e o estabelecimento de uma ordem mais fixa no português para indicar funções sintáticas, em decorrência da perda dos casos morfológicos. Assim, substituiu-se o valor expressivo da maior liberdade da ordem, no latim. Esse processo provocou um uso cada vez mais abstrato das preposições e a formação de mais palavras com prefixos derivados de preposições, também usados em uma escala crescente de abstratização, como consequência, em parte, da frequência de uso. Todo esse processo é bem nítido no caso do prefixo *a-*.

Analisando *corpus* do século XIV, Poggio (2002) observou que a transição do latim para o português acentuou a ampliação do campo semântico da preposição *a*, sempre do sentido concreto para o abstrato. Nos séculos XVII e XVIII, nota-se a continuidade dessa tendência em relação ao prefixo *a-*. A comparação dos dados do século XIV referentes à preposição *a*, coletados por Poggio (2002), com os dos séculos XVII e XVIII, relativos ao prefixo *a-*, é mostrada no quadro a seguir:

|  | <i>SÉCULO XIV</i>       | <i>SÉCULO XVII</i>  | <i>SÉCULO XVIII</i> |
|--|-------------------------|---------------------|---------------------|
| <b>ACEPÇÃO (a)</b>   | <b>DSG (PREPOSIÇÃO)</b> | <b>CV (PREFIXO)</b> | <b>CS (PREFIXO)</b> |
| <b>Espaço:</b> direção   | X                       |                     |                     |
| <b>Espaço:</b> aproximação, situação próxima a                                     | X                       | X                   | X                   |
| <b>Espaço:</b> localização estática  | X                       |                     |                     |
| <b>Espaço:</b> localização percurso  | X                       |                     |                     |
| <b>Espaço:</b> localização posterior   | X                       |                     |                     |
| <b>Espaço:</b> situação diante de  | X                       |                     |                     |
| <b>Espaço:</b> situação com relação a  | X                       |                     |                     |
| <b>Espaço:</b> separação, afastamento  |                         | X                   |                     |
| <b>Tempo:</b> localização determinada  | X                       |                     |                     |
| <b>Tempo:</b> aproximação  | X                       |                     |                     |
| <b>Tempo:</b> afastamento  | X                       |                     |                     |
| <b>Tempo:</b> frequência   | X                       |                     |                     |
| <b>Qualidade:</b> modo   | X                       |                     |                     |
| <b>Qualidade:</b> fim  | X                       |                     |                     |
| <b>Qualidade:</b> meio   | X                       |                     |                     |
| <b>Qualidade:</b> posse  | X                       |                     |                     |
| <b>Qualidade:</b> direção/destinação   | X                       |                     |                     |
| <b>Qualidade:</b> causa  | X                       |                     |                     |
| <b>Qualidade:</b> estado ou mudança de estado, mudança de situação                 |                         | X                   | X                   |
| <b>Qualidade:</b> assunto  | X                       |                     |                     |
| <b>Qualidade:</b> confronto, hostilidade   |                         | X                   | X                   |
| <b>Qualidade:</b> adição, acréscimo  |                         | X                   | X                   |
| <b>Qualidade:</b> indicação, recomendação  |                         | X                   | X                   |
| <b>Qualidade:</b> ação de tornar conhecido   |                         | X                   | X                   |
| <b>Qualidade:</b> aproximação, situação próxima a                                  |                         | X                   |                     |
| <b>Qualidade:</b> relação de proximidade, parentesco                               |                         | X                   | X                   |
| <b>Elemento protético</b> (não acrescenta ao vocábulo um valor semântico aparente) |                         | X                   | X                   |

Quadro 14 - Comparação da preposição *a* (séc. XIV) com o prefixo *a-* (séc. XVII e XVIII).



Vale ressaltar as dificuldades encontradas em se precisar o sentido do prefixo *a-* em várias palavras, em virtude das numerosas possibilidades de acepções desse item. Deve-se reconhecer que, em alguns casos, mais de uma possibilidade de interpretação semântica desse prefixo pode ser aceita.

Analisando o quadro acima, percebe-se nitidamente a aplicabilidade da teoria localista no caso do prefixo *a-*. Como já mencionado, no latim e no português, a preposição *a* já vinha passando por uma abstratização contínua. O uso freqüente redundou na formação de diversas palavras com prefixos no latim e no português. Nesses prefixos, predominam, nos vocábulos formados no português, encontrados nos séculos XVII e XVIII, as acepções mais abstratas, relacionadas com QUALIDADE. Comprova-se, portanto, nos *corpora* desta pesquisa, a escala PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE, no caso dos prefixos derivados de preposições. Ou seja, a partir de um uso inicialmente mais concreto, o item *a* abstratizou-se gradualmente, vindo a manifestar diversas acepções de qualidade, inclusive em seu uso prefixal, como atestaram os dados do século XVII e XVIII.

Pela análise do quadro comparativo, verifica-se, à luz da teoria da gramaticalização, o enfraquecimento semântico, quando o item passa de preposição para prefixo. Conforme o quadro acima, todas as noções temporais e muitas das noções de espaço e de qualidade são perdidas, quando ocorre a mudança, inclusive sendo encontrados elementos em que o prefixo *a-* é protético, ou seja, não acrescenta ao vocábulo um valor semântico aparente. Por outro lado, novas acepções de qualidade, não encontradas por Poggio (2002), no século XIV, nas preposições, são percebidas nos prefixos, como as de ‘adição’, ‘indicação’, ‘relação de proximidade’ e outras, bem como a noção espacial de ‘separação, desunião’. São dados como esses que levam autores, como Castilho (2002), a questionar a associação de termos como *desbotamento semântico* e *enfraquecimento semântico* ao processo de mudança lingüística. Pereira (2004) reconhece que, quando um significado mais abstrato é desenvolvido, minimiza-se a perda, algumas vezes, até com um aumento de informação, através de relações pragmáticas. Poggio (2004) comenta também que o que ocorre é uma mudança, mas não perda de sentido dos elementos que se gramaticalizam. O que parece haver, portanto, é um processo contínuo de perdas e ganhos semânticos dos itens em mudança.

Exemplificam-se a seguir algumas ocorrências do prefixo *a* nos séculos XVII (C.V.: *Cartas de Vieira*) e XVIII (C.S.: *Cartas baianas setecentistas*) :

**Espaço:** aproximação, situação próxima a

- *Eu na minha missão passei bem; e só me faltou **acompanhar** V.R. ma. na sua [...]* (CV, p. 263, l. 2).

- [...] *ainda sem as guias que o diviaõ **acompanhar** [...]* (CS, p. 77, l. 14).

**Espaço:** separação, afastamento

- [...] *que depois de semelhantes jornadas muitas vezes se **apartam** delas [...]* (CV, p. 301, l. 149).

**Qualidade:** estado ou mudança de estado, mudança de situação

- *Erguer-se-á grã tormenta do que intenta, que logo será **amansada** [...]* (CV, p. 471, l. 87).

- [...] *servimos mais que ele a nós, porque **adoeceu** duas vezes [...]* (CV p. 310, l. 94).

- [...] *pois os certos e regulares pagamentos **avivão e aumentão** o serviço [...]* (CS, p. 97, l. 4).

**Qualidade:** confronto, hostilidade

[...] *sem paga alguma mais que o chamarem-lhes cães e outros nomes muito mais **afrontosos** [...]* (CV, p. 361, l. 583).

- [...] *e as perguntas e **acareações** feitas com os réus presos [...]* (CS, p. 107, l. 26).

**Qualidade:** adição, acréscimo

- [...] ***acrescenta** que viu o lugar onde foram mortos [...]* (CV, p. 379, l. 376).

- [...] *abençoando a poderosa mão donde lhe precede a sua felicidade* [...] (CS, p. 203, l. 28).

**Qualidade** : indicação, recomendação

- *O remédio consiste na execução de todos os remédios que até aqui se têm apontado* (CV, p. 303, l. 208).

[...] *em todo este espaço pelos diferentes governos d'esta Capitania, que lhe deram abonações dignas da maior atenção* (CS, p. 51, l. 7).

**Qualidade** : ação de tornar conhecido

- [...] *o governo da dita missão se tem apresentado a V. M. algumas queixas* [...] (CV, p. 453, l. 197).

- [...] *se me apresentou Miguel de Santana, soldado dezertor* [...] (CS, p. 124, l. 3).

**Qualidade** : aproximação, situação próxima a

- [...] *com esta esperança de conversão de almas, ajuntaram os padres algumas dificuldades* [...] (CV, p. 456, l. 21).

**Qualidade** : relação de proximidade, parentesco

- [...] *por ordem minha lhe prendeu o afilhado Manoel Soares* [...] (CS, p. 132, l. 18).

**Elemento protético**

- [...] *não tiveram efeito ofensivo, por arrebentar uma pela demasiada carga* [...] (CS, p. 214, l. 14).

[...] *mui sisudo que arripelará o gato* [...] (CV, p. 474, l. 173)<sup>26</sup>.

Essa exemplificação confirma que novos sentidos são associados ao prefixo derivado da preposição *ad* em vocábulos dos séculos XVII e XVIII, a maioria de cunho abstrato, enquanto que nuances semânticas de caráter mais concreto, como noções espaciais e temporais, foram perdidas com a passagem **preposição > prefixo**. Essa constatação está em conformidade com a argumentação localista de que ocorre uma crescente abstratização de um elemento que se gramaticaliza.

Os dados mostram que, do século XVII para o XVIII, não houve diferenças acentuadas quanto ao número de nuances semânticas para o prefixo em questão<sup>27</sup>, o que confirma que, na maioria dos casos, a gramaticalização é um processo lento, gradual, geralmente percebido apenas quando se confrontam sincronias bem distanciadas entre si.

A seguinte tabela mostra o resultado do levantamento quantitativo das ocorrências de A como prefixo nos *corpora*:

| <b>PREFIXO A</b>  | <b>CV</b>  | <b>CS</b> |
|---|------------|-----------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>  | <b>191</b> | <b>40</b> |
| <b>Espaço: 'proximidade, situação próxima a'</b>                          | <b>26</b>  | <b>14</b> |
| <b>Espaço: 'separação, desunião'</b>                                      | <b>07</b>  | <b>0</b>  |
| <b>Qualidade: 'estado ou mudança de estado'</b>                           | <b>81</b>  | <b>12</b> |
| <b>Qualidade: 'confronto, hostilidade'</b>                                | <b>18</b>  | <b>1</b>  |
| <b>Qualidade: 'adição, acréscimo'</b>                                     | <b>31</b>  | <b>4</b>  |
| <b>Qualidade: 'aproximação, situação próxima a'</b>                       | <b>15</b>  | <b>0</b>  |
| <b>Qualidade: 'indicação, recomendação'</b>                               | <b>7</b>   | <b>1</b>  |
| <b>Qualidade: 'relação de proximidade, parentesco'</b>                    | <b>0</b>   | <b>2</b>  |
| <b>Qualidade: ação de tornar conhecido</b>                                | <b>1</b>   | <b>5</b>  |
| <b>Protético (não acrescenta ao vocábulo um valor semântico aparente)</b> | <b>5</b>   | <b>1</b>  |

Quadro 15 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *a-* nos séculos XVII e XVIII

Ao contrário do esperado, nas *Cartas* de Vieira foram encontradas uma quantidade maior do *a-* usado como prefixo, ou seja, no século XVII *a-* parece estar mais

<sup>26</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa, páginas 202 a 213

<sup>27</sup> Quanto às acepções do prefixo *a-*, as únicas diferenças observadas entre os séculos XVII e XVIII foram: as acepções de qualidade 'aproximação, situação próxima a' e de espaço 'separação, desunião', foram encontradas apenas no século XVII e a acepção de qualidade 'relação de proximidade, parentesco' foi encontrada apenas no século XVIII.

gramaticalizado do que no século XVIII<sup>28</sup>. Contudo, essa diferença é amenizada quando se leva em consideração que o *corpus* do século XVII analisado foi aproximadamente 56% maior do que o do século XVIII, bem como as diferenças entre as *Cartas baianas setecentistas* e as *Cartas de Vieira*, explanadas no item 5.1.3 intitulado “Comentários sobre os *corpora*”.

Aplicando a teoria dos protótipos, em sua versão padrão ou monossêmica, Poggio (2002) observou que a preposição *a*, apesar de apresentar diversos sentidos abstratos, foi encontrada, na maioria das ocorrências, na acepção básica de ‘direção’, ‘deslocamento no espaço físico’. Esse, portanto, era o sentido prototípico, exemplar, dessa preposição no latim e no português arcaico. Contudo, ao se transformar em prefixo, o sentido predominante desse item, nos dois séculos analisados, não é mais o espacial, mas o de qualidade, sobretudo na acepção de ‘mudança de estado’, ainda que vestígios da acepção espacial de ‘aproximação, situação próxima a’ possam ser notados em outras acepções, mesmo nas mais abstratas.

Acrescentam-se, abaixo, tabelas contendo informações sobre o prefixo *a-* usado nos séculos XIX e XX, para, em seqüência, tecer comentários comparando-os entre si e com as tabelas dos séculos XVII e XVIII.

---

<sup>28</sup> Deve ser lembrado que a teoria da gramaticalização prevê um aumento do grau de gramaticalização de um item lingüístico em processo de mudança com a passagem do tempo, grau esse que pode ser medido pela frequência de uso.

| <b>ACEPÇÃO (a)</b>   | <b>SÉCULO XIX (LDE)</b> | <b>SÉCULO XX<br/>NURC1 (1974-<br/>1978).</b> | <b>SÉCULO XX<br/>NURC 2 (1998-<br/>2000)</b> |
|--|-------------------------|--|--|
| <b>Espaço:</b> direção   |                         |  |  |
| <b>Espaço:</b> aproximação,<br>situação próxima a  | X                       | X  | X  |
| <b>Espaço:</b> localização estática  |                         |  |  |
| <b>Espaço:</b> localização percurso  |                         |  |  |
| <b>Espaço:</b> localização posterior   |                         |  |  |
| <b>Tempo:</b> finalização  |                         | X  |  |
| <b>Tempo:</b> aproximação  |                         |  | X  |
| <b>Qualidade:</b> estado ou<br>mudança de estado, mudança<br>de situação                 | X                       | X  | X  |
| <b>Qualidade:</b> confronto,<br>hostilidade  | X                       |  |  |
| <b>Qualidade:</b> adição, acréscimo  | X                       | X  | X  |
| <b>Qualidade:</b> indicação,<br>recomendação   | X                       |  |  |
| <b>Qualidade:</b> ação de tornar<br>conhecido  | X                       | X  | X  |
| <b>Qualidade:</b> aproximação,<br>situação próxima a                                     | X                       | X  | X  |
| <b>Qualidade:</b> relação de<br>proximidade, parentesco                                  | X                       |  |  |
| <b>Elemento protético</b> (não<br>acrescenta ao vocábulo um<br>valor semântico aparente) | X                       | X  | X  |

Quadro 16 – Acepções do prefixo *a-* encontradas nos séculos XIX e XX

| <b>PREFIXO A</b>  | <b>LDE</b> | <b>DPN1</b> | <b>DPN2</b> |
|---|------------|-------------|-------------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>  | <b>139</b> | <b>105</b>  | <b>74</b>   |
| <b>Espaço: 'proximidade, situação próxima a'</b>                              | <b>51</b>  | <b>16</b>   | <b>06</b>   |
| <b>Tempo: 'finalização'</b>   |            | <b>03</b>   |             |
| <b>Tempo: aproximação</b>   |            |             | <b>04</b>   |
| <b>Qualidade: 'estado ou mudança de estado'</b>                               | <b>36</b>  | <b>36</b>   | <b>41</b>   |
| <b>Qualidade: 'confronto, hostilidade'</b>                                    | <b>07</b>  |             |             |
| <b>Qualidade: 'adição, acréscimo'</b>   | <b>07</b>  | <b>20</b>   | <b>10</b>   |
| <b>Qualidade: 'aproximação, situação próxima a'</b>                           | <b>01</b>  | <b>14</b>   | <b>6</b>    |
| <b>Qualidade: 'indicação, recomendação'</b>                                   | <b>05</b>  |             |             |
| <b>Qualidade: 'relação de proximidade,<br/>parentesco'</b>                    | <b>02</b>  |             |             |
| <b>Qualidade: ação de tornar conhecido</b>                                    | <b>19</b>  | <b>14</b>   | <b>4</b>    |
| <b>Protético (não acrescenta ao vocábulo um<br/>valor semântico aparente)</b> | <b>11</b>  | <b>02</b>   | <b>3</b>    |

Quadro 17 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *a-* nos séculos XIX e XX

Os quadros 16 e 17 sinalizam a continuidade do processo de abstratização observado nos séculos XVII e XVIII. Note-se que das dez acepções registradas nos séculos XIX e XX, sete são relacionadas com a noção de QUALIDADE e apenas uma associa-se à noção espacial. Dessa maneira, a escala localista PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE continuou tendo aplicação nos séculos posteriores ao XVIII. Ou seja, nos *corpora* dos séculos XIX e XX percebe-se um uso privilegiado do *a-* em acepções abstratas, em detrimento das acepções mais concretas relacionadas com a noção espacial e de tempo, fato verificado também nos séculos XVII e XVIII.

Do século XIX para o XX não há diferenças marcantes quanto ao número de acepções do prefixo *a-*. No entanto, ainda assim é possível perceber um aumento do nível de abstratização desse item com o transcorrer do tempo, considerando a seguinte estatística: do total de ocorrências do prefixo *a-* no século XIX, 36% associa-se à noção espacial. Em relação ao século XX, período de 1974 a 1978 (DPN1), esse número já cai para 15% do total e, no período de 1998 a 2000 (DPN2), a porcentagem da ocorrência do prefixo *a-* com a acepção espacial representa apenas 8% do total de ocorrências registrado no período.

Quanto à teoria dos protótipos, verifica-se o predomínio da noção qualitativa de ‘estado ou mudança de estado’, assim como ocorreu nos séculos XVII e XVIII, apesar de o sentido prototípico da preposição *a* estar relacionado com a acepção básica de ‘direção’, ‘deslocamento no espaço físico’, conforme Poggio (2002). O Quadro 17 confirma isso revelando que, das onze possibilidades de uso do *a-* descritas nos séculos XIX e XX, essa noção responde por, em média, 35% do total de ocorrências. No século XX, período de 1998-2000, o uso do prefixo com a acepção de ‘mudança de estado’ é ainda maior, pois, de um total de 74 ocorrências, 41 são nessa acepção, ou seja, mais da metade das ocorrências.

Registram-se, abaixo, exemplos do uso do prefixo *a-* nos *corpora* dos séculos XIX e XX.

**Espaço:** aproximação, situação próxima a, ir junto a

- [...] *sendo certo que nunca viu ajuntamentos delles na loja do seo Senhor* (DLE, p. 7, l. 104).

- [...] *aproximou-se um guarda e ele falava muito bem inglês* [...] (DPN1, p. 123, l. 655).
- [...] *para acompanhar o paletó, os homens usam o que assim no pescoço* (DPN2, p. 3, l. 71)?

**Tempo**: finalização

Já está **acabando**. Só **acabando** aí [...] (DPN1, p. 127, l. 820).

**Qualidade**: estado ou mudança de estado, mudança de situação

- [...] *não levantou mais, muito apaixonado e chorando quando entravam os outros negros de manhã presos* [...] (LDE, p. 90, l. 3993).

- [...] *ele, às vezes, fica até apavorado, amedrontado, não é* [...] (DPN1, p. 167, l. 701).

- [...] *se eu fosse obrigado a procurar alguém para decorar, primeiro, eu não procuraria ninguém, mas se fosse bem afrescalhado, possivelmente um decorador para fazer isso* [...] (DPN2, p. 23, l. 271).

[...] *havia uma expressão francesa por sinal, terrace, nós aportuguesávamos para terraço* [...] (DPN1, p. 199, l. 83).

**Qualidade**: adição, acréscimo

- [...] *pessoa segura, chanleiga e abonada* [...] (LDE, p. 38, l. 1494).

- *Qual é, digamos assim, o esporte que você aconselharia ao tipo de criança* [...] (DPN1, p. 160, l. 432).

- [...] *uma profissão que você conheça e que gostaria de acrescentar alguma coisa* [...]



(DPN2, p. 33, l. 598).

**Qualidade** : aproximação, situação próximo a (espaço abstrato)

- [...] *o rol de nomes de testemunhas que acompanham a estes* [...] (LDE, p. 98, l. 4416).

- [...] *agora eles resolveram agrupar mais: botar Clínica Médica, Gastroenterologia* [...] (DPN1, p. 157, l. 288).

- [...] *é sempre assim esse acompanhamento das minhas... dos meus avós e das minhas tias* [...] (DPN2, p. 75, l. 35).

**Qualidade** : indicação e/ou recomendação

- [...] *apontados pela vizinhança como compreendidos em razão dos ajuntamentos* [...] (LDE, p. 21, l. 844).

**Qualidade** : confronto, hostilidade

- [...] *e perguntados aos outros dous acareantes sobre as respostas do acareado* [...] (LDE, p. 10, l.261,262).

**Qualidade** : ação de tornar conhecido

- [...] *nos crimes capitais eu apresento-vos das leis até os negócios civis* [...] (LDE, p. 120, l. 5343).

- [...] *mas atrás de tudo isso, do problema que ela apresentava, vinham todas as deficiências que ela vinha sofrendo* [...] (DPN1, p. 275, l. 664).

- [...] *pra uma apresentação, eu normalmente vou de camisa de botão ou de camisa de malha* [...] (DPN2, p. 86, l.).

**Qualidade** : relação de proximidade, parentesco

[...] *porque o primeiro é seu afilhado e o segundo seu alfaiate* [...] (LDE, p. 82, l. 3537).

### **Elemento protético**

- [...] *foi o dito Fortunato accomettido de paralisia* [...] (LDE, p. 68, l. 2803).

- [...] *numa ocasião de requinte, enquanto aguardamos assim* [...] (DPN1, p. 179, l. 102).

- [...] *então está aí as amostras do tipo até da brincadeira* [...] (DPN2, p. 77, l. 115)<sup>29</sup>.

A exemplificação confirma que os usuários continuaram recorrendo ao prefixo *a-* para formar derivados nos séculos XIX e XX. Registraram-se, inclusive, vocábulos novos, que não existiam no latim, como *ajuntar*, *afilhado*, *alinhar*, *amadurecer* e pelo menos uma ainda nem dicionarizada: *afrescalhado*. A maioria desses itens apresenta acepções abstratas, o que confirma a pertinência da teoria localista na atualidade.

#### **6.1.2 Ante- do latim *ante***

Conforme Cunha (1991), o prefixo português *ante-* deriva-se do latim *ante*, onde tinha a acepção de 'precedente', 'anterior', no tempo e no espaço. O *ante* latino, por sua vez, provém do indo-europeu, no qual possuía as formas *\*ant-s*, *\*anto-*, *\*anti*, *\*anta*, *\*nti*, e o sentido de 'frontispício, parte anterior, testa, fachada'. No latim, de acordo com Romanelli (1964), o prefixo *ante-* tinha as seguintes acepções:

- 1) Posição fronteira ou dianteira, precedência (local ou temporal), anterioridade: **antecedo** ('caminhar na frente, marchar na frente, anteceder').
- 2) Primazia, supremacia: **antisto** ('estar em primeiro lugar, exceder, levar

---

<sup>29</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa nas páginas 228 a 244.

vantagem, ter primazia’).

Conforme os dados de Romanelli (1964), no latim, já era observado, assim, um processo crescente de ampliação do campo semântico do elemento *ante*, de um uso espacial (‘posição fronteira ou dianteira’) a um uso mais abstrato (‘primazia, supremacia’), o que atesta a aplicabilidade da tese localista.

Como preposição, conforme L. Rubio (1983), a forma latina *ante* passa da acepção estritamente espacial, como no exemplo *ante urbem* 'diante da cidade' para a acepção temporal, como na frase *ante hunc diem* 'antes do dia de hoje' e, dessa última, para um sentido comparativo. A escala de abstratização proposta pela teoria localista verificou-se no latim e não parou por aí. Nos *Diálogos de São Gregório*, *ante* é empregada, na maioria das vezes, na sua acepção básica, 'espacial', encontrando-se, porém, algumas ocorrências no sentido temporal.

No século XVII, verificaram-se três ocorrências do prefixo *ante-* e, no século XVIII, apenas uma. Assim, foram poucas as palavras com o prefixo *ante-* nos *corpora* pesquisados e todos esses já existiam no latim. O quadro abaixo lista as acepções encontradas, confrontando com os dados de Poggio (2002):

|   | <i>SÉCULO XIV</i>       | <i>SÉCULO XVII</i>  | <i>SÉCULO XVIII</i> |
|---|-------------------------|---------------------|---------------------|
| <i>ACEPÇÃO (ante)</i>                     | <i>DSG (PREPOSIÇÃO)</i> | <i>CV (PREFIXO)</i> | <i>CS (PREFIXO)</i> |
| <b>Espaço:</b> direção                    | X                       |                     |                     |
| <b>Espaço:</b> situação anterior          | X                       |                     |                     |
| <b>Tempo:</b> anterioridade               | X                       | X                   | X                   |
| <b>Qualidade:</b> anterioridade, primazia |                         | X                   |                     |

Quadro 18 - Comparação da preposição *ante* (séc. XIV) com o prefixo *ante-* (séc. XVII e XVIII).

As palavras encontradas nos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, nas quais ainda é possível, sincronicamente, discernir a presença do prefixo *ante-*, são exemplificadas a seguir:

**Tempo:** anterioridade

*E todas conheceu e anteviu Bandarra, com tanta individuação de tempos, lugares, nomes [...] (CV, p. 481, l. 376).*

[...] *ponderando nós e antevendo os graves inconvenientes* [...] (CS, p. 37, p. 9).

**Qualidade:** anterioridade, primazia

[...] *foi o mestre tão honrado que antepôs a fé e respeito* [...] (CV, p. 314, l. 226).

*Vai tratando o Bandarra das armas de Portugal e chagas de Cristo, e, depois de as antepor às armas de todos os reinos, diz assim no sonho primeiro* [...] (CV, p. 501, l. 1011).

Assim, na ótica da teoria localista, a forma prefixal *ante-* não apresenta um grau de abstratização tão elevado quanto o que foi verificado com o prefixo *a-*, em virtude da reduzido uso da forma *ante-* até o século XVIII, conforme o resultado encontrado nos *corpora*. O quadro abaixo mostra o número de ocorrências de *ante-*:

| <b>PREFIXO ANTE</b>                       | <b>CV</b> | <b>CS</b> |
|---|-----------|-----------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>        | <b>3</b>  | <b>1</b>  |
| <b>Tempo: anterioridade</b>               | <b>1</b>  | <b>1</b>  |
| <b>Qualidade: anterioridade, primazia</b> | <b>2</b>  | <b>0</b>  |

Quadro 19 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *ante-* nos séculos XVII e XVIII

Comparando o século XVIII com o XVII percebe-se o *continuum espaço>tempo>qualidade*, pois, em ambos os séculos, foram encontradas apenas acepções de tempo e de qualidade para *ante-*. Assim, de um valor inicialmente espacial, percebe-se a caminhada desse item rumo a outros sentidos, o que atesta a teoria localista.

Aplicando a teoria dos protótipos, notou-se que, conforme os dados de Poggio (2002), o sentido prototípico da preposição *ante* no século XIV é o de espaço (anterioridade). Já como prefixo, nos *corpora* estudados, nenhuma acepção espacial foi encontrada, registrando-se, nas poucas ocorrências registradas, apenas acepções de tempo e de qualidade. Contudo, mesmo nesses usos mais abstratos, o sentido básico de ‘anterioridade’ é percebido.

Os dados acrescentados nesta tese mostram que *ante-* continuou tendo pouca frequência de uso nos séculos XIX e XX. Registrou-se apenas uma ocorrência no século XIX e uma no século XX. As tabelas e os exemplos abaixo destacam o que foi encontrado nesses períodos.

| <b>ACEPÇÃO (<i>ante</i>)</b>                  | <b>SÉCULO XIX (LDE)</b> | <b>SÉCULO XX<br/>DPN1 (1974-<br/>1978).</b> | <b>SÉCULO XX<br/>DPN2 (1998-<br/>2000)</b> |
|---|-------------------------|---|--|
| <b>Espaço:</b> posição fronteira ou dianteira | X                       |   |  |
| <b>Tempo:</b> anterioridade                   |                         | X   |  |

Quadro 20 – Acepções do prefixo *ante*- encontradas nos séculos XIX e XX.

| <b>PREFIXO ANTE</b>                           | <b>LDE</b> | <b>DPN1</b> | <b>DPN2</b> |
|---|------------|-------------|-------------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>            | <b>1</b>   | <b>1</b>    | <b>0</b>    |
| <b>Espaço: posição fronteira ou dianteira</b> | <b>1</b>   | <b>1</b>    | <b>0</b>    |
| <b>Tempo: anterioridade</b>                   | <b>0</b>   | <b>0</b>    | <b>0</b>    |

Quadro 21 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *ante*- nos séculos XIX e XX.

**Espaço:** posição fronteira ou dianteira, precedência local

- [...] e barretes a seo modo, não só como um *antemural*, cuja impenetrabilidade [...] (LDE, p. 14, l. 14).

**Tempo:** anterioridade

- [...] para nos lembramos sempre de nossos *antepassados* [...] (DPN1, p. 195, l. 749).

O número reduzido de ocorrências nos *corpora* não permite tecer maiores comentários sobre o uso do *ante*-. Contudo, é digno de nota que, ao contrário do esperado, esse item aparece nos textos dos séculos XIX e XX nas acepções mais concretas de espaço e de tempo, não na acepção de qualidade, diferente do que aconteceu no século XVII<sup>30</sup>. A esse respeito, vale lembrar a argumentação de Castilho (2003), segundo a qual, determinados itens podem passar por processos de ganhos e perdas, ativação e reativação, de propriedades semânticas, motivados por diferentes situações comunicativas. No caso do prefixo *ante*-, as acepções iniciais associadas a esse item, a espacial e a temporal, verificadas no latim, aparecem na contemporaneidade.

<sup>30</sup> Ver quadro 18 na página 131.

#### 6.1.4 Com- do latim *cum*

Conforme Cunha (1991), *com-* deriva-se do latim *co-* (*cum*) e, na contemporaneidade, tem o sentido de 'companhia', 'contigüidade', 'sociedade', documentando-se em vocábulos formados no próprio latim e em vocábulos formados nas línguas românicas, como o português. A forma latina, por sua vez, deriva-se do indo-europeu \***Kom-**, onde tinha a acepção de 'com, em companhia de, junto a, ao lado de'.

As possibilidades semânticas para o prefixo *com-*, no latim, conforme Romanelli (1964), eram em número de oito:

- 1) Companhia: **colludo** ('jogar junto'); **congregior** ('caminhar com, ir ter com').
- 2) Reunião, junção: **coacervo** ('reunir em massa, em multidão'); **concilium** ('ajuntamento, reunião, assembléia').
- 3) Convergência, afluência, movimento para o mesmo lugar: **corrivo** ('conduzir águas para o mesmo lugar').
- 4) Simultaneidade, contemporaneidade: **collabor** ('cair ao mesmo tempo'); **commorior** ('morrer com alguém').
- 5) Concordância, acordo, harmonia, conformidade: **concentus** ('harmonia, concerto').
- 6) Acabamento, plenitude, inteireza: **comedo** ('comer completamente'); **consummo** ('acabar, completar, consumir').
- 7) Intensidade: **collacrino** ('chorar abundantemente'); **condoleo** ('sofrer junto, sofrer grande dor').
- 8) Movimento omnilateral, omnilateralidade: **colluceo** ('brilhar por todos os lados'); **concrucior** ('ser atormentado por todos os lados').

Romanelli (1964) informa que o prefixo *com-*, no latim, aparecia nas formas *com-*, *col-*, *cor-*, *com-*, *côn-*, *co-* e *co-*.

As ocorrências apresentadas acima indicam que o prefixo *com-* aparecia no latim com muita frequência, especialmente nos sentidos espacial e de qualidade, indicando que, nessa língua, o prefixo *com-* passou por um intenso processo de gramaticalização e de ampliação do campo semântico.

Como proposição, Poggio (2002) registrou a ocorrência de *com-* também em

acepções espaciais e de qualidade.

Nos *corpora* analisados, o processo de formação de palavras com o prefixo *com-* revelou-se bem pouco produtivo. Dentre as formas recolhidas e analisadas dos séculos XVII e XVIII, foram registradas várias palavras em que a presença do prefixo só pode ser atestada por meio de estudo etimológico, como no caso de *concordar*, *consentir*, *conceder*, dentre outras. Assim, muitas dessas formações latinas se aglutinaram de tal forma (*fused*), que se perdeu o sentido de prefixação na atual sincronia do português. Apenas duas ocorrências de prefixos sincronicamente identificáveis no século XVII e três no século XVIII foram encontradas. Os quadros e as exemplificações abaixo mostram os valores semânticos e os quantitativos dessas ocorrências:

| ACEPÇÃO ( <i>com</i> )                    | SÉCULO XIV       | SÉCULO XVII  | SÉCULO XVIII |
|---|------------------|--------------|--------------|
|   | DSG (PREPOSIÇÃO) | CV (PREFIXO) | CS (PREFIXO) |
| Espaço: companhia                         | X                | X            |              |
| Qualidade: instrumento                    | X                |              |              |
| Qualidade: meio                           | X                |              |              |
| Qualidade: modo                           | X                |              |              |
| Qualidade: oposição                       | X                |              |              |
| Qualidade: instrumento                    | X                |              |              |
| Qualidade: modo                           |                  |              | X            |
| Qualidade: concordância, harmonia, junção |                  | X            | X            |

Quadro 22 - Comparação da preposição *com* (séc. XIV) com o prefixo *com-* (séc. XVII e XVIII).

| PREFIXO COM                               | CV | CS |
|---|----|----|
| Número Total de ocorrências               | 2  | 3  |
| Espaço: companhia                         | 1  | 0  |
| Qualidade: concordância, harmonia, junção | 1  | 2  |
| Qualidade: modo                           | 0  | 1  |

Quadro 23 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *com-* nos séculos XVII e XVIII.

**Espaço:** companhia

*Muito estimara eu que meu **condiscípulo** do curso [...] (CV, p. 279, l. 361).*

**Qualidade:** concordância, harmonia, junção

[...] *levaram estes religiosos consigo mas de cem índios, dos que os portugueses tinham cativado no rio das Amazonas, sendo amigos e **confederados** nossos [...]* (CV, p. 431, l. 27).

[...] *com falsa narrativa cumulados e **confederados** Miguel de Sá com Sebastião Francisco [...]* (CS, p. 197, l. 14).

[...] *aqueles mesmos que, **confederados**, pretendem que o dito juiz faça a nova eleição [...]* (CS, p. 197, l. 32).

**Qualidade:** modo

[...] *com vozes tão altas e **desconcentradas**, que se fez escandalozo em toda a vila [...]* (CS, p. 169, l. 22)<sup>31</sup>.

O número reduzido de ocorrências não permite maiores comentários sobre aspectos semânticos da gramaticalização do prefixo *com-* nos séculos XVII e XVIII. Mas é digno de nota que o prefixo *com-* não preservou a maioria das noções mais concretas, de espaço e de tempo, presentes no elemento prepositivo que lhe deu origem, passando a manifestar predominantemente acepções abstratas de qualidade (‘modo’ e ‘harmonia’), o que confirma a escala localista ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE, que retrata o percurso semântico gradual dos itens que se gramaticalizam.

Aplicando a Teoria dos Protótipos, nas cinco ocorrências encontradas, percebe-se que está subjacente no prefixo *com-* o sentido básico de ‘companhia’, mesmo nos usos mais abstratos desse elemento.

Portanto, nos séculos XVII e XVIII, o emprego do *com-* como prefixo (morfologização), não era, pelo que se pode depreender da análise dos *corpora*, um processo difundido. É, assim, importante pesquisar até que ponto, em períodos subseqüentes, o prefixo *com-* adquiriu outros sentidos e aumentou em frequência de uso.

A análise de períodos subseqüentes nesta pesquisa mostrou um sensível aumento

---

<sup>31</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa, na página 215.



do emprego do *com* como prefixo, principalmente apresentando a noção de qualidade, como atesta o quadro abaixo.

| <b>ACEPÇÃO (<i>com</i>)</b>                         | <b>SÉCULO XIX<br/>(LDE)</b> | <b>SÉCULO XX<br/>DPN1 (1974-<br/>1978).</b> | <b>SÉCULO XX<br/>DPN2 (1998-2000)</b> |
|---|-----------------------------|---|---------------------------------------|
| <b>Espaço:</b> companhia                            |                             | X   | X                                     |
| <b>Espaço:</b> reunião, junção                      |                             | X   |                                       |
| <b>Qualidade:</b> conjunto, inteireza               |                             |   | X                                     |
| <b>Qualidade:</b> Reciprocidade                     |                             | X   | X                                     |
| <b>Qualidade:</b> concordância,<br>harmonia, junção | X                           | X   |                                       |
| <b>Qualidade:</b> companhia                         |                             |   | X                                     |

Quadro 24 – Acepções do prefixo *com-* encontradas nos séculos XIX e XX.

Comparando o quadro acima com o quadro 22, que apresenta os dados dos séculos XVII e XVIII, percebe-se que *com-*, nos séculos XIX e XX, apresenta um grau de abstratização maior, pois aparece em um número maior de acepções (seis, ao passo que nos séculos XVII e XVIII são apenas duas). Além disso, a maioria das acepções (quatro) está relacionada com a noção qualitativa, o que confirma a aplicabilidade da escala localista ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE na atualidade.

O próximo quadro destaca a frequência de uso de *com-* nos séculos XIX e XX.

| <b>PREFIXO COM</b>                               | <b>LDE</b> | <b>DPN1</b> | <b>DPN2</b> |
|--|------------|-------------|-------------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>               | <b>5</b>   | <b>28</b>   | <b>10</b>   |
| <b>Espaço:</b> companhia                         |            | 5           | 4           |
| <b>Espaço:</b> reunião, junção                   |            | 1           |             |
| <b>Qualidade:</b> concordância, harmonia, junção | 5          | 12          |             |
| <b>Qualidade:</b> reciprocidade                  |            | 10          | 2           |
| <b>Qualidade:</b> conjunto, inteireza            |            |             | 2           |
| <b>Qualidade:</b> companhia                      |            |             | 2           |

Quadro 25 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *com-* nos séculos XIX e XX.

Assim, a análise de *corpora* mais recentes possibilita a postulação de que o uso do prefixo *com-* está mais difundido na atualidade. Como já mencionado, nos séculos XVII e XVIII foram apenas cinco ocorrências, enquanto que nos séculos XIX e XX foram 43 registros, ou seja, um aumento de quase 900%, o que favoreceu uma maior abstratização do

item considerado.

Aplicando a Teoria dos Protótipos nos dados dos séculos XIX e XX, observou-se que o sentido prototípico de *com-* é a acepção de ‘companhia’, uma vez que essa acepção subjaz até mesmo nos usos mais abstratos desse item gramatical. Fato semelhante ocorre nos séculos XVII e XVIII, como já considerado.

Comparando exclusivamente os séculos XIX e XX, conforme dados apresentados nos quadros 24 e 25, percebe-se um aumento da frequência de uso e do caráter abstrato de *com-*, uma vez que, no século XX, o referido item é bem mais freqüente e apresenta maior número de nuances semânticas.

E entre os dois períodos analisados do século XX (1974-1978 e 1998-2000) não há diferenças acentuadas. Em ambos os períodos, o caráter abstrato de *com-* predomina, indicando que esse item vem passando por um contínuo processo de abstratização e de ampliação do campo semântico hoje em dia.

A seguir, colocam-se exemplos de cada acepção encontrada para *com-* nos séculos XIX e XX.

**Espaço:** companhia

[...] *dirigindo o avião, geralmente tem um...dois elementos: um piloto e o co-piloto* [...] (DPN1, p. 41, l. 662).

[...] *naquele tipo de **convivência** você certamente deixa a criança participar* [...] (DPN2, p. 77, l. 139).

**Espaço:** reunião, junção

[...] *a cidade estava muito **concentrada**, né, as avenidas de vale* [...] (DPN1, p. 118, l. 475).

**Qualidade:** concordância, harmonia, junção

[...] *que considerável numero de escravos a longo tempo se **colligavam*** [...] (LDE, p. 14, l. 512).

[...] *as pessoas também se reúnem para comemorar alguma coisa* [...] (DPN1, p. 81, l. 409).

**Qualidade** : reciprocidade

[...] *se encontram normalmente de dia para conversar* [...] (DPN1, p. 79, l. 332).

[...] *olha que eu conversava sobre isso na sala de aula* [...] (DPN2, p. 80, l. 258).

**Qualidade** : conjunto, inteireza

[...] *nesse contexto, os estudantes de escola pública não tem noção do prejuízo que a escola está fazendo com eles* [...] (DPN2, p. 80, l. 253).

**Qualidade** : companhia

[...]  *você conviveu com castigos* (DPN2, p. 100, l. 122)?<sup>32</sup>

#### 6.1.4 Contra- do latim *contra*

O prefixo *contra-* deriva-se do latim *contra*, onde tinha o sentido 'em oposição a, em algum lugar de, diante de', documentando-se em vocábulos formados no próprio latim, bem como nas modernas línguas de cultura, de acordo com Cunha (1991).

Acrescenta Romanelli (1964) que *contra-* aparecia nas formas *contra* e *contro* (daí formas como *controvérsia*). A forma latina deriva-se do itálico **\*contrad**, ablativo singular feminino de **\*comt(e)ro** pelo alargamento do prevérbio *com* pelo grau zero do sufixo indo-europeu *-tero-*, designativo de oposição entre duas noções.

Romanelli (1964) atesta ainda que *contra-* tinha, no latim, o sentido de 'posição fronteira, frente a frente'. Daí derivou-se o sentido de 'oposição', 'hostilidade'. A ampliação do campo semântico do prefixo *contra-*, seguindo a escala localista, era evidente, portanto, já no latim.

---

<sup>32</sup> Para mais exemplos consultar os anexos desta pesquisa nas páginas 246 a 248.

Poggio (2002) observa que, como preposição, no século XIV, aparece *contra* nos sentidos espacial e temporal, sendo que a forma usada para a acepção temporal era *escontra*, forma pertencente ao português arcaico médio.

Nos *corpora*, foram encontradas, com o prefixo *contra-*, apenas dois vocábulos diferentes, ambos já existentes no latim, em um total de nove ocorrências e uma única possibilidade semântica, o que evidencia o baixo grau de gramaticalização desse elemento em relação a outros prefixos pesquisados. Os quadros e os exemplos abaixo apresentam os dados encontrados:

|                                   | SÉCULO XIV       | SÉCULO XVII  | SÉCULO XVIII |
|-----------------------------------|------------------|--------------|--------------|
| ACEPÇÃO ( <i>contra</i> )         | DSG (PREPOSIÇÃO) | CV (PREFIXO) | CS (PREFIXO) |
| Espaço: oposição                  | X                |              |              |
| Tempo: proximidade                | X                |              |              |
| Qualidade : oposição, incoerência |                  | X            | X            |

Quadro 26 - Comparação da preposição *contra* (séc. XIV) com o prefixo *contra-* (séc. XVII e XVIII).

| PREFIXO CONTRA                   | CV | CS |
|----------------------------------|----|----|
| Número Total de ocorrências      | 7  | 2  |
| Qualidade: oposição, incoerência | 7  | 2  |

Quadro 27 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *contra-* nos séculos XVII e XVIII.

**Qualidade** : oposição, incoerência

[...] *em que dava conta a V. M. das **contradições** que tinha neste Estado a propagação da fé*  
 [...] (CV, p. 562, l. 34).

[...] *por hora só encontro a **contradicção** dos muitos trabalhadores, que adoecem de sezoens*  
 [...] (CS, p. 211, l. 9)<sup>33</sup>.

Observa-se que todas as ocorrências de *contra-* apresentam a acepção de qualidade ‘oposição, incoerência’, mais abstratas, e não as acepções de espaço e de tempo existentes na preposição **contra** no século XIV, como mostram os dados de Poggio (2002). Isso confirma o enfraquecimento semântico de *contra* ao transformar-se em prefixo e a

<sup>33</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa, página 216.

continuidade do percurso semântico ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE. Levando-se em consideração apenas os exemplos encontrados, a acepção qualitativa de ‘oposição, incoerência’ é a de maior frequência para *contra-*, enquanto que a acepção espacial de ‘oposição’ era a prototípica da preposição *contra*, conforme Poggio (2002).

Contudo, a acepção espacial novamente se faz presente em séculos posteriores, como mostram as tabelas e os exemplos abaixo.

| <b>ACEPÇÃO (<i>contra</i>)</b>             | <b>SÉCULO XIX (LDE)</b> | <b>SÉCULO XX<br/>DPN1 (1974-<br/>1978).</b> | <b>SÉCULO XX<br/>DPN2 (1998-<br/>2000)</b> |
|--|-------------------------|---|--|
| <b>Espaço:</b> Posição diante de, oposição |                         | X   |  |
| <b>Qualidade :</b> oposição, incoerência   | X                       |   |  |

Quadro 28 – Acepções do prefixo *contra-* encontradas nos séculos XIX e XX.

| <b>PREFIXO CONTRA</b>                      | <b>LDE</b> | <b>DPN1</b> | <b>DPN2</b> |
|--|------------|-------------|-------------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>         | 2          | 5           | 0           |
| <b>Espaço: posição diante de, oposição</b> |            | 5           | 0           |
| <b>Qualidade: oposição, incoerência</b>    | 2          |             | 0           |

Quadro 29 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *contra-* nos séculos XIX e XX.

Assim como nos séculos anteriormente analisados, o prefixo *contra-* apresenta nos séculos XIX e XX um baixo grau de gramaticalização, em comparação com outros prefixos, como os dados acima mostram. As poucas ocorrências inviabilizam comentários mais precisos, contudo, pode-se assinalar o fato de, no *corpus* do século XX, período de 1974 a 1978 (NURC2), todas as acepções registradas estarem relacionadas com a noção espacial, ao contrário do registrado para os séculos XVII e XVIII, o que, de certa maneira, contraria a escala localista ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE, que prevê um aumento do caráter abstrato, ou seja, a perda de acepções mais concretas com a passagem do tempo. Conforme mostram os quadros 26 e 27, nos séculos XVII e XVIII, nas poucas ocorrências do prefixo *contra-*, predominou o uso com a acepção qualitativa de ‘oposição, incoerência’.

Alistam-se abaixo alguns exemplos de *contra-* nos *corpora* dos séculos XIX e XX.

**Qualidade:** oposição, incoerência

[...] *para outra ação propor qualquer demanda, produzir e **contradictar** testemunhas [...]* (LDE, p., l.).

[...] *os mesmos poderes em vigor, protestos, **contra**-protestos [...]* (LDE, p. 107, l. 4797).

**Espaço:** posição diante de, oposição

[...] *portanto, seriam as ladeiras em **contraposição** às ruas planas [...]* (DPN1, p. 202, l. 216).

[...] *a entrada para a direita ou para a esquerda, o sinal de **contramão** [...]* (DPN1, p. 202, l. 230)<sup>34</sup>.

Em relação à Teoria dos Protótipos, observou-se que o sentido básico de ‘oposição’ subjaz em todos os usos de *contra-* encontrados nos séculos XVII ao XX, mesmo naqueles usos mais abstratos.

### 6.1.5 De- do latim *de*

Cunha (1991) não alista o prefixo *de-*. Ferreira (1999), por sua vez, esclarece que *de-* deriva-se do latim, no qual tinha a mesma forma. Como preposição, trata-se de uma partícula altamente produtiva no português, como demonstram os estudos de Poggio (2002).

O prefixo latino *de-*, por sua vez, deriva-se do indo-europeu **\*de**, **\*do**, no qual tinha um uso prepositivo e pospositivo.

De acordo com Romanelli (1964), as seguintes acepções eram próprias do prefixo *de-*:

- 1) Movimento de cima para baixo, descida, queda: **decurro** (‘descer correndo’).
- 2) Afastamento, separação, donde repulsa, aversão: **decedo** (‘ir-se embora, retirar-

---

<sup>34</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa na página 249.

se’).

- 3) Diminuição, redução, donde desgaste: **decreço** (‘decrecer’, ‘diminuir’).
- 4) Privação, negação, donde antonímia: **deleo** (‘apagar, riscar, raspar’).
- 5) Acabamento, consumação: **debello** (‘terminar a guerra com vitória’, ‘vencer’).
- 6) Intensidade: **deamo** (‘gostar muito’, ‘amar’).
- 7) Sentido zero (elemento protético): **dealbo** (‘branquear’).

Romanelli (1964) explica, no prefácio do seu livro, que primeiro alista a acepção mais antiga do prefixo e depois as que se derivaram desse uso mais antigo. Percebe-se, portanto, que, de acordo com os dados apresentados por esse autor, o *de-* partiu de uma acepção espacial (*de-* ‘movimento de cima para baixo’) para sentidos mais abstratos, o que atesta a teoria localista.

Poggio (2002) lista várias acepções para o *de* prepositivo no século XIV, de cunho espacial, temporal e de qualidade. Contudo, o uso do *de-* como prefixo não se revelou muito produtivo nas formações portuguesas nos *corpora* analisados. No século XVII, não foi registrada nenhuma ocorrência e, no século XVIII, quatro, em dois vocábulos e em duas acepções distintas, conforme os quadros e os exemplos abaixo:

| ACEPÇÃO (de)                         | SÉCULO XIV       | SÉCULO XVII  | SÉCULO XVIII |
|--------------------------------------|------------------|--------------|--------------|
|                                      | DSG (PREPOSIÇÃO) | CV (PREFIXO) | CS (PREFIXO) |
| Espaço: ponto de partida/afastamento | X                |              |              |
| Espaço: localização                  | X                |              |              |
| Espaço: movimento vertical           | X                |              |              |
| Espaço: proveniência                 | X                |              |              |
| Espaço: proximidade                  | X                |              |              |
| Espaço: situação intermédia          | X                |              |              |
| Espaço: em torno de                  | X                |              |              |
| Espaço: situação superior            | X                |              |              |
| Espaço: situação anterior            | X                |              |              |
| Espaço: situação exterior            | X                |              |              |
| Espaço: separação                    |                  |              | X            |
| Tempo: localização                   | X                |              |              |
| Tempo: ponto de partida              | X                |              |              |
| Tempo: duração                       | X                |              |              |
| Qualidade: modo                      | X                |              |              |
| Qualidade: instrumento               | X                |              |              |
| Qualidade: assunto                   | X                |              |              |
| Qualidade: causa                     | X                |              |              |
| Qualidade: privação, hostilidade     |                  |              | X            |

Quadro 30 - Comparação da preposição *de* (séc. XIV) com o prefixo *de-* (séc. XVII e XVIII).

| PREFIXO DE                              | CV       | CS       |
|---|----------|----------|
| <b>Número total de ocorrências</b>      | <b>0</b> | <b>4</b> |
| <b>Espaço: separação</b>                | <b>0</b> | <b>1</b> |
| <b>Qualidade: privação, hostilidade</b> | <b>0</b> | <b>3</b> |

Quadro 31 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *de-* nos séculos XVII e XVIII.

**Espaço: separação**

[...] *que se execute a demarcação geral ordenada por Vossa Excelência* [...] (CS, p. 101, l. 8).

**Qualidade: privação, hostilidade**

[...] *que manda devassar pelo crime de rapto, sedução, aliciação, solicitação e defloramento* [...] (CS, p. 170, l. 65)<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa, página 217.



Conforme os quadros e os exemplos acima, houve um discreto aumento do uso e, conseqüentemente, do grau de gramaticalização, do prefixo *de-* no século XVIII, em relação ao século XVII, sendo necessário pesquisar sincronias posteriores para se observar a continuidade ou não dessa tendência.

Nas poucas ocorrências do prefixo *de-* nos *corpora*, prevalece, como nos demais prefixos analisados até aqui, a noção de qualidade, ao passo que, no século XIV, predominava, para o uso prepositivo de *de*, a acepção espacial, o que apóia a trajetória de mudança semântica apontada pelos localistas, já considerada.

Nos séculos XIX e XX, o uso do *de-* continuou pouco produtivo, pois apenas três vocábulos distintos e duas possibilidades semânticas para esse prefixo foram encontrados. Contudo, houve um acentuado aumento no número de ocorrências, como mostram as tabelas abaixo.

| ACEPÇÃO ( <i>de</i> )        | SÉCULO XIX<br>(LDE) | SÉCULO XX<br>DPN1 (1974-<br>1978). | SÉCULO XX<br>DPN2 (1998-2000) |
|------------------------------|---------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Qualidade: mudança de estado |                     | X                                  |                               |
| Elemento protético           | X                   | X                                  | X                             |

Quadro 32 – Acepções para o prefixo *de-* encontradas nos séculos XVII e XVIII.

| PREFIXO CONTRA               | LDE | DPN1 | DPN2 |
|------------------------------|-----|------|------|
| Número Total de ocorrências  | 6   | 23   | 2    |
| Qualidade: mudança de estado | 0   | 4    | 0    |
| Elemento protético           | 6   | 19   | 2    |

Quadro 33 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *de-* nos séculos XIX e XX.

O total de ocorrências do prefixo *de-* nos séculos XVII e XVIII é de apenas quatro, enquanto que nos séculos XIX e XX, trinta e uma. Assim, nos séculos mais recentes analisados nesta pesquisa, a forma *de-* passou a ser usada com mais freqüência, o que indica um aumento do nível de gramaticalização desse item gramatical. Inclusive, como indica o quadro 33, o prefixo *de-* ocorreu na maioria dos casos como elemento protético, ou seja, não acrescentando ao vocábulo um valor semântico aparente, evidenciando que o item *de-* vem

passando por um acentuado processo de abstratização. Isso atesta a premissa localista de que determinados itens abstratizam-se continuamente com o decorrer do tempo.

Referente à teoria dos protótipos, nota-se que o prefixo *de-* não manifesta nenhuma acepção de cunho espacial nos séculos XIX e XX, ao contrário do que acontece nos séculos XVII e XVIII e no uso preposicional desse elemento no século XIV, quando o uso prototípico de *de-* mostrou-se estar relacionado com a noção espacial, como mostra Poggio (2002), o que apóia o percurso de mudança semântica postulado pelos localistas. A seguir, exemplificam-se algumas ocorrências do prefixo *de-* nos *corpora* dos séculos XIX e XX.

**Espaço:** separação

### Elemento protético

[...] *Joaquim Nagô, denominado na sua terra Allade*<sup>36</sup> [...] (LDE., 6, l. 34 ).

[...] *encanamento é a denominação genérica, encanamento* [...] (DPN1, p. 215, l.753).

[...] *eles costumam usar cueca e que também tem a denominação, aquelas de algodão* [...] (DPN2, p. 3, l. 83)<sup>37</sup>.

Vale acrescentar que o avanço da gramaticalização e, conseqüentemente, ampliação do campo semântico do prefixo *de-* pode ser notado, quando se faz uma comparação entre os séculos XIX e XX. No século XIX, foram apenas uma ocorrência e um tipo de uso, enquanto que no século XX, período de 1974 a 1978, foram 23 ocorrências e dois tipos de uso (como elemento protético e significando ‘mudança de estado’). Esses dados parecem indicar que o português vem manifestando uma tendência de empregar o prefixo derivado da preposição *de* em um número maior de situações comunicativas.

<sup>36</sup> Ferreira (1999) confirma que o prefixo *de-* no vocábulo *denominar* é protético, ou seja, não acrescenta à palavra um valor semântico perceptível.

<sup>37</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa nas páginas 250 e 251.

### 6.1.6 Em- do latim *in*

Conforme Ferreira (1999), o prefixo *em-* deriva-se da preposição latina *in*. Esse prefixo, de acordo com Cunha (1991), documenta-se em vocábulos formados no próprio latim e em muitos outros formados nas línguas modernas. Cunha acrescenta ainda que esse prefixo possui muita vitalidade na língua portuguesa nas acepções de 'movimento para dentro', 'introdução'; 'direção', 'aproximação'; 'passagem para um novo estado', 'feição', 'provimento', 'acondicionamento', 'colocação'; 'cobertura', 'proteção', 'defesa'.

A forma latina, por sua vez, provém do indo-europeu \***endo** 'em', formado do indo-europeu \***en** e da partícula pospositiva **-do**.

O prefixo **in-** era muito produtivo no latim, assim como a sua forma portuguesa *em-* é hoje em dia. Romanelli (1964) lista as várias acepções que o *in-* apresentava no latim:

- 1) Movimento em, sobre, superposição: **immorior** ('morrer em ou sobre').
- 2) Movimento para dentro, penetração: **imbitio** ('entrar em, penetrar').
- 3) Movimento em direção a, para junto de, aproximação: **inigo** ('impelir, conduzir [o gado] para ou em direção a').
- 4) Movimento em direção a, com idéia acessória de hostilidade: **infligo** ('bater contra, lançar contra, ferir').
- 5) Ingresso, entrada em um novo estado: **inaresco** ('tornar seco, secar').
- 6) Movimento para trás, renovação: **instauro** ('renovar, recomeçar, reparar, restaurar').

Vale lembrar que Romanelli (1964) lista as possibilidades semânticas dos prefixos por ordem de antiguidade, ou seja, primeiro ele coloca a acepção mais antiga e depois os sentidos que foram surgindo a partir do uso inicial. Assim, percebe-se que, já no latim, a tese localista pode ser aplicada, pois o prefixo primeiro foi empregado com sentidos espaciais, depois o elemento foi sendo empregado de um modo mais abstrato.

A forma prepositiva *em*, no século XIV, de acordo com Poggio (2002), foi empregada com as noções de espaço, tempo e qualidade. O quadro abaixo confronta os dados do século XIV, pesquisados por Poggio (2002), com os dos séculos XVII e XVIII:

|  | <i>SÉCULO XIV</i> | <i>SÉCULO XVII</i> | <i>SÉCULO XVIII</i> |
|--|-------------------|--------------------|---------------------|
| <i>ACEPÇÃO (EM)</i>                                  | <i>DSG</i>        | <i>CV</i>          | <i>CS</i>           |
| <b>Espaço:</b> direção                               | X                 |                    |                     |
| <b>Espaço:</b> localização                           | X                 | X                  | X                   |
| <b>Espaço:</b> situação intermédia                   | X                 |                    |                     |
| <b>Espaço:</b> cobertura, ocultação                  |                   | X                  | X                   |
| <b>Espaço:</b> movimento para dentro                 |                   | X                  | X                   |
| <b>Espaço:</b> destinação, movimento em direção a    |                   |                    | X                   |
| <b>Tempo:</b> localização                            | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade:</b> lugar abstrato                     | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade:</b> assunto                            | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade:</b> meio                               | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade:</b> causa                              | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade:</b> modo                               | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade:</b> fim                                | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade:</b> mudança de estado ou de situação   |                   | X                  | X                   |
| <b>Qualidade:</b> cobertura, ocultação               |                   | X                  |                     |
| <b>Qualidade:</b> provimento (lugar abstrato)        |                   | X                  |                     |
| <b>Qualidade:</b> destinação, movimento em direção a |                   | X                  |                     |
| <b>Qualidade:</b> movimento para dentro              |                   |                    | X                   |

Quadro 34 - Comparação da preposição *em* (séc. XIV) com o prefixo *em-* (séc. XVII e XVIII).

Nessa comparação, percebe-se que, por um lado, usando a terminologia da teoria da gramaticalização, há um esvaziamento de sentido quando a preposição *em* se gramaticaliza como prefixo, pois o prefixo *em-* deixa de manifestar algumas acepções mais concretas de espaço, presentes na preposição *em*. A escala localista PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE é, assim, aplicável, pois, tanto no século XVII como no XVIII, noções de qualidade e de espaço coexistem, prevalecendo a primeira. É digno de nota que a noção temporal, presente na preposição *em*, não se mantém, quando ocorre a morfologização.

Em contrapartida, novas acepções aparecem na forma prefixal, como a noção qualitativa de 'mudança de estado' e a noção espacial de 'movimento para dentro'. É digno de nota também que as acepções do prefixo *em-* nos séculos XVII e XVIII são semelhantes às encontradas no latim, de acordo com os dados de Romanelli (1964), o que confirma a

observação de Martelotta (2003a) de que há transformações que ocorrem em todos os tempos e lugares, constatação que vai de encontro à visão tradicional de que a mudança está associada exclusivamente à sucessão temporal.

A seguir, exemplificam-se as ocorrências do prefixo *em-* nos *corpora* selecionados.

**Espaço:** localização

[...] e *encostadas a elas se começaram a arrastar as canoas por um despenhadeiro de água* [...] (CV, p. 363, l. 641).

[...] *com vacas e bois alheios amarrados e enrabado ao rabo de um cavalo* [...] (CS, p. 225, l. 164).

**Espaço:** cobertura, ocultação

*O modo de criação é enterrarem os ovos, que cada uma põe em número de oitenta até cem, e cobertos com a mesma areia os deixam ao sol e à natureza* [...] (CV, p. 355, l. 382).

[...] *além de outras que levava empalhadas* [...] (CS, p. 225, l. 165).

**Espaço:** movimento para dentro

[...] *e os missionários se foram embarcar todos* [...] (CV, p. 271, l. 147).

[...] *e como o suplicante estava muito longe procurou este porto para embarcar nele* [...] (CS, p. 73, l. 7).

**Espaço:** movimento em direção a, destinação

[...] *o mandei retirar e se encaminha a curar-se do que muito necessita* [...] (CS, p. 117, l. 6).

**Qualidade:** mudança de estado ou de situação

[...] *e, se os cabelos **em**branquecem na sepultura [...]* (CV, p. 516, l. 1460).

[...] receitei e **en**grandeci quanto pude a grande obrigação [...]

 (CV, p. 312, l. 165).

[...] *se **en**fureceu o juiz que respondeu ao dito depositário [...]* (CS, p. 170, l. 58).

**Qualidade :** cobertura, ocultação

[...] *com esta dissimulação se **en**cobriam melhor os meus intentos [...]* (CV, p. 272, l. 164).

[...] e qualidades de bom rei, que até agora estiveram **en**cobertas e depois se descobriram [...]  
(CV, p. 506, l. 1175).

**Qualidade:** provimento (lugar abstrato)

[...] *lhe quiseram **en**carregar o ofício de pai dos cristãos [...]* (CV, p. 277, l. 319).

[...] ***en**carreguei ao tenente coronel Francisco Félix da factura da dita mastreação [...]* (CS, p. 94, l. 5).

**Qualidade :** movimento em direção a, destinação

[...] *tendo Portugal obrigação de justiça de as **en**caminhar para o Céu, que vingança pedirão a Deus* (CV, p. 451, l. 246)?

**Qualidade:** movimento para dentro

Joana Maria da *Encarnação*, viúva, tem quatro filhos solteiros [...] (CS, p. 61, l. 3)<sup>38</sup>.

Nas duas sincronias pesquisadas, séculos XVII e XVIII, o sentido predominante do prefixo *em-* é o qualitativo, principalmente, na acepção de 'mudança de estado', como se pode perceber, analisando o quadro abaixo:

|  | CV        | CS        |
|--|-----------|-----------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>                   | <b>73</b> | <b>34</b> |
| <b>Espaço: localização</b>                           | 1         | 1         |
| <b>Espaço: cobertura, ocultação</b>                  | 5         | 1         |
| <b>Espaço: movimento para dentro</b>                 | 28        | 14        |
| <b>Espaço: movimento em direção a, destinação</b>    | 0         | 2         |
| <b>Qualidade: mudança de estado ou de situação</b>   | 24        | 9         |
| <b>Qualidade: cobertura, ocultação</b>               | 6         | 1         |
| <b>Qualidade: provimento (lugar abstrato)</b>        | 8         | 5         |
| <b>Qualidade: movimento em direção a, destinação</b> | 1         | 0         |
| <b>Qualidade: movimento para dentro</b>              | 0         | 1         |

Quadro 35 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *em-* nos séculos XVII e XVIII.

Pelos dados acima, não parece ter havido um acentuado processo de gramaticalização do século XVII para o XVIII. As possibilidades semânticas são semelhantes nos dois períodos para o prefixo *em-*. Contudo, ao contrário do esperado, registrou-se uma maior ocorrência desse prefixo no século XVII, em relação ao século XVIII<sup>39</sup>, o que pode ser explicado em parte pela diferença quantitativa entre os *corpora* das duas sincronias, bem como pelas demais diferenças apontadas no item 5.1.3.

Os dados acrescentados nesta pesquisa dos séculos XIX e XX evidenciam a continuidade das tendências observadas nos séculos XVII e XVIII, ou seja, abstratização do prefixo *em-* com a passagem do tempo, refletido na predominância de uso do *em-* com acepções mais abstratas, em detrimento das acepções de espaço e de tempo. O quadro comparativo a seguir retrata as possibilidades encontradas:

<sup>38</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa, páginas 218 a 224.

<sup>39</sup> Ver nota 28 na página 125.

| <b>ACEPÇÃO (<i>em</i>)</b>               | <b>SÉCULO XIX<br/>(LDE)</b> | <b>SÉCULO XX<br/>DPN1 (1974-<br/>1978).</b> | <b>SÉCULO XX<br/>DPN2 (1998-2000)</b> |
|--|-----------------------------|---|---------------------------------------|
| <b>Espaço:</b> movimento para dentro     | X                           | X   | X                                     |
| <b>Espaço:</b> cobertura, ocultação      | X                           | X   |                                       |
| <b>Espaço:</b> movimento em direção a    |                             | X   |                                       |
| <b>Espaço:</b> localização               |                             | X   |                                       |
| <b>Qualidade:</b> provimento             | X                           | X   |                                       |
| <b>Qualidade:</b> mudança de estado      | X                           | X   | X                                     |
| <b>Qualidade:</b> confrontação           | X                           |   |                                       |
| <b>Qualidade:</b> movimento em direção a |                             |   | X                                     |

Quadro 36 – Acepções do prefixo *em-* encontradas nos séculos XIX e XX.

Assim como nos séculos XVII e XVIII, há uma diversificação de uso do prefixo *em-* também nos séculos XIX e XX, já que o elemento em questão apresenta tanto acepções espaciais como de qualidade. Especificamente entre os séculos XIX e XX, não houve maiores diferenças, principalmente quanto ao número de acepções manifestadas pelo prefixo. Novamente, portanto, confirma-se a escala localista ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE. O uso de *em-*, na contemporaneidade, apresentando sentidos de qualidade tende a predominar, pois nos diálogos do século XX, realizados no período entre 1998 e 2000, os mais recentes, a única acepção espacial que o prefixo apresentou foi a de ‘movimento para dentro’. As demais foram acepções qualitativas.

O quadro a seguir apresenta o número de ocorrências de *em-* nos *corpora* representativos dos séculos XIX e XX:



|  | <i>DLE</i> | <i>DPN1</i> | <i>DPN2</i> |
|--|------------|-------------|-------------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>                   | <b>38</b>  | <b>54</b>   | <b>33</b>   |
| <b>Espaço: localização</b>                           | 0          | 1           |             |
| <b>Espaço: cobertura, ocultação</b>                  | 10         | 2           |             |
| <b>Espaço: movimento para dentro</b>                 | 3          | 12          | 1           |
| <b>Espaço: movimento em direção a, destinação</b>    | 0          | 1           |             |
| <b>Qualidade: mudança de estado ou de situação</b>   | 6          | 27          | 29          |
| <b>Qualidade: cobertura, ocultação</b>               | 0          | 0           |             |
| <b>Qualidade: provimento (lugar abstrato)</b>        | 15         | 11          |             |
| <b>Qualidade: movimento em direção a, destinação</b> | 0          | 0           | 3           |
| <b>Qualidade: movimento para dentro</b>              | 0          | 0           |             |
| <b>Qualidade: confrontação, hostilidade</b>          | 4          |             |             |

Quadro 37 – Quantitativo das ocorrências do prefixo *em-* nos séculos XIX e XX.

O quadro 35 mostrou que, nos séculos XVII e XVIII, a noção de qualidade, especialmente na acepção de ‘mudança de estado’, é a predominante, conforme foi mencionado. Esse fato repetiu-se nos séculos XIX e XX, como destaca o quadro acima, e de um modo ainda mais marcante. Nos séculos XVII e XVIII, as acepções qualitativas representaram 54% do total. Já nos séculos XIX e XX, as acepções de qualidade passaram a responder, em média, por 76% das ocorrências. Concentrando a observação no período mais próximo da atualidade analisado, o de 1998 a 2000, essa porcentagem sobe para 88%. Pode-se postular, a partir desses dados e de acordo com a teoria da gramaticalização, que o prefixo *em-* vem se esvaziando semanticamente com o decorrer do tempo, passando a ser usado em contextos mais abstratos. Dentre as acepções de qualidade, a noção de ‘mudança de estado ou de situação’ mostrou ser a mais freqüente, principalmente no século XX.

Exemplificam-se abaixo ocorrências de *em-* em todas as acepções registradas nos *corpora*.

**Espaço: movimento para dentro**

[...] *tanto que foi acompanhado de muitos quando se foi embarcar* [...] (LDE, p. 73, l. 3102).

[...] *ele pode fazer o transbordo de mercadorias para embarcações* [...] (DPN1, p. 35, l. 406).

[...] *porque muito folgada, ela embola e fica muito pano embaixo da calça* [...] (DPN2, p. 88, l. 203).

**Espaço:** cobertura, ocultação

[...] *onze taboas escriptas e três dita sem estarem, e outras espedaçadas achadas **enterradas*** (DLE, p. 5, l. 23).

[...] *o botão é desabotoado e a manga é **enrolada*** [...] (DPN1, p. 247, l. 409).

**Espaço:** movimento em direção a, destinação

[...] *as construções para facilitar o **encaminhamento** do produto para o exterior* [...] (DPN1, p. 261, l. 70).

**Espaço:** localização, aproximação

[...] *ele voltou, ligou o carro, estacionou, **encostou*** [...] (DPN1, p. 123, l. 660).

**Qualidade:** provimento

[...] ***encarregou-lhe** que bem e verdadeiramente dependesse a todos os seus como curador* [...] (LDE, p. 10, l. 256).

[...] *quem é o **encarregado** dessa fiscalização?* (DPN1, p. 38, l. 554).

**Qualidade:** mudança de estado ou de situação

[...] *o tal dito negro lhe **encasquetou** que era feitício* [...] (LDE, p. 23, l. 913).

*Como todo carro nacional, acredito que ele vai **enferrujar** cedo, porque agora todos eles estão **enferrujando*** [...] (DPN1, p. 26, l. 129,130).

[...] *objetos que a mulher pode utilizar pra embelezar o rosto* [...] (DPN2, p. 94, l. 544).

**Qualidade** : confrontação

[...] *como é que você encarava as... as surras* [...] (DPN2, p. 76, l. 68)?

**Qualidade** : movimento em direção a, destinação

[...] *é a possibilidade de encaminhar, ou discutir uma nova forma de transmitir determinado conhecimento* [...] (DPN2, p. 62, l. 465)<sup>40</sup>.

Considerando os dados apresentados por Poggio (2002) e os desta pesquisa e aplicando a Teoria dos Protótipos, pode-se afirmar que o item *em-* apresenta como sentido prototípico, ou seja, aquele que se mantém através dos séculos, a noção de ‘interioridade’, que pode ser percebido mesmo nos usos mais abstratos desse elemento.

### 6.1.7 Inter- do latim inter

Cunha (1991) esclarece que o prefixo *inter-* deriva-se do latim *inter-*, onde funcionava como preposição e como advérbio. No latim, essa forma tinha o sentido de 'entre, no meio de', que já se documentava nessa língua na formação de verbos (*interdicere*), substantivos (*intercolumnium*) e adjetivos (*intercalaris*). Essa forma latina, por sua vez, deriva-se do indo-europeu \***enter**, \***nter** 'no interior de, entre'.

Quanto à evolução formal, no português, apareceu a forma popular e romanceada *entre-*. Cunha (1991) ressalta que, modernamente, prefere-se a forma latina *inter-* na formação de palavras de cunho erudito.

Romanelli (1964) observa que, além da forma *inter-*, no latim aparecia, em algumas palavras, a forma *intel-*, em virtude de assimilação total da líquida final, diante de

---

<sup>40</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa nas páginas 252 a 259

palavras iniciadas por *l*.

Quanto ao aspecto semântico, o prefixo *inter-* aparecia no latim com as seguintes acepções, conforme Romanelli (1964):

- 1) Interposição, espacial e temporal: **intercedo** ('intervir, interpor'); **intercurro** ('correr entre, correr no intervalo').
- 2) Intermitência, alternância, periodicidade: **interaestruo** ('estar inquieto, ter sufocações periodicamente'); **interviso** ('ir ver de vez em quando, visitar').
- 3) Separação, corte ao meio: **intercido** ('cortar pelo meio, abrir'); **interfluo** ('correr entre, atravessar').
- 4) Interrupção, cessação: **interfari** ('interromper, cortar a palavra'); **interloquor** ('cortar a palavra, dizer interrompendo').
- 5) Acabamento, complementação: **interaresco** ('secar inteiramente'); **interbibio** ('beber completamente').
- 6) Destruição, morte: **intereo** ('perder-se, morrer'); **internecio** ('massacre, extermínio').

Como preposição, conforme a pesquisa de Poggio (2002), nos *Diálogos de São Gregório*, a preposição latina *inter* e sua correspondente em português *entre* aparecem apenas no sentido de base 'espaço: situação intermédia', como no exemplo abaixo:

[...] *cumque subito oculos ad vestimentum suum **inter** extensa brachia reduxissit*  
*E parando el mentes ao manto que tiinha **antr'** os braços*

Nos *corpora* ora analisados, dentre os vocábulos recolhidos, foi encontrado o prefixo *inter-* apenas em formações originárias do latim, o que parece evidenciar que o processo de prefixação com o *inter*, até o século XVIII, não era produtivo na língua portuguesa, apesar do uso freqüente da preposição *entre*.

Nas poucas palavras registradas nos *corpora*, nas quais ainda é possível perceber a noção de prefixação, encontraram-se apenas acepções mais abstratas, de qualidade para o prefixo *inter-*. Assim, o *continuum* **Espaço > Tempo > Qualidade** é percebido nos séculos analisados, pois, de um uso inicialmente concreto, espacial, presente na preposição *inter*, documentada no século XIV, conforme os dados de Poggio (2002), o prefixo *inter-* passou a ser empregado com sentidos mais abstratos, conforme a análise dos séculos XVII e XVIII ilustrou.

Os quadros e os exemplos abaixo apresentam os dados encontrados:

|  | SÉCULO XIV       | SÉCULO XVII  | SÉCULO XVIII |
|--|------------------|--------------|--------------|
| ACEPÇÃO ( <i>inter</i> )               | DSG (PREPOSIÇÃO) | CV (PREFIXO) | CS (PREFIXO) |
| Espaço: situação intermédia            | X                |              |              |
| Qualidade: situação intermédia         |                  | X            | X            |
| Qualidade: fim, acabamento, completude |                  |              | X            |

Quadro 38 - Comparação da preposição *inter* (séc. XIV) com o prefixo *inter-* (séc. XVII e XVIII).

| PREFIXO INTER                          | CV | CS |
|--|----|----|
| Número Total de ocorrências            | 5  | 3  |
| Qualidade: situação intermédia         | 4  | 3  |
| Qualidade: fim, acabamento, completude | 1  | 0  |

Quadro 39 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *inter-* nos séculos XVII e XVIII.

**Qualidade:** situação intermédia (lugar abstrato)

[...] *nem por si, nem por **inter**posta pessoa [...]* (CV, p. 302, l. 171).

[...] *ou por **inter**posta pessoa fizesse alguma sinistra queixa [...]* (CS, p. 180, l. 52).

**Qualidade:** fim, acabamento, completude

[...] *e que, se esta amizade e obediência se quebrou e **inter**rompeu, fora por parte dos portugueses [...]* (CV, p. 543, l. 456)<sup>41</sup>.

Nas poucas ocorrências do prefixo *inter-* nos *corpora*, prevalece, como nos demais prefixos analisados até aqui, a noção de qualidade, especificamente na acepção de situação intermédia (espaço abstrato), ao passo que, no século XIV, predominava, para o uso prepositivo de *inter*, a acepção espacial, o que apóia a trajetória de mudança semântica apontada pelos localistas, já considerada.

A pesquisa dos séculos XIX e XX mostra um aumento considerável da

<sup>41</sup> Para mais exemplos, consultar a segunda parte desta pesquisa, páginas 224 e 225.

frequência de uso de *inter-*. O número de possibilidades semânticas, em comparação com o observado nos séculos XVII e XVIII, também aumenta, de acordo com o descrito no quadro abaixo.

| <b>ACEPÇÃO (<i>inter</i>)</b>                 | <b>SÉCULO XIX (LDE)</b> | <b>SÉCULO XX DPN1 (1974-1978).</b> | <b>SÉCULO XX DPN2 (1998-2000)</b> |
|---|-------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Espaço:</b> situação intermédia            |                         | X                                  | X                                 |
| <b>Tempo:</b> interposição                    |                         | X                                  |                                   |
| <b>Qualidade:</b> situação intermédia         | X                       |                                    |                                   |
| <b>Qualidade:</b> interposição, mediação      | X                       | X                                  | X                                 |
| <b>Qualidade:</b> fim, acabamento, completude |                         | X                                  |                                   |

Quadro 40 – Acepções do prefixo *inter-* encontradas nos séculos XIX e XX.

Esse quadro confirma a ampliação do campo semântico por que vem passando o item em análise. *Inter-* apresenta-se em cinco diferentes tipos de uso, predominando as acepções de qualidade. Como mostra o quadro 38, nos séculos XVII e XVIII, foi encontrado o prefixo *inter-* em apenas dois sentidos diferentes. Observa-se, também, que, do século XIX para o XX, *inter-* diversifica-se ainda mais, no que se refere às nuances semânticas. Portanto, a teoria localista, adotada pelos estudiosos da gramaticalização, é mais uma vez ratificada.

O quadro quantitativo de *inter-* referente aos séculos XIX e XX permite fazer ainda uma breve aplicação da teoria dos protótipos em sua versão padrão:

| <b>PREFIXO INTER</b>                          | <b>DLE</b> | <b>NURC1</b> | <b>NURC2</b> |
|---|------------|--------------|--------------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>            | <b>29</b>  | <b>17</b>    | <b>6</b>     |
| <b>Espaço:</b> situação intermédia            | <b>0</b>   | <b>4</b>     | <b>1</b>     |
| <b>Tempo:</b> interposição                    | <b>0</b>   | <b>1</b>     |              |
| <b>Qualidade:</b> situação intermédia         | <b>1</b>   | <b>0</b>     |              |
| <b>Qualidade:</b> fim, acabamento, completude | <b>1</b>   | <b>2</b>     |              |
| <b>Qualidade:</b> interposição, mediação      | <b>28</b>  | <b>10</b>    | <b>5</b>     |

Quadro 41 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *inter-* nos séculos XIX e XX.

Como visto acima, a acepção qualitativa de ‘interposição, mediação’ predomina tanto no século XIX como nos dois períodos analisados do século XX. Tem havido uma tendência para manutenção da noção de qualidade como a mais destacada para o prefixo *inter*

pelo menos desde o século XVII, como mostra o quadro 38.

Considerando as ocorrências do prefixo *inter-* do século XVII ao XX, percebe-se que, mesmo nas acepções mais abstratas, está sempre presente o sentido de ‘situação intermédia’, sendo esse, portanto, o seu sentido prototípico.

A exemplificação abaixo e a segunda parte desta pesquisa mostra que nos séculos XIX e XX aumenta, em relação aos séculos XVII e XVIII, o número de vocábulos diferentes, em que o prefixo *inter-* se faz presente.

**Espaço:** situação intermédia

[...] *agora, os colarinhos têm uma **entretela** [...]* (DPN1, p. 246, l. 357).

[...] *o colete era uma peça **intermediária** entre o paletó e a camisa [...]* (DPN2, p. 39, l. 157).

**Tempo:** interposição

[...] *fazemos assim, **entremeando**, galinha, peixe, mariscos [...]* (DPN1, p., l.).

**Qualidade:** situação intermédia (lugar abstrato)

[...] *esta presente certidão que vai limpa sem **interlinha** [...]* (LDE, p. 31, l. 1378).

**Qualidade:** interposição, mediação, ação entre

[...] *mandou o dito juiz vir a sua presença os negros seguintes, e fazendo os **interrogatórios**, deram as respostas seguintes [...]* (DLE, p. 6, l. 41).

[...] **intercâmbio**, também, cultural dos interesses de classe [...]

 (DPN1, p. 217, l. 62).

[...] *sob o ponto de vista comercial, mas também de **interajuda**, aquela aliança [...]* (DPN1, p. 263, l. 177).

[...] *as pessoas tem o poder de **intervir** [...]* (DPN2, p. 80, l. 288).

**Qualidade** : fim, acabamento, completude

[...] *desenho de faixa contínua ou **interrompida** [...]* (DPN1, p. 37, l. 511)<sup>42</sup>.

Nos séculos XVII e XVIII, foram encontrados apenas dois vocábulos diferentes contendo o prefixo *inter*: *intervir* e *interpor*. Já nos séculos XIX e XX, esse número aumentou para 13: *interrogar*, *interpor*, *interlocutório*, *entretela*, *interromper*, *intermediário*, *entrevista*, *internacional*, *intercâmbio*, *interajuda* e *intervir*, em um total de 52 ocorrências. Inclusive uma dessas ocorrências, *interajuda*, é um neologismo, não estando ainda dicionarizada, pelo menos nos dicionários consultados. Essa estatística confirma a diversificação de uso e, conseqüentemente, a abstratização por que vem passando o *inter-* no decorrer do tempo, o que dá apoio à teoria da gramaticalização, em seu aspecto semântico, que é, em parte, contemplada pela teoria localista.

### 6.1.8 *Per/por* do latim *per/pro*

Conforme Ferreira (1999), *per-* provém do latim *per* e tem as acepções de 'movimento através', 'proximidade', 'intensidade', 'totalidade'. Segundo Romanelli (1964), o *per* latino deriva-se do indo-europeu \***per**, \***peri** 'passar para o outro lado, passar além', que era, portanto, um antigo locativo.

Romanelli (1964) lista sete sentidos que o *per-* assumia no latim:

- 1) Movimento através de um meio, travessia: **percurro** ('percorrer'); **perfuro** ('perfurar').
- 2) Duração, continuidade: **pernocto** ('passar a noite, pernoitar'); **perpes** ('ininterrupto, perpétuo').
- 3) Movimento de ponta a ponta, do princípio ao fim: **perfodio** ('perfurar de um

---

<sup>42</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa nas páginas 259 a 262



- lado a outro'; **perlogo** ('ler do princípio ao fim').
- 4) Acabamento, complementação, donde plenitude, perfeição: **persano** ('curar completamente'); **pertendo** ('acabar, concluir, cumprir').
- 5) Movimento omnilateral: **peragito** ('agitar em todos os sentidos'); **persono** ('ressoar por toda parte').
- 6) desvio, donde, degradação, destruição, morte: **perfidus** ('pérfido, que falta à sua palavra, que viola a fé'); **perimo** ('destruir, aniquilar, matar).
- 7) reforço, intensidade: **persentio** ('sentir profundamente'); **perlongus** ('muito comprido').

Note-se que, como no caso dos prefixos anteriormente analisados, de um sentido concreto, espacial, atribuíram-se outras acepções ao prefixo *per-*, indicando que o processo de gramaticalização e conseqüente abstratização desse elemento foi evidente no latim. Em virtude disso, alguns vocábulos latinos com o prefixo *per-* sobreviveram na passagem do latim para o português.

No português, pela análise dos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, pode-se postular que a gramaticalização de *per-* como prefixo no português não é tão produtiva, apesar do uso intenso desse elemento como preposição em variadas acepções, em especial, na forma *por*, como atesta Poggio (2002). Foram encontrados apenas vocábulos formados no latim e que se transferiram para o português, cuja prefixação só é identificável através de estudo etimológico como 'perpetrar', 'perfazer' e 'persuadir', encontrados tanto no século XVII como no XVIII. Nessas palavras transmitidas pelo latim, percebe-se o sentido comum, prototípico de 'acabamento', 'complementação', 'plenitude'. Essa constatação apóia a hipótese bcalista de que os itens lingüísticos tendem a desenvolver um caráter de maior abstração com a passagem do tempo.

O uso do *per-* como prefixo também se mostrou bem pouco produtivo, tanto no século XIX como no XX, registrando-se apenas uma ocorrência no século XX, contrariando a previsão feita na Dissertação de Mestrado intitulada *Prefixos derivados de preposições em textos de língua portuguesa* dos séculos XVII e XVIII, primeira etapa do presente trabalho. Apresenta-se abaixo essa ocorrência:

**Espaço:** movimento através de um meio, travessia

[...] *começa a descoberta com os poços, com os perfuradores, não é com a refinaria [...]*

(DPN1, p. 260, l. 68).

O reduzido número de ocorrências nos *corpora* não permite comentários mais aprofundados sobre o uso de *per-* nos séculos pesquisados, mas é digno de nota que no único vocábulo em que o prefixo *per-* é sincronicamente identificável, destacado acima, ele apresenta, ao contrário do esperado, um sentido espacial, mais concreto, em vez de um sentido qualitativo, abstrato.

### 6.1.9 Pos do latim *post*

Conforme Cunha (1991, p. 625), o prefixo *pos-* deriva-se do latim *post* 'após, depois', documentando-se em vocábulos formados no latim e “em muitos outros introduzidos na linguagem científica internacional, a partir do século XIX”. Conforme Romanelli (1964), a forma latina, por sua vez, deriva-se do indo-europeu \***posti** 'atrás, depois', no qual tinha o sentido de 'atrás, depois'.

As formas que o *post* também podia assumir no latim eram *posti*, *post*, *pos* e *po*.

Quanto ao aspecto semântico, Romanelli (1964) ressalta que o elemento *post-* conservou o sentido da preposição, ou seja, 'posterioridade, posposição'. Mas já era possível observar o cline **Espaço > Tempo**, pois *post* era usado nessas duas acepções no latim.

Como preposição, as formas *após*, *depois* e *empós* nas quais o item **pos** entra como um dos elementos formativos, apresentam a noção de posterioridade, espacial e temporal, como mostra Poggio (2002).

Apesar da ampliação do uso e do campo semântico da preposição *pos*, no latim e no português, observada por Poggio (2002), não foi encontrada nos *corpora* aqui analisados nenhuma ocorrência desse prefixo, nem mesmo em vocábulos formados no latim. Isso parece indicar um baixo grau de gramaticalização de *pos-* em relação à maioria dos prefixos até aqui considerados, pelo menos até o século XVIII.

Em períodos mais recentes, o *pos* como prefixo ocorre, principalmente no segundo período do século XX abordado nesta pesquisa (1998-2000), evidenciando um avanço da gramaticalização e ampliação do campo semântico desse elemento. O quadro a seguir compara os séculos XIX e XX com os dados do século XIV, de Poggio (2002).

| ACEPÇÃO<br>(POST)                               | SÉCULO XIV          | SÉCULO<br>XIX    | SÉCULO XX<br>(1974-1978) | SÉCULO XX<br>(1998-2000) |
|---|---------------------|------------------|--------------------------|--------------------------|
|   | DSG<br>(PREPOSIÇÃO) | DLE<br>(PREFIXO) | DPN1(PREFIXO)            | DPN2(PREFIXO)            |
| Espaço:<br>situação<br>posterior,<br>posposição | X                   |                  | X                        |                          |
| Tempo:<br>posterioridade                        | X                   |                  |                          | X                        |

Quadro 42 – Comparação da preposição *pos* (após, depois) com o prefixo *pos*.

Nota-se que *pos-*, no século XIX, ainda não aparece. Já no século XX, as acepções encontradas são semelhantes às verificadas no século XIV para a preposição *pos*. Sentidos mais abstratos, portanto, não foram encontrados, mesmo em *corpus* mais recente. Pode-se apenas confirmar a mudança **Espaço>Tempo**, ou seja, a partir de um uso inicialmente espacial, *pos* passou a ser empregado também com valor temporal, fato que foi observado tanto no século XIV como no XX. Portanto, no caso do item *pos*, a mudança **preposição>prefixo** não provocou sensíveis mudanças de sentido nesse elemento.

Destaca-se, em seqüência, o quadro quantitativo e algumas ocorrências do prefixo nos *corpora* do século XX.

| PREFIXO POS                        | DLE      | DPN1     | DPN2     |
|------------------------------------|----------|----------|----------|
| <b>Número Total de ocorrências</b> | <b>0</b> | <b>1</b> | <b>4</b> |
| <b>Espaço: posposição</b>          | <b>0</b> | <b>1</b> | <b>0</b> |
| <b>Tempo: posterioridade</b>       | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>4</b> |

Quadro 43 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *pos-* nos séculos XIX e XX.

**Espaço: posposição**

[...] *a lapela é uma tira de pano **pos**pontada que acompanha o comprimento do bolso [...]*  
(DPN1, p. 249, l. 498).

### **Tempo**: posterioridade

[...] *recém-nascido está se adequando ao clima, a um ambiente pós-parto* [...] (DPN2, p. 9, l. 263)<sup>43</sup>.

Os dados acima mostram que o sentido prototípico para o prefixo *pos-* está relacionado com a noção temporal de posterioridade. O mesmo ocorre com a preposição *após/depois* no século XIV, conforme Poggio (2002).

#### **6.1.10 Sem do latim sine**

A forma portuguesa *sem* deriva-se da preposição latina *sine*. Romanelli (1964) não inclui *sine* entre os prefixos latinos, indicando que esse item não tinha tal uso no latim.

Poggio (2002), analisando *corpus* do século XIV encontrou a preposição *sem*, nas noções básicas de Espaço, Tempo e Qualidade. Nessas três noções está presente a acepção básica de 'exclusão'. A maior ocorrência foi na noção de qualidade (exclusão), sendo esse, portanto, no período pesquisado, o sentido prototípico da preposição *sem*. Contudo, Poggio (2002) não encontrou *sem* como prefixo.

As *Cartas de Vieira* (século XVII) e as *Cartas baianas setecentistas* também não apresentam o **sem** prefixo. Contudo, nas *Cartas baianas setecentistas*, aparecem duas ocorrências do *sem* como preposição que se achou interessante registrar:

[...] *e desta sorte andam publicamente furtando pellos pastos alheyos cadaves que quer em sem vergonha do mundo armados com armas de fogo* [...] (CS, p. 237, l. 602).

[...] *e todos estes sam unidos nos furtos que fazem aonde os vam dispor de huma parte para sem vergonha nem termo de Deos e da justiças* [...] (CS, p. 223, l. 83).

---

<sup>43</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa na página 263.

Parece que construções como essas antecederam o uso do prefixo *sem-*, como no derivado *sem-vergonha*, de uso freqüente na contemporaneidade, especialmente na oralidade.

Também não se registrou esse prefixo nos *corpora* dos séculos XIX e XX considerados neste trabalho. Mesmo assim, é razoável supor que o português contemporâneo esteja recorrendo ao elemento formativo *sem* com alguma freqüência, como atestam as palavras *sem-terra*, *sem-família* etc, muito comuns no cotidiano atual.

### 6.1.11 Sobre do latim *super*

A forma portuguesa *sobre* provém do latim *super* 'por cima de, em cima de, sobre, a mais, além de' e documenta-se, conforme Cunha (1991), em vocábulos eruditos formados no latim e em outros formados nas línguas modernas.

Romanelli (1964) informa que o prefixo latino *super-*, por sua vez, provém do itálico **\*supero-**, comparativo do itálico **\*sup-**, do indo-europeu **\*s-up**, com um sufixo indo europeu *-ero-* que, como *-tero-*, marca a oposição entre duas noções.

Quanto ao aspecto semântico, Romanelli lista três possibilidades de sentido que o *super-* podia ter no latim:

- 1) Superposição: **superpono** ('por sobre, sobrepor, por acima').
- 2) Abundância, demasia, donde superfluidade: **supérfluo** ('transbordar, ser supérfluo').
- 3) Transposição, superação, movimento para além: **supercurro** ('exceder em velocidade, ultrapassar').

De acordo com as informações de Romanelli (1964), parece que o prefixo *super-* não estava tão gramaticalizado, pois era usado, na maioria dos casos, em acepções espaciais. Sentidos mais abstratos ainda não tinham se desenvolvido.

Como preposição, Poggio (2002) listou apenas as noções de espaço (situação superior) e de qualidade (lugar abstrato), o que indica o baixo grau de gramaticalização desse item prepositivo, pelo menos até o português arcaico.

O quadro abaixo confronta os dados do século XIV relativos à preposição *sobre*, com os dos séculos XVII e XVIII relativos ao prefixo *sobre-*.

|   | <i>SÉCULO XIV</i> | <i>SÉCULO XVII</i> | <i>SÉCULO XVIII</i> |
|---|-------------------|--------------------|---------------------|
| <b><i>SOBRE DO LATIM SUPER</i></b>              | <b><i>DSG</i></b> | <b><i>CV</i></b>   | <b><i>CS</i></b>    |
| <b>Espaço</b> : situação superior               | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade</b> : assunto                      | X                 |                    |                     |
| <b>Qualidade</b> : além de, que ultrapassa.     |                   | X                  |                     |
| <b>Qualidade</b> : valor anafórico              |                   | X                  | X                   |
| <b>Qualidade</b> : alvo de uma ação ou fenômeno |                   | X                  |                     |
| <b>Qualidade</b> : identificação, destinação    |                   | X                  |                     |
| <b>Qualidade</b> : abundância, demasia          |                   | X                  |                     |
| <b>Qualidade</b> : posposição (lugar abstrato)  |                   | X                  |                     |
| <b>Qualidade</b> : situação superior            |                   | X                  |                     |

Quadro 44 - Comparação da preposição *sobre* (séc. XIV) com o prefixo *sobre-* (séc. XVII e XVIII).

O quadro acima demonstra que a mudança **preposição>prefixo** provoca a abstratização do elemento em consideração. *Sobre-* foi encontrado como prefixo nos dois séculos analisados predominantemente em acepções mais abstratas e não nas acepções mais concretas de espaço e tempo, como mostram os exemplos a seguir:

**Espaço**: situação superior

[...] *tinha muito cabelo nas **sobrancelhas*** [...] (CV, p. 476, l. 224).

**Qualidade**: valor anafórico (espaço abstrato)

*O remédio é haver bastante número dos **sobreditos** religiosos* [...] (CV, p. 299, l. 961).

[...] *algumas violências daqueles malfetores e além dos **sobreditos** acima* [...] (CS, p. 224, l. 130).

**Qualidade** : alvo de uma ação ou fenômeno

*Indo assim todas na mesma volta, **sobreveio** a noite [...]* (CV, p. 308, l. 27).

**Qualidade** : identificação, destinação

*[...] e, posto que o lugar dentre estas ilhas é tão infestado de todo o gênero de corsários, e os mesmos moradores das Canárias o poderiam ser nossos, pois vínhamos em caravela, que era **sobrescrito** de sermos portugueses [...]* (p. 309, l. 64).

**Qualidade** : abundância, demasia

*[...] quando me via chegar a salvamento ao Maranhão, era com grandíssimo **sobressalto** [...]* (CV, p. 315, l. 244).

**Qualidade** : posposição (lugar abstrato)

*[...] e os nomes dos santos, e os **sobrenomes** de Barreira [...]* (CV, p. 287, l. 60).

**Qualidade** : posição acima

*Foi logo lume **sobrenatural**, profético e divino [...]* (CV, p. 482, l. 389)<sup>44</sup>.

Esses exemplos, portanto, confirmam o princípio localista de que a frequência de uso provoca uma crescente abstratização do item que se gramaticaliza.

O quadro comparativo abaixo mostra a ocorrência do prefixo nos dois séculos analisados:

---

<sup>44</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa, páginas 225 a 227.

|   | CV        | CS       |
|---|-----------|----------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>                  | <b>18</b> | <b>4</b> |
| <b>Espaço: situação superior</b>                    | 1         |          |
| <b>Qualidade: valor anafórico (espaço abstrato)</b> | 8         | 4        |
| <b>Qualidade: alvo de uma ação ou fenômeno</b>      | 4         |          |
| <b>Qualidade: identificação, destinação</b>         | 1         |          |
| <b>Qualidade: abundância, demasia</b>               | 2         |          |
| <b>Qualidade: posposição (lugar abstrato)</b>       | 1         |          |
| <b>Qualidade: posição acima</b>                     | 1         |          |

Quadro 45 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *sobre-* nos séculos XVII e XVIII.

Os dados do *corpus* referentes ao prefixo *sobre-*, mostrados acima, apóiam os pressupostos localistas, pois, como já mencionado, a maioria das ocorrências de *sobre-*, nos séculos XVII e XVIII, apresenta noções mais abstratas, apesar do uso predominantemente espacial da preposição *sobre* observado no século XIV, conforme Poggio (2002). Percebe-se, assim, o percurso semântico de *sobre-* de um uso inicialmente mais concreto para usos mais abstratos, de qualidade, segundo o percurso proposto pelos localistas PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE> ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE.

Pode-se aplicar também ao prefixo *sobre-* a escala proposta por Traugott e Heine (1991) ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO pois, a partir de um uso concreto, espacial, esse elemento passou a apresentar um valor textual, conforme destacam os exemplos citados antes, retirados dos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, ou seja, o prefixo *sobre-* passou a ser empregado como um recurso coesivo no texto (valor anafórico).

É importante observar, contudo, que, ao contrário do esperado, *sobre-*, no século XVII mostrou-se bem mais freqüente (uma diferença de mais de 300%) e apresentou-se em um número maior de acepções, ou seja, mostrou-se mais gramaticalizado, do que no século XVIII. Dados como esses parecem mostrar que, nem sempre, o princípio da unidirecionalidade, que prevê a gramaticalização crescente dos itens lingüísticos com o transcorrer do tempo, tem uma aplicabilidade absoluta.

Dados pesquisados em *corpora* mais recentes confirmam a tendência para uma maior abstratização do item *sobre* com a passagem do tempo. As acepções para esse item nos séculos XIX e XX, principalmente no século XX, são predominantemente relacionadas com sentidos qualitativos, conforme mostrado no quadro abaixo:



|  | <i>SÉCULO XIX</i> | <i>SÉCULO XX</i> | <i>SÉCULO XX</i> |
|--|-------------------|------------------|------------------|
| <i>SOBRE DO LATIM SUPER</i>                        | <i>DLE</i>        | <i>DPN1</i>      | <i>DPN2</i>      |
| <b>Espaço:</b> situação superior                   | X                 | X                | X                |
| <b>Tempo:</b> depois de                            |                   | X                |                  |
| <b>Qualidade:</b> assunto                          |                   |                  |                  |
| <b>Qualidade:</b> acréscimo.                       |                   |                  | X                |
| <b>Qualidade:</b> valor anafórico                  | X                 |                  |                  |
| <b>Qualidade:</b> alvo de uma ação ou fenômeno     |                   |                  |                  |
| <b>Qualidade:</b> identificação, destinação        |                   |                  |                  |
| <b>Qualidade:</b> abundância, demasia              |                   | X                | X                |
| <b>Qualidade:</b> posposição (lugar abstrato)      |                   |                  |                  |
| <b>Qualidade:</b> situação superior, posição acima |                   | X                |                  |

Quadro 46 – Acepções do prefixo *sobre-* encontradas nos séculos XIX e XX.

Atesta-se novamente a aplicabilidade do percurso semântico localista citado anteriormente, pois o quadro acima mostra o predomínio das acepções qualitativas também nos séculos XIX e XX. Do século XIX para o XX, verifica-se o aumento do grau de abstratização e a ampliação do campo semântico de *sobre-*, já que no século XIX foram registrados apenas dois sentidos diferentes para o referido item, enquanto que, no século XX, esse número aumentou para cinco.

A reflexão baseada no quadro e nos exemplos a seguir possibilita aplicar adicionalmente a teoria dos protótipos ao prefixo *sobre-*, em sua utilização mais atual.

|   | <i>DLE</i> | <i>DPN1</i> | <i>DPN2</i> |
|---|------------|-------------|-------------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>                  | <b>4</b>   | <b>17</b>   | <b>15</b>   |
| <b>Espaço:</b> situação superior                    | <b>3</b>   | <b>2</b>    | <b>3</b>    |
| <b>Tempo:</b> depois de                             |            | <b>3</b>    |             |
| <b>Qualidade:</b> valor anafórico (espaço abstrato) | <b>1</b>   |             |             |
| <b>Qualidade:</b> acréscimo                         |            |             | <b>3</b>    |
| <b>Qualidade:</b> abundância, demasia               |            | <b>10</b>   | <b>9</b>    |
| <b>Qualidade:</b> posição acima                     |            | <b>2</b>    |             |

Quadro 47 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *sobre* nos séculos XIX e XX.

**Espaço:** situação superior, posição acima

[...] *Antonio tem seu quarto na **sobreloja** onde elle responde também tem o seu* (DLE, p. 6, l. 78).

[...] *tem aquelas gradezinhas **superpostas** para as janelas [...]* (DPN1, p. 92, l. 215).

[...] *elas fazem as **sobrancelhas** também, elas tiram o excesso de pelo da **sobrancelha** [...]* (DPN2, p. 50, l. 532,533).

**Tempo:** ‘depois de’, ‘em seguida’

[...] *sobremesa, bem por questão de princípio, em geral, nós gostamos sempre de, em primeiro lugar, como **sobremesa**, frutas [...]* (DPN1, p. 191, l. 582).

**Qualidade:** valor anafórico (espaço abstrato)

[...] *nesta **sobredita** Cidade do Salvador [...]* (LDE, p. 19, l. 717).

**Qualidade:** abundância, demasia

[...] *muitos até usam aquelas telas **superpanorâmicas** [...]* (DPN1, p. 55, l. 272).

[...] *you pega um produto que já vende em **supermercado** [...]* (DPN2, p. 10, l. 324).

**Qualidade:** posição acima

[...] *vai ter o produtor, vai ter o **supervisor** [...]* (DPN1, p. 69, l. 806).

[...] *ele atende os doentes, é supervisionado sempre por um professor* [...] (DPN1, p. 166, l. 658).

**Qualidade** : acréscimo

[...] *porque às vezes a formalidade está, sei lá, está e você sobrevive* [...] (DPN2, p. 27, l. 398)<sup>45</sup>.

É apropriado lembrar que o sentido predominante do prefixo *sobre-*, tanto no século XVII como no XVIII, é o de espaço abstrato (valor anafórico). Já no século XX, o item considerado apresenta o sentido de ‘abundância, demasia’ (noção de qualidade) como o mais freqüente. Contudo, mesmo nessas acepções mais abstratas encontrada do século XVII ao XX, percebe-se a presença do sentido básico de ‘superioridade’, sendo esse, portanto, o sentido prototípico, que vem se mantendo ao longo dos séculos para o prefixo *sobre-*

Comparando especificamente os séculos XIX e XX nota-se também um considerável aumento da freqüência de uso e do caráter abstrato de um para o outro. O aumento do número de ocorrências do século XIX para o primeiro período do século XX considerado (1974-1978) é de mais de 300%. E, a despeito de o *corpus* do primeiro período do século XX (1974-2000, DPN1) ser duas vezes maior do que o do segundo período pesquisado (1998-2000, DPN2), o número de ocorrências nesses dois períodos é semelhante, o que talvez permita concluir que, na contemporaneidade, os usuários da língua estejam recorrendo mais ao elemento formativo *sobre-* para constituir derivados.

### 6.1.12 Sub do latim sub

Conforme Cunha (1991), *sub*, do latim *sub-*, deriva-se da preposição *sub* 'sob, no fundo de, abaixo de', documentando-se em vocábulos formados no próprio latim e em vários outros formados nas línguas modernas. Romanelli (1964) atribui ao étimo indo-europeu \***s-up** a origem da forma latina *sub*. O étimo indo-europeu por sua vez, originou-se do indo-europeu

---

<sup>45</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa nas páginas 264 a 266.

**\*upo, \*up**, com um elemento prefixativo *s-*, de origem obscura, talvez o mesmo de *sine* (*s-ine*).

*Sub-* podia aparecer com as seguintes formas no latim, a depender do contexto fonético formado no processo de derivação: *sub-*, *suc-*, *suf-*, *sug-*, *sum-*, *sup-*, *sur-*, *subs-*, *sus-* e *su-*.

Romanelli (1964) lista ainda vários sentidos que o prefixo *sub-* tinha no latim:

- 1) Movimento de baixo para cima, ascensão, elevação: **sublevo** ('levantar, erguer').
- 2) Sotoposição, ação em baixo ou por baixo: **subedo** ('roer por baixo, minar').
- 3) Subordinação, sujeição, submissão: **submitto** ('sujeitar-se, submeter-se').
- 4) Substituição: **substituo** ('por debaixo, substituir').
- 5) Sucessão, reprodução: **succedo** ('tomar o lugar de, suceder').
- 6) Abrandamento, redução, diminuição: **subaccuso** ('acusar levemente'); **subgrandis** ('um tanto grande').
- 7) Ação furtiva, oculta subreptícia: **subausculto** ('escutar secretamente').
- 8) Aproximação, achegamento, vizinhança: **subsequor** ('seguir de perto').

Assim, a tese localista pode ser aplicada no latim, pois várias acepções, a maioria abstrata, desenvolveram-se no latim a partir de um uso espacial.

Como preposição, no português arcaico, Poggio (2002) observa que as formas assumidas por *sub* eram *su*, *so* e *sô*. A forma prepositiva usada no português contemporâneo é *sob*. Os sentidos encontrados para *sub* no século XIV por essa autora foram: o espacial (situação inferior) e o de qualidade (situação inferior).

Nos séculos XVII e XVIII, não foram encontrados vocábulos portugueses em que a presença do prefixo *sub-* é identificável, considerando a atual sincronia do português, o que parece indicar que o português, pelo menos até o século XVIII, pouco recorreu ao prefixo *sub-* para formar novas palavras.

Essa situação mudou sensivelmente nos séculos XIX e XX, pois foram encontrados nesses períodos várias ocorrências de *sub-* tanto com acepções espaciais como com sentidos mais abstratos, conforme destaca o seguinte quadro, que contém também informações semânticas coletadas por Poggio (2002), referente ao uso da preposição *sob* no século XIV:

| <i>SUB DO LATIM SUB</i>                              | <i>SÉCULO XIV</i><br>(preposição) | <i>SÉCULO XIX</i> | <i>SÉCULO XX</i><br>(1974-1978) | <i>SÉCULO XX</i><br>(1998-2000) |
|--|-----------------------------------|-------------------|---------------------------------|---------------------------------|
|  | <i>DSG</i>                        | <i>DLE</i>        | <i>DPN1</i>                     | <i>DPN2</i>                     |
| <b>Espaço:</b> posição inferior                      | X                                 |                   | X                               |                                 |
| <b>Qualidade:</b> movimento para cima                |                                   | X                 |                                 |                                 |
| <b>Qualidade:</b> posição inferior (espaço abstrato) | X                                 | X                 | X                               |                                 |
| <b>Qualidade:</b> falta, deficiência                 |                                   |                   | X                               |                                 |

Quadro 48 - Comparação da preposição *sub* (séc. XIV) com o prefixo *sub-* (séc. XIX e XX).

Assim, o uso mais freqüente de *sub* nos *corpora* dos séculos XIX e XX, em acepções concretas (de espaço) e abstratas (de qualidade) indica que, na contemporaneidade, *sub-* vem passando por um processo mais intenso de gramaticalização e, conseqüentemente, de abstratização, conforme o *cline* localista ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE.

As ocorrências de *sub* são quantificadas e exemplificadas a seguir:

|  | <i>DLE</i> | <i>DPN1</i> | <i>DPN2</i> |
|--|------------|-------------|-------------|
| <b>Número Total de ocorrências</b>                   | <b>23</b>  | <b>12</b>   | <b>0</b>    |
| <b>Espaço:</b> posição inferior                      |            |             | <b>8</b>    |
| <b>Qualidade:</b> posição inferior (espaço abstrato) |            | <b>9</b>    | <b>2</b>    |
| <b>Qualidade:</b> movimento para cima                | <b>13</b>  | <b>0</b>    | <b>0</b>    |
| <b>Qualidade:</b> falta, deficiência                 |            |             | <b>2</b>    |

Quadro 49 - Quantitativo das ocorrências do prefixo *sub* nos séculos XIX e XX.

**Espaço:** posição inferior

*O que é **sub**solo, hoje, em construções modernas? Como é que está essa coisa de **sub**solo?*  
(DPN1, p. 93, l. 245,246)

**Qualidade:** movimento de baixo para cima

[...] *ao toque de Alvorada rompia uma **sub**levação de escravos [...]* (LDE, p.62, l. 2251).

**Qualidade** : posição inferior (espaço abstrato)

[...] *e com outro oficial de justiça companheiro **sub**screvi [...]* (LDE, p. 19, l. 716).

[...] *fora daquelas circunstâncias e fica **sub**entendido que é uma visita de pêsames [...]*  
(DPN1, p. 75, l. 189).

**Qualidade** : falta, deficiência

[...] *está muito ligada à **sub**nutrição, embora a deficiência visual também esteja [...]* (DPN1, p. 274, l. 628)<sup>46</sup>.

Os dados acima confirmam que o uso de *sub-* aumentou significativamente nos séculos XIX e XX, em relação ao que foi verificado nos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, sendo encontrados tanto usos concretos como abstratos desse elemento, o que atesta a ampliação do seu campo semântico.

O sentido prototípico, encontrado através do critério da frequência de uso, é o de 'posição inferior', que foi manifestado, tanto nos usos espaciais como nos de qualidade (espaço abstrato). O uso prepositivo de *sob* também apresenta a acepção 'posição inferior' como a prototípica, ou seja, como aquela que vem se mantendo ao longo dos séculos, como atesta Poggio (2002).

Vale ressaltar que as teorias dos protótipos e localista podem, de um modo geral, ser aplicadas aos casos de prefixos derivados de preposições encontrados nos *corpora* escolhidos.

## 6.2 PROCESSOS, PRINCÍPIOS E GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO RELACIONADOS COM A MUDANÇA PREPOSIÇÃO > PREFIXO

Como se ressaltou no capítulo três, a gramaticalização comprova o caráter não-estático da língua. As línguas estão em constante mudança. Vale lembrar a observação de

---

<sup>46</sup> Para mais exemplos, consultar os anexos desta pesquisa, nas páginas 267 e 268.

Cunha, Costa e Cezário (2003), segundo a qual, há uma incessante criação de novas expressões e de novos arranjos na ordenação vocabular das línguas. A gramaticalização compreende essa trajetória de regularização de elementos lingüísticos, provocada por pressões de uso.

Muitos dos princípios e processos comumente associados ao fenômeno da gramaticalização podem ser vistos no processo de mudança **preposição > prefixo**, como se mostrará nos subitens à frente. A terminologia usada na descrição dos processos de gramaticalização baseia-se principalmente em Castilho (1997). Já os princípios aplicados baseiam-se nas propostas de Hopper (1991) e Castilho (1997). Algumas das postulações de Lehmann (1982 *apud* CASTILHO 1997) serão utilizadas para se aferir, comparativamente, o grau de gramaticalização dos prefixos.

### 6.2.1 Processos de gramaticalização

Uma evidência do aumento do caráter gramatical é quando um item lingüístico perde a mobilidade na sentença, passando a ocorrer em posições mais fixas. Assim, os prefixos, que se acham afixados a uma base lexical, são mais gramaticalizados do que as preposições que lhes deram origem. Nessa mudança, *preposição > prefixo*, vários processos de gramaticalização podem ser distinguidos.

A **sintaticização** expressou-se especialmente através da recategorização sintática, que é a mudança de um item lexical de uma categoria de palavra X para uma categoria de palavra Y. Como demonstraram os dados de Romanelli (1964), desde o latim, nomes e advérbios se recategorizaram como preposição e muitos desses, por sua vez, se tornaram prefixos, através do processo de **morfologização**, que é a criação de formas presas, sejam afixos flexionais, sejam afixos derivacionais. A análise do português dos séculos XVII e XVIII evidenciou a continuidade dos processos de sintaticização e morfologização, pois, além de vocábulos transmitidos pelo latim, foram encontrados vários derivados novos, que não existiam no latim, em especial, com os prefixos *a* e *em*, como *embranquecer*, *enfurecer*, *engrossar*, *amansar*, *avizinhar*, *avivar*, dentre outros. O mesmo aconteceu nos séculos XIX e XX. Nesses séculos, foram encontrados ainda mais vocábulos novos, formados no português, como atestam os exemplos *aquartelar*, *apaixonar*, *enterrar*, *embelezar*, *subsolo* etc. Foram, inclusive, registrados derivados ainda mais recentes, cunhados no século XX, como

*contramão* e pelo menos dois ainda nem dicionarizados: *afrescalhar* e *interajuda*.

Os processos de morfologização, ou seja, a junção de elementos de classes diferentes ou de mesma classe, ocorridos com as preposições citadas nesta pesquisa apresentaram os estágios postulados por Svorou (1993). Inicialmente, preposições e nomes ou preposições e verbos formavam locuções prepositivas, semelhantes a expressões como ‘sem vergonha de’, encontradas nas *Cartas baianas setecentistas*. Esses itens estavam, dessa maneira, enlaçados (*embraced*). Com a continuidade da mudança, os elementos passaram a se achar afixados, sendo identificáveis, porém, nos contextos fonológicos estágio *agglutinated*). Todos os prefixos derivados de preposições passaram por esses dois primeiros estágios. Os elementos já afixados podem sofrer, posteriormente, alterações fonéticas, entrando no terceiro estágio do *continuum* de fusão. Nem todos os prefixos pesquisados alcançaram esse estágio, ou seja, nem todos sofreram alterações fonéticas, em relação às formas prepositivas que lhes deram origem, pelo menos a ponto de impedir a identificação do prefixo no interior dos derivados, tendo por referência a atual sincronia do português, como nos exemplos *antever*, *antepor* etc. Contudo, especialmente em formações latinas transmitidas do latim para o português, notaram-se várias palavras em que ocorreram alterações fonéticas nos elementos prefixais, ou seja, o estágio fundido (*fused*), a tal ponto que, em muitos casos, perdeu-se a noção de prefixação, como nas palavras *companhia*, *conduzir*, *adorar*, *subsistência* etc.

A **fonologização** é o mais visível dos processos de gramaticalização e ocorre com bastante frequência. Refere-se, como já mencionado, às alterações fonológicas, que em geral resultam da fusão de formas livres com outras formas livres, e a sua conseqüente transformação em formas presas. Os elementos prepositivos, desde o latim, passam por processos de redução fonológica.

Na passagem do latim para o português, a preposição latina *ad*, por exemplo, sofreu apócope da consoante final transformando-se na preposição *a* portuguesa. A forma *a* manteve-se, quando ocorreu a prefixação na maioria dos vocábulos pesquisados, como nas palavras encontradas no século XVII (*abonar* e *apresentar*), XVIII (*acompanhar*, *aconselhar*), no século XIX (*ajoelhar* e *agravar*) e no século XX (*acinzentado* e *alinhar*). Pode-se acrescentar que a forma latina *post* também sofreu apócope da consoante final (*t*). A forma *pos* é usada como prefixo em palavras como “pós-graduação”, “pospontar”, “pós-parto”, todas retiradas dos *corpora* desta pesquisa. O uso prepositivo desse elemento, atualmente, é reforçado pelo elemento *de* ou *a*. Fica evidente, assim, que os itens mais gramaticais são mais curtos do que os menos gramaticais. O processo de afixação provoca, ainda, perda de acento, que é uma das conseqüências da fonologização, em relação à forma



prepositiva, fato verificado na maioria dos vocábulos analisados.

Em relação ao seu étimo latino *cum*, a preposição e prefixo português *com* sofreu um processo fonético de abertura da vogal [u] para [o] e, como os dados dos *corpora* mostraram, a forma *com* portuguesa foi a que se manteve em palavras derivadas, como exemplificam as palavras *concentrar*, *condiscípulos* etc., encontradas nos séculos XVII e XVIII e *conviver*, *contexto* e *consangüinidade*, que ocorreram principalmente no século XX. Processo semelhante ocorreu com o prefixo português *em-*, que, no latim, aparecia como prefixo predominantemente com a forma *in-*. Também verificaram-se exemplos em que o *com-* perde o traço de nasalidade, quando no interior de um derivado, como na palavra *copiloto* (século XX).

Quanto às **alterações semânticas**, o *cline* localista PESSOA>OBJETO>ATIVIDADE>ESPAÇO>TEMPO>QUALIDADE baseia-se num *continuum* metafórico, conforme explicado no capítulo três. Muitos dos prefixos considerados, como o *A*, *EM-* e *SOBRE-*, a partir de uma acepção inicialmente espacial, foram adquirindo noções mais abstratas, sofrendo ampliações de sentido. Esse processo ocorreu no latim e continuou nas línguas românicas, como o português, conforme ilustram os exemplos retirados dos *corpora*: *abençoar*, *enfurecer*, *sobrenatural*. Os usos de formas prepositivas como prefixo licenciam afirmar que houve, conforme a ótica da teoria da gramaticalização, um processo de **enfraquecimento semântico**. Por exemplo, Bassols de Climent (1956 *apud* POGGIO, 2002, p. 163) observa que, em geral, ao empregar-se como preverbo, como nas palavras *avizinhar* e *acompanhar*, *a-* serve apenas para imprimir ao vocábulo um determinado caráter circunstancial, ficando a cargo do verbo a expressão da idéia fundamental.

### 6.2.2 Graus de gramaticalização

Para avaliar o grau de gramaticalização dos itens prefixais, usam-se aqui alguns dos parâmetros propostos por Lehmann (1982 *apud* CASTILHO, 1997), conforme vistos no capítulo três: peso sintagmático, coesão sintagmática, variabilidade paradigmática e variabilidade sintagmática. A partir dos dados dos *corpora* e comparando com os dados de Poggio (2002) sobre as preposições, a aplicação da proposta de Lehmann (1982) comprova o grau maior de gramaticalização dos prefixos em relação às preposições.

O **peso sintagmático** dos prefixos é menor, pois a mudança **preposição > prefixo** provoca perdas semânticas e fonológicas. Por exemplo, conforme evidenciou a comparação dos *corpora* dos séculos XVII e XVIII com os dados do século XIV<sup>47</sup>, o prefixo *a* possui menos possibilidades semânticas em relação à forma prepositiva que lhe deu origem.

A mudança **preposição > prefixo** acarreta o aumento da coesão sintagmática. Como visto nos *corpora*, os itens que serviam para relacionar, como preposição, itens na sentença perdem a capacidade relacional e se tornam um prefixo, aglutinando-se ou fundindo-se a uma raiz, aumentando, assim, o nível de **coesão sintagmática**. Em todos os casos de derivados formados por prefixação estudados nesta pesquisa ocorreu, assim, uma perda de fronteira entre elementos outrora autônomos, pela maior ligação entre eles e conseqüente fixação sintagmática do item preposicional, que passa a desempenhar a função de prefixo.

Percebe-se nos prefixos um menor grau de **variabilidade sintagmática**. Quando um item nominal ou verbal, por exemplo, se torna preposição, já ocorre uma acentuada perda de liberdade sintática. Assim, o item deixa de poder ser colocado em diversas posições na sentença e aparece apenas antes de nomes ou de verbos. O prefixo derivado da preposição tem ainda menos liberdade, pois se aglutina ou funde-se a uma raiz, ocupando um lugar gramatical mais fixo, em comparação com as preposições.

E, como os prefixos estão aglutinados ou fundidos a uma raiz, há mais dificuldades em substituí-los na sentença em comparação com as preposições. Assim, a mudança **preposição > prefixo** provoca uma diminuição da **variabilidade paradigmática**.

Tendo-se por base o argumento de Poggio (2002) de que a frequência de uso de um determinado item é evidência empírica do seu grau de gramaticalização, ou seja, quanto mais a forma for gramaticalizada mais ela será freqüente, pode-se estabelecer também uma comparação entre os prefixos estudados nesta pesquisa. Iniciando com a análise especificamente dos séculos XVII e XVIII, conforme esse critério, dentre os prefixos, *A* e *EM-* são os mais gramaticalizados em relação aos demais prefixos, pois, como visto nos *corpora*, ajudaram a formar um número maior de palavras, assim como são de uso mais freqüente. O prefixo *SOBRE-* apresentou um grau de gramaticalização intermediário, em relação aos demais prefixos considerados. Por sua vez, os itens prefixais *CONTRA-*, *INTER-* e *COM-* apresentaram um baixo grau de gramaticalização. Listam-se, no quadro abaixo, os prefixos, com os respectivos números de ocorrências nos *corpora*, em ordem decrescente de grau de gramaticalização, considerando-se o critério da frequência de uso:

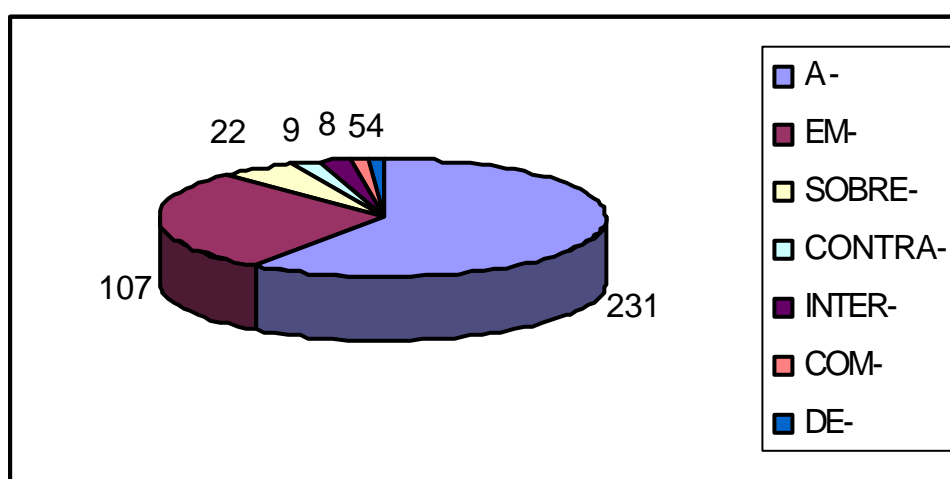
---

<sup>47</sup> Ver quadro 14 na página 120.

| PREFIXO                 | SÉCULO XVII       | SÉCULO XVIII     |
|-------------------------|-------------------|------------------|
| A                       | 191               | 40               |
| EM                      | 73                | 34               |
| SOBRE                   | 18                | 4                |
| CONTRA                  | 7                 | 2                |
| INTER                   | 5                 | 3                |
| COM                     | 2                 | 3                |
| DE                      | 0                 | 4                |
| ANTE                    | 3                 | 1                |
| POR                     | 0                 | 0                |
| SUB                     | 0                 | 0                |
| POS                     | 0                 | 0                |
| SEM                     | 0                 | 0                |
|                         | <b>Total: 299</b> | <b>Total: 91</b> |
| <b>Total geral: 390</b> |                   |                  |

Quadro 50 – Número total das ocorrências dos prefixos nos *corpora* dos séculos XVII e XVIII

Os números das ocorrências dos prefixos, somando-se as ocorrências nos *corpora* dos séculos XVII e XVIII, são comparados no seguinte gráfico:



Quadro 51 - Gráfico comparativo dos prefixos quanto ao grau de gramaticalização referente aos séculos XVII e XVIII.

Assim, tendo em vista a maior frequência de uso, como a tabela e o gráfico acima mostram, os elementos prefixais *a-* e *em-* podem, em relação aos demais prefixos derivados de preposições encontrados nos *corpora* pesquisados dos séculos XVII e XVIII, ser considerados como possuindo um grau maior de gramaticalização.

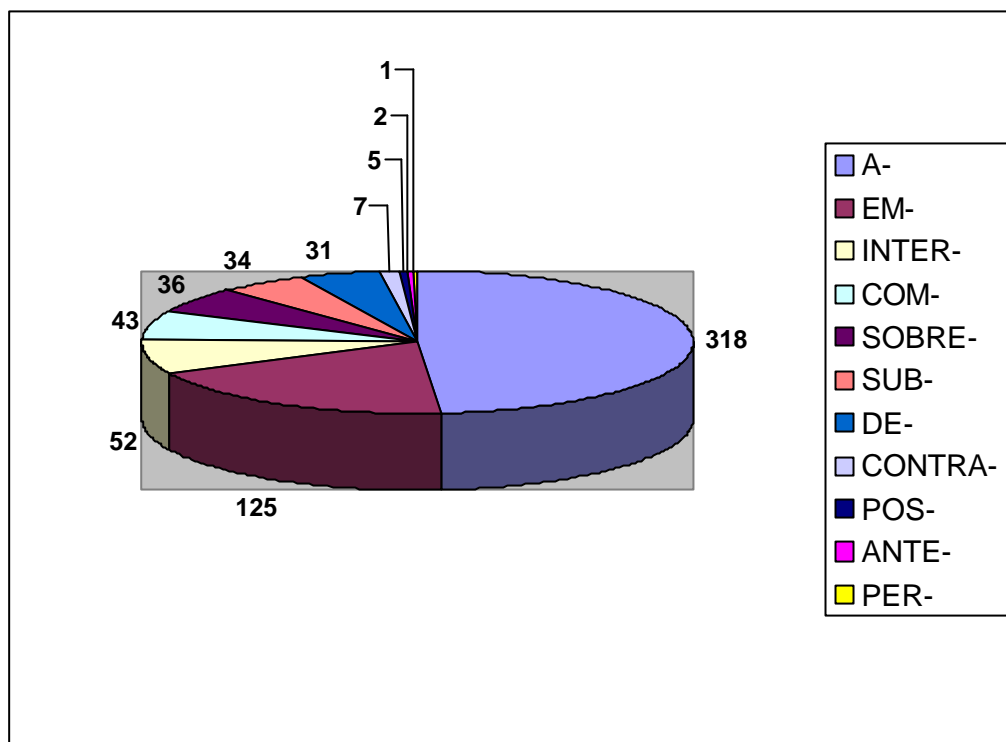
Partindo-se para a análise dos séculos XIX e XX, algumas mudanças ocorreram,

no que se refere ao grau de gramaticalização dos prefixos, quando em comparação com os séculos XVII e XVIII, conforme mostra o quadro a seguir, que também coloca os prefixos em ordem decrescente de gramaticalização:

| <b>PREFIXO</b>          | <b>SÉCULO XIX</b> | <b>SÉCULO XX<br/>(1974 – 1978)</b> | <b>SÉCULO XX<br/>(1998-2000)</b> |
|-------------------------|-------------------|------------------------------------|----------------------------------|
| <b>A</b>                | 139               | 105                                | 74                               |
| <b>EM</b>               | 38                | 54                                 | 33                               |
| <b>INTER</b>            | 29                | 17                                 | 6                                |
| <b>COM</b>              | 5                 | 28                                 | 10                               |
| <b>SOBRE</b>            | 4                 | 17                                 | 15                               |
| <b>SUB</b>              | 22                | 12                                 | 0                                |
| <b>DE</b>               | 6                 | 23                                 | 2                                |
| <b>CONTRA</b>           | 2                 | 5                                  | 0                                |
| <b>POS</b>              | 0                 | 1                                  | 4                                |
| <b>ANTE</b>             | 1                 | 1                                  | 0                                |
| <b>PER/POR</b>          | 0                 | 1                                  | 0                                |
| <b>SEM</b>              | 0                 | 0                                  | 0                                |
|                         | <b>Total: 246</b> | <b>Total: 264</b>                  | <b>Total: 144</b>                |
| <b>Total geral: 654</b> |                   |                                    |                                  |

Quadro 52- Número total das ocorrências dos prefixos nos *corpora* dos séculos XIX e XX.

Os números das ocorrências dos prefixos, somando-se as ocorrências nos *corpora* dos séculos XIX e XX, são comparados no seguinte gráfico:



Quadro 53 – Gráfico comparativo dos prefixos quanto ao grau de gramaticalização referente aos séculos XIX e XX.

O quadro e o gráfico mostram que, de modo geral, os prefixos derivados de preposições aumentaram em freqüência de uso e, conseqüentemente, em grau de gramaticalização nos séculos XIX e XX, em relação aos dois séculos anteriores pesquisados (séculos XVII e XVIII). Foi especialmente significativo o aumento dos seguintes prefixos:

- *Com-*, aumento de 5 para 43 ocorrências
- *Inter-*, aumento de 8 para 52
- *De-*, aumento de 4 para 31

Outros prefixos, não registrados nos séculos XVII e XVIII, apareceram nos séculos XIX e XX:

- *Sub-*, com 31 ocorrências
- *Pos-*, com 7 ocorrências
- *Per-*, com 1 ocorrência

Os aumentos verificados do século XVII para o XX, no caso de quase todos os prefixos pesquisados, conforme atestam os dados acima, confirmam o postulado de que

determinados itens tendem a alcançar um maior grau de gramaticalização com o transcorrer do tempo.

Vale observar que, em todos os séculos pesquisados, os itens *a-* e *em-* são significativamente mais frequentes em seu uso prefixal e, pois, mais gramaticalizados, do que os demais. Isso pode ser explicado pelo fato de que esses elementos, dentre todos os demais itens derivados de preposições estudados, são os que menos possuem autonomia fonética, sendo, portanto, facilmente atraídos pelo lexema. Preposições como **contra** e **sobre**, por possuírem um maior peso fonético, são mais resistentes à mudança **preposição > prefixo**. Confirma-se, portanto, a premissa de que os itens mais gramaticais tendem a se tornar ainda mais gramaticalizados, enquanto que os menos gramaticais são mais resistentes aos processos de gramaticalização.

### 6.2.3 Princípios de gramaticalização

Como já se observou, Hopper (1991) considera que cinco princípios básicos podem se verificar no transcorrer do processo de gramaticalização: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização.

Dentre esses, no que tange à mudança *preposição > prefixo*, destacam-se três princípios. De acordo com o princípio da **divergência**, ocorre a bifurcação de um item, contudo, a fonte original permanece autônoma. Todas as formas prepositivas que originaram os prefixos analisados continuaram funcionando como preposição, ou seja, continuaram funcionando como elemento autônomo em relação ao afixo formado. Os exemplos a seguir comprovam isso:

- *Alcançamos primeiramente que **em** cada uma das ditas capitâneas se nos desse uma aldeia para termos índios [...]* (CV, p. 268, l. 48).

- *[...] e se os cabelos **embraquecem** na sepultura [...]* (CV, 516, l. 1460).

- *[...] mais do que andar furtando e ir vendendo para os engenhos andando armado **com** armas de fogo e facas de arrasto e de ponta [...]* (CS, p. 225, l. 167).

- *[...] com vozes tam altas e **desconcentradas**, que sefês escandalozo [...]* (CS,

p. 169, l. 22).

- [...] *mandou o dito juiz vir a sua presença as negras Nagôs **de** nomes Thereza e Agostinha [...]* (LDE, p. 129, l. 5765).
- *O acusado Luis, nação Tapa, **denominado** Sanim, é criminoso?* (LDE, p. 127, l. 5660)
- [...] *eu queria que você... eh... falasse, assim, **sobre** trem e viagem de trem [...]* (DPN1, p. 25, l. 3).
- [...] *comer um doce, uma **sobremesa** qualquer [...]* (DPN1, p. 80, l. 366).
- *Tem engenharia civil, que trabalha **em** construção civil* (DPN2, p. 18, l. 128).
- [...] *eu vou ter que **emplacar** meu carro e tenho que pagar [...]* (DPN2, p. 74, l. 399).

Conforme o princípio da **persistência**, pode ocorrer que alguns traços do significado original acompanhem a nova forma gramatical. Esse fenômeno aconteceu com bastante frequência nos prefixos derivados de preposições encontrados nos *corpora*:

- [...] *por temerem algumas violências daquelles mal feitores e além dos **sobreditos** acima que também ouve dizer publicamente [...]* (CS, p. 224, l. 130).

Nota-se que o prefixo *sobre-* tem um valor anafórico, apresentando vestígios do significado da noção 'a cima de', presente na preposição *sobre*.

A **descategorização**, ou seja, perda de marcas morfológicas e propriedades sintáticas e assunção de atributos próprios das categorias de menor caráter lexical, é evidente na mudança **preposição** > **prefixo**, pois, quando um elemento originalmente prepositivo é usado como prefixo perde, por exemplo, a capacidade relacional e ganha uma propriedade própria dos prefixos, que é a de acrescentar a uma base noções semânticas acessórias, deixando, assim, de ser um morfema livre e passando a ser um morfema preso. Os exemplos abaixo exemplificam esse ponto:

- [...] *os quais Deus sustentará, com a providência que costuma aos que, por se empregarem todos em seu serviço, não reparam em comodidades próprias [...]* (CV, p. 270, l. 109).
- (...) *o qual cada vez soava mais, e se vinha **avizinando** à nossa casa”* (CV, p.

322, l. 358).

- [...] *o freio agora vem **com** o que eles chamam hidrovácuo [...]* (DPN1, p. 26 l. 137).

- [...] é uma **confederação** de estados, com regime democrático [...] (DPN1, p. 266, l. 278).

#### 6.2.4 O princípio da unidirecionalidade

Como foi observado no capítulo três, a unidirecionalidade é um dos princípios geralmente associados ao fenômeno da gramaticalização. Os adeptos da teoria da gramaticalização concebem a língua como uma entidade que pode ser representada por uma linha (CASTILHO, 2003). Nessa linha, estão dispostos os signos lingüísticos. A alteração desses signos ocorre através de estágios unidirecionais, ou seja, a um estágio A se segue um estágio B, a este um estágio C e assim por diante. Cada estágio corresponde a um ponto da linha. Nessa linha imaginária, determinado signo caminha sempre da esquerda para direita, em um processo irreversível. Dessa maneira, um elemento lexical pode tornar-se um elemento gramatical. Por sua vez, esse elemento gramatical pode tornar-se ainda mais gramatical.

A esse processo sequencial associam-se alterações semânticas, que muitos autores rotulam como “desbotamento semântico”, “enfraquecimento semântico”, “esvaziamento de sentido”, dentre outras expressões.

Contudo, autores, como Castilho (2003), Martellota (2003a) e Mattos e Silva (2002), alertam que, em certos casos de mudança, nem sempre o princípio da unidirecionalidade é aplicável. Por exemplo, conforme observa Martelotta (2003a), em relação à gramaticalização de *mal* como prefixo, há aspectos que reforçam a unidirecionalidade. Somente a partir do século XVIII é que surgiram, no português, novos usos gramaticalizados de *mal*, que até então não apareciam nos textos. O *mal* como conjunção temporal é um desses usos (*Mal saiu de casa, começou a chover*). E, o que é mais importante, esses novos usos apresentaram um valor mais gramatical. Por outro lado, esse elemento já apresentava, no latim, polissemia semelhante à que caracteriza seus usos atuais, pois *mal*, no latim, funcionava como substantivo, adjetivo, advérbio e prefixo, como na palavra



*malevolentia*. Essa constatação, conforme Martelotta (2003a), é um exemplo de que há transformações que ocorrem em todos os tempos e lugares, ou seja, processam-se repetidamente, desfazendo a visão tradicional de que a mudança está associada apenas à sucessão temporal. Existe, portanto, certa regularidade no conjunto de usos de um elemento em sincronias diferentes. Para estudar a polissemia de determinados signos lingüísticos, Martelotta (2003a) sugere, portanto, a seguinte postura metodológica:

Deve-se observar a natureza da polissemia e constatar se ela implica um conjunto de manifestações simultâneas de um único sentido ou uma relação de sentidos diferentes que evoluem uns dos outros. Tal procedimento significa focalizar os aspectos cognitivos e conversacionais que estão na base dos fenômenos da referência e da extensão de sentidos, fazendo com que o fator tempo deixe de constituir exclusiva perspectiva de observação (MARTELOTTA, 2003a, p. 66).

A aplicação do princípio da unidirecionalidade aos *corpora* revelou duas situações distintas, semelhantes às comentadas por Martelotta (2003a) relativas ao item *mal*. Por um lado, a maioria dos prefixos, derivados de preposições em vocábulos novos, formados no português, apresentou valores semânticos abstratos (de qualidade), mais gramaticalizados, muitos dos quais não existentes nos elementos prepositivos que lhes deram origem, o que apóia a tese de que os itens lingüísticos que mudam tendem a uma abstratização crescente, em uma escala unidirecional, conforme postulado pela teoria localista. As palavras *enfurecer*, *embranquecer*, *sobredito* ilustram esse fenômeno.

Por outro lado, a polissemia associada aos elementos prefixais e prepositivos, observada do século XVII ao XX também já existia no latim, ou seja, no latim, as formas pesquisadas funcionavam como prefixo e como preposição, em acepções concretas e abstratas, como demonstra Romanelli (1964). Essa constatação dificulta a aplicação do princípio da unidirecionalidade nesse caso, uma vez que os usos semânticos e gramaticais dos prefixos derivados de preposições encontrados nos *corpora* são reflexos de manifestações de usos já existentes no latim.

Assim, em algumas situações de mudança lingüística, é possível aplicar a proposta de estudo multissistêmico de Castilho, que, apesar de o próprio Castilho reconhecer a necessidade de mais pesquisas para “arredondar seus argumentos” (CASTILHO, 2003, p. 28), surge como uma alternativa teórica interessante para a análise da criatividade lingüística. No próximo item, apresenta-se um esboço de estudo multissistêmico dos prefixos derivados de preposições.

### 6.3 ESBOÇO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTUDO MULTISSISTÊMICO AOS PREFIXOS DERIVADOS DE PREPOSIÇÕES

Os textos de Castilho (1997 e 2003) ofereceram suporte teórico para este item. Cabe aqui lembrar de alguns pontos discutidos no item 3.5 desta pesquisa. Castilho critica o fato de vários fenômenos de mudança serem rotulados como “gramaticalização”. Ele acredita que, para o entendimento pleno da mudança linguística, é necessário a adoção de uma teoria multissistêmica que, além da gramaticalização, reconheça, por exemplo, a lexicalização e a semanticização como importantes processos constitutivos da língua, privando, dessa maneira, a gramaticalização de sua atual centralidade.

#### 6.3.1 Prefixos e lexicalização

A lexicalização é a criação de palavras via seleção de propriedades cognitivas e de traços semânticos derivados, e o processo de concentração dessas propriedades em uma forma. Desde o latim, combinações de categorias cognitivas e de traços semânticos derivados fizeram com que nomes e advérbios viessem a lexicalizar-se como preposições. Um novo arranjo de categorias e traços levou esses itens a serem empregados como prefixos. Como visto nos *corpora*, essa ativação lexical continuou na passagem do latim para o português, quando ocorreu a generalização do uso das preposições, em virtude da queda dos casos e das declinações latinas, e o conseqüente aparecimento de novos vocábulos portugueses com prefixos derivados de preposições.

Destaca-se o exemplo do prefixo *ante*, cujo étimo indo-europeu, representado pelas formas \*ant-s, \*anto, \*anti, \*anta e \*nti tinha, conforme Ro manelli (1964), o sentido de ‘testa, fachada, frontispício’. A combinação de categorias e traços levou o item *ante*, no indo-europeu, a funcionar, portanto, como um nome. No latim, verificou-se um rearranjo de traços e categorias cognitivas, o que resultou em uma forma com valor adverbial. Novas combinações resultaram nas preposições e nos prefixos latinos. Esse processo de ativação e desativação de traços e categorias continuou no português, como evidenciam as palavras encontradas nos *corpora* desta pesquisa *antepôs* e *anteviu*, formadas no latim, mas cujo prefixo ainda é atualmente sincronicamente identificável. Os usos do *ante* prepositivo com

valor espacial e temporal, encontrados por Poggio (2002) em *corpus* do século XIV também evidenciam a continuidade do processo de lexicalização de *ante*.

Os demais elementos analisados nesta tese também passaram, desde o latim, por processos de lexicalização, o que, por fim, resultou nos vocábulos contendo prefixos derivados de preposições, encontrados do século XVII ao XX.

### 6.3.2 Prefixos e semanticização

Observou-se nos *corpora* que a mudança que se refere aos prefixos derivados de preposições envolveu constantes movimentos sociocognitivos de ativação e desativação de propriedades semânticas.

Castilho (2004) hipotetiza que as preposições têm um sentido prototípico, dado por categorias e subcategorias cognitivas, que se desdobram, através de vários processos, em traços semânticos derivados. Os sentidos prototípicos das preposições correspondem às categorias semântico-cognitivas de POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO, DISTÂNCIA NO ESPAÇO e MOVIMENTO.

Poggio (2002) constatou que, no português, várias preposições assumem valores semânticos mais abstratos (temporal e nocional). Assim, em determinados usos prepositivos, desativa-se o valor semântico ESPAÇO e ativa-se, simultaneamente, um valor TEMPORAL ou de QUALIDADE.

Perceberam-se esses processos simultâneos de ativação e desativação de traços semânticos nos prefixos considerados nesta pesquisa. Por exemplo, como visto antes, *em*, ao gramaticalizar-se como prefixo, teve o seu valor temporal desativado, ao passo que novas noções qualitativas foram ativadas, como as de 'mudança de estado' e 'provimento', 'designação'<sup>48</sup>. Processos semelhantes aconteceram com o prefixo *a*. No caso desse prefixo, a noção de tempo e várias acepções espaciais foram desativadas, enquanto algumas noções qualitativas, como as de 'mudança de estado', 'hostilidade', 'adição, acréscimo', foram ativadas<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Ver quadros 34 e 36 nas páginas 148 e 152 e exemplos nas páginas 149 a 151 e 153 a 155.

<sup>49</sup> Ver quadros 14 e 16 nas páginas 120 e 126 e exemplos nas páginas 122 a 124 e 127 a 130.

### 6.3.3 Prefixos e gramaticalização

Conforme a proposta de estudo multissistêmico da mudança lingüística, a gramaticalização cinge-se, exclusivamente, em três subprocessos:

**fonologização:** alteração no corpo fônico das palavras

**morfologização:** alterações que afetam o radical e os afixos

**sintaticização:** alterações que afetam os arranjos sintagmático e sentencial

Esses três subprocessos podem ser aplicados à mudança **preposição > prefixo**<sup>50</sup>

Conforme Castilho, observa-se um ritmo unidirecional no tratamento das palavras no interior de cada um desses subprocessos, e para Castilho, “por aí vai ficando o famoso princípio da unidirecionalidade” (CASTILHO, 2003, p. 29).

Assim, a proposta de Castilho de estudo multissistêmico revela parte do caráter criativo, dinâmico e imprevisível da mudança lingüística.

---

<sup>50</sup> Ver páginas 175 a 177 desta pesquisa.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creio que a função de uma publicação qualquer é o aumento do conhecimento sobre o mundo. Cada novo texto acrescenta um tijolinho no edifício da ciência, para usar uma expressão já meio gasta. E qual a atitude a se esperar da comunidade científica diante dessa publicação? Certamente não o silêncio. Silenciar é desrespeitar o trabalho do outro. [...] Respeitar o trabalho do outro consiste justamente em submetê-lo à crítica mais rigorosa (BORGES NETO, 2004, p. 82).

Como explanado na Introdução, algumas hipóteses nortearam esta pesquisa. Por exemplo, na mudança **preposição** > **prefixo** podem ser identificados processos de gramaticalização, que ocorrem conforme determinados princípios básicos. À mudança que resultou nos prefixos aplica-se a escala crescente de abstratização PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE, proposta pelos localistas. É possível também se isolar um sentido prototípico, que, conforme a chamada versão padrão ou monossêmica da Teoria dos Protótipos, pode ser definido pela frequência de uso, em cada um dos elementos considerados.

Os pressupostos teóricos aplicados foram todos relacionados com o “pólo funcionalista”, para usar a terminologia adotada por Neves (1997). Apesar das várias vertentes teóricas do funcionalismo, o estudo principalmente da competência comunicativa dos falantes, a importância dada ao contexto na análise semântica dos signos lingüísticos, bem como a realização de estudos lingüísticos sempre associados ao uso efetivo da língua em situações reais de interação são exemplos de aspectos comuns que perpassam todas as correntes funcionalistas.

Tem-se concedido à Teoria da Gramaticalização um amplo espaço de debates no seio dos estudos funcionais. Voltada para a mudança lingüística, essa teoria procura descrever o processo que leva um elemento, que inicialmente possui uma referência extralingüística, a adquirir um caráter intralingüístico, ou seja, interno à gramática de uma língua. As teorias do localismo e dos protótipos oferecem, por sua vez, subsídios para o estudo das variações semânticas que estão aliadas ao processo de gramaticalização.

A revisão da literatura mostrou que a prefixação é um tema polêmico, tanto nos estudos lingüísticos como nas gramáticas normativas. Após a exposição de diferentes pontos de vista, esclareceu-se que o ponto de vista adotado nesta pesquisa foi o de que a prefixação é um fenômeno de derivação, não de composição, apesar do reconhecimento de que nem

sempre a fronteira entre a prefixação e a composição é nítida, especialmente no caso de uso de prefixos como *contra-*, *sobre-* e *pos-*.

Após a explicação dos critérios seguidos nesta pesquisa, como a análise principalmente dos itens que podem ser identificados como prefixos na atual sincronia do português, aplicou-se o referencial teórico aos *corpora* selecionados.

Observando-se a frequência de uso, constatou-se que, na maioria dos casos estudados, o sentido predominante dos prefixos encontrados nos *corpora*, está relacionado com a noção de qualidade. Essa realidade é ainda mais evidente nos vocábulos novos, formados no português, em especial, com os prefixos *a-* e *em-* que, de um modo geral, apresentaram noções mais abstratas. Assim, em relação à forma prepositiva que lhes deram origem, os prefixos, conforme verificado nos *corpora* do século XVII ao XX, em comparação com os dados do século XIV pesquisados por Poggio (2002), perderam diversas acepções espaciais e, em contrapartida, ganharam sentidos menos concretos. Tudo isso confirmou a aplicabilidade da escala de abstratização proposta pelos localistas, já mencionada, à mudança **preposição > prefixo**.

Comparando os séculos XVII e XVIII com os dados dos séculos XIX e XX percebeu-se que quase todos os prefixos derivados de preposições pesquisados tenderam para uma maior abstratização nos séculos mais recentes, o que confirmou a postulação de que, com o transcorrer do tempo, determinados itens gradativamente se abstratizam, à medida que passam a ser empregados em novos contextos e perdem, por exemplo, referenciais espaciais e temporais.

A análise dos dados mostrou que, de fato, processos de gramaticalização, conforme explanados por Castilho (1997), podem ser identificados na mudança **preposição > prefixo**. Especificamente, observaram-se a sintaticização, a morfologização, a fonologização e alterações semânticas. Dentre os princípios postulados por Hopper (1991), verificou-se que os princípios da persistência, descategorização e divergência tiveram uma forte aplicabilidade aos dados recolhidos dos quatro séculos em análise.

Foi digno de nota o aumento do grau de gramaticalização, tendo por critério o da frequência de uso, por que passou a maioria dos prefixos nos séculos XIX e XX, em comparação com os séculos XVII e XVIII. Inclusive alguns prefixos não registrados nos séculos XVII e XVIII, como o *pos-* e *sub-*, ocorreram em um número significativo nos dois séculos posteriores. Assim, com a passagem do tempo, os prefixos apresentaram um uso mais diversificado e mais ampliado semanticamente, o que apóia os postulados da teoria da gramaticalização. Talvez seja razoável supor ainda, a partir daquilo que foi revelado pelos

*corpora* deste trabalho, que a língua portuguesa esteja recorrendo com mais frequência aos prefixos derivados de preposições para formar novos vocábulos. Ou seja, a mudança **preposição > prefixo** parece ocorrer atualmente em um ritmo mais intenso.

Na aplicação do princípio da unidirecionalidade, explanado por Castilho (1997), duas situações diferentes foram comentadas. Por um lado, a maioria dos prefixos em vocábulos formados no português encontrados nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX apresentou acepções mais abstratas, relacionadas com a noção de *qualidade*. Isso apoiou o princípio da unidirecionalidade, que prevê uma escala de abstratização crescente dos itens lingüísticos que mudam. Por outro lado, as possibilidades de uso dos signos encontrados nos *corpora* já eram bem vivas no latim. Ou seja, no latim, vários elementos prepositivos já funcionavam também como prefixos e, inclusive, manifestando diversas acepções abstratas, conforme os dados de Romanelli (1964). O princípio da unidirecionalidade não explica esse fenômeno. Parece que as forças que motivaram a formação de palavras com prefixos derivados de preposições nos séculos XVII ao XX atuaram também no latim e, em determinados casos, até com mais intensidade. Como explica Martelotta (2003a, p. 61):

Deve haver tendências comunicativas, cognitivas e até estruturais que incentivam essas formações tornando determinados elementos, hoje ou ontem, em português ou em latim, potencialmente perfeitos para assumir a função de prefixos em contextos específicos.

Observa-se, portanto, uma atuação pancrônica dos processos de mudança, envolvendo as preposições e seus derivados prefixais, refletida, não só na polissemia que caracteriza esses elementos em sincronias distintas, como na trajetória de mudança dos elementos encontrados nos *corpora*, que são semelhantes à observada no latim.

Realizaram-se, ainda, uma breve explanação e aplicação da nova proposta de Castilho (1997, 2003, 2004) de estudo multissistêmico da mudança lingüística, que se apresenta como uma alternativa à clássica teoria da gramaticalização. Essa proposta postula que há processos simultâneos e contínuos de ativação e desativação, ganhos e perdas de propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais nos itens que passam por um processo de mudança lingüística, motivados por diferentes situações comunicativas, e isso foi verificado no caso dos prefixos encontrados nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX especialmente com o *a-* e o *em-*.

Acredita-se que o presente trabalho mostrou parte do que Mattos e Silva (2002, p. 9), na citação colocada como epígrafe desta pesquisa, chama de “processo contínuo do

fazer-se das línguas”, especificamente da língua portuguesa. Como observa Schlieben-Lange (1994), os falantes são inerentemente criativos e sofrem pressões externas das mais variadas ordens, fatos que, por exemplo, provocaram, e vêm provocando, as diversas mudanças **preposição > prefixo** observadas do século XVII até a contemporaneidade.

Futuros trabalhos, talvez baseados em *corpora* e em critérios diferentes dos que foram aqui adotados, poderão possibilitar, através do confronto e da troca de informações, uma maior discussão acerca do tema desta investigação.

Espera-se, portanto, que esta pesquisa tenha contribuído para o aumento dos conhecimentos acerca do dinamismo da linguagem humana, que se refletem nos constantes e, muitas vezes, imprevisíveis, como ressalta Mattos e Silva (2002), processos de mudança lingüística.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.
- AMARAL, Manoel. *Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*. Edição eletrônica. 2003, v. VII, p. 447-453. Disponível em: <[http://www.arqnet.pt/dicionario/vieira\\_antonio.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/vieira_antonio.html)> Acesso em: 10 nov. 2005.
- AMORIM, Adriana. A preposição ENTRE. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 92-95.
- ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA. Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835. Salvador, 1968, *Anais*, v. 38.
- AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971. p. 263-568.
- BARBOSA, Biana Dantas de Figueiredo. A preposição SOB. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 126-129.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador – Bahia: ILUFBA, 1999/4v. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. Observações sobre as conjunções no século XVI. In: COSTA, Sônia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 161-193.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Notas de aula*. UFBA. Salvador-Ba. 2005.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. conforme a 1. ed. de 1540. Lisboa: Sociedade Astória, 1957. José Pedro Machado ed.
- BASÍLIO, Margarida. O conceito de vocábulo na obra de Mattoso Câmara. *D.E.L.T.A.*. São Paulo: v. 20. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 27 dez. 2005.
- BASÍLIO, Margarida. Operacionalização do conceito de raiz. *Cadernos da PUC*. São Paulo: 1974, v. 15, p. 89-94.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 31. ed. São Paulo: Nacional, 2002.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri. Rev. do Prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BORBA, Francisco da Silva. *Sistemas de preposições em português*. Tese apresentada ao Concurso de Livre-Docência do Departamento de Lingüística e Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1971. 230 p. mimeogr.

BORGES NETO, José. O pluralismo teórico na lingüística. In: BORGES NETO, J. (Org) *Ensaio de filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 67-82

CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à lingüística*. 4. ed. revista e ampliada. Porto Alegre: Globo, 1979.

CADORE, Luís Agostinho. *Curso prático de português*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1996.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Biblioteca Brasileira de Filologia, 1967.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

CAMPOS, Lucas Santos. *A gramaticalização do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo*. 2001. 2v. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, UFBA.

CAMPOS, Lucas S. A negação prefixal. In: *XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste*. 2000, Salvador.

CARDOSO, Suzana A. M (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*. Diálogos entre informante e documentador, inédito. Salvador: 2007.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador, v. 19, p. 25-64. mar. 1997.

CASTILHO, Ataliba T. *Introdução à lingüística cognitiva*. Relatório à FAPESP, inédito. São Paulo, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. *Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização*. São Paulo, 2003.

CASTILHO, Ataliba T. Lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no português brasileiro. In: NEGRI, Lígia; FORTRAN, Maria José (Orgs). *Sentido e significação*. Em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-47.

CEGALLA, Domingos Paschoal *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 21. ed. São

Paulo: Nacional, 1980.

CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

CHOMSKY, N. Chomsky no Brasil. *D.E.L.T.A.*. São Paulo: EDUC, v. 13, nº especial, 1997.

CORACINI, Maria J. O discurso da lingüística aplicada e a questão da identidade: entre a modernidade e a pós-modernidade. In CORACINI, Maria; BERTOLDO, E. S. (Orgs.). *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Discursos sobre/na aula. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2003. p. 97-115.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y fala. In: COSERIU, Eugenio. *Teoria del lenguaje y lingüística general: cinco estúdios*. 2. ed. Madrid: Gredos, 1967. p. 11-113.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença/EDUSP, 1979.

COSTA, Sônia Bastos Borba Costa. *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. 2003. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, UFBA.

COSTA, Sônia Bastos Borba. Espaço e tempo em adverbiais portugueses quinhentistas. In: COSTA, Sônia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

CRUZ, Narcisa Silva. A preposição EM. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs.). *Lingüística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 87-92.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antônio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica da; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). *Lingüística funcional: teórica e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DIK, Simon. *The theory of functional grammar*. Part I: the structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

DILLINGER, Mike. Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 7, n. 1, p. 395-408. 1991.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. A identificação do prefixo em diversas abordagens

linguísticas. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 14, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 15 dez. 2005a.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. Contribuição para o estudo do pseudoprefixo em português. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 15, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 18 jan. 2005b.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução à história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1996.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: introdução*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Rita de Cássia dos Santos. A preposição ANTE/ANTES. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004.

FRANÇA, Ironildes Santos. A preposição A. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 28-38.

GALICHET, G. *Grammaire structurale du français moderne*. 3. ed., revue et corrigée. Paris: Hatier, 1970.

GIVÓN, Talmy. Prototypes: between Plato and Wittgenstein. In: CRAIG, Colette (Ed.). *Noun classes and categorization*, s. 1. 1986. p. 77-102.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GONÇALVES, Cláudia Vega Correia. A preposição SEM. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 121-126.

GUIMARÃES, Florianete; GUIMARÃES, Margaret. *A gramática lê o texto*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio. As preposições DE e DES/DESDE. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 64-87.

- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. v. I. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- HOPPER, P; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 1995.
- KATO, Mary A. Formas de funcionalismo na sintaxe. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 14, n. especial. p. 145-168, 1998.
- LAKOFF George; JOHNSON Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. coordenada por Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- LAVILLE, Christian; JEAN, Dionne. *A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas*. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1958.
- LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Brasília: Vigília, 1986.
- LOBO, Tânia (Org.). *Cartas baianas setecentistas*. Série Diachronica. Fontes para a história da Língua Portuguesa. v. 3. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003, v. 18.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para a caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa, v.12, p. 17-28. 1994.
- LUFT, Celso Pedro et al. *Novo Manual de português*. Edição revista e atualizada. São Paulo: Globo, 2005.
- MAIA, C. de A. Dos textos escritos à história da língua. In: *Actas do Encontro história da língua e história da gramática*. Braga: Universidade do Minho, 2002. p. 231-249.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALCÂNTARA, Fabiana. Discursivização na partícula *né?*. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Mária Maura. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. A mudança lingüística. In: CUNHA, Maria Angélica da; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs). *Lingüística funcional: teórica e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica da; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs). *Lingüística funcional: teórica e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*. Tradução e adaptação de Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas. Mesa-redonda sobre gramaticalização, XVII Encontro da ANPOLL, Gramado, RS, 2002. (mimeo.)

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1948. 1. ed. 1912.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (Orgs). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*. Materiais para seu estudo. Diálogos entre informante e documentador, v. 1. Salvador: EDUFBA, 1994.

NARO, Anthony Julius; BRAGA, Maria Luiza. A interface sociolingüística/gramaticalização. *GRAGOATÁ*. Niterói: n. 9, p. 125-134, 2000.

NASCIMENTO, Milton do. Teoria gramatical e “mecanismos funcionais do uso da língua”. São Paulo: *D.E.L.T.A.*, v. 6 n. 1, p. 83-98, 1990.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.

PAIXÃO, Hilda Oliveira. A preposição POR. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Lingüística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 101-112.

PASCHOALIN, Maria Aparecida. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 1989.

PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves. A mudança lingüística. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Lingüística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 9-16.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1996. p. 333-334.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, Fernanda;

BENTES, Anna Christina (Orgs). *Introdução à lingüística*. Fundamentos epistemológicos, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-218.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. Considerações sobre a gramaticalização da forma verbal de futuro do latim ao português. In: COSTA, Sônia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. Funcionalismo. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Lingüística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 16-28.

POGGIO, Rosauta Maria G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

POGGIO, Rosauta Maria G. F. *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*. 1999. 3v. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Instituto de Letras, UFBA.

PORTINHO, Vitória Brasil Gomes. A preposição CONTRA. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs). *Lingüística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 57-64.

POTTIER, Bernard. *Systématique des éléments de relations*. Paris: Klincksieck, 1962.

QUEIROZ, Rosane Fagundes de Assis. A preposição COM. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs.). *Lingüística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 52-57.

REIS, José Reis. *A revolta dos Malês em 1835*. Disponível em: <[www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf](http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2007.

ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Trad. de Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ROMANELLI, Rubens C. *Os prefixos latinos*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964.

RUBIO, Lisardo. *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona: Ariel, 1983. 402 p.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. *Para a análise da gramaticalização de Vossa mercê > Você no português: a discussão dos traços formais e semânticos-discursivos. Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. 2004. 2 v. Dissertação de Mestrado, UFRJ.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 18. ed. São Paulo: Atual, 1994.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed. melhorada e aumentada em

lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

SANTOS, Maria de Fátima da Silva Leal dos. As preposições APÓS/DEPOIS. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs.). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 41-46.

SAUSURRE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Org. por Charles Bally e Albert Secheyne, colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *Reflexões sobre a pesquisa em mudança linguística*. São Paulo, v. 10, p. 223-245. 1994.

SCHIMITZ, J. R. *Descrição do português e o ensino*. Série Encontros, Brasil, v. ano XV, n. 1, p. 23-49, 1997.

SCHWINDT, Luiz Carlos. O prefixo no português brasileiro: análise prosódica e lexical. *D.E.L.T.A.* São Paulo: v. 17, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 15 dez. 2005.

SILVA, Manuela Pereira. A preposição SOBRE. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (Orgs.). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004. p. 129-139.

SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.

TERRA, Ernani. *Curso prático de gramática*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

VOTRE, Sebastião Josué; NARO, Anthony Julius. Mecanismos funcionais do uso da língua. São Paulo: *D.E.L.T.A.*, v. 5, n. 2, p. 169-84. 1989.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.



*“(...) quem trabalha com a mudança lingüística no tempo real de longa duração sabe que esse processo contínuo do fazer-se das línguas reserva muitas surpresas, muitas travessas e becos, até sem saída, sobretudo por pressões externas, pela criatividade dos falantes, por condicionamentos fora do alcance do analista.” (MATTOS E SILVA, 2002, p. 9)*

Hipótese.

resumo da teoria

resumo da aplicação da teoria

perspectivas para o futuro

#### PONTOS PARA A CONCLUSÃO

⊗1) Discreção X continuum: a mudança lingüística se realiza gradualmente ou em “saltos”?

⊗Nós falamos como se as próprias línguas se modificassem, quando, na realidade,

são sempre os falantes os sujeitos da mudança linguística.(BRIGITTE)

◌ metodologia funcionalista abre espaço para a consideração de que a gramática das línguas naturais é um conjunto de escolhas formuladas pelo falante (CASTILHO, 2001)

◌ deve haver tendências comunicativas, cognitivas e até estruturais que incentivam essas formações tornando determinados elementos, hoje ou ontem, em português ou em latim, potencialmente perfeitos para assumir função de prefixos em contextos específicos.(MARTELOTTA 3 P. 61)

- ◌ mecanismos referentes à metáfora e à pressão de informatividade tendem a ocorrer paralelamente no processo de mudança. Os processos metafóricos parecem ocorrer em situações que os estimulam, o que relaciona aspectos cognitivos com aspectos comunicativos.
- ◌ Esses processos apresentam grande regularidade no que diz respeito ao modo como atual e à natureza dos elementos lingüísticos sobre os quais atuam.
  - ◌ Isso manifesta-se não apenas em línguas diferentes, mas também em momentos diferentes da evolução lingüística de uma mesma língua.
  - ◌ A atuação pancrônica regular desses processos manifesta-se não só na tendência à estabilidade que caracteriza a polissemia de alguns elementos em sincronias diferentes, mas também no fato de que trajetórias de mudança de elementos antigos espelham as mesmas trajetórias de elementos atuais. (MARTELOTTA 2003 P. 68)
- ◌ A análise diacrônica é apenas uma das estratégias possíveis para atestar as tendências pancrônicas., que parecem estar mais associadas à capacidade humana de interpretar o mundo e expressá-lo a outros indivíduos.(MARTELOTTA 2) Essa atuação independe do fator tempo, sublinhabndo a importância do contexto atualizado de uso como elemento gerador de novas significações.
- ◌ Mudança lingüística como um fenômeno tridimensional(reflexo de três aspectos diferentes):
  - ◌ tempo e sobretudo, cognição e uso
    - ◌ tempo, processos de mudança se façam sentir
    - ◌ cognição e uso para uma teoria que interpreta as línguas humanas como o reflexo do comportamento, no ato concreto da comunicação...)
  - ◌ Marcuschi(2000) – significação é negociada pelos interlocutores em situações contextuais específicas, o que torna possível que os elementos lingüísticos se adaptem às diferentes intenções comunicativas, apresentando flutuações de sentido.
    - ◌ Tais flutuações não são aleatórias – estudos históricos indicam uma forte regularidade nos processos de mudança, no que diz respeito aos mecanismos que os atualizam e à natureza do elemento envolvido. (MARTELOTTA 2 P. 71)

(TALVEZ SEJA BOM COLOCAR EXEMPLOS)

Os usos de A como prefixo, na ótica da teoria da gramaticalização tradicional, permitem afirmar que houve, nesse caso, um processo de **enfraquecimento semântico**. Como afirma Bassols de Climent (1956 apud POGGIO 2002 p. 163), em geral, ao empregar-se como preverbo, como nas palavras????, A serve apenas para imprimir ao vocábulo um determinado caráter circunstancial, ficando a cargo do verbo a expressão da idéia fundamental.

#### 6.1.2 PRINCÍPIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO APLICÁVEIS AO PREFIXO A

Escolheu-se aplicar brevemente ao processo de gramaticalização que resultou no prefixo português A os princípios de Hopper.

Quanto aos princípios de Hopper, destacaram-se os seguintes:

- 1) Divergência: as formas que redundaram em afixos derivacionais permaneceram como elementos autônomos, sofrendo mudanças como um item lexical comum.  
 BUSCAR EXEMPLOS DO A COMO PREPOSIÇÃO E COMO PREFIXOS NO CORPUS
- 2) Especialização: de acordo com esse princípio, quando ocorre a gramaticalização, um número menor de formas assume significados semânticos gerais. Esse processo foi observado por Poggio no caso da preposição latina AD. Na passagem do latim para o português, ocorreu uma ampliação semântica dessa preposição e ela adquiriu o sentido de outras preposições, como nos exemplos?????. No corpus, pode-se verificar o uso do prefixo A em várias acepções, que resultou dessa diversificação de usos da preposição portuguesa  
 A VER EXEMPLOS
- 3) Persistência: em quase todas as palavras encontradas no corpus, percebe-se, nos prefixos, vestígios semânticos de sua anterior forma prepositiva, como nos

exemplos/???

- 4)Descategorização: na passagem de preposição para prefixo, o item linguístico perde a capacidade relacional, própria das preposições e assume atributos gramaticais próprios dos prefixos, como a capacidade operar mudanças semânticas a uma base nominal ou verbal, como nos exemplos????

Vale ressaltar que esses princípios são aplicáveis desde o latim, pois já se observava nessa língua a mudança preposição > prefixo.

COMENTAR SOBRE A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA UNIDIRECIONALIDADE, FAZENDO UMA PONTE PARA A PROPOSTA MULTISSISTÊMICA

#### 6.1.4 APLICAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTUDO MULTISSISTÊMICO, DE CASTILHO

Como já salientado, a maioria das abordagens funcionalistas sobre a mudança linguística estudam diversos fenômenos sobre a rubrica da gramaticalização. Castilho apresentou uma proposta alternativa, que vai de encontro a premissa da unidirecionalidade da mudança linguística.

Conforme a proposta de Castilho, não é apropriado afirmar que os prefixos derivam-se preposições, nem que as preposições derivam-se de advérbios, e assim por diante. Na verdade, O que ocorre é um processo contínuo de ativação, desativação e reativação de propriedades lexicais, dando origem a categorias semânticas, discursivas e gramaticais. Ou seja, qualquer expressão linguística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, que são ativadas, reativadas ou desativadas conforme os diferentes tipos de contratos sociais que se estabelecem entre falantes ou numa comunidade de fala.

Assim, no decorrer da história do latim e do português observou-se, conforme os estudos de Poggio e outros estudiosos, que vários itens lexicalizaram-se como preposições. No caso da preposição vários traços semânticos foram ativados, como as noções temporais e de qualidade. Com o processo de morfologização, que, conforme a proposta de Castilho, é um dos subprocessos da gramaticalização, que provocou o aparecimento dos prefixos, num processo iniciado no latim e intensificado no português, o traço semântico de tempo e várias noções espaciais foram desativadas, enquanto noções de qualidade foram ativadas ou reativadas, conforme o quadro da pg.???

(REVER ESSE ITEM, E DEPOIS PASSAR PARA O PREFIXO ANTE)

CONTINUAR PAULO MOSÂNIO.

(CONSIDERAR AGORA VILELA – NÃO ESQUECER DE ACRESCENTAR MEUS COMENTÁRIOS A ESTE ITEM E UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS ITENS)

(VERIFICAR LAKOFF E JOHNSON E BUSCAR MAIS INFORMAÇÕES

***COLOCAR LISTA DOS PREFIXOS QUE APARECEM NAS GRAM. TRADICIONAIS, PELO MENOS OS QUE EU VOU ANALISAR.***

*CONTINUAR, EM 02.10.05 OU ANTES DE POGGIO P. 45.*

*- EXPLICAR, NA METODOLOGIA, QUE CASOS DE PREFIXAÇÃO EU VOU CONSIDERAR. NAO VOU CONSIDERAR, POR EXEMPLO, CASOS COMO SOBERANO, EM QUE JÁ SE PERDEU O SENTIDO DE PREFIXAÇÃO.*

*TEORIA DOS PROTÓTIPOS – LAKOFF E JONSON(pg. 145-151, 213-218) E ROSAUTA COMENTAM UM POUCO AO TRATAR DO LOCALISMO*

*LAKOFF E JOHNSON FAZEM COMENTÁRIOS SOBRE OS PREFIXOS(PG. 224, 232)*

*REGULARIDADES DA FORMA LINGUÍSTICA – UM ITEM USADO EM VÁRIAS ACEPÇÕES(P. 232 – JOHNSON)*

*QUESTIONAR PROTótipo – SÓ POR QUE UM ITEM PODE SER USADO COMO PREFIXO, NÃO É UMA PREPOSIÇÃO PROTOTÍPICA?*

*CONT. PG. 40 PARÁGRAFO 3 DE POGGIO.*

VER LEHMAN DEPOIS BRAGA(APUD POGGIO)

CONSIDERAR, EM 31.11.05, A RECATEGORIZAÇÃO FUNCIONAL

COMENTAR OS PRINCÍPIOS DE LEHMAN E HOPPER. FALAR DA PROPOSTA DE CASTILHO

3.1.1– GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO(VER CASTILHO E POGGIO)

3.1.2

PERCURSO DESSE CAPÍTULO

PROPOSTAS DE DEFINIÇÃO DE GRAMATICALIZAÇÃO  
 DIREÇÕES DOS ESTUDOS DE GRAMATICALIZAÇÃO  
 PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO  
 GRAUS DE GRAMATICALIZAÇÃO  
 PRINCÍPIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO  
 A NOVA PROPOSTA DE CASTILHO

∞NO FINAL

∞PERCURSO DO CAPÍTULO

∞TRADIÇÃO FORMALISTA X FUNCIONALISTA

∞O CONCEITO DE FUNÇÃO

∞A GRAMÁTICA FUNCIONAL

∞MODELOS FUNCIONALISTAS

∞TEMAS RELEVANTES DISCUTIDOS NO FUNCIONALISMO

∞

∞ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LINGUÍSTICA COGNITIVA(incluir no cap. Sobre a gramaticalização talvez seja melhor ou então não colocar)

∞FAZER UMA BREVE CONCLUSÃO. DIZER QUE NÃO SE CONSIDEROU TODAS AS TENDÊNCIAS. E NÃO SE FEZ UMA CONSIDERAÇÃO EXAUSTIVA DAS MENCIONADAS

∞CONTUDO, OBSERVOU-SE O CENÁRIO NO QUAL SE TEM DISCUTIDO A MUDANÇA NO FUNCIONALISMO – ASPECTOS COMO USO, COGNIÇÃO, TERÃO UM LUGAR RELEVANTE NOS CAPÍTULOS QUE SEGUEM.



## DISSERTAÇÃO – ESTRUTURA

CAPA(título, autoria, orientador, “dissertação apresentada à UFBA como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, com concentração em LINGUÍSTICA.”)

## MEUS AGRADECIMENTOS

## SUMÁRIO(EXEMPLO)

- 1 introdução
- 2 a tradição gramatical: os pronomes relativos
  - 2.1 que
  - 2.2 o qual, a qual, os quais
  - 2.3 quem
- 3 sentenças relativas na gramática gerativo-transformacional
- 4 análise dos dados
- 5 considerações finais(3 páginas)
- 6 referências bibliográficas
 

*abstract*

RESUMO(um parágrafo) – Dizer o que se trata no trabalho, o que foi feito, anunciar brevemente um resultado

INTRODUÇÃO(QUATRO PÁGINAS) – falar sobre o trabalho, sua relevância, estrutura e seus limites

TEORIZAÇÃO PRÉVIA(Colocar temas teóricos, para depois partir para a análise dos dados)

obs: pode-se colocar notas no final de cada capítulo

## IDÉIA INICIAL DE ESTRUTURAÇÃO DO MEU TRABALHO

1 – Na dissertação, talvez seja bom colocar uma nota sobre a classificação dos prefixos dada por Napoleão- *quanto a origem, prefixos podem ser vernáculos(prefixos latinos modificados ou aportuguesados). Latinos(que se conservam na forma primitiva) e gregos, que se antepõem a palavras gregas.*

E explicar que ao falar de prefixos portugueses estou me referindo a todos os prefixos usados no português, sem me preocupar se eles foram aportuguesados ou se mantiveram a sua forma primitiva - OK

2 – Explicar, talvez numa nota, o que eu entendo por derivação OK

3 – Seria melhor o tema ser *prefixos de origem latina derivados de preposições – uma análise de textos portugueses dos séculos XVII e XVIII*, já que existem os prefixos gregos - OK

4 – TALVEZ SEJA ÚTIL ELABORAR UM GLOSSÁRIO DAS FORMAS PREFIXAIS DERIVADAS DE PREPOSIÇÃO ENCONTRADAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII - OK



5 – PERGUNTAR A ROSAUTA SOBRE A SEGUNDA VERSÃO DA TEORIA DOS PROTÓTIPOS, (VERSÃO PADRÃO), CITADA POR ROSAUTA - OK

6 – ASSUNTO PARA O DOUTORADO – COMPARATIVO DOS SÉCULOS XVI AO XIX NO QUE DIZ RESPEITO AO USO DOS PREFIXOS - OK

7 – PERGUNTAR A ROSAUTA COMO RESPONDER CASO ME PERGUNTEM SOBRE A DIFERENÇA QUANTO AO TIPO DE TEXTO ENTRE AS CARTAS DE VIEIRA E AS SETECENTISTAS - OK

8 – TALVEZ SEJA BOM INCLUIR NA DISSERTAÇÃO UMA NOTA SOBRE O IMPACTO QUE A DIFERENÇA NO TIPO DE TEXTO POSSA TER NA ANÁLISE DOS DADOS - OK

9 – não considerar caso de contração(nele, desde) como de prefixação porque na contração elemento perde muito de sua integridade fonológica(minha conclusão – perguntar à Rosauta) - OK

10 – perguntar se casos como portanto, porque, conforme, são casos que posso considerar na minha pesquisa - OK

11 – dizer que eu estou considerando como norma o português contemporâneo - OK

12 – escolher uma linha ou um conjunto de terminologias. Sempre informar a definição que eu escolhi(por exemplo, que conceito de prefixação eu escolhi?) Me apegar a essas escolhas em todo o trabalho - OK

13 – posso tentar aplicar os modelos de halliday e dik ao estudar os prefixos OK

14 – definir critérios avaliativos para diferenciar prefixação, contração e composição - OK

15 - MINHA PESQUISA – TEXTOS REPRESENTATIVOS DOS SÉCULOS XVII E XVIII- OK

16 – na aula de funcionalismo, sônia costa falou que os dados é que orientam a escolha do referencial teórico - OK

17 – mesmo no caso de prefixos já utilizados no latim ou no português mais antigo, observar novos usos ou alguma perda de funcionalidade - OK

18 – observar que tipos de preposições são usados como prefixos no corpus selecionado - OK

19 – Perguntar para Rosauta: se há uma versão mais moderna da teoria localista, qual é a mais antiga - OK

20 – qual é a versão mais atual da teoria dos protótipos(Teoria ampliada?) - OK

21 – incluir um capítulo ou dois sobre a abordagem das gramáticas normativas e dos estudos linguísticos sobre os prefixos - OK

22 -

NA DISSERTAÇÃO, OBSERVAR OS USOS QUE AS PREPOSIÇÕES OU OS PREFIXOS TINHAM NO LATIM - OK

23 – COLOCAR NAS REFERÊNCIAS OS DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA E OS DICIONÁRIOS ETIMOLÓGICOS CONSULTADOS - OK

24 – Colocar, na dissertação, exemplos de cada uso diferente dos prefixos OK

25 – TENTAR ENCONTRAR O LIVRO **A FORMAÇÃO DE PALAVRAS POR PREFIXO EM PORTUGUÊS**, DE PAULO MOSÂNIO TEIXEIRA DUARTE(1999) - OK

26 – CONFORME A PG. 111 DE TERESA&ROSAUTA, TODAS AS PREPOSIÇÕES QUE TAMBÉM FUNCIONAM COMO PREFIXOS, SÃO ELEMENTOS MARGINAIS E NÃO PROTOTÍPICOS. REALIZAM OUTRA FUNÇÃO - OK

27 – Colocar nas referências as notas de aulas das disciplinas do mestrado e da especialização

28 – Talvez seja bom chamar atenção para a diferença de formação entre Vieira e os autores das cartas setecentistas - OK

29 – Colocar na introdução as limitações da pesquisa – esclarecer as limitações do corpus, alcance da pesquisa etc. - OK

30 – colocar as referências das cartas de vieira e das setecentistas - OK

31 – referências de todos os dicionários utilizados - OK

32 – ver onde posso colocar notas de rodapé, para dar um charme no trabalho - OK

33 – Estrutura possível da dissertação - OK

1)capa

2)folha de rosto

3)pequeno agradecimento

4)agradecimentos

5)resumo, com palavras chaves

6)abstract

7)lista de tabelas, com as respectivas pg.

8)Lista de quadros e gráficos

9)sumário

34 – COLOCAR AS REFERÊNCIAS DE CELSO CUNHA - OK

Introdução +- 4pg.

5 pg. De bibliografia

34 – Citar nas referências, a NBR.

35 – COLOCAR NO INÍCIO DA DISSERTAÇÃO A CODIFICAÇÃO ADOTADA. - OK

36 – confirmar, no aurélio, em cunha e num dicionário latino a etimologia das palavras com prefixo, se se formou no latim ou no português. - OK

37 – informar em cada prefixo se o prefixo conserva ou não o sentido da preposição que lhe deu origem -

38 – Colocar como citações iniciais frases de mattos e silva(becos...) e de cunha e costa p. 50(novos arranjos vocabulares) - OK

39 – Dizer, seguindo texto PREDICADO NOMINAIS COM FAZER, DE CHACOTO (2006), TEXTO DO MÓDULO DAS ORIGENS AO PORT. ARCAICO, que, em certos casos, as conclusões são parciais e dizem respeito exclusivamente ao corpus em análise (FALTOU A ANÁLISE DE GRAMÁTICAS HISTÓRICAS. USAR AS PG. 122-127 DE POGGIO PARA AJUDAR NOS COMENTÁRIOS SOBRE AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS E HISTÓRICAS. - OK)

40 – Justificar escolha dos séculos XVII e XVIII. OK

#### **ANÁLISE PRELIMINAR DOS PREFIXOS**

**41 – ACRESCENTAR OBSERVAÇÕES DE LUFT (MANUAL DE PORTUGUÊS) – PARTE SOBRE MORFOLOGIA OK**

**42 – REVISAR TODAS AS REFERÊNCIAS ok**

**43 – COLOCAR LUFT NAS REFERÊNCIAS OK  
ROMANELLI**

**44- COLOCAR REFERÊNCIAS DA TESE DE THEREZINHA OK**

**45 – APÓS TODAS AS EXEMPLIFICAÇÕES, COLOCAR NOTA REMETENDO AOS ANEXOS.**

A do latim ad

∞ formas no latim – ac-, af-, ag-, al-, an-, ap-, ar-.

∞ A, ar, at.

46 – COLOCAR TUDO EM ESPAÇO DUPLO, INCLUSIVE O SUMÁRIO

47 – AJEITAR TODA A FORMATAÇÃO DA DISSERTAÇÃO, DESDE O INÍCIO E CONFORME A ABNT

∞ empregado em

∞ compostos verbais

∞ compostos nominais

∞ 1. de origem verbal

∞ 2. de origem nominal.

∞ compostos invariáveis

Sentidos empregados

- œ1) aproximação, direção para – advenio – vir para perto de.
- œ2) adição, junção, acréscimo. Aggravo – tornar mais pesado
- œ3) elevação, ascensão – ascendo – subir, fazer subir
- œ4) começo de ação – adamo( começar a amar, apaixonar-se)
- œ5) retorno da ação sobre o agente – assumo – tomar para si, atrair
- œ6) Fim, destino, escopo – adoro – dirigir uma súplica a
- œ7) hostilidade – aggredior – ir contra alguém.
- œParentesco de quarto grau(formações tardias) – adavia – avó no quarto grau

Etimologia:

IE. ad- 'a, para, ao lado de, junto a , em.

VER VILELA, depois ROSAUTA.

UM DOS MITOS DO OBJETIVISMO – PALAVRAS TEM SIGNIFICADOS FIXOS

FALTA, NESTE ITEM, 0 d0s prefixos E NO ANTERIOR, ACRESCENTAR ALGUMAS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS(COUTINHO, SAID, UMA QUE É CITADA NA MONOGRAFIA QUE ROSAUTA ME DEU. E USAR POGGIO 2002 P. 127 PARA COMENTAR MAIS AS GRAMÁTICAS NORMATIVAS E HISTÓRICAS.

#### 6.1.9 PRO DO LATIM PRO

Holanda(199) diz que a forma portuguesa pro origina-se do latim pro, tendo, nessa língua, o sentido de 'movimento para frente', como na forma progresso, latim progressu.

Romanelli atesta sete possibilidades semânticas para esse item prefixal no latim:

a) adiantamento, avanço; b) Aparição, manifestação, publicação, divulgação; c) antecipação, previsão, predição; d) prolongamento, prorrogação, adiamento; e) descendência; f) vicariedade, substituição

Os dados de Romanelli indicam que pro caminhou, no latim, gradativamente para um uso cada vez mais abstrato, apoiando, dessa maneira, a hipótese localista

Nenhuma formação portuguesa e apenas poucas formações latinas foram encontradas no corpus desta pesquisa. Entre essas estão propagação, procedimento e providências. A análise dos séculos XVII e XVIII indicam o baixo grau de gramaticalização de pro como prefixo no português.

## PONTOS PARA A INTRODUÇÃO

☞Citação de Dante – línguas têm que mudar, se quiserem cumprir suas funções.

Uma língua não pode ser *durabilis* porque os seres humanos não são.(brigitte)

☞Questão hoje: como se apresenta o problema da mudança lingüística hoje, à luz de propostas de pesquisa mais recentes(brigitte).

☞Línguas variam porque os falantes pretendem verbalizar da maneira mais adequada as suas intenções, e fazê-lo para os outros e como os outros. brigitte

☞A história das línguas resulta necessariamente dos dois universais da criatividade e da alteridade.brigitte

☞Tem-se sustentado que a razão para a mudança lingüística é a busca pela expressividade.  
☞brigitte

- 1) Discreção X continuum: a mudança lingüística se realiza gradualmente ou em “saltos”?

Nós falamos como se as próprias línguas se modificassem, quando, na realidade, são sempre os falantes os sujeitos da mudança lingüística. (brigitte)

☞No contínuo fazer-se e desfazer-se, o sistema não se desmorona, antes se reajusta sem cessar(coseriu)

☞Rosa Virgínia acredita que há muito a acontecer para a compreensão, interpretação e explicitação de processos de gramaticalização, sobretudo no que se refere ao universo da língua portuguesa (MATTOS E SILVA P. 10)

☞Todas as línguas faladas estão sujeitas à variação e à mudança, pois são sistemas lingüísticos marcados pela heterogeneidade e com características sociais e históricas inerentes à sua própria constituição.(TERESA& ROSAUTA)

Borges Neto (2004 p. 82) “Creio que a função de uma publicação

o qualquer é o aumento do conhecimento sobre o mundo – cada novo texto acrescenta um tijolinho no edifício da ciência, para usar uma expressão já meio gasta. E qual a atitude a se esperar da comunidade científica diante dessa publicação? Certamente não o silêncio. Silenciar é despreitar o trabalho do outro.(...) Respeitar o trabalho do outro consiste justamente em submetê-lo à crítica mais rigorosa”

## OPÇÕES PARA A CITAÇÃO INICIAL

☞

☞1 Gramaticalização – trajetória em que um elemento lingüístico usado sem regularidade, se regulariza com o uso, com a repetição, que passa a exercer uma pressão tão forte que faz com que o que no começo era casuístico se fixe e se converta em norma, entrando na

gramática

- ⊕ nível de iconicidade maior (relação transparente entre expressão e conteúdo.) que resulta no máximo de economia comunicativa e rentabilidade sistemática.
- ⊕ Essa estabilidade, entretanto, é aparente. Unidades podem retornar ao discurso.

⊕2 Motivação: necessidade constante de criar rótulos novos para expressar as idéias em situações novas de comunicação. (MARTELLOTA 2 PG 59)

∞ O continuo fazer-se das línguas reserva muitas supresas e becos, até sem saída, sobretudo por pressões externas, pela criatividade dos falantes, por condicionamentos fora do alcance do analista (MATTOS E SILVA P. 9)

“Estamos trabalhando com a hipótese segundo a qual a linguagem é uma ferramenta dinâmica, variável, maleável e sobretudo mutável, governada parcialmente por princípios regulares e parcialmente por razões do acaso. Através da língua nós moldamos o mundo, nós alteramos as representações que os outros têm de si mesmos e dos outros, nós alteramos as atitudes dos outros, nós alteramos o seu modo de ver o mundo e, sobretudo, os alteramos na interação deles conosco” (VOTRE)

Por outro lado, usando o critério prosódico de Schwindt (2001), dentre os prefixos pesquisados, *a-*, *con-*, *en-*, *sub-* e *de-* seriam prefixos legítimos, pode-se acrescentar **prototípicos**, exemplares da categoria dos prefixos, pois estruturam-se como sílabas átonas à esquerda de uma base, ao contrário de *sobre-*, *contra-*, *ante-* e *inter*, que podem ser interpretados como palavras fonologicamente independentes.